

OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R
E
V
I
S
T
A

D
O

C
E
S
O
P

Vol. 13, nº 2

Estudo Eleitoral
Brasileiro 2006



Reitor
José Tadeu Jorge
Coordenador Geral

Fernando Ferreira Costa

Coordenador dos Centros e Núcleos de Pesquisa

Jorge Tapia



**CENTRO DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA**

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Antônio Flávio Pierucci
(FFLCH – USP)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC – SP)
Clécio da Silva Ferreira
(CESOP – UNICAMP)
Fernando Antônio Lourenço
(IFCH – UNICAMP)
Hélgio Trindade
(NUPERGS – UFRGS)
Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH – USP, ISER)
Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)
Örjan Ölsén
(Ipsos – Opinion)
Rachel Meneguello
(IFCH – UNICAMP)
Reinaldo Charnet
(IMECC – UNICAMP)
João Francisco Meira
(Instituto Vox Populi)
José Roberto Rus Perez
(FE – UNICAMP)
Maria Inês Fini
(FE – UNICAMP)
Gustavo Venturi
(Criterium Consultoria em Pesquisas)

Direção

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Equipe de Projetos Permanentes

Clécio da Silva Ferreira
Fabiola Brigante Del Porto
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários

Betina de Tella
Sydney Ulisses de Melo Junior

Secretaria Geral

Lais Helena Cardoso C. de Oliveira

**OPINIÃO PÚBLICA
Vol. 13, Nº 2, Novembro, 2007**

Conselho Editorial:

Amaury de Souza
(IDESP)
Antônio Lavareda
(MCI)
Carlos Vogt
(IEL e LABJOR – UNICAMP)
Charles Pessanha
(IUPERJ)
Fábio Wanderley Reis
(DCP – UFMG)
Frederick Turner
(University of Connecticut, EUA;
Universidad de San Andrés, Ar.)
Juarez Rubens Brandão Lopes
(IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)
Leôncio Martins Rodrigues
(IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)
Lúcia Avelar
(DCP – UNB)
Nelly de Camargo
(IA – UNICAMP)
Nelson do Valle e Silva
(LNCC – CNPq; IUPERJ)
Ruy Martins Altenfelder Silva
(Instituto Roberto Simonsen – FIESP)

Comitê Editorial:

Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH – USP)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo
(IUPERJ)
Rachel Meneguello
(IFCH e CESOP – UNICAMP)

Editora Responsável:

Rachel Meneguello

Editora Assistente:

Fabiola Brigante Del Porto

Editoração Gráfica:

Betina de Tella

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Novembro de 2007

*Publicação Indexada no
Sociological Abstracts,
HAPI (Hispanic American
Periodicals Index)
IBSS (International Bibliography
of the Social Sciences);
Data Indice – IUPERJ;
HLAS (Handbook of Latin
American Studies);
Scielo (www.scielo.br/op) e
Red ALyC (www.redalyc.com)*

**Centro de Estudos de
Opinião Pública**

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
“Zeferino Vaz”
Caixa Postal: 6110
Campinas – São Paulo
13081-970
Tel: (55-19) 3521-7093
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: opcesop@unicamp.br
cesop@unicamp.br

Home Page:

<http://www.cesop.unicamp.br>

Tiragem
300 exemplares



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

OPINIÃO PÚBLICA

Novembro de 2007

Vol. 13, nº 2

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil</i> Marcello Baquero	231
<i>Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006</i> Lucio R. Rennó	260
<i>Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006</i> Denilde Oliveira Holz hacker Elizabeth Balbachevsky	283
<i>Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006</i> Yan de Souza Carreirão	307
<i>Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002</i> Luciana Fernandes Veiga	340
<i>Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)</i> Simone R. Bohn	366
<i>Eleitorado e partidos políticos no Brasil</i> Denise Paiva Maria do Socorro S. Braga Jairo Tadeu Pires Pimentel Jr.	388
TENDÊNCIAS <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - vol. 13, nº 2</i>	409



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 13, nº 2 - p. 231-427
Novembro 2007
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 13, nº 2, Novembro 2007 – Campinas: CESOP, 2007.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006)

Marcello Baquero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este artigo tem como objetivo central examinar a influência do processo eleitoral presidencial em 2002 no Brasil na constituição de capital social em 2006, tanto na dimensão institucional quanto informal. Tomando como base de análise os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), postulamos a hipótese de que em condições de adversidades políticas e éticas, procedimentos formais pouco incidem na formação de capital social institucional e empoderamento político dos cidadãos, levando-os a manterem predisposições negativas em relação à política. Tal situação gera uma cultura política desconfiada, propiciando a prevalência de fatores de natureza populista e subjetiva na eleição e reeleição de um candidato, neste caso, Luiz Inácio Lula da Silva.

Palavras-chaves: Eleições; Capital Social; Democracia; Empoderamento; Brasil

Abstract: This article has as a main objective analyze the influence of electoral process (presidential) in time 1 (2002), in Brazil in the constitution or not of social capital in time 2 (2006), both in the institutional dimension, as well as its informal dimension. Based upon electoral data collected by ESEB (Electoral Studies in Brazil) we postulate the hypothesis that in economic and ethical adverse conditions, formal procedures do not influence the citizens formation of social capital and political empowerment, instead it generates negative predispositions in relation to politics. In these circumstances it prevails untrusty political culture, allowing the prevalence of factors in the electoral process. In this case, in the election and reelection of Lula in 2002 and 2006 respectively.

Keywords: Elections; Social Capital; Democracy; Empowerment; Brazil

Introdução

Desde que o período denominado de “terceira onda de democracia” (HUNTINGTON, 1994) se popularizou, pleitos eleitorais passaram a ser considerados elementos essenciais para o desenvolvimento democrático. Passados vários anos, alguns autores (LINZ e STEPAN, 1996; ROSE e SHIN, 2001) avaliaram que eleições não geram automaticamente democracias com melhor qualidade. Tal constatação sinalizou para a necessidade de estudos a respeito do fortalecimento democrático que incluíssem tanto a dimensão da cultura política quanto a abordagem institucionalista. Nesta perspectiva, avaliar como as pessoas são impactadas nos seus sistemas de crenças por experiências eleitorais prévias torna-se oportuno. As eleições presidenciais de 2002 e 2006 propiciam um campo de análise no qual podem ser observadas oscilações atitudinais em relação à democracia e ao sistema político e suas instituições.

O processo eleitoral brasileiro em 2006 gerou um cenário político bastante confuso para os analistas políticos, pois, após as denúncias de corrupção no governo Lula, certezas iniciais se transformaram em dúvidas que colocaram um ponto de interrogação em uma reeleição que parecia assegurada. Nessa direção, alguns estudiosos do tema eleitoral (CARVALHO, 2006) sugerem que, em virtude dos acontecimentos que precederam a eleição de 2006, tornou-se difícil interpretar os possíveis significados da vitória de Lula, bem como os futuros desdobramentos do seu governo no segundo mandato.

Tomando esses elementos como pano de fundo, este artigo examina as predisposições dos brasileiros em relação ao governo de esquerda (do Partido dos Trabalhadores) que, pela primeira vez, assume o poder no processo de redemocratização. Basicamente, examina se essa vitória teve alguma influência no aumento das predisposições dos brasileiros para avaliar positivamente as instituições políticas de mediação convencional entre Estado e sociedade, bem como outras organizações sociais, ou seja, se influenciou na promoção de capital social. Não é, portanto, um estudo que enfoca o resultado eleitoral ou de movimentos sociais e organizações populares, mas sim, um esforço no sentido de avaliar o impacto de uma experiência eleitoral como indutora de capital social institucional

Tendo em vista as condições favoráveis de desempenho econômico e político, o período coberto pela pesquisa pode ser caracterizado como propício ao fortalecimento da democracia brasileira (RENNÓ, 2006). Nesse contexto, duas das principais teorias sobre confiança no governo (uma centrada no engajamento cívico, outra centrada no desempenho governamental) sinalizariam que o país também mostraria níveis mais elevados de confiança, tanto institucional como interpessoal, levando os eleitores a posturas mais favoráveis em relação à totalidade do sistema político.

O ideal seria trabalhar com uma pesquisa tipo painel que possibilitasse acompanhar flutuações de atitudes e de comportamentos em dois pontos no tempo. Não sendo isto viável, são comparadas duas amostras separadas por quatro anos, constituídas por sujeitos que responderam às mesmas perguntas e, através de aproximações teóricas, procurou-se determinar se houve um impacto na construção de capital social, tanto na dimensão formal quanto informal, como consequência do processo de habituação eleitoral.

O artigo está estruturado em três partes: a primeira faz um balanço do contexto eleitoral em 2002 e em 2006, com o objetivo de compreender as motivações políticas dos eleitores; a segunda parte analisa a configuração da cultura política brasileira do ponto de vista do dilema entre procedimentos e predisposições atitudinais em relação a assuntos políticos; a terceira parte avalia o processo de habituação eleitoral como dispositivo potencial de construção, ou não, de capital social institucional e informal.

Basicamente, busca-se compreender de que forma os gestores públicos e as instituições políticas promovem e desenvolvem a confiança, de modo a assegurar uma governança eficiente e a legitimidade do governo perante os cidadãos. Uma segunda dimensão a ser examinada diz respeito a porque, nas condições atuais dos sistemas políticos, a confiança política deve ser cultivada e mantida.

O contexto eleitoral

Para dimensionar o contexto eleitoral e melhor compreender como se deram os desdobramentos da eleição presidencial de 2006 é pertinente fazer uma retrospectiva comparativa focalizando os fatores que incidiram na vitória do PT e de Lula em 2002. Alguns dos principais elementos apontados como responsáveis pela primeira vitória da esquerda no Brasil foram: (1) a mudança programática do PT, que foi gradativamente se afastando das teses mais de esquerda e do socialismo para práticas reformistas, na tentativa de se aproximar do eleitor do centro; (2) o papel decisivo do marketing político na construção de uma imagem diferenciada de Lula, comparativamente às eleições anteriores em que ele concorreu à presidência, sobretudo através do slogan “Lula, paz e amor”, que foi internalizado no sistema de crenças da maioria dos brasileiros; (3) o desgaste dos partidos de oposição, em virtude das gestões de FHC, e o esgotamento das teses neoliberais; (4) as alianças do PT com outros partidos de esquerda, bem como uma aproximação com setores mais conservadores (banqueiros e empresários); e (5) a “Carta aos Brasileiros”, que visava acalmar os credores, tanto nacionais quanto internacionais, e afirmava que, caso o PT ganhasse as eleições, cumpriria os contratos assumidos e pagaria em dia os juros da dívida externa e dos contratos com o Estado.

Em 2006, as condições mudaram radicalmente. Em primeiro lugar, a figura do presidente Lula passou a assumir centralidade no processo e na negociação política em detrimento de seu partido. O principal mote utilizado na tentativa de reeleição era a defesa das políticas sociais do governo -Bolsa Família e Fome Zero-, principalmente nas áreas mais pobres do Brasil (POWER e HUNTER, 2007). Nessas regiões, Lula passou a ser conhecido como “O Pai dos Pobres”. Porém, ao contrário de 2002, quando o partido teve papel fundamental, em 2006 foi a figura do candidato que relegou o partido a um segundo plano, plasmando uma velha tradição personalista no país, a qual, segundo Martins (2002), foi preservada ao longo do tempo. Tal situação fica evidenciada ao se examinar a evolução dos votos nas eleições proporcionais para o Legislativo e a votação para o presidente Lula em 2002 e em 2006.

Tabela 1

Votação nas eleições proporcionais e para presidente em 2002 e 2006

Votação	2002		2006		Diferença
	Votos	%	Votos	%	
Deputados federais (PT)	16.094.000	18,45	13.990.000	14,57	-2.104.000
presidente (Lula)	39.455.000	14,47	46.662.000	48,6	+7.207.000

Fonte: TSE. Elaborada pelo autor.

Numa retrospectiva longitudinal, os dados da Tabela 1 mostram que o PT perdeu peso no Congresso Nacional de 2002 para 2006 (13%). Nas eleições de 2006 pode-se afirmar que foi o personalismo que saiu vitorioso, pois, a despeito dos escândalos em que o governo foi envolvido, o presidente Lula conseguiu manter e até aumentar sua base de apoio popular, garantindo um segundo mandato.

Nessa linha de análise, segundo Venturi (2007), dois conjuntos de fatores explicariam a reeleição de Lula em 2006:

1. O populismo assistencialista que caracterizaria a natureza dos programas sociais do governo federal (Bolsa Família e outras políticas compensatórias) e
2. Algum déficit dos eleitores que optaram por Lula: alienados (déficit político), desinformados (déficit cognitivo), anestesiados (déficit motivacional), cínicos ou coniventes com a corrupção (déficit moral).

Na mesma direção, consideramos que esses aspectos foram decisivos, principalmente a partir de 2005, momento em que a sucessão de escândalos envolvendo políticos muito próximos ao presidente Lula sinalizou, de forma contundente, que tanto a reeleição do presidente quanto a manutenção da maioria do PT no Congresso estavam comprometidas.

Nesse contexto, a avaliação das instituições políticas pela população e pela opinião pública nacional e internacional era preponderantemente negativa, conforme mostram os resultados de pesquisa divulgados pelo Instituto de Estudos Anticorrupção (INEA, 2006). Segundo o estudo, em 2006, o Brasil foi classificado como o único país da América Latina a demonstrar uma corrupção sistêmico-estatal de alta nocividade social, além de já ter sido classificado como detentor de uma corrupção institucional, também de alta nocividade social. Tal classificação é considerada uma ameaça ao sistema político, ou seja, à própria democracia. Nessa perspectiva, o Estado é considerado estruturalmente um instrumento de troca, de clientelismo ou de privilégios de setores da sociedade.

A nocividade social deriva da forma como essas práticas de corrupção afetam a vida cotidiana das pessoas. A administração pública é considerada permeada por atividades prejudiciais ao funcionamento da democracia, materializada no nepotismo e no clientelismo que, conforme a literatura relevante (HOLANDA, 1980; LEAL, 1978; FAORO, 1979; DAMATTA, 1993; NUNES, 1997), são heranças da colonização portuguesa. Contemporaneamente, tanto o clientelismo quanto o nepotismo são atribuídos ao número excessivo de cargos de confiança que favorece as práticas ilícitas (AYLLÓN e GUERRERO, 2005). Para estes autores, a presença de funcionários apadrinhados por partidos governamentais nas empresas estatais é uma prática habitual no Brasil e é parte do sistema exigido pela voracidade dos seus líderes que financiam, assim, suas atividades políticas.

Na virada do milênio, os governos brasileiros continuam a criar cargos de confiança de forma nefasta para os interesses do país. Segundo Abramo, da Transparência Brasil, “os partidos querem cargos de direção nas estatais e na administração direta porque ali podem conduzir negócios, ou, melhor dizendo, negociatas” (ABRAMO, 2007, p.15). As instituições identificadas como as mais afetadas pela corrupção na pesquisa do INEA (2006) foram o congresso, os partidos e o governo central.

A despeito desses fatores, à medida que o pleito eleitoral de 2006 avançava, percebeu-se que a população ou não atribuía a devida importância às denúncias de corrupção, ou aceitava passivamente a total inocência do presidente em relação a atos ilícitos ou antiéticos de ministros e outros membros de seu governo. Essa situação gerou mudanças nas expectativas da mídia, da população e dos principais atores políticos de que o presidente sairia imune e fortalecido dessa situação, possibilitando a reeleição já no primeiro turno. Paradoxalmente, essas expectativas em relação à figura do presidente não se materializaram na mesma magnitude no que se refere ao PT. Pelo contrário, criou-se um sentimento de que o PT era capaz de se comportar exatamente como todos os outros partidos e, assim, não conseguiria conduzir o processo político de forma transparente e ética. O cenário eleitoral, no entanto, mostrou que a figura do presidente se manteve intacta em virtude das atitudes e comportamentos que conseguiu transmitir para o público.

Tal postura possibilitou que a mídia atribuisse ao presidente uma capacidade inigualável de comunicação com o povo. Iguamente, se atribuíam aos eleitores de baixa renda a preferência por um governante que tinha distribuído dinheiro. De qualquer forma, o que ficou claro nesta eleição foi que, apesar dos escândalos de corrupção do governo Lula, a figura do presidente assumiu um conjunto de características que o converteu, aos olhos da maioria da população, em um candidato popular imune aos escândalos políticos, o que garantiu sua reeleição.

Qual foi a imagem que Lula transmitiu ao povo brasileiro? Segundo Foucault (1977), a imagem é um signo que não representa uma coisa, mas a idéia de alguma coisa. A representação, por sua vez, é uma ponte que liga a coisa que representa à coisa representada. A possibilidade interpretativa dos conteúdos de uma imagem somente é possível de se materializar em função das condições culturais dos sujeitos, ou seja, do capital cultural que cada indivíduo tem. Acrescenta-se a essa formulação a interpretação da imagem postulada por Sartori (1976), para quem a imagem partidária não é a mesma coisa que a identificação partidária. Tomando o argumento de Sartori como base, pode-se afirmar que a imagem do candidato pode ser diferente da imagem do seu partido, mesmo que os dois representem a mesma coisa. Numa cultura política frágil nas suas convicções políticas prevaleceu a imagem do candidato e não a da instituição política.

Isto não significa que outros fatores não tenham sido importantes. Por exemplo, não se pode negar a habilidade de Lula ao colocar o candidato de oposição, Alckmin, como defensor das privatizações, levando-o a adotar uma postura defensiva, lembrando a figura de FHC, o que acabou auxiliando na sua rejeição por grande parte do eleitorado. Mas, o que ficou evidente foi que, em raras ocasiões, a figura do candidato teve uma influência tão significativa no resultado eleitoral como em 2006. De fato, pode-se afirmar que a personalização da política, ou seja, a proeminência da figura do candidato sobre o partido, lançando mão de estratégias de desqualificação do(s) oponente(s), prevaleceu.

Essas iniciativas e atitudes tomadas pelo presidente faziam parte de um processo de construção de sua imagem que teve como resultado entre os eleitores percepções tais como: “é uma pessoa que entende o povo”; “é uma pessoa honesta”; “não sabia e não tinha como saber o que acontecia pelas suas costas”; “se preocupa com os pobres e miseráveis” (CARVALHO, 2006).

Nessa perspectiva, houve uma clara separação por parte dos eleitores entre o governo do presidente Lula e a figura da pessoa do presidente. Esta última se manteve popular aos olhos da maioria dos eleitores. Uma imagem é algo que se pensa, supõe ou se percebe numa pessoa, objeto, situação ou conjuntura. As pessoas têm uma imagem a respeito do que seria um candidato ideal e, neste sentido, a construção da imagem do político implica em um conjunto de características que são levadas em conta pelos sujeitos em uma disputa

presidencial (liderança, honestidade, capacidade de governar, entre outros). Para produzir tal imagem, é necessária uma triangulação entre o próprio candidato, a percepção dos eleitores e os meios de comunicação, que assumem um papel nesse processo de formação de imagens.

Além da imagem construída, o contexto em 2006 também foi propício para a reeleição, pois havia um otimismo moderado da população, principalmente das classes populares, em virtude do bom momento macroeconômico. Adicione-se a isso a existência de uma tendência de reeleição na América Latina: de um total de onze eleições nos últimos quatro anos, cinco, entre as quais a do Brasil, reelegeram o candidato oficial (ZOVATTO, 2007). Pode-se afirmar que, desde o retorno da democracia, a região nunca teve tantos presidentes reeleitos.

Igualmente, entre as boas notícias, podem-se apontar também, no Brasil, o moderado crescimento econômico, o avanço em algumas áreas sociais e a continuidade do processo democrático formal. Na contramão desses eventos, constata-se a crise de credibilidade que afeta a política de maneira geral e, pontualmente, os partidos políticos e o parlamento; a desigualdade na distribuição das riquezas e conseqüente concentração de renda e, sobretudo, a persistência da pobreza, conforme atestam os indicadores objetivos (CEPAL, 2005). A este respeito, Netto sugere que o resultado das eleições depende da percepção da situação econômica e política de um país. Quando a situação é economicamente precária, prevalecem os líderes que prometem soluções imediatas aos males sociais. Tal situação, segundo o autor, leva a uma maior frustração, pois “depois de algum tempo, a sociedade percebe que a rápida salvação prometida produz, depois do entusiasmo inicial, mais males do que benefícios” (NETTO, 2007, p.37). A questão que se coloca nessas circunstâncias é: como fortalecer a formação de capital social e a democracia na sua dimensão social nesse cenário onde prevaleceu o personalismo político?

Paradoxo da democracia brasileira e pleito eleitoral

Com base nos pressupostos da teoria institucionalista, nas suas várias vertentes, estabeleceu-se um consenso a respeito dos avanços na institucionalização de instrumentos e procedimentos formais de resolução dos conflitos dentro da política brasileira. Não há como negar esses progressos procedurais nos últimos anos, sendo os mais salientes o estabelecimento de eleições regulares transparentes, a existência de um sistema pluripartidário, a aceitação dos resultados eleitorais e o reconhecimento da legitimidade de quem assume o poder. Tais elementos são considerados aspectos essenciais do fortalecimento de uma nação que visa um desenvolvimento democrático sólido, duradouro e com qualidade.

Nessa direção, de acordo com Blin (2006), atualmente, os governos dispõem de um conjunto de ferramentas políticas, econômicas e sociais para fomentar a confiança social: a descentralização, o uso da tecnologia para prover um melhor acesso a serviços e informações, políticas econômicas mais eficazes e instrumentos que visam combater, por exemplo, a corrupção, bem como reformas políticas. No entanto, se é possível comemorar esses avanços formais que têm possibilitado uma certa estabilidade econômica e política, não há, por outro lado, muitas razões para festejar quando se examinam as predisposições dos cidadãos em relação à política e aos políticos pois, pesquisas realizadas nos últimos anos recorrentemente constata um crescente distanciamento dos cidadãos da esfera política, o que, na nossa opinião, inibe seriamente o fortalecimento da democracia no país.

A esse respeito, por exemplo, Ames e Power argumentam que, passados vinte anos de experiência democrática, uma das interpretações que têm assumido proeminência a respeito da democracia brasileira destaca as instituições políticas como o calcanhar de Aquiles do novo regime. Para os autores, o Brasil é uma nação em estado permanente de crise de governabilidade: durante este período, a democracia brasileira tem enfrentado crises de inflação, corrupção e desperdício de recursos estatais, serviços sociais deficientes, violência e desigualdade social. (AMES e POWER, 2007, p.1)

Já o sistema partidário brasileiro contemporâneo, independentemente da abordagem utilizada (histórica, estrutural, behaviorista ou ideológica), pode ser descrito como altamente fragmentado, de elevada competição, volátil e debilmente institucionalizado. A maior parte dos partidos políticos brasileiros é considerada do tipo “pega tudo” e ideologicamente fraca (com exceção do PT). Este último, visto anteriormente como o partido mais transparente do Brasil, acabou se envolvendo com o escândalo da compra de votos em 2005-2006 e, em 2007, pessoas próximas ao presidente Lula envolveram-se com o tráfico de influência.

Nessa perspectiva, o elemento paradoxal da democracia brasileira contemporânea é que vive um momento de confusão política, representado, por um lado, pelo rechaço aos partidos políticos e ao Congresso e pela indiferença dos cidadãos e, por outro, pelo apoio maciço dos brasileiros ao presidente Lula, a despeito dos escândalos que supostamente envolveram funcionários do seu governo. Aliados a esses fatores, a ineficiência do Estado em promover políticas eficientes de inclusão e o reaparecimento de formas clientelísticas de fazer política redundam na deslegitimação do sistema partidário e da política em geral.

Neste cenário, ao contrário de teorias elitistas de períodos anteriores em que a participação dos cidadãos na política era considerada desnecessária (DYE e ZIEGLER, 2000), atualmente, a perspectiva dominante é de que a democracia dificilmente se consolidará sem uma base de apoio normativo aos princípios

democráticos (EASTON, 1965). Nessa perspectiva, embora consolidação e legitimidade democráticas sejam conceitos diferentes, estão interligados. Segundo Rose et al (1998), o processo de consolidação dificilmente ocorrerá se estiver ausente a legitimidade pública ou se a democracia for vista como mais deficiente do que outras alternativas. Assim, a consolidação atitudinal a favor da democracia passa a ser fundamental (LINZ e STEPAN, 1996). Para vários autores, níveis estáveis e crescentes de apoio facilitam a democracia estável enquanto níveis declinantes solapam as bases democráticas e colaboram para seu colapso (MISHLER e ROSE, 1997). Retrospectivamente, constata-se que um mínimo de democracia procedural tem se mantido ao longo do tempo, o que é positivo. No entanto, não se têm verificado iguais avanços na dimensão social, pois, a crença de que após conseguir a estabilidade monetária o mercado se encarregará de resolver os problemas sociais não tem se confirmado. Nessa situação, o que parece claro é que o apoio dos cidadãos aos princípios democráticos e instituições políticas pode, de fato, influenciar a qualidade da democracia.

Por sua vez, a falta de apoio ou confiança nas instituições e nos gestores públicos pode gerar uma paralisia política e uma estagnação na evolução positiva da democracia, promovendo o individualismo em detrimento da ação coletiva e do capital social. Este é o caso, por exemplo, das instituições encarregadas de mediar as demandas da sociedade e a capacidade do Estado de respondê-las. De maneira geral, as pesquisas de opinião pública realizadas nos últimos anos no Brasil convergem para a perspectiva de que os partidos que exercem o poder experimentam um desgaste significativo que, aliado a uma frustração dos cidadãos com a falta de cumprimento das promessas eleitorais, gera cidadãos céticos e desconfiados com os governos e com a classe política. Tal situação, quando permanece inalterada, gera uma cultura política que pouco valoriza as normas democráticas, comprometendo, a longo prazo, a possibilidade de consolidação e estabilização política. Isso ocorre porque a legitimidade e durabilidade dos sistemas democráticos dependem, em grande parte, do grau de confiança que o eleitorado deposita nos governos para fazer as coisas eticamente corretas e de forma eficaz.

De maneira geral, o conceito de confiança tem sido definido em duas dimensões: (1) confiança política e (2) confiança social. A confiança política materializa-se quando as pessoas acreditam que os gestores públicos e as instituições políticas trabalharão em benefício da coletividade e não do interesse individual. Argumenta-se, neste sentido, que “a confiança política é um indicador central dos sentimentos públicos subjacentes em relação à política” (SHI, 2001, p. 401). Do ponto de vista da confiança política, dois desdobramentos conceituais são utilizados: confiança difusa e confiança específica. O primeiro se refere a valores simbólicos e ao senso de pertencer ao sistema político e o segundo diz respeito às

avaliações que os eleitores fazem das instituições políticas específicas (CITRIN, 1974). A confiança social refere-se à confiança dos cidadãos uns nos outros enquanto membros de uma comunidade social, sendo esta dimensão inseparável da confiança política. O principal proponente desta linha de análise, Putnam (2000), argumenta que a confiança interpessoal contribui para aumentar a confiança social em uma sociedade. A unidade central que dá a coesão entre as pessoas para desenvolver sentimentos de confiança recíproca, segundo Putnam, é o nível de associatividade num determinado contexto.

A associatividade como elemento estrutural de confiança interpessoal depende, também, da percepção que o cidadão tem a respeito do atendimento pelo Estado e pelas suas instituições das suas necessidades naturais essenciais. No caso do Brasil, sua situação socioeconômica ainda precária torna difícil a possibilidade de um governo satisfazer as necessidades e expectativas da maioria da população, gerando um descontentamento endêmico. Tal situação de insatisfação gera um padrão de comportamento eleitoral que geralmente desemboca na derrota de quem está no poder, a não ser que surja alguma variável que altere este padrão. Por exemplo, a continuação do Plano Real e a estabilidade econômica, aliadas à alteração do dispositivo constitucional que não permitia a reeleição, possibilitaram um segundo mandato para Fernando Henrique Cardoso. No caso de Lula, foi a Bolsa Família que ajudou decisivamente a garantir um segundo mandato. Essas reeleições ocorreram, segundo alguns autores (PINHEIRO, MALAK e KAHN, 1993), a despeito de a democracia ainda se mostrar frágil, já que direitos econômicos básicos não podem ser garantidos. Dessa forma, compreender como os eleitores constroem seus imaginários coletivos em relação à política torna-se vital.

Assim, embora muitas atitudes sejam essenciais para a efetividade e vitalidade das instituições democráticas, algumas são registradas como sendo as mais importantes. Desde 1950, a confiança no governo e a eficácia política estão entre os indicadores mais utilizados, representando sentimentos de legitimidade e responsividade do sistema, percepção de uma razoável honestidade dos resultados governamentais. As questões utilizadas para avaliar estas dimensões centram-se em três aspectos: eficácia política, confiança institucional e depolarização (oscilação de atitudes no sentido negativo de uma eleição para outra).

No Brasil, existem evidências de que os cidadãos estão crescentemente insatisfeitos com o governo, embora o padrão de satisfação tenha mostrado aumentos e declínios ao longo do tempo (BAQUERO, 2000). Essas oscilações permitem modelar os eleitores enquanto indivíduos que possuem uma função de utilidade negativamente relacionada, ou seja, o governo é definido em termos das políticas e atividades governamentais oficiais e do comportamento dos representantes eleitos. Isso possibilita avaliar se depois de experimentar uma eleição presidencial, os cidadãos com experiência eleitoral (votar e se envolver em

campanhas eleitorais) são os mais prováveis de mostrarem orientações democráticas favoráveis. O foco está em como a experiência de envolvimento em associações convencionais e comunitárias afeta as mudanças pré e pós eleitorais em atitudes favoráveis ao processo democrático por meio do capital social.

Eleições e Capital Social

Na democracia representativa contemporânea, o que está em jogo é a natureza da atividade de representação, e não os procedimentos e arranjos institucionais que induzem à representação política. Os arranjos formais que iniciam, capacitam e terminam na representação política têm se mantido estáveis ao longo dos últimos anos, conforme assinalam PRZEWORSKI, STOKES e MANIN (1999):

- 1.Os governantes são escolhidos por meio de eleições;
- 2.Enquanto os cidadãos são livres para discutir, criticar e demandar todo o tempo, eles não têm a capacidade para obrigar o governo a cumprir o prometido;
- 3.Os governantes são eleitos periodicamente.

A questão, portanto, é saber se as pessoas eleitas para cargos políticos agem como representantes da população e se isto é suficiente para obrigar os governos a agirem de forma representativa, pois as motivações a ações dos líderes políticos não podem ser conhecidas com antecedência e certeza (PRZEWORSKI, 1991). Nesta perspectiva, a confiança emerge como um dos principais dispositivos na construção da legitimidade e sustentabilidade de um sistema político.

Um governo é considerado representativo se age com base no melhor conhecimento disponível e se os indivíduos estão suficientemente informados de que cada um deles ou a média deles tem uma probabilidade maior de alcançar a decisão correta (eficácia interna dos eleitores). Este conhecimento é revelado pelo veredicto da maioria dos eleitores no pleito eleitoral.

Na perspectiva institucional, as eleições são consideradas como os principais meios para enaltecer o poder dos cidadãos via controle popular. As eleições são o elemento essencial da democracia representativa, e, por meio delas, os cidadãos expressam suas opiniões políticas. Uma participação desigual coloca a democracia em risco. Atualmente, constata-se que a participação política das pessoas manifesta-se de formas diferentes (convencional, não convencional, comunitária e social). Igualmente constata-se que, de maneira geral, do ponto de vista de quaisquer dos indicadores utilizados para aferir este tema, o interesse e a participação propriamente ditos estão em processo de declínio (LATINOBARÓMETRO, 2005), e que tal declínio não é indicativo da institucionalização de uma base normativa de apoio à democracia, como resultado

do processo de habituação a procedimentos formais institucionalizados. Pelo contrário, o afastamento deliberado das pessoas da arena política encontra suas raízes na decepção e no desencantamento com as promessas não cumpridas pelos políticos que têm assumido o poder no período pós-autoritarismo.

Decorrente dessa situação, o crescente repúdio à forma como os gestores públicos utilizam os recursos públicos e às práticas de corrupção têm produzido predisposições antagônicas em relação às instituições políticas de caráter estrutural. Quando fatores estruturais negativos dominam o imaginário coletivo cotidiano, há uma propensão à reprodução de velhos vícios políticos (fisiologismo, nepotismo, corrupção, clientelismo e patrimonialismo), a despeito dos avanços poliárquicos. A situação na qual o regime democrático convive pacificamente com um Estado oligárquico pode ser denominada democracia inercial (BAQUERO, 2006).

Nesse tipo de democracia, constatam-se não somente os avanços formais da democracia, mas também a dinamização da economia em aspectos pontuais como: aumento das exportações, aumento da produtividade industrial e aumento da capacidade tributária do Estado. Paradoxalmente, esses aspectos não se traduzem em mais investimentos sociais capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas. A grande maioria continua a ser marginalizada das políticas sociais, ou contemplada num sentido assistencialista, permanecendo numa situação de vulnerabilidade e manipulação política. A classe média, espinha dorsal de qualquer sistema democrático, tem sido a mais afetada na sua qualidade de vida e no aumento abusivo de tributos que, ao invés de produzirem melhores condições de vida, reduzem seu poder aquisitivo. Esta situação leva uma parcela significativa desse setor a experimentar um novo tipo de pobreza dura.

Nessas circunstâncias, a possibilidade de socializar atitudes e comportamentos de apoio às instituições democráticas é difícil. A inércia se manifesta, portanto, numa situação de avanços econômicos e formais em benefício do Estado e de uma parcela minoritária da população, enquanto a maioria continua a enfrentar os dramas difíceis da vida cotidiana. A ineficiência do Estado em desenvolver políticas inclusivas gera um hiato onde as predisposições e, portanto, a cultura política do país continuam a depender do “jeitinho” do clientelismo e do patrimonialismo. Nessas circunstâncias, uma parte significativa do eleitorado passa a optar por candidatos com base em aspectos preponderantemente subjetivos e emocionais. Tal parece ter sido a situação das eleições em 2006.

Da mesma maneira, as inovações políticas desenhadas para produzir um empoderamento institucional se esgotam em si próprias, ou seja, garantem a sobrevivência dessas instituições (partidos, congresso entre outras), mas têm como corolário, paradoxalmente, o “desempoderamento” dos cidadãos, na medida em que os afastam da arena política. Novas tecnologias midiáticas também não têm contribuído como se esperava para tornar os cidadãos mais participativos. Por exemplo, os meios de

comunicação, ao mesmo tempo em que agem como instâncias de fiscalização dos atos políticos e os denunciam, parecem não ter nenhuma incidência em um maior estímulo à participação e ao envolvimento político. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que a informação política divulgada é preponderantemente negativa, deteriorando o ambiente político (PHARR, PUTNAM e DALTON, 2000) e não contribuindo para a efetivação de um princípio normativo da democracia - uma decisão bem informada (ARNOLD, 2004).

Uma explicação para este fenômeno radica na profissionalização e economização da política, que relega, para posição secundária, o “empoderamento” dos cidadãos, (re)produzindo uma cultura política pouco afeita aos valores democráticos, não por não acreditar neles, mas por experiências empíricas onde essas instituições não têm funcionado para o benefício dos que mais delas necessitam. Nessa perspectiva, a probabilidade de a maioria dos cidadãos apresentar baixa “eficácia interna” (percepção de que podem influenciar a política) e baixa “eficácia externa” (a percepção de que o governo responde às demandas da população) aumenta. O significado da eficácia política importa na medida em que pode fornecer subsídios para compreender uma ampla gama de predisposições atitudinais e comportamentos na arena política. Finkel (1985) considera que a eficácia interna representa o sentimento de uma pessoa de que realmente pode influenciar a política. Para Craig (1979), a “eficácia externa” impacta a confiança política e, para Shaffer (1981), a participação eleitoral. No caso brasileiro, parece que os processos eleitorais produzem mais “eficácia externa” do que “eficácia interna”, gerando uma assimetria de desenvolvimento entre crescimento econômico, por um lado, e estagnação normativa de apoio à democracia, por outro. Tal situação é propícia para a institucionalização do personalismo, em detrimento das instituições políticas.

Assim, do ponto de vista de construção de capital social institucional, a participação em eleições presidenciais, presume-se, pode promover sentimentos de respeito à legitimidade do sistema político e à capacidade de resposta do governo, fomentando a eficácia externa, mas não a eficácia interna. A ausência da eficácia interna inibe a valorização da participação como valor em si, afetando negativamente a promoção do engajamento cívico, pois desvaloriza o aspecto educativo da participação num espectro mais amplo.

Esse paradoxo revela um dilema da democracia brasileira contemporânea, o conflito entre uma política baseada na igualdade e na liberdade - mais especificamente o conflito entre uma política baseada na igualdade de voz - e uma economia baseada na desigualdade de recursos. Na medida em que a voz depende de recursos, um mercado político não regulado garante a desigualdade política. A nova tecnologia tem dado àqueles com mais recursos acesso a mais voz. Como resultado, muitas eleições têm se transformado para os cidadãos em um exercício na escolha entre dois blocos de poder que representam interesses, senão iguais, bastante semelhantes, a despeito de uma retórica ideológica tradicional.

Os últimos pleitos eleitorais no Brasil têm mostrado que, a cada inovação tecnológica produzida pelos especialistas, o custo de acesso a essas inovações tem aumentado linearmente. Na ausência de partidos fortes ou regulamentações públicas das atividades de campanha, os candidatos negociam diretamente com os consultores. A luta pelo poder não é mais uma atividade organizacional, mas uma tarefa empresarial. Atualmente, arrecadam-se recursos para pagamento de consultores e deixa-se em segundo plano a lealdade ao comando da organização. Nas eleições de 2002 e de 2006, um dos aspectos fundamentais da campanha e sucesso eleitoral do PT foi o marketing político comandado por Duda Mendonça. Esse fenômeno ajuda a explicar a institucionalização de relações terciárias (percepção de relação direta ente o gestor público e o eleitor) no sistema político brasileiro, diminuindo as possibilidades de os partidos serem os catalisadores de identidades políticas coletivas.

Na medida em que o marketing político suprime a participação militante é, portanto, natural que os políticos dêem mais atenção àqueles que os ajudaram materialmente a colocá-los no poder. Este padrão de participação significa que a maior parte do eleitorado, se não o seu conjunto, é consistentemente deixada de fora do cálculo político ou incluída de forma assistencialista e populista. Nessas circunstâncias, o personalismo se fortalece.

Os benefícios das eleições podem ser indiretos. Embora eleições ofereçam aos cidadãos um mecanismo institucional para expressar sua aprovação para o exercício continuado da liderança, elas também proporcionam aos cidadãos os meios de afirmar sua fé na validade e legitimidade do sistema político através da participação. Nesta perspectiva, as eleições podem ser consideradas como um recurso para o governo, proporcionando a legitimidade ao sistema político e um “espaço” para as autoridades eleitas que trabalham nele. Tal situação fica evidente quando se examinam as distribuições agregadas pós-eleitorais de vários indicadores de apoio difuso, os quais se mostram mais elevados do que no período pré-eleitoral.

Um dos principais indicadores da saúde democrática de uma nação se refere, portanto, a como as pessoas se posicionam em relação à democracia em um sentido difuso. A Tabela 2 examina essas predisposições.

Tabela 2
Opinião sobre a democracia (%)

	2002	2006
A democracia é sempre melhor que outra forma de governo	69,3	71,7
Em algumas situações a ditadura é melhor que a democracia	18,9	14,2
Tanto faz/nenhuma das duas é melhor	2,4	6,9
NS	9,3	7,1
Total	100	100

Fonte: ESEB, 2002 (n= 2491), 2006 (n= 995).

Os dados da Tabela 2 mostram o apoio difuso à democracia: entre 2002 e 2006, as porcentagens de apoio à democracia mantiveram-se constantes (69,3 e 71,7, respectivamente). Igualmente, houve uma diminuição significativa de 2002 (18,9%) para 2006 (14,2%) daqueles que consideraram a ditadura melhor em algumas situações. Obviamente que uma coisa é rejeitar práticas autoritárias e outra inteiramente diferente é institucionalizar a crença na democracia, a qual exige cidadãos politizados.

Atribui-se à recorrência de pleitos eleitorais uma dinâmica socializadora positiva. A expectativa é que, de uma eleição para outra, o estoque existente de capital social público aumente, proporcionando o estímulo, social e político, que gera e reafirma a fé no sistema político. Argumenta-se que um determinante importante desse aumento de confiança num sentido pós-eleitoral de orientações democráticas deriva do nível de envolvimento dos cidadãos em atividades, organizações políticas e em eleições prévias.

Não há, entretanto, a não ser em discussões teóricas, evidência empírica dessa relação. Desse modo, à medida que a democracia poliárquica, com seus procedimentos e regras formais, não têm conseguido, segundo pesquisas de opinião, fornecer as bases sobre as quais se produza uma base normativa de apoio sólido à democracia, cientistas políticos têm voltado suas atenções a dispositivos alternativos de motivação política dos cidadãos. A idéia de que não se podia prescindir de um Estado mínimo e confiar tudo ao mercado está abrindo espaço para uma concepção que aponta para uma aliança entre um Estado capaz e com sensibilidade social, empresas socialmente responsáveis e uma sociedade civil plenamente mobilizada (KLIKSBERG, 2006). Como as organizações convencionais de mediação política parecem, cada vez mais, padecer de avaliações negativas do seu desempenho e questionamentos sobre a sua indispensabilidade, outros dispositivos de engajamento político têm emergido.

Dessa maneira, observa-se, nos últimos anos, uma proliferação de organizações constituídas desde a base por iniciativa de cidadãos. Ao mesmo tempo, alguns autores têm argumentado que cresce o interesse das novas gerações em formar parte de tais organizações. De acordo com dados do Instituto de Serviço Global da Universidade de St. Louis (2004), existem atualmente na América Latina não menos do que um milhão de organizações da sociedade civil (OSC) atuando nos campos de desenvolvimento comunitário, educação e capacitação, participação cívica, saúde, necessidades básicas, meio ambiente, direitos humanos, processos de paz e serviços de emergência (KLIKSBURG, 2006, p.2). Tais iniciativas têm propiciado o desenvolvimento da teoria de capital social e a discussão do seu papel no desenvolvimento político-econômico de uma nação.

A teoria do capital social nas suas diferentes perspectivas (Coleman, Bourdieu, Putnam) basicamente postula a influência da vida social (normas, redes e confiança) para estimular uma participação integrada e coesa entre os membros de uma comunidade na busca de objetivos comuns. Tal comportamento toma como base o desenvolvimento de sentimentos e comportamentos de natureza cooperativa, colaborativa e solidária. Esse comportamento não sugere que os conflitos sejam permanentemente eliminados da comunidade, mas aponta para a possibilidade de um agir comunitário mais eficiente e com retornos materiais concretos. Se os resultados da ação coletiva são visíveis e tangíveis, então, a lógica formal sugere que poderiam ser estabelecidas bases para comportamentos coletivos, mesmo na presença de conflitos entre os membros, ou seja, o poder da união da comunidade colocaria em segundo plano os antagonismos e rivalidades tradicionais. O resultado traduzir-se-ia em sistemas com potencial para melhorar sua qualidade de vida, e, ao mesmo tempo, propiciaria condições para o estabelecimento de uma democracia com melhor qualidade.

Dessa maneira, os resultados da ação coletiva recíproca auxiliariam o processo de construção de capital social além da dimensão puramente institucional, partindo da premissa de que os avanços na área institucional, neste caso as eleições, incidem positivamente no “empoderamento” dos cidadãos. No entanto, os indicadores de capital social informal (afiliação a sindicatos e a organizações profissionais) não confirmam esta tendência.

Sociedade civil, capital social e democracia eleitoral

Tanto a teoria da sociedade civil quanto a de capital social argumentam que uma democracia está baseada em redes sociais formais e informais na comunidade e que operam independentemente do governo, e ambas as teorias enfatizam as bases sociais da democracia, principalmente as virtudes cívicas associadas a redes densas e fortes de associações voluntárias. Dessa forma, o aspecto central da teoria do capital social e da sociedade civil está centrado no indivíduo e não no nível racional agregado. A teoria do capital social tem como premissa a institucionalização de um círculo virtuoso entre elevada confiança, instituições sociais bem estabelecidas, um bom governo e um forte apoio popular, os quais ajudam a sustentar a confiança social entre os cidadãos, a promover a participação comunitária e cívica e o encorajamento na realização de atividades coletivas para o bem comum.

Níveis elevados de confiança social generalizada são acompanhados pelo respeito à propriedade individual e às liberdades e aos direitos civis, pela cooperação cívica, por uma sociedade democrática estável e por elevados níveis de confiança nas instituições políticas. Newton encontrou evidências empíricas a respeito dessas correlações, embora elas não sejam muito fortes (NEWTON, 2001,p.3).

De acordo com Putnam (1976), a maior parte dos estudos enfocam as organizações voluntárias como representantes de capital social. O argumento é que áreas com redes amplas e densas que se entrecruzam, produzem, direta ou indiretamente, valores de colaboração entre as pessoas. Decorrente dessa situação, em áreas onde tais características estão ausentes, a tendência é o desenvolvimento de predisposições e comportamentos pouco afeitos aos valores democráticos, resultando, assim, na institucionalização da falta de confiança institucional e interpessoal.

Vários estudos têm apresentado correlações positivas entre capital social e participação política na América Latina (SELIGSON, 1999). A evidência empírica sugere que um maior envolvimento em organizações formais e informais encoraja a participação política. Booth e Richard (1998) também encontraram correlações significativas entre ativismo da sociedade civil e formação de capital social e político. Kliksberg (2001), por sua vez, aponta três experiências de cooperação comunitária como base de construção de capital social, são elas: a experiência de Villa el Salvador, no Peru; as feiras de consumo popular em Barquisimeto, Venezuela e a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre, Brasil.

A base para compreender a produção de capital social é o envolvimento das pessoas em atividades coletivas de benefício mútuo e o fato de que este não seria alcançado por meio das organizações convencionais de mediação política. O pressuposto é que o envolvimento dos cidadãos neste tipo de organização gera bens

tangíveis que agem como dispositivos de construção de uma consciência crítica e participativa e que, a médio e longo prazo, pode incidir no estabelecimento não só de uma base normativa de apoio à democracia, mas, sobretudo, no processo de amadurecimento democrático, propiciando a solidificação de um sistema político orientado não somente para a dimensão formal, mas também para a dimensão social.

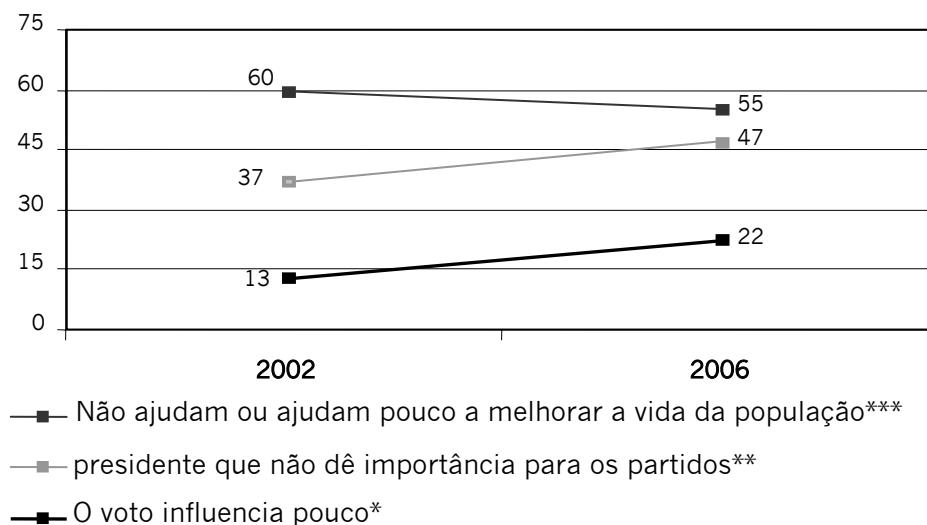
Discutindo os aspectos relacionados com o impacto do capital social na vida cotidiana, Klesner (2002) sustenta que se níveis elevados de capital social não ajudam a promover mais participação política e uma experiência democrática mais rica, então, as preocupações sobre o significado do seu declínio não seriam tão relevantes. Porém, se capital social encoraja a atividade política, encontrar mecanismos que possibilitem um maior engajamento dos cidadãos na política pode se constituir em meios efetivo de promoção de uma democracia com melhor qualidade.

Enquanto interações face a face constroem confiança e cooperação entre membros do grupo, os benefícios, pode-se dizer, afetam a sociedade como um todo. Normas de reciprocidade, confiança e afiliação inculcadas pelas “democracias pequenas” de associações voluntárias se espriam para o sistema político. Mill referia-se às práticas em associações voluntárias como os meios de educação mental, enquanto Tocqueville pensava as associações como sendo “a grande escola” da democracia americana. Tal escola democrática possibilitou o surgimento de apoio difuso pelas instituições políticas e sociais de alto nível. De maneira semelhante à educação convencional, a atividade associativa molda as predisposições democráticas das pessoas via socialização, aquisição de conhecimento e experiência compartilhada. Isto sugere que os cidadãos que possuem práticas eleitorais devem aumentar suas orientações democráticas depois de terem experimentado mais uma eleição presidencial.

Se a “habituação eleitoral” tivesse um impacto positivo nas predisposições dos eleitores em eleições posteriores, produzindo capital social institucional, tais motivações atitudinais seriam acompanhadas por julgamentos positivos dos procedimentos formais. Entretanto, esta não parece ser a evolução das eleições brasileiras entre 2002 e 2006, conforme o Gráfico 1 sugere.

Gráfico 1 – Avaliação de procedimentos poliárquicos

Dimensão negativa (%)



Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

presidente não deve dar importância para partidos n 2002 = 2495, n 2006 =907

O voto influencia pouco o que acontece no país n 2002= 1878, n 2006=982

As eleições presidenciais não ajudam ou ajudam pouco a melhorar a vida da população n 2002=2465, n 2006=975

* Opinião sobre a influência do voto no que acontece no país

** Opinião sobre melhor relação entre o presidente da república e os partidos

*** Opinião sobre as eleições presidenciais

Constata-se uma leve diminuição da percepção dos cidadãos de que as eleições presidenciais não ajudam a melhorar a vida da população (60% em 2002 e 55% em 2006, respectivamente). No item relacionado ao presidente não dar importância ao partido, outro padrão se materializa: a porcentagem daqueles que responderam que o presidente não deve dar importância ao partido político aumentou de 37% em 2002 para 47% em 2006. Tal situação se repete para a questão da influência do voto para o que acontece no Brasil: os dados mostram que o número de entrevistados com opinião negativa aumentou de 13% em 2002 para 22% em 2006.

Esses dados sinalizam de forma contundente que a hipótese institucionalista que atribui um papel socializador positivo a experiências eleitorais em tempo 1 para tempo 2, pelo menos no caso das eleições presidenciais no Brasil de 2002 para 2006, não se confirmam. Pelo contrário, as avaliações negativas aumentaram no período pós-eleitoral. Naturalmente, não se pode negligenciar o papel interveniente de aspectos relacionados com o pleito eleitoral, tais como: a corrupção, denúncias de malversação de recursos públicos (congresso e partido), bem como um sentimento

generalizado de insegurança e incerteza da população. Quando essas variáveis são segmentadas, verificam-se oscilações por sexo, renda e escolaridade, porém, o que interessa aqui do ponto de vista da constituição de capital social institucional pré e pós-eleitoral reforça a idéia de que a eficácia interna dos cidadãos, no período examinado, experimenta um declínio. Este declínio sugere a manutenção de bases precárias para o fortalecimento de uma cultura política participativa.

Existem pelo menos três outros mecanismos por meio dos quais o apoio público à democracia favorece uma democracia com melhor qualidade. Em primeiro lugar, a democracia pressupõe uma cultura cívica caracterizada pela lealdade dos cidadãos aos princípios democráticos básicos: confiança mútua, cooperação e moderação entre as elites e os públicos bem como as normas democráticas participativas.

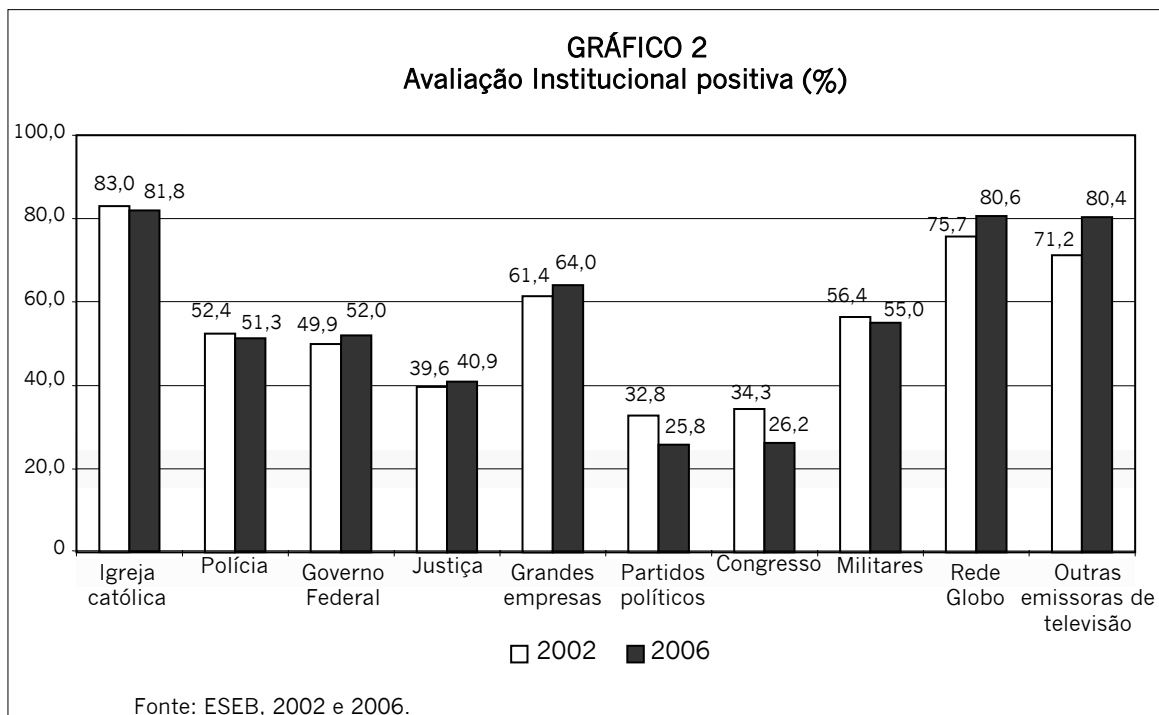
Em segundo lugar, a democracia supõe não só um apoio aberto, ou seja, a afirmação verbal das preferências pela democracia, como também um apoio intrínseco aos valores democráticos tais como liberdade, livre expressão, tolerância da diversidade, confiança interpessoal e satisfação com a vida. O apoio explícito à democracia é um pouco mais do que o comprometimento retórico e exige que seja complementado com valores democráticos intrínsecos. Além do mais, o apoio aos valores democráticos intrínsecos fortalece a democracia efetiva, definida como a medida de respeito das elites políticas à lei dentro dos parâmetros das liberdades cívicas e políticas. Apoio difuso à democracia, por outro lado, é insignificante, porém positivamente relacionado às medidas de democracia efetiva.

No que se refere ao aspecto de fiscalização social, nos últimos anos, tem se verificado uma tendência crescente de surgimento de associações civis, ONG's e movimentos sociais que funcionam de forma semelhante aos meios de comunicação para monitorar os gestores públicos e torná-los responsáveis perante a lei, expor casos de corrupção e convencer as instituições a exercitar suas funções de fiscalização horizontal.

Em terceiro lugar, a erosão do apoio à democracia pode estar relacionada ao surgimento do populismo ou "neo-populismo", o qual tem sido identificado pela qualidade da democracia na época pós-autoritária. Líderes neo-populistas têm conseguido o apoio em virtude de seus posicionamentos discursivos anti-sistema e anti-elite. Uma vez no poder, eles freqüentemente passam a utilizar decretos-leis e poderes plebiscitários para burlar os legislativos e tomam ações para deliberadamente fragilizar as cortes supremas, as burocracias e outras instituições que possam eventualmente questionar sua autoridade. Na busca de apoio institucional, tais líderes estabelecem pactos com forças conservadoras, tecnocratas, ou setor privado, investidores internacionais ou algum tipo de troca dessa natureza. O apoio popular a neo-populistas na forma de votos ou expectativas econômicas está bem documentado; porém, essas expectativas e comportamentos

podem revelar a ponta do iceberg na base do qual reside o pouco apoio à governança democrática e o fortalecimento do personalismo em detrimento das instâncias poliárquicas.

Nesta perspectiva, torna-se relevante examinar a forma como os brasileiros avaliaram as instituições políticas e não-políticas nas eleições presidenciais de 2002 e de 2006 (Gráfico 2).



Consistente com os dados anteriores de capital social, confirmam-se as avaliações negativas das instituições políticas. Tanto o Congresso experimenta uma redução dos índices de avaliação de 32,8% em 2002 para 25,8% em 2006, quanto os partidos caem de 34,3% em 2002 para 26,2% em 2006. Tais tendências parecem atestar o pouco apreço que os cidadãos mostram por essas instituições, elementos-chave em um processo de construção democrática sólida. Comparando essas porcentagens com as opiniões a respeito dos meios de comunicação, constata-se que essas instâncias melhoraram sua imagem positiva de 2002 para 2006. Do mesmo modo, a Igreja Católica é avaliada positivamente por, em média, 82%, no período 2002-2006. As outras organizações se mantêm em um patamar intermediário, entre 40% e 60% nos dois pleitos eleitorais.

Esses dados apontam para uma situação já conhecida no país e que parece se reproduzir na virada do milênio, qual seja, um declínio progressivo da avaliação das instituições convencionais de mediação política (Congresso e partidos), que não se constituem, dessa forma, em dispositivos de “empoderamento” institucional. Em tais circunstâncias, a probabilidade de solidificar a democracia na sua dimensão normativa é reduzida.

Um dos principais indicadores de apoio à democracia do ponto de vista da teoria da cultura política é o grau de satisfação dos cidadãos com o funcionamento da democracia. Existem, no entanto, dúvidas em relação ao exato significado desta dimensão. O quê exatamente ela mede? Pensamos que para responder a esta pergunta é necessário contextualizá-la dentro do cenário econômico e social no qual a indagação é proposta. No caso do Brasil, a satisfação com a democracia deve se dar simultaneamente tanto do ponto de vista social quanto formal. Na perspectiva do funcionamento da democracia formal, é pertinente separar apoio difuso, ao qual a Tabela 2 se refere, de apoio específico (EASTON, 1965). Este tipo de apoio diz respeito a uma avaliação de nível de satisfação dos cidadãos com o funcionamento do sistema democrático. Estes dados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Nível de satisfação com o funcionamento da democracia (%)

	2002	2006
Nada satisfeito	25,8	14,3
Pouco satisfeito	35,1	26,7
Nem satisfeito nem insatisfeito	1,8	11,6
Satisfeito	25,3	38,6
Muito satisfeito	5	4,1
Não sabe o que é democracia	4,8	-
NS	1,7	4,3
NR	0,5	0,4
Total	100	100

Fonte: ESEB, 2002 (n = 2513), 2006 (n = 1000).

Estar insatisfeito com o funcionamento da democracia não significa necessariamente apoiar alternativas ao sistema democrático. Cidadãos podem ter tido, em algum momento, experiências pouco positivas em repartições públicas que os levaram a desenvolver predisposições negativas em relação às instituições governamentais e, por decorrência, à democracia. No entanto, isso não implica o apoio explícito a rupturas institucionais, mas o aspecto negativo da existência desta

dimensão é que as predisposições de apoio à democracia em termos gerais não estão solidificadas, e os cidadãos são vulneráveis a apelos populistas e demagógicos.

Ao indagar aos brasileiros sobre o nível de satisfação com o funcionamento da democracia (Tabela 3), constata-se que houve uma redução significativa de 60.9% em 2002 para 41% em 2006 entre aqueles que estavam insatisfeitos ou pouco satisfeitos. Em um nível geral de satisfação, a percentagem aumentou de 25,3% (em 2002) para 38,6% (em 2006), enquanto aqueles muito satisfeitos diminuíram de 5% em 2002 para 4%, em 2006. Esses dados pouco auxiliam na determinação, ou não, de um processo de institucionalização efetivo de democracia. Na verdade, expressa o caráter híbrido de cultura política e a influência de fatores conjunturais em pleitos eleitorais. A natureza híbrida das predisposições atitudinais dos brasileiros sugere estar em andamento um processo relativamente crescente de satisfação de eleição para eleição, quando se examinam, pontualmente, as respostas às perguntas relacionadas com as práticas partidárias e sobre os candidatos a presidente (Tabela 4).

Tabela 4

Avaliação de partidos e candidatos

	2002		2006	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Algum partido representa sua maneira de pensar?	39	57	28	68
Algum candidato a presidente desta eleição representa sua maneira de pensar?	64	36	48	52

Fonte ESEB, 2002 (n = 2499), 2006 (n= 991).

Os resultados da Tabela 4 mostram a descrença que os brasileiros têm dos partidos políticos. Nas eleições de 2002, que marcaram a vitória de um candidato de esquerda e considerado do povo, somente 39,0% responderam que algum partido representava sua forma de pensar, enquanto 57,0% não pensavam dessa maneira. Em 2006, a despeito da reeleição do presidente Lula, somente 28% dos brasileiros pensavam que algum partido representava sua forma de pensar, ao passo que 68% não pensavam dessa forma.

Quanto à figura do candidato, em 2002, era maciço o apoio à figura de Lula, considerado como o representante do pensamento de 64% dos entrevistados. Em 2006, essa porcentagem caiu para 48%. O que se pode concluir desses dados é que, enquanto em 2002 partido e candidato conseguiram a vitória para o Planalto, em 2006 foi a figura de Lula que conseguiu a reeleição, a despeito da queda de credibilidade do seu partido (PT) e das denúncias de corrupção contra seu governo. Destaque-se que, em 2006, houve um aumento maciço do número de entrevistados que consideraram a corrupção como o principal problema do Brasil (40%), comparado com 2,7% em 2002.

O que se pode deduzir destes resultados? Se, por um lado, plasmam-se opiniões positivas sobre os indicadores materiais, no que se refere à dimensão de “empoderamento” institucional, o resultado das avaliações desses indicadores é negativo, pois os ganhos na esfera material não se traduzem em ganhos de “empoderamento” institucional, na medida em que a avaliação da estrutura governamental é negativa. Isto contrasta com o desempenho pessoal do presidente Lula. Tais dados conduzem à idéia de que os pleitos eleitorais, de maneira geral, continuam a ser definidos mais do ponto de vista da figura do presidente do que da estrutura institucional.

Considerações finais

Este artigo examinou, inicialmente, pressupostos teóricos que sugerem que, após uma eleição presidencial, as orientações democráticas das pessoas se fortalecem. Entre outros fatores, argumentou-se que esse processo de “empoderamento” institucional resulta das lições apreendidas nas interações sociais com associações e organizações de mediação política. A escola deriva da socialização de um grupo que impõe uma estrutura normativa específica, uma construção social que é conduzida para o desenvolvimento e manutenção de atitudes democráticas de apoio ao governo.

No entanto, embora artigos recentes indiquem uma causalidade entre participação e capital social público, o estudo em dois pontos no tempo proposto aqui não confirmou esta associação. Os dados examinados sinalizam que a experiência em pleitos eleitorais não produz capital social institucional. Basicamente, a hipótese era que, se as premissas institucionalistas estivessem corretas, os cidadãos mostrariam um maior grau de apego às instituições políticas e aos setores públicos na eleição presidencial de 2006. Entretanto, tal expectativa não foi confirmada pelos dados. Se, por um lado, houve um aumento significativo do apoio difuso à democracia, o que é positivo, por outro lado, não se constatou um impacto positivo na constituição de capital social, nem institucional nem informal.

Dessa maneira, embasados em resultados a respeito de uma série temporal (T1 e T2), não se pode concluir que “hábitos” recorrentes de participação eleitoral desemboquem, necessária e inevitavelmente, em processos de construção de capital social institucional. Os procedimentos poliárquicos, pelo menos com base nos dados analisados, parecem não ter tido impacto na direção esperada, ou seja, na solidificação de crenças positivas dos cidadãos a respeito de instituições políticas e gestores públicos; pelo contrário, os dados sugerem ser este um efeito negligenciável.

Quanto à construção de capital social informal, apesar de aqui terem sido exploradas poucas informações a este respeito, pode-se deduzir que tampouco houve um impacto significativo. Nessa dimensão, os únicos indicadores sobre capital social formal disponíveis nos questionários de 2002 e 2006 foram a filiação sindical e filiação em organizações profissionais. Nesses dois casos, para o período estudado, houve uma queda acentuada no número de pessoas filiadas a essas organizações (de 18,9% em 2002 para 4,7% em 2006 para sindicatos, e 12,8% em 2002 para 1,5 % em 2006 em associações profissionais).

Quais são as implicações desses resultados para pesquisas sobre eleições e capital social no futuro? Em primeiro lugar, embora a associação entre eleições e capital social, teoricamente, tenha sentido, a análise indicou que as eleições não produzem capital social institucional em virtude de efeitos intervenientes, tais como qualidade de vida, comportamento político, socialização política, estágio de desenvolvimento econômico, magnitude de inclusão social e pobreza e comportamento ético dos gestores públicos. É plausível supor que esses fatores tenham alguma incidência na relação entre pleitos eleitorais e constituição de capital social institucional.

Em síntese, este artigo examinou se as predisposições democráticas convencionais e informais, por parte dos indivíduos, experimentaram aumentos como consequência de processos de habituação formal com procedimentos democráticos. Igualmente, avaliou se os processos eleitorais catalisaram comportamentos de apoio aos princípios democráticos. De maneira geral, essas hipóteses não encontraram sustentação na evidência empírica deste trabalho, sinalizando a necessidade de maior investimento na busca de subsídios que avaliem se instituições são eficazes na constituição de cidadãos críticos.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, C. *How much do Perceptions of Corruption Really tell us?* Brasil: Transparência Brasil, 2007.

AMES, B. and POWER, J. Parties and Governability in Brazil. In: WEBB, P. and WHITE, S. (eds.). *Party Politics in New Democracies*. Oxford University Press, p.179-212, 2007.

ARNOLD, D. *Congress, the Press, and Political accountability*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

AYLLÓN, B. e GUERRERO, V. G. "Brasil, dos años de gobierno Lula." *Política Exterior*, vol.103, enero-feb. 2005.

BAQUERO, M. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Globalização e democracia inercial: o que o Capital Social pode fazer na construção de uma sociedade participativa. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (org) *Capital Social: Teoria e prática*. Ijuí: Editora Ijuí, 2006.

BLINE, P. K. "Building Trust in government in the twenty- first century. Review of Literature and Emerging Issues." 7th Global Forum on Reinventing Government. Vienna, Austria, 2006.

BOOTH, J. and RICHARD, P. B. "Civil society, political capital, and democratization in Central America". *Journal of Politics*, vol.3, nº.60, p.780-800, Aug. 1998.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986.

CARVALHO F.J. C. "Da morte política à consagração: Indagações sobre o significado da reeleição de Lula." *BRASIL: Novos Estudos*, 76, 2006.

CEPAL. "Comissão Econômica para América Latina. Objetivos de desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe." Santiago de Chile, 2005.

CITRIN, J. "Comment: the political relevance of trust in government." *American Political Science Review*. vol.68, nº.3, p.973-988, Sept. 1974.

BAQUERO, M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil...

COLEMAN, J. "Social capital in the creation of human capital." *American Journal of Sociology*. Supplement, p.95-120, 1988.

CRAIG, S. "Efficacy, trust and political behavior. An attempt to resolve a lingering conceptual dilemma." *American Politics Quarterly*, 7, p.225-239, 1979.

DAMATTA, R. "Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso." *Caderno de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, v.3, n°. 3, p.51-59, abr.1993.

DYE, T. e ZIEGLER, H. *The theory of democracy*. Belmont California e Duxburg, 1970.

EASTON, D. *A systems análise of political life*. New York : Wiley, 1965.

_____. "A Re-Assessment of the concept of political support." *British Journal of Political Science*, 1975.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. vol.1. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

FINKEL, S. E. "Reciprocal Effects of Participation and Political Efficacy: A Panel Analysis." *American Journal of Political Science*, Vol.29, n°.4, p.891-913, nov. 1985.

FOUCAULT, M. *Las palabras y las cosas*. México: Siglo XXI Editores, 1977.

HUNTINGTON, S. *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

INEA. *INEA Estudios Anticorrupción*. Disponível em: http://www.ineaestudiosanticorrupcion.org/page_1117909884039.htm> 2006. Acessado em: 12 jun.2007.

KLESNER, J.L. "Social Capital and Political Participation in Latin America." Presented at *2002 Annual Meeting of the American Political Science Association*. Boston, MA, Aug. 29-Sept.1. Retrieved May 10. 2003.

KLIKSBERG, B. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Como avanzar la participación en América Latina, el continente más desigual? Anotaciones estratégicas. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional del CLAD. Ciudad de Guatemala, p.1-29, 7-10 nov.2006.

LATINOBARÓMETRO, 2004 e 2005. Disponível em: <www.latinobarometro.org.> Acesso em: set. 2007.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LINZ, J. J. and STEPAN, A. "Toward consolidated democracies." *Journal of democracy*. nº.7, p.14-33, 1996a.

_____. *Problems of transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore, MD/London: John Hopkins University Press, 1996b.

MARTINS, P. H. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In: BURITY, J. *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares*. Rio de Janeiro: XX Editora, p.65-104, 2002.

MISHLER, W. e ROSE, R. "Trust, distrust and skepticism: Popular evaluations of civil and political institutions in pos-communist societies." *The Journal of Politics*. vol.59, nº.2, May. 1997.

NETTO, D. A. *Paciência e eleições: Diplomacia, Estratégia Política*. Brasília. nº.5, jan./maio. 2007.

NEWTON, K. "Trust, Social Capital, Civil Society, and Democracy." *International Political Science Review*, vol.22, nº.2, p.201-214, 2001.

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PINHEIRO, P. S. EL-CHICHINI, M. e KAHN, T. *Poverty, Marginalization, Violence and The Realization of Human Rights*. New York: United Nations, General Assembly, World Conference on Human Rights, Preparatory Committee, Fourth Session, Geneva, Apr.1993.

POWER, T. J. and HUNTER, W. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006." *Latin American Politics and Society*, vol.49, nº.1, 2007.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. e MANIN, B. *Democracy, accountability and representation*. Cambridge Studies in the Theory of democracy. Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PHARR, S., PUTNAM, R. e DALTON, R. (Orgs). *Disaffected Democracies: What's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

RENNÓ, L. "Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: The winding road to democratic consolidation." *Colombia Internacional*, n°. 64, p.154-165, 2006.

ROSE, R. and SHIN, D. C. "Democratization backwards: The problem of third-wave democracies." *British Journal of Political Science*, n°.31, p.331-354, 2006.

ROSE, R., MISHLER, W. and HAERPFER, C. *Democracy and its alternatives: Understanding post-communist societies*. Baltimore, MD/London: John Hopkins University Press, 1998.

SARTORI, G. *Parties and party systems*. London: Cambridge University Press, 1976.

SELIGSON, A. "Civic associations and democratic participation in Central America: A test of Putnam's thesis." *Comparative Political Studies*, vol.3, n°.32, p.342-62, May. 1999.

SHAFFER, S. D. "Multivariate Explanation of Decreasing Turnout in Presidential Elections, 1960-1976." *American Journal of Political Science*, vol.25, n°.1, p.68-95, Feb. 1981.

SHI, T. "Cultural values and political trust. A comparison of the People's republic of China and Taiwan." *Comparative Politics*, p.403-419, July. 2001.

VENTURI, G. "Determinações e significados da reeleição de Lula." Trabalho apresentado no *Primer Congreso Latinoamericano de Opinión Publica WAPOR*. Colonia del Sacramento. Uruguai, 2007.

TOQUEVILLE. A. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZOVATTO, D. "América Latina después del 'rally' electoral 2005-2006: algunas tendencias y datos sobresalientes." *Revista Nueva Sociedad*. n°.207, p.23-33, enero-feb. 2007.

Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006¹

Lucio R. Rennó
Universidade de Brasília

Resumo

O artigo mostra o impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto do eleitor brasileiro na eleição presidencial de 2006. A pergunta central é se aqueles que consideraram a corrupção como principal problema deixaram de votar em Lula. O artigo avalia se e como os componentes retrospectivo, ideológico e partidário influem no voto bem como o impacto de fenômenos circunstanciais sobre ele. Os dados mostram que as percepções sobre a corrupção têm um peso maior na escolha de candidatos de partidos políticos vizinhos no espectro ideológico brasileiro e peso menor na escolha de candidatos de coalizões partidárias muito distantes neste espectro. Assim, na escolha de voto entre Lula e Alckmin, fatores como percepções sobre a economia, avaliação do governo Lula e certo componente partidário foram mais importantes e serviram de escudos para proteger Lula das acusações de corrupção no cenário da reeleição.

Palavras-chave: corrupção; voto retrospectivo; contabilidade democrática; eleição presidencial de 2006.

Abstract

The article shows the impact of corruption scandals on the Brazilian voter's choice in the 2006 Presidential election and it analyses if those individuals who have considered corruption the main Brazilian problem also did not vote for Lula. The article evaluates if and how the retrospective, ideological and partisan elements have influence on voting, as well as the circumstantial phenomena. Data shows that perceptions about corruption have more impact on the choice for candidates of political parties ideologically neighbors and have less impact on the choice for candidates of ideologically distant political parties. Therefore, the voter's perceptions about economy, the Lula's government performance and some partisan aspect were more important for the choice for President and have protected the candidate from the corruption's accusations.

Key-words: Corruption; retrospective voting; democratic accountability; 2006 Presidential election

¹ Agradeço à Rachel Meneguello e à Ipsos-Opinião pelo acesso aos dados. Agradeço também a David Samuels pela leitura atenta de uma versão preliminar e pelos excelentes comentários. Por último, sou grato aos comentários e sugestões do parecerista anônimo da Revista Opinião Pública. Os erros restantes são de minha responsabilidade.

Introdução

Corrupção e escândalos afins foram temas centrais das eleições de 2006. Dados de opinião pública, apontados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), deixam claro: 30% dos eleitores brasileiros indicaram a corrupção e escândalos decorrentes como o principal tema da campanha. Em um distante segundo lugar, com 10%, ficaram questões sobre a economia. Portanto, não há como entender o processo eleitoral de 2006 sem falar do impacto dos escândalos de corrupção e de atos ilegais sobre o voto.

Ao relembrarmos o período eleitoral de 2006, um evento marcante que logo vem à mente é a compra de dossiês sobre candidatos adversários envolvendo petistas “aloprados”, para utilizar as próprias palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É provável que a ocorrência do segundo turno tenha sido uma consequência direta de mais esse escândalo que envolveu diretamente o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Ricardo Berzoini, e o candidato do PT ao governo de São Paulo, Aloísio Mercadante. Na verdade, se desagregarmos as respostas relacionadas à centralidade da corrupção e escândalos nas eleições, 7% dos entrevistados indicaram exclusivamente o escândalo do dossiê como o principal tema da eleição de 2006².

Além da centralidade como tema de campanha, a corrupção foi também classificada por 42% dos eleitores como o pior problema político do país e por 8% como o segundo pior problema. Assim, para a metade do eleitorado brasileiro, a corrupção é um dos principais desafios a ser superado no Brasil hoje. Comparando com os 2% que apontaram a corrupção como o pior problema do país em 2002, atestado pela rodada de então do ESEB, fica claro que esse problema, antes quase inexistente na visão do eleitor, reforça o argumento de que o traço marcante das eleições de 2006 foi a discussão sobre corrupção (RENNÓ, 2006)³.

² A construção da categoria corrupção dentre os principais temas da eleição foi composta por uma série de resposta à pergunta sobre qual o principal assunto da eleição. A menção a dossiês na campanha está entre elas, assim como as respostas “corrupção”, “falta de ética na política”, “políticos corruptos”, “máfia dos políticos”, “combate à corrupção-lavagem de dinheiro”, “escândalos envolvendo o governo”, “Lula dizer que não sabe dos escândalos” e “Lula roubando-difamação de Lula”.

³ Cabe aqui uma ressalva. Há algumas diferenças entre os enunciados das perguntas e os questionários do ESEB 2002 e 2006. Por exemplo, a pergunta sobre o pior problema do país em 2002 estabelece como referencial temporal para a avaliação do entrevistado os últimos quatro anos. O enunciado da pergunta em 2006 enquadra a questão como o pior problema *político no último ano*. Ou seja, o enfoque das perguntas é bastante distinto, dificultando a comparação. Ainda assim, há uma equivalência funcional entre as duas questões, destacando qual problema é o mais visível para a população. Por isso, a comparabilidade não é totalmente comprometida. Contudo, o problema tampouco pode ser ignorado e por isso é explicitado aqui. Em 2002, também as distintas respostas já foram codificadas na versão final do banco de dados gerando uma categoria para corrupção. Em 2006, as respostas incluídas na formação da variável sobre corrupção são: “falta de ética”, “falta de punição para políticos corruptos”, “Lula dizer

Obviamente que o Escândalo do Dossiê não foi o único levado em consideração. Os dois anos anteriores à eleição foram marcados por escândalos sucessivos de desvios de recursos públicos, compra de apoio de parlamentares através do uso de sobras de campanha e propinas, envolvendo diretamente a cúpula petista do Palácio do Planalto e, em diversos momentos, resvalando no presidente Lula. Primeiro, foi o caso Waldomiro Diniz, figura central dentro da Casa Civil e da articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Em seguida, surgiram as denúncias contra Roberto Jefferson e seus nomeados na empresa dos Correios, resultando primeiro no escândalo dos Correios e, em seguida, no mega-escândalo que ficou conhecido como Mensalão, envolvendo a compra de apoio legislativo de aliados na Câmara dos Deputados. Todos esses escândalos atingiram em cheio o Chefe da Casa Civil e homem-forte do governo Lula, José Dirceu, resultando em sua queda da posição no Poder Executivo e cassação de seu mandato de deputado federal. Por fim, na ante-véspera da eleição, apareceram as denúncias de super-faturamento de ambulâncias em um esquema de alocação de emendas orçamentárias individuais de deputados federais. Este último evento recebeu o sugestivo nome de Sanguessugas. É possível que o escândalo do Dossiê tenha apenas reavivado na memória do eleitor as constantes acusações de corrupção vividas pelo primeiro mandato de Lula e não foi por acaso que o tema central das eleições foi a corrupção.

A corrupção foi também o tema explorado por todos os candidatos da oposição, que mencionaram em suas campanhas, com maior ou menor intensidade, as graves acusações contra a administração petista.

Em um cenário como esse, o grande enigma das eleições de 2006 foi como um presidente candidato à reeleição, cuja administração se viu envolta em diversos escândalos, e que foi extensivamente atacado por seus adversários, foi reeleito com certa tranquilidade e quase no primeiro turno (RENNÓ, 2006). Dada a centralidade do tema nas eleições de 2006, o objetivo deste artigo é exatamente propor uma solução para esse enigma e mensurar o impacto dos escândalos de corrupção sobre o voto do eleitor brasileiro. A pergunta central é se os eleitores que consideraram a corrupção como o principal problema do país votaram de forma preponderante em algum candidato ou contra algum candidato. Mais precisamente, e tendo em vista as constantes acusações aos membros do governo, a questão explorada é se aqueles que consideraram a corrupção como principal problema deixaram de votar em Lula. Da mesma forma, avaliamos se os fatores clássicos em estudos eleitorais, como preferência partidária, ideologia e avaliação da economia serviram como “escudo”⁴ para o presidente Lula contra acusações de corrupção.

que não sabe da corrupção”, “lula roubando-difamação de lula”, “falta de honestidade”, “falta de vergonha dos políticos”, “compra de dossiês” e “políticos-máfia dos políticos”.

⁴ O termo escudo é influenciado, mesmo que de forma tangencial, pela idéia de “legislative shield” proposta por Pérez-Liñan (2007), definida com base em como a bancada legislativa de um presidente

A avaliação do impacto da corrupção sobre o voto é importante também para uma discussão teórica mais ampla sobre contabilidade democrática (*accountability*), no que tange à capacidade do eleitor de punir seus representantes (PRZEWORSKI et al, 1999). A contabilidade democrática tem, desse modo, um forte componente de voto retrospectivo, de avaliação da atuação passada dos políticos no cargo eletivo, enfocando o desempenho no gerenciamento da economia (STOKES, 2001; RENNO e SPANAKOS, 2006). Para alguns, esse pode ser entendido como o voto mais comum e típico de um regime democrático (CONVERSE, 1966; STOKES, 2001).

Mas, o voto retrospectivo tem múltiplas dimensões, pode ser inspirado ou enquadrado (*framed*) por distintos eventos e temas e envolve diferentes atributos e fatores que vão além do tradicionalmente estudado, a dimensão do desempenho econômico. Pode estar relacionado ao desempenho do governante em outras esferas de atuação, como a probidade administrativa e a lisura.

Portanto, avaliar o impacto da corrupção ao lado de outras explicações sobre o voto promove uma visão mais clara sobre quais critérios de análise retrospectiva os eleitores empregam em sua escolha eleitoral. A própria idéia de “escudo” diz respeito às características das preferências e enfoques dos eleitores que podem levá-los a dar menor importância à corrupção no momento de decisão do voto frente a outras dimensões do voto retrospectivo. Pode ser que a avaliação da economia, também retrospectiva, seja mais importante e se sobreponha à questão da corrupção. Há, ainda, outros fatores que, embora não sejam puramente retrospectivos, podem atenuar o impacto da corrupção, como identificação partidária e ideologia.

Na seção seguinte, realizamos a discussão teórica sobre contabilidade democrática e derivamos as hipóteses empiricamente verificáveis levando em consideração as particularidades do caso brasileiro. A seção, portanto, combina teoria e empiria na derivação das hipóteses testadas. Em seguida, apresentamos a base de dados e as variáveis que operacionalizam os principais conceitos e hipóteses discutidas. A análise dos dados indica que a corrupção foi um fator importante nas decisões de voto do eleitor brasileiro em 2006. Contudo, o impacto da percepção sobre a corrupção não foi uniforme: afetou algumas escolhas de candidato a presidente e outras não. Esse achado pode esclarecer o enigma da reeleição de Lula, a despeito dos escândalos de corrupção. Por fim, são discutidas algumas implicações teóricas e normativas com base nos achados.

Um cuidado acerca das implicações de nossa análise é que estamos lidando com a percepção dos eleitores sobre escândalos de corrupção baseados em acusações e divulgados pelos meios de comunicação e redes pessoais de conversa

pode evitar *impeachments*. A argumentação aqui é similar, pois indica quais preferências individuais dos eleitores e a popularidade do presidente podem reduzir a influência de escândalos na esfera política e evitar punições eleitorais.

política e não sobre casos concretos, julgados e condenados, de corrupção. Essa diferença é importante já que a percepção sobre corrupção não indica, necessariamente, culpa dos envolvidos. Políticos podem utilizar essa retórica para se defender, alegando inocência e perseguição, o que é plenamente aceitável em qualquer regime. Isso também ajuda a entender por que certos eleitores não atribuem tanto peso à corrupção em suas escolhas eleitorais.

Contabilidade Vertical e Cálculos Eleitorais Múltiplos no Brasil

O conceito de “contabilidade democrática” (PRZEWORSKI et al, 1999) também está na essência da idéia de “contabilidade vertical” proposta por O’Donnell (1994). Em sua discussão sobre democracia delegativa na América Latina, O’Donnell aponta que os eleitores dão carta branca a seus representantes no período entre eleições, acompanhando de longe o processo decisório, de forma a fazer “vista-grossa” à sua atuação. Assim, a capacidade de monitoramento e punição do eleitor sobre o representante que frustra os elos de representação é baixa e o controle sobre o eleito só existiria no momento da eleição, quando o eleitor avalia a atuação do representante e decide seu apoio com base em eventos circunstanciais e pessoais dos candidatos. No caso da democracia delegativa, a possibilidade de “contabilidade vertical”, de prestação de contas entre eleitor e eleito, estaria prejudicada em grande parte da América Latina. Conjugada a uma fragilidade de mecanismos de controle horizontal, do poder legislativo sobre o executivo, resultaria em governos com muita amplitude para decisões unilaterais e arbitrarias. Em suma, a democracia delegativa diz respeito, portanto, à ausência de contabilidade democrática vertical e horizontal. Isso ocorreu nas eleições brasileiras de 2006? Uma das grandes questões das eleições de 2006 é como um candidato à reeleição, com sua administração mergulhada em escândalos de corrupção, saiu vitorioso (RENNÓ, 2006). Isso é sinal de ausência de contabilidade vertical?

A partir de Przeworski et al (1999) e O’Donnell (1994), fica claro que o componente retrospectivo é muito importante para a “contabilidade vertical” e, para entendermos como os eleitores controlam e julgam seus representantes, precisamos saber quais critérios empregam na hora do voto. A pergunta, então, é qual foi a influência de elementos retrospectivos no voto para presidente em 2006? Torna-se importante desvendar quais são os fatores que influenciam o voto, a fim de identificar os micro-fundamentos da contabilidade eleitoral. Neste caso, é importante avaliar se percepções sobre a corrupção impactaram as escolhas eleitorais em 2006 ou não e, caso haja algum impacto, podemos argumentar que os eleitores não estão alheios ao tema.

A) Multidimensionalidade do Voto Retrospectivo

Fiorina (1981) e Kinder & Kiewit (1981) nos dão pistas sobre possíveis critérios retrospectivos utilizados por eleitores. Nessa visão, prevalece a idéia de que o estado da economia é fundamental para compreender as avaliações sobre candidatos e suas escolhas eleitorais. As visões sobre a economia, por sua vez, podem estar relacionadas a melhoras ou piores na vida pessoal do eleitor ou no estado da economia nacional como um todo. Portanto, se a economia vai bem ou se a situação econômica pessoal do eleitor melhora, o candidato à reeleição tem maiores chances de vitória. Essa explicação tem quase status de lei dentro da discussão sobre comportamento eleitoral.

No voto retrospectivo econômico, a ênfase está na eficiência da administração no gerenciamento da economia. Mas, ética e honestidade no exercício do mandato também podem ser um critério importante, passando a ser mais um componente do cálculo eleitoral retrospectivo. Escândalos com alegações de corrupção sucessivos podem macular estas dimensões da avaliação retrospectiva. No caso, ganham um caráter sistemático da avaliação do desempenho dos representantes eleitos, e não apenas algo circunstancial da campanha eleitoral.

Um governo marcado por sucessivos escândalos de corrupção pode ser avaliado com base nesse fator mais fortemente do que com base em outros componentes retrospectivos, como a sua eficiência econômica. Mesmo que não haja comprovação da existência de corrupção, a mera veiculação massiva de evidências e os desdobramentos políticos dos eventos, como demissão de membros do governo, audiências públicas em Comissões de Inquérito, entre outros, podem macular dramaticamente a imagem dos políticos envolvidos. Além disso, os adversários dos envolvidos em escândalos buscam capitalizar politicamente eventos, evitando que o tema saia da agenda pública e procurando sempre aumentar sua saliência.

Em suma, mesmo quando se fala apenas de voto retrospectivo, é possível apontar a multidimensionalidade desse padrão de decisão eleitoral, enfocando distintos aspectos do desempenho de políticos no cargo, como eficiência, honestidade, solidariedade social, entre outros. A multidimensionalidade do voto retrospectivo é algo ainda pouco explorado na literatura sobre comportamento eleitoral.

B) Cálculos Eleitorais Múltiplos

Mas, o voto retrospectivo não é o único modo de cálculo eleitoral. Susan Stokes (2001) aponta outras formas de escolha. Os eleitores podem utilizar, além do voto retrospectivo, componentes mais prospectivos, como um cálculo intertemporal, no qual custos e dificuldades econômicas são aceitas no curto prazo para que haja bonança no futuro. No caso, o estado da economia continua a ser importante, mas melhoras na economia não necessariamente têm um efeito positivo sobre as chances de reeleição do presidente, pois podem indicar políticas irresponsáveis com o longo prazo.

Há também o voto ideológico, que se baseia nas preferências de longo prazo do eleitor e sua vinculação a partidos políticos. Os eleitores apóiam candidatos de seus partidos ou próximos ideologicamente independente do desempenho desses candidatos no exercício do mandato. Em um caso extremo, avaliações sobre o estado da economia e sobre o desempenho dos políticos no poder podem não ter qualquer influência sobre o voto. As questões ideológica e partidária podem atenuar o impacto de elementos circunstanciais ou de avaliações do desempenho dos políticos.

Na literatura, o voto ideológico ou partidário é entendido como uma explicação de longo prazo para o voto, em oposição a fatores de curto prazo, mais relacionados com eventos da campanha (HOLBROOK, 1994; GREEN e PALMQUIST, 1994). Claro, Stokes não foi a primeira a chamar a atenção para o impacto das lealdades de longo prazo na escolha eleitoral. O estudo clássico sobre decisão eleitoral, *The American Voter*, de Campbell et al (1960), já chamava a atenção para o papel dos partidos políticos na definição da escolha de candidato. Pappi (1996), mais recentemente, apontou para o papel da ideologia na escolha do voto em sistemas multipartidários. Outros atalhos cognitivos também foram identificados, como os sinais emitidos por grupos de apoiadores de um candidato (*endorsers*) (SNIDERMAN, 2000).

É interessante notar que, no estudo clássico de Campbell et al (1960), o voto partidário, de longo prazo, era visto como uma explicação residual para a escolha eleitoral. Os eleitores americanos não votariam baseados em *issues*, em temas de campanha, mas, sim, de acordo com preferências cristalizadas no longo prazo e, até certo ponto, sem muito raciocínio ou espírito crítico. Para esta visão, o voto baseado só no partido não é uma alternativa interessante se ela serve para mascarar atuações duvidosas dos representantes eleitos. Assim, o voto partidário, sem embasamento em preferências temáticas ou baseado em políticas públicas frágeis, pode resultar em escolhas pouco informadas.

Green e Palmquist (1994) vão na mesma linha, afirmando que a identificação partidária e a preferência ideológica são componentes de uma lealdade de mais longo prazo, fatores considerados imunes às pressões e dinâmicas particulares de campanhas eleitorais. Tais eventos de campanha, acontecimentos circunstanciais que caracterizam um episódio eleitoral, são entendidos como de curto prazo. Incluem-se aí participação em debates e estilos de propaganda eleitoral (HOLBROOK, 1994). Escândalos circunstanciais, como o do Dossiê, entra também nessa categoria. No entanto, como foi argumentado antes, quando escândalos de corrupção passam a ser uma constante em uma administração, não estando limitados apenas ao período de campanha, então, podem ser vistos como um componente mais sistemático, afetando o voto retrospectivo, e não apenas circunstâncias, de curto prazo. Em outras palavras, se uma administração passa a ser associada à corrupção e a escândalos, esse fator passa a ser caracterizador de seu desempenho passado e critério para o voto retrospectivo. Esse parece ser o caso do primeiro mandato do governo Lula.

Com base nesta discussão, fica claro que há uma multiplicidade de fatores que podem influenciar o voto: os votos retrospectivo, ideológico e partidário; e há, ainda, o impacto de fenômenos circunstanciais. A avaliação da economia não é a única forma de análise retrospectiva do desempenho do governo, há outras dimensões da atuação de políticos no cargo que podem e são empregadas pelo eleitor no momento da decisão do voto. Resta ver como esse fatores influenciaram as escolhas eleitorais no Brasil.

C) O Caso Brasileiro – Ambivalência entre Cálculos Múltiplos

No caso das eleições brasileiras de 2006, há indícios de que o voto retrospectivo não se baseou apenas na avaliação da economia. Este pode ter sido um dos possíveis critérios, mas não o único. Visões sobre honestidade e probidade administrativa podem ter sido também um fator retrospectivo que afetou decisões de voto. Nessa perspectiva, o eleitor pode se encontrar em uma situação de ambivalência ao decidir como pesar os distintos atributos do desempenho dos políticos eleitos (FELDMAN e ZALLER, 1992; ZALLER, 1992). Além disso, outros critérios, como preferência ideológica e partidária, que possivelmente têm uma durabilidade maior do que os eventos circunstanciais de uma campanha ou de uma administração, podem complicar ainda mais a situação, gerando um escudo para políticos com desempenho duvidoso.

Para o caso brasileiro, há mais debates inconclusos sobre o impacto de variáveis de longo prazo sobre o voto do que para sistemas políticos onde os partidos políticos existem há mais tempo e estão mais institucionalizados (MAINWARING e SCULLY, 1995). Há autores que encontram alguma relevância do

peso partidário na decisão de voto no Brasil, principalmente no caso do PT, e quando se inclui na equação não apenas identificação, mas também rejeição partidária (SINGER, 1999; CARREIRÃO e BARBETTA, 2004; CARREIRÃO e KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; NICOLAU, 2007). Por outro lado, alguns autores questionam a importância dos partidos e da ideologia na escolha eleitoral. Almeida (2001) indica que a maior parte dos eleitores não consegue se posicionar em uma escala de preferência ideológica entre esquerda e direita, o que enfraquece o uso desse indicador para prever escolhas eleitorais. Samuels (2006), por sua vez, indica que a própria identificação partidária é mais bem explicada pela preferência do eleitor acerca das lideranças do partido. Neste caso, a identificação partidária seria explicada pelas características pessoais dos líderes partidários e pelo apego do eleitor às suas personalidades.

Cabe destacar aqui a limitação de dados transversais de opinião pública, coletados em uma amostra em apenas um momento do tempo, para a mensuração adequada do impacto da preferência ideológica e da identificação partidária na escolha eleitoral tanto para o Brasil como para outros locais onde partidos políticos existam há pouco tempo ou estejam atravessando processos de institucionalização (MAINWARING e SCULLY, 1995). Está explícita no uso desses dados a idéia de que a identificação partidária e a preferência ideológica, quando utilizadas para explicar voto, são duráveis, de longo prazo e estáveis no tempo, características básicas de variáveis exógenas em um modelo analítico. Contudo, há evidências de que a identificação partidária não contém nenhuma dessas características no caso brasileiro para uma parcela significativa do eleitorado. Na verdade, Ames et al (2006), usando dados de painel coletados em duas cidades brasileiras nas eleições de 2002 e, posteriormente, em 2004, encontram que há flutuações substantivas da identificação partidária de eleitores quando medida em momentos diferentes da campanha e entre campanhas. Isso coloca em xeque o papel que partidos políticos têm na definição da escolha eleitoral. Contudo, como não temos dados longitudinais para a presente análise, utilizamos os dados de preferência partidária disponíveis na expectativa de que estudos futuros, utilizando dados longitudinais, possam testar essas hipóteses novamente.

Não obstante, é importante modelar o impacto da identificação partidária junto ao eleitorado. É plenamente razoável supor que a identificação partidária e a preferência ideológica podem atenuar o impacto da corrupção quando se tratar da escolha entre candidatos de partidos políticos distantes no espectro ideológico. Em outras palavras, quando a diferença ideológica e partidária é grande, valores circunstanciais ou retrospectivos terão menor força. É importante, também, testar essa hipótese ao lado de outras explicações tradicionais do voto no Brasil, como visões sobre a economia e outros controles, como gênero, idade e escolaridade (MENEGUELLO, 1994; RENNÓ e SPANAKOS, 2006; CARREIRÃO, 2007; NICOLAU,

2007). Outra ressalva importante é necessária: algumas explicações clássicas do voto no Brasil, como visões sobre as características pessoais de candidatos ou temas específicos da campanha não estão disponíveis no ESEB 2006 e não poderão ser incluídas no modelo (CARREIRÃO, 2002; 2006).

Assim, com base na discussão sobre a multidimensionalidade do voto retrospectivo e sobre a idéia de que lealdades de longo prazo podem atenuar visões mais críticas acerca do desempenho de candidatos distintos no espectro ideológico, levantamos as seguintes hipóteses para analisar a eleição de 2006:

Hipótese 1: As percepções sobre corrupção deverão ter impacto negativo sobre o voto em Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente quando o eleitor estiver decidindo entre candidatos que estão do mesmo lado do espectro ideológico. Portanto, as visões sobre a corrupção terão um peso maior na escolha entre candidatos de partidos políticos próximos no espectro ideológico – como Lula e Cristóvam Buarque e Lula e Heloísa Helena – e menor na escolha entre candidatos de coalizões partidárias muito distantes no espectro ideológico brasileiro – como entre Lula e Alckmin, este pertencente a uma coalizão claramente à direita.

Hipótese 2: Nesse sentido, a identificação partidária, a posição ideológica dos partidos e a avaliação do governo Lula, uma forma mais geral de voto retrospectivo, servirão de escudos contra os efeitos negativos causados pelos escândalos de corrupção envolvendo a administração do candidato à reeleição.

Dados e Variáveis

Utilizamos as bases de dados do ESEB 2002 e 2006⁵. Os dados de 2002 foram utilizados apenas para a comparação feita anteriormente sobre a centralidade da corrupção nas eleições. As análises a seguir baseiam-se exclusivamente nos dados de 2006, que contêm mensurações sobre intenção de voto para todos os cargos, alguns indicadores de informação política, de identificação e rejeição partidária, de preferência ideológica assim como avaliações sobre os principais problemas do país.

Na análise, a variável dependente é uma variável nominal que indica o voto no primeiro e segundo turnos da eleição de 2006; portanto, são analisadas, no primeiro turno as escolhas entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo

⁵ O ESEB 2002 é representativo nacionalmente e conta com uma amostra de 2513 casos coletados entre 31 de outubro e 28 de dezembro de 2002. O ESEB 2006 foi coletado pelo CESOP e pela IPSOS -Opinion entre 17 e 27 de dezembro de 2006 e com uma amostra nacional representativa de 1000 casos sorteados aleatoriamente em 70 municípios brasileiros.

Alckmin, Cristóvam Buarque, Heloísa Helena e o não-voto, que inclui abstenção, voto em branco e nulo. No segundo turno, as opções foram Lula e Alckmin e o não-voto. As escolhas de outros candidatos, com votações inexpressivas, foram omitidas⁶.

As variáveis independentes são:

1) Percepções sobre corrupção como principal problema nacional indicadas por afirmações em questão aberta sobre o principal problema político do país. As respostas relacionadas com corrupção receberam valor 1. As demais receberam valor 0. Foram somadas as respostas para a corrupção como principal problema e como segundo mais importante. Portanto, o valor último da variável é 0, 1 e 2, com o valor 2 significando que a corrupção é o principal problema e o valor 1 indicando que a corrupção é o segundo principal problema. Portanto, é uma variável que indica o grau crescente de importância para o eleitor da corrupção como problema nacional. Essa variável deverá ter um impacto negativo sobre o voto em Lula, principalmente quando comparado com outros candidatos de esquerda.

2) Percepções sobre a economia, indicadas por afirmações em questão aberta sobre o principal problema do país. As respostas relacionadas às questões econômicas receberam valor 1. As demais receberam valor 0. Foram somadas as respostas para a economia como principal problema e como segundo mais importante. Novamente, portanto, o valor último da variável é 0, 1 e 2, com o valor 2 significando que a economia é o principal problema e o valor 1 indicando que a economia é o segundo principal problema. Assim como para a variável anterior, trata-se de um indicador de grau crescente de importância para o eleitor da economia como problema nacional. Essa variável deverá ter impacto negativo sobre o voto em Lula, principalmente quando comparado a Alckmin. Quem acredita que temas econômicos são o principal *problema político* do país irá votar contra a administração petista, principalmente em seu principal adversário. Cabe destacar que a economia, nessa operacionalização, é entendida como um fator negativo, por isso deverá afetar negativamente o candidato à reeleição.

3) Avaliação do desempenho do governo Lula, indicada por quatro categorias: ótimo, bom, ruim e péssimo. As duas primeiras opções foram agrupadas e diferenciadas de todas as demais respostas. Assim, foi criada uma variável *dummy* com valor 1 para avaliações “ótimo” e “bom” e 0 para as demais alternativas. Essa

⁶ Irei me referir aos candidatos como eles são popularmente conhecidos: Lula, Cristóvam, Alckmin e Heloísa Helena. Foram omitidos os dois votos em Luciano Bivar identificados pelo ESEB 2006. Os candidatos José Maria Eymael, Ana Maria Rangel e Rui Costa Pimenta não receberam votos na amostra analisada. Há 165 casos ausentes na declaração de voto no primeiro turno e 146 no segundo turno.

é outra variável clara de voto retrospectivo. Avaliações positivas de Lula deverão aumentar a probabilidade de voto nele.

4) Identificação partidária com o PT, indicada pela declaração do eleitor de que tem alguma simpatia pelo Partido dos Trabalhadores. Recebe valor 1 se gosta do PT e valor 0 todas as demais respostas. Essa variável deverá ter impacto positivo sobre o voto em Lula.

5) Rejeição ao PT, indicada por uma variável que pergunta em que partido não votaria de forma alguma. Recebe valor 1 a menção ao PT e todas as demais respostas recebem o valor 0. O uso dessa variável foi inspirado pelos achados de Carreirão e Barbeta (2004), que indicam que não apenas a identificação partidária, mas também a rejeição ao PT funcionam como uma âncora para as preferências eleitorais dos cidadãos. A expectativa é que quem não gosta do PT não vota em Lula.

6) Preferência ideológica, medida por uma variável com valores entre 0 e 10, indicando o auto-posicionamento do eleitor em uma escala que vai da esquerda para a direita. Essa medida é problemática por que 41% da amostra não souberam se posicionar na escala, confirmando achados anteriores de Almeida (2001). Uma medida melhor de ideologia, principalmente na eleição de 2006, seria a posição quanto a um tema divisório no Brasil, como é a questão da privatização. Infelizmente, não há variável que mensure opiniões sobre temas no ESEB de 2006, por isso, foi acrescentada na análise uma variável que indica se o eleitor é de esquerda ou não. A média do posicionamento entre os que se posicionaram na escala esquerda-direita foi 6, com um desvio padrão de 2. Como um terço da amostra que respondeu a pergunta se concentra entre valores 0 a 5, optamos por classificar como de esquerda os eleitores com valor 5 ou menos na escala de resposta. Portanto, classificamos eleitores entre o terço mais à esquerda do eleitorado como de esquerda e os demais, inclusive os que não souberam se posicionar, como não sendo de esquerda. Essa é uma alternativa limitada e imprecisa para tratar a questão ideológica, mas menos idiossincrática do que arbitrariamente definir um valor que indica posição à esquerda. Esses eleitores receberam valor 1 na variável recodificada. Todos os demais, inclusive os que não responderam à pergunta, receberam valor 0. Obviamente, essa operacionalização não é a ideal e poderá atenuar o impacto da variável, já que está impregnada de erro. O fato de a variável independente conter erro de mensuração reduz sua eficiência e pode resultar em um erro de tipo II, um falso negativo, de aceitar a hipótese nula, quando a mesma deveria ser rejeitada. Contudo, excluir essa variável completamente resultaria em um erro de especificação do modelo, já que essa

variável é tida como importante para a análise do comportamento eleitoral do brasileiro. Excluir uma variável teoricamente relevante resulta em um erro que gera viés, causando um problema maior do que ineficiência (KING, KEOHANE e VERBA, 1994). Teoricamente, o impacto dessa variável deverá favorecer o voto em Lula em contraste com Alckmin. Para as demais escolhas, é difícil prever.

Uma forma complementar de lidar com a questão ideológica nas eleições de 2006 é distinguir o impacto das distintas explicações para o voto nas diversas escolhas entre candidatos oferecidas aos eleitores. Lula, Cristóvam e Heloísa Helena são de partidos considerados de esquerda, portanto, podemos pensar que a escolha entre esses candidatos seja influenciada por fatores distintos da escolha entre Lula e Alckmin, este último de uma coligação considerada de direita. A questão ideológica seria identificada pela variação no impacto dos determinantes do voto na decisão sobre as diferentes alternativas de escolha. Mais precisamente, visões sobre corrupção podem influenciar escolhas entre candidatos que estão situados no mesmo lado do espectro ideológico, enquanto entre candidatos mais distintos ideologicamente esse fator pode ser secundário.

7) Informação política, medida por um índice que soma respostas corretas a perguntas sobre conhecimento político. Informação política é um fator que pode alterar escolhas eleitorais (LUSKIN, 2002). Contudo, esse índice não mede informação específica sobre cada candidato ou partido, o que é tido como informação política mais relevante (DELLI CARPINI e KEETER, 1996; LUPIA, 1994). Por isso, o efeito dessa variável pode ser fraco, mas, de qualquer forma, é a única opção existente e, para evitar vieses de estimação, será incluída na análise. Essa é mais uma variável de controle do que uma hipótese clara sobre a direção do voto.

8) Controles para nível educacional, sexo e idade. As perguntas utilizadas para a construção destas variáveis estão listadas no apêndice.

Análise e Resultados

Para a análise da escolha eleitoral no primeiro e no segundo turnos das eleições de 2006 foi utilizado um modelo de regressão multivariada com uma função de ligação multinomial, a fim de contemplar o caráter nominal e de múltiplas categorias das variáveis dependentes (NICOLAU, 2007). Como o vencedor no episódio eleitoral foi o candidato do PT, Lula, sua categoria serviu de referência para comparar o impacto das variáveis nas escolhas eleitorais. Nessa forma de estimação, as demais alternativas de escolha são contrastadas com a categoria de referência simultaneamente, usando o mesmo modelo. Portanto, contrastamos o

voto declarado em Lula frente a todas as demais opções. Como o voto declarado em Lula é a categoria de referência, valores negativos nos coeficientes de uma variável indicam aumento da probabilidade de voto em Lula. Valores positivos indicam aumento da probabilidade de voto em cada um dos demais candidatos. A Tabela 1 apresenta os resultados para o primeiro turno das eleições de 2006.

Tabela 1: Regressão Logística Multinomial para Escolha Eleitoral no Primeiro Turno das Eleições de 2006, Brasil.

	Lula – Alckmin	Lula – Heloísa Helena	Lula – Cristóvam	Lula – Não-voto
Corrupção	-0.111 (0.75)	0.356 (1.47)	0.735 (1.93)**	0.439 (0.98)
Economia	0.366 (2.46)**	-0.087 (0.37)	0.250 (0.59)	-0.097 (0.21)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	-2.516 (9.82)***	-1.964 (4.95)***	-1.676 (2.50)**	-2.522 (4.87)***
Informação Generalizada	0.290 (2.13)**	0.006 (0.03)	0.253 (0.44)	-0.401 (1.58)*
Rejeição ao PT	1.849 (7.86)***	1.349 (3.27)***	0.966 (1.57)*	3.231 (4.57)***
Simpatia ao PT	-2.192 (3.59)***	-0.448 (0.85)	-37.775 (76.22)***	0.230 (0.21)
Esquerda	0.043 (0.17)	0.573 (1.55)	0.520 (0.81)	0.206 (0.41)
Sexo	0.460 (1.97)**	0.466 (1.29)	0.082 (0.13)	0.347 (0.69)
Idade	0.008 (0.92)	0.024 (2.42)**	0.040 (1.29)	0.007 (0.36)
Grau de Instrução	0.247 (4.02)***	0.259 (3.29)***	0.591 (2.91)***	0.161 (1.30)
Constante	-2.784 (3.75)***	-4.659 (4.38)***	-9.095 (3.94)***	-4.557 (2.26)**
Observações	833	833	833	833

Estadísticas z Robustas em parênteses

* significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%

Fonte: ESEB, 2006.

Os dados sobre a escolha no primeiro turno indicam um impacto limitado das avaliações sobre corrupção. Contudo, conforme esperado, percepções sobre corrupção levaram os eleitores a escolher Cristóvam Buarque sobre Lula, ambos de partidos de esquerda. Também o voto em Heloísa Helena foi influenciado positivamente pelas visões sobre corrupção, mas estatisticamente significativo apenas ao nível .15. Ou seja, a hipótese 1 é parcialmente confirmada: o impacto da corrupção afetou apenas escolhas entre candidatos de partidos de esquerda. É interessante notar que as preocupações com questões econômicas, que normalmente são utilizadas como o único indicador de voto retrospectivo, não tiveram qualquer efeito na escolha de voto entre candidatos de partidos de esquerda.

Por outro lado, a percepção sobre a economia afetou a decisão de voto entre Lula e Alckmin, o principal candidato da oposição e representante da coalizão que governou o país antes de Lula. Quando a economia era vista como um problema nacional, a chance de votar em Alckmin aumentava. Já o efeito da corrupção foi inverso ao dos demais candidatos. Quanto maior a visão de que corrupção é um problema, menor a chance de votar em Alckmin, mas o resultado não é estatisticamente significativo. Portanto, visões sobre corrupção não diferenciam a escolha entre Alckmin e Lula no primeiro turno, também conforme previsto na hipótese 1.

Cabe ressaltar que uma variável central para entender a escolha eleitoral feita em 2006 é a avaliação do governo Lula, um indicador mais geral de avaliação retrospectiva (STOKES, 2001). Avaliar positivamente o governo Lula foi decisivo para votar no candidato à reeleição. Cabe destacar que os dados do ESEB 2006 apontam para uma avaliação favorável a Lula entre 75% dos entrevistados. Dessa forma, não é possível entender a escolha em Lula sem levar em conta a avaliação retrospectiva geral de seu governo.

Com relação às demais variáveis, cabe destacar o efeito das duas formas de avaliar o impacto da preferência partidária na eleição. Como apontaram Carreirão e Barbetta (2004), rejeição ao PT reduz a chance de votar em Lula e a identificação com o PT aumenta essa chance. O impacto da rejeição é claro em todas as escolhas e reduz a probabilidade de votar em Lula, mas não deixa evidente qual candidato se beneficia mais, pois se rejeitar o PT implica em não votar em Lula, não necessariamente implica em votar em outro candidato. Se considerarmos o tamanho dos coeficientes como indicação, embora sua interpretação direta não seja de fácil interpretação, podemos supor que a magnitude maior indica maior força do impacto. Nesse caso, a rejeição ao PT favoreceu mais Alckmin.

Quanto à identificação com o PT, o impacto favorável a Lula só não ocorreu com relação ao voto em Heloísa Helena. Assim, alguns petistas podem ter votado nessa candidata. Por outro lado, houve um forte impacto negativo da identificação com o PT no voto de Cristóvam e Alckmin: aqueles que se declaram petistas não votaram em nenhum desses candidatos.

Se analisarmos os efeitos da identificação partidária, avaliações do governo Lula, visões sobre corrupção e economia e da posição ideológica dos partidos dos candidatos, temos uma visão mais completa sobre o processo eleitoral de 2006. Identificação partidária com o PT serviu de escudo para Lula contra as acusações de corrupção quando contrastado com Alckmin. Nesse caso, avaliações da economia passaram a ser mais relevantes. Já quando se tratou de escolhas entre candidatos do mesmo lado do espectro ideológico, e cabe lembrar que Lula, Cristóvam e Heloísa Helena foram correligionários no PT, então corrupção veio à tona como um fator de escolha de um candidato de oposição à esquerda de Lula. Uma variável que teve impacto decisivo em todas as escolhas de voto, ajudando a dizimar ambigüidades, foi a avaliação do governo Lula uma forma de voto retrospectivo geral. Quem gostou do desempenho de Lula, votou em Lula. Ou seja, Lula teve alguns escudos poderosos para se proteger das acusações de corrupção, o que confirma em grande parte a hipótese dois.

Em suma, podemos dizer que a escolha de voto entre Lula e Alckmin no primeiro turno indica padrões claros de voto retrospectivo e foi influenciado pelo posicionamento ideológico dos partidos. Já quando nos voltamos para votos dentro da esfera de partidos de esquerda, as visões sobre corrupção passam a ser influentes. Mas a disputa pela vitória se deu entre Lula e Alckmin e a ausência de impacto da corrupção nessa escolha pode ter sido central para explicar o resultado final do pleito.

Quanto às demais variáveis, cabe indicar que seus efeitos não foram tão relevantes, exceto nível de escolaridade. Auto-posicionamento ideológico não pareceu influenciar o voto, indicando sua alta imprecisão na mensuração. Informação política aumentou apenas as chances de voto em Alckmin. Idade afetou apenas o voto em Heloísa Helena, aumentando seu apoio. Grau de escolaridade também reduziu as chances de voto em Lula, tendo impacto positivo sobre os votos de Alckmin, Cristóvam e Heloísa Helena.

Por fim, a escolha entre votar em Lula, por um lado, ou se abster, votar em branco ou nulo, por outro, foi influenciada pela avaliação do governo Lula, pela rejeição ao PT e por níveis informacionais. Portanto, escolher não votar foi influenciado por avaliações negativas do desempenho de Lula e rejeição ao PT. Não ter votado pode ser visto como um protesto contra o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula, principalmente por parte de eleitores com nível informacional mais baixo. Uma possibilidade explicativa para a escolha pelo não-voto é que eleitores que não gostam do PT e do governo Lula não encontraram um candidato que os interessasse ou não tiveram informação suficiente sobre os candidatos para permitir uma escolha.

E quanto ao segundo turno? Os padrões de transferência de voto entre candidatos e a campanha eleitoral mudaram os resultados encontrados acima? A Tabela 2 apresenta resultados que replicam em grande parte para o segundo turno o padrão de escolha encontrado entre Lula e Alckmin no primeiro turno da eleição de 2006.

Tabela 2: Regressão Logística Multinomial para Escolha Eleitoral no Segundo Turno das Eleições de 2006, Brasil.

	(1)	(2)
	Lula - Alckmin	Lula – Não Voto
Corrupção	-0.244 (1.71) *	0.015 (0.08)
Economia	0.418 (2.82)**	0.307 (1.56)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	-2.605 (10.43)**	-1.468 (4.83)**
Informação Generalizada	0.254 (1.96)	-0.181 (1.14)
Rejeição ao PT	1.817 (8.12)**	1.577 (5.32)**
Simpatia ao PT	-2.001 (3.91)**	-1.007 (1.96)
Esquerda	-0.179 (0.73)	-0.020 (0.07)
Sexo	0.340 (1.51)	0.160 (0.59)
Idade	-0.002 (0.20)	-0.021 (1.79)
Grau de Instrução	0.215 (3.72)**	-0.030 (0.42)
Constante	-1.716 (2.33)*	-0.635 (0.73)
Observações	855	855

Estatísticas z Robustas em parênteses

* significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%

Fonte: ESEB, 2006.

Os dados mostram que percepções sobre corrupção foram significativas no segundo turno, mas na direção contrária à esperada: eleitores que identificaram a corrupção como um problema nacional tenderam a votar mais em Lula. Ou seja, o efeito que já era favorável a Lula no primeiro turno, mas não era estatisticamente significativo, no segundo turno passou a sê-lo. Os demais efeitos permaneceram constantes. Por que até aqueles com visões sobre a corrupção como problema principal preferiram Lula sobre Alckmin no segundo turno?

Algumas variáveis descritivas acerca das visões sobre corrupção e transferência de votos entre candidatos do primeiro para o segundo turno nos ajudam a entender o efeito da variável corrupção. Em primeiro lugar, a maior parte dos eleitores de Heloísa Helena e Cristóvam identificava a corrupção como um problema nacional. 90% dos eleitores de Cristóvam e 59% dos eleitores de Heloísa Helena se preocupavam com a corrupção. Dentre os quatro principais candidatos, esses são os indicadores mais altos. Cabe destacar que 46% dos eleitores de Lula e 52% dos eleitores de Alckmin no primeiro turno achavam que a corrupção era um problema nacional. Ou seja, a diferença entre os eleitores de Lula e Alckmin quanto a esse aspecto não era muito grande no primeiro turno da eleição.

Pois bem, dos eleitores que votaram em Heloísa Helena e Cristóvam no primeiro turno, 56% e 11%, respectivamente, passaram a votar em Lula no segundo turno. 7% dos eleitores de Alckmin no primeiro turno decidiram mudar seu voto para Lula no segundo turno. Isso ajuda a entender, também, por que a votação total de Alckmin foi menor no segundo turno do que no primeiro. Dentre os eleitores de Heloísa Helena no primeiro turno que votaram em Lula no segundo turno, 68% indicaram a corrupção como problema. Já os de Cristóvam que pensavam que a corrupção era um problema migraram, na sua maioria esmagadora, para Alckmin. Contudo, o número absoluto desses casos foi menor do que o de Heloísa Helena. Se somarmos a isso os eleitores de Alckmin que mudaram de voto no segundo turno fica mais fácil entender o efeito positivo das visões sobre corrupção no voto em Lula no segundo turno.

De qualquer forma, a magnitude do efeito dessa variável, comparando os coeficientes, indica um impacto menor do que outras explicações para o voto. Como todas as variáveis são *dummies*, e contêm a mesma métrica, essa comparação é possível. Fica claro, portanto, que, na escolha entre Lula e Alckmin, prevaleceram fatores como visões sobre a economia, avaliação do governo Lula e algum componente partidário.

Conclusão e Implicações

A análise dos dois turnos nos permite oferecer uma resposta ao enigma das eleições de 2006: como um governo envolvido em tantos escândalos de corrupção foi reeleito? No primeiro turno, a corrupção afetou o voto de uma porção pequena do eleitorado. Apenas a escolha entre Lula e Cristóvam foi claramente influenciada por esse fator, com o voto em Heloísa Helena sofrendo impacto menor. No que tange à principal disputa do primeiro turno, entre Lula e Alckmin, visões sobre a corrupção não tiveram qualquer efeito.

Já no segundo turno, eleitores que viam a corrupção como problema passaram a apoiar Lula. Contudo, tanto no primeiro quanto no segundo turnos, o desempenho do governo Lula em outras áreas e sentimentos quanto ao PT foram mais importantes e serviram de escudos para protegê-lo das acusações de corrupção, confirmando as hipóteses deste artigo.

O que esses achados podem nos dizer sobre a questão da “contabilidade democrática” vertical no Brasil? Contabilidade democrática vertical diz respeito à capacidade que o eleitor tem de punir os representantes que não correspondem às suas expectativas. Portanto, está relacionada a um voto retrospectivo. Contudo, a avaliação retrospectiva é multidimensional, pode estar relacionada ao desempenho da economia, a comportamento ético ou a outros fatores. Além disso, a escolha eleitoral leva em consideração outros cálculos, como identificação partidária e ideologia.

Claramente, os escândalos de corrupção não foram suficientes para levar Lula à derrota. Possíveis lealdades de mais longo prazo, como visões sobre os partidos políticos, além de avaliações retrospectivas e visões sobre a economia tiveram maior importância. Portanto, houve voto retrospectivo, só que mais fortemente influenciado por fatores clássicos, como visões sobre a economia ou avaliações gerais do governo.

Uma pergunta que fica ainda sem resposta, e que os dados utilizados aqui não permitem responder, é se os eleitores não se importam com corrupção quando há uma divisão ideológica clara entre candidatos ou se a retórica da candidatura de Lula teve muito êxito em se justificar perante as acusações de corrupção. Se Lula conseguiu se justificar perante os eleitores, isso garante algum tipo de representatividade e prestação de contas (STOKES, 2001; PITKIN, 1967).

Os escândalos de corrupção não apontaram culpa direta do candidato Lula, mas eram, sim, indicações de que seu governo estaria envolvido em casos de corrupção. Como tudo se colocou no condicional, houve margem ao acusado para alegações de inocência e de perseguição. Foi exatamente isso que Lula fez. Os eleitores podem acreditar na defesa do candidato, o que resulta em voto, ainda mais quando as acusações partem de tradicionais adversários políticos. Nesse sentido, a dúvida sobre a veracidade das acusações parece reduzir o impacto dos

escândalos, indicando que outros fatores eleitorais são mais importantes, como a posição ideológica do partido ou coligação do candidato e a identificação partidária do eleitor. Mas, como foi dito, nossos dados sobre 2006 não permitem distinguir entre os dois fatores: não podemos afirmar com certeza que a retórica da defesa de Lula foi o que salvou sua reeleição. Os indícios são de que isso ocorreu, mas outros estudos são necessários para testar essa hipótese.

O que podemos afirmar a partir dos dados é que os escândalos não foram indicadores suficientemente fortes para levar à punição eleitoral na escolha que ocorreu entre dois candidatos de campos opostos na disputa política brasileira. Outras dimensões do voto retrospectivo e visões sobre partidos foram mais importantes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. "A Esquerda dos Números à Direita dos Fatos." *Insight Inteligencia*, vol.15, p.112-128, 2001.

AMES, B.; BAKER, A.; MOCHEL, M. and RENNO, L. "Party Identification in Third Wave Democracies: Brazil's 2002 Elections." Prepared for delivery in the 2006 meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 20-23 Apr., 2006.

CAMPBELL, A. et al. *The American Voter*. New York: Wiley Publishing, 1960.

CARREIRÃO, Y. *A Decisão de Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

_____. 2007. "Relevant Factors for the Voting Decision in the 2002 Presidential Elections: An Analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Studies) Data". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº.1, p.70:101, 2007.

CARREIRÃO, Y. e BARBETTA, P. A. "A Eleição Presidencial de 2002: A Decisão de Voto na Região da Grande São Paulo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.19, nº.56, p.56-79, 2004.

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)." *Dados*, vol.47, nº.1, p.31-167, 2004.

CONVERSE, P. The Concept of the Normal Vote. In: CAMPBELL et al., *Elections and the Political Order*. New York: Wiley, 1966.

DELLI CARPINI, M. X. and KEETER, S. *What Americans Know About Politics And Why It Matters*. New Haven: Yale University Press, 1996.

FELDMAN, S. e ZALLER, J. "The Political Culture of Ambivalence: Ideological Responses to the Welfare State." *American Journal of Political Science*, vol.36, p.268-307, 1992.

FIORINA, M. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

GREEN, D. and PALMQUIST, B. "How stable is party identification?" *Political Behavior*, vol.16, p.437-466, 1994.

HOLBROOK, T. "Campaigns, National Conditions, and U.S. Presidential Elections." *American Journal of Political Science*, vol.38, p.973-98, 1994.

KINDER, R. e KIEWIT, D. "Sociotropic Politics: The American Case." *British Journal of Political Science*, vol.11, p.129-61, 1981.

KING, G., KEOHANE, R. O., VERBA, S. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Quantitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

LUPIA, A. "Shortcuts Versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections." *American Political Science Review*, vol.88, nº.1, p.63-76, 1994.

LUSKIN, R. From Denial to Extenuation (and Finally Beyond): Political Sophistication and Citizen Performance. In: KUKLINSKI, J. (ed.). *Thinking About Political Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MAINWARING, S. P. and SCULLY, T. (eds.). *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MENEGUELLO, R. Partidos e Tendências de Comportamento: O Cenário Político em 1994. In: DAGNINO, E. (ed.). *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p.151-171, 1994.

NICOLAU, J. "An Analysis of the 2002 Presidential Election using Logistic Regression." *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº.1, p.125-135, 2007.

O'DONNELL, G. "Delegative Democracy". *Working Paper Series*, The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1994.

PAPPI, F. U. "Political Behavior: Reasoning Voters and Multi-party Systems." In: GOODIN, R. and KLINGEMANN, H. (eds.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, p.255-275, 1996.

PEREZ-LIÑAN, A. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PITKIN, H. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PRZEWORSKI, A., STOKES, S. and MANIN, B. *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RENNÓ, L. "Notes on the 2006 Brazilian Presidential Elections: The Winding Road to Democratic Consolidation." *Colombia Internacional*, vol.64, p.154-165, 2006.

RENNÓ, L. e SPANAKOS, A. "Macroeconomia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto para presidente: As Eleições Brasileiras de 1994, 1998 e 2002." *Dados-Revista De Ciências Sociais*, vol.49, nº.1, 2006.

SAMUELS, D. "Sources of Mass Partisanship in Brazil." *Latin American Politics and Society*, vol.48, nº.2, p.1-27, 2006.

SINGER, A. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.

SNIDERMAN, P. "Taking Sides: A Fixed Choice Theory of Political Reasoning." In: LUPIA, A., MCCUBBINS, M. and POPKIN, S. (eds.). *Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

STOKES, S. *Public Support for Market Reforms in New Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ZALLER, J. R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Anexo: Questões utilizadas- ESEB2006

ESEB1) Qual assunto o(a) sr.(a) considera que foi o mais importante nesta eleição?

ESEB1a) E em segundo lugar?

ESEB2) Qual é o principal problema político do Brasil hoje?

ESEB2a) Em em segundo lugar?

ESEB11) De um modo geral, existe algum partido político que o(a) Sr(a) goste? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

ESEB12) Qual partido o(a) Sr(a) gosta? . (ESPONTÂNEA E MÚLTIPLA)

ESEB19) (MOSTRAR CARTÃO ESEB18) Novamente pensando em esquerda e direita na política. Como o(a) Sr(a) se considera? Zero significa que o(a) Sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) Sr(a) é de direita. (ESTIMULADA E ÚNICA)

ESEB25) (MOSTRAR CARTÃO ESEB25) Em quem o(a) Sr(a) votou para presidente no primeiro turno, em Lula, Alckmin, Heloísa Helena, Cristóvam Buarque ou Luciano Bivar? (ESTIMULADA E ÚNICA) (INSTRUÇÃO: Alternar a ordem de leitura dos nomes dos candidatos a cada questionário aplicado)

ESEB27) E no segundo turno, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?

ESEB43) (MOSTRAR CARTÃO ESEB) Em quais desses partidos políticos o(a) Sr(a) não votaria de jeito nenhum? (ESTIMULADA E MÚLTIPLA) (PERGUNTAR PARA CADA PARTIDO)

		Não votaria	Votaria	Não conhece o partido	NS	NR	NA
a)	PT	0	1	55	77	99	88

ESEB58) Agora para finalizar, gostaria que o(a) sr(a) dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas:

	CERTO	ERRADO	NS	NR
1) Geraldo Alckmin pertence ao PTB	1	2	77	99
2) O presidente da república tem um mandato de 4 anos	1	2	77	99
3) Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário	1	2	77	99
4) O presidente Lula foi eleito pelo PT	1	2	77	99

Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006

Denilde Oliveira Holzhacker

Bentley College – Cronin International Center

Elizabeth Balbachevsky

Universidade de São Paulo

Resumo

O artigo analisa os impactos da estratificação social e da identidade ideológica sobre o voto no Brasil nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 e identifica os valores e atitudes associados ao voto em Lula nos dois pleitos. A análise baseada nos resultados do ESEB mostra o comportamento independente das duas variáveis explicativas do voto para presidente: em 2002, a estratificação social foi pouco relevante para explicar a decisão eleitoral, sobretudo o voto em Lula, que esteve significativamente associado com a auto-identidade ideológica. Em 2006, as variáveis impactam o voto para presidente de modo inverso. Não obstante essas diferenças, nos dois momentos, o voto em Lula em específico é mais fortemente explicado pela simpatia e identidade com o candidato.

Palavras-chave: eleição presidencial de 2006; estratificação social; identidade ideológica; classe média

Abstract

The article analyses the impact of social stratification and ideological identification on voting behavior in the Brazilian Presidential elections of 2002 and 2006, and, specifically, it identifies the values and attitudes associated with the vote for Lula. The analysis is based on the 2 waves of the ESEB (Brazilian Electoral Study) and it shows that in 2002, the social stratification was not a relevant factor in the explanation of presidential voting, especially the vote for Lula, associated with the self-ideological identification of citizens; in 2006, the situation is the opposite. However, in the 2 presidential campaigns, the vote for Lula is strongly explained by the voter's identification with the candidate.

Key-words: 2006 Presidential election; social stratification; ideological identity; middle class

A divulgação dos resultados do primeiro turno da eleição presidencial de 2006 deu origem a diversas conjecturas acerca da decisão eleitoral de distintos grupos sociais da sociedade brasileira. Ainda durante a campanha, os analistas apontavam a existência de uma polarização econômica, social e regional inédita na história do país (SINGER, 2006). Os resultados oficiais por estados no primeiro turno reforçaram a percepção de uma polarização regional que, supostamente, se refletiu no interior de cada região, confrontando segmentos populares, de um lado, e as camadas médias da sociedade brasileira de outro. De fato, a geografia eleitoral das eleições de 2006 mostrou uma esmagadora vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT/PRB/PC do B) entre os eleitores dos estados do norte e nordeste, enquanto os eleitores dos estados do sul e sudeste escolheram, em sua maioria, Geraldo Alckmin (PSDB/PFL). Algumas análises sugeriam que a explicação para uma possível divisão do país entre norte/nordeste, de um lado, e sul/sudeste, de outro lado, era bastante simplista. De fato, as pesquisas de opinião realizadas durante a campanha mostravam que o candidato Lula vencia as eleições entre os eleitores de baixa renda no sul/sudeste, ao passo que Alckmin tinha maior apoio entre os eleitores de renda média–alta nos estados do norte/nordeste (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006).

As interpretações desse resultado variaram bastante. Para alguns analistas, os mais pobres se inclinariam a favor do candidato ex-operário que, no seu primeiro mandato, tinha tido sucesso na implementação de políticas compensatórias visando corrigir as desigualdades históricas. No outro extremo, estaria uma elite insensível às desigualdades que marcam a sociedade brasileira e refratária às demandas populares (SINGER, 2006). Na decisão de voto desta elite pesava também uma grande dose de preconceito contra o presidente-operário e sua política. Outros analistas, mais céticos, explicaram a escolha eleitoral em função de diferentes graus de sofisticação da informação entre eleitores de distintos estratos sociais. Nessa abordagem, o desempenho eleitoral de Lula, passado menos de um ano dos incidentes que ligavam seu governo a um esquema de desvio de recursos públicos para a compra de apoio político no Congresso, poderia ser entendido em função da maior ou menor sofisticação de diferentes setores do eleitorado. Segundo essa interpretação, os grupos mais pobres e com menor escolaridade seriam desprovidos de instrumentos cognitivos necessários para decidir o seu voto a partir de uma interpretação mais ampla do cenário político. Esses setores seriam mais suscetíveis à manipulação da informação feita pelo governo, e também mais vulneráveis às estratégias de clientela que muitas vezes acompanham políticas de perfil assistencialista. De outro lado, eleitores pertencentes aos estratos médio e alto seriam menos vulneráveis ao jogo de manipulação de informações feito pelo governo e, conseqüentemente, tenderiam a ser mais críticos com relação à avaliação geral do governo, já que trabalhavam com a memória da conjuntura do

ano anterior. Em algumas interpretações, esses setores teriam também uma avaliação mais crítica sobre o desempenho do governo com relação à implementação da agenda de reformas capazes de sustentar o desenvolvimento do país (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O ponto comum a todas essas interpretações é o destaque dado à decisão de voto da classe média em contraposição a dos setores populares. Por outro lado, é consenso na literatura nacional o reconhecimento de que a classe média teve papel de destaque em diferentes momentos da história eleitoral do país (BRESSER-PEREIRA, 2006; OWENSBY, 1999). Entretanto, entre os estudos sobre as recentes eleições no Brasil, não é possível localizar análises específicas que considerem a estratificação social e seu impacto sobre a decisão de voto. Apesar da variável socioeconômica ser explorada em alguns estudos (SINGER, 2002; CARREIRÃO, 2007; NICOLAU, 2007), esta costuma aparecer como uma abordagem menor, ao lado de outras variáveis demográficas e de comportamento político. Este artigo busca cobrir tal lacuna, analisando os determinantes sociais do voto nas eleições de 2002 e 2006, em contraposição com o seu perfil ideológico e programático. Os resultados de nossas análises mostram um padrão bastante singular de evolução da decisão do voto entre essas duas eleições: por um lado, confirmam a percepção geral de que o voto em Lula tendeu a crescer e, ao mesmo tempo, se concentrar junto aos eleitores das chamadas camadas populares; por outro lado, o significado deste voto perdeu nitidez do ponto de vista ideológico, mostrando-se muito mais associado a uma identidade difusa com o candidato do que com uma percepção que comporte a elaboração de cenários mais sofisticados da política nas eleições de 2006.

O número restrito de estudos sobre o impacto da estratificação social no comportamento eleitoral muito provavelmente está relacionado à dificuldade de operacionalização deste conceito. A questão central aqui está em estabelecer quais variáveis deveriam ser incorporadas para gerar um retrato fiel da composição da sociedade brasileira. Para responder a essa pergunta, na primeira parte do artigo analisamos as diferentes definições na literatura sobre classes e estratificação social, dando especial ênfase para a definição dos estratos médios. Em seguida, a partir da análise dos dados do survey ESEB, buscamos criar alguns indicadores que permitem estratificar os entrevistados de nossa amostra e analisar alguns dos vetores que compõem a decisão dos eleitores dos estratos médios, quando comparados com outros setores da sociedade brasileira. Com efeito, um dos atributos centrais dos estratos intermediários é sua heterogeneidade (GERTEIS, 1998). A parcela da população incluída dentro da classe média constitui justamente o grupo de maior variância interna, qualquer que seja o indicador tomado como referência. Dentro desse estrato social estão categorias tão díspares como, por exemplo, motoristas de táxi e professores universitários. Assim, estabelecer

parâmetros aceitáveis para identificar os diferentes estratos da sociedade brasileira é o primeiro desafio deste estudo. Em seguida, a partir da análise dos dados do ESEB, buscamos criar alguns indicadores que permitem estratificar os entrevistados das amostras relativas às eleições de 2002 e 2006 e analisar alguns dos vetores que compuseram a decisão dos eleitores pertencentes a diferentes estratos sociais nessas duas eleições.

Estratos sociais e renda no Brasil

O'Dougherty (2002), em seu estudo sobre o comportamento, atitudes e identidade da classe média brasileira, descreve sua surpresa relacionada com a dificuldade para identificar e classificar a classe média brasileira, em contraposição a outros estratos da sociedade. A propósito, em seu exame da literatura, o autor notou que essa não era uma constatação exclusiva do seu estudo. Grande parte do debate, na literatura brasileira, sobre estratificação social está centrado na classificação das matrizes e diferenças encontradas no interior da classe média e, ao mesmo tempo, no estabelecimento de fronteiras nítidas entre tal setor e os demais estratos da sociedade brasileira.

Essa é uma dificuldade geral que a literatura internacional enfrenta quando analisa processos de estratificação social. Uma questão central nessas discussões é a escolha de parâmetros que definam os limites de pertinência de cada estrato (GERTEIS, 1998). De maneira geral, os critérios mais utilizados para definir esses diferentes segmentos são os rendimentos auferidos e a posição ocupacional obtida no interior do mercado de trabalho (GUERRA et al, 2006).

Na literatura internacional, a emergência e a força desses setores médios estão associadas ao desenvolvimento do capitalismo e à formação de estruturas sociais complexas, cuja realidade aponta para as insuficiências dos modelos clássicos derivados da teoria marxista, que separam os grupos sociais exclusivamente em função da propriedade dos meios de produção. A definição tradicional de classe média é de Mills (1956), que analisa a classe média norte-americana a partir de um esquema baseado na posição ocupacional. Para esse autor, classe média corresponde ao grupo dos empregados não manuais, por ele denominado de *white collars*. De acordo com Mills, os grupos da nova classe média são, estruturalmente, diferentes dos capitalistas e da "antiga classe média", composta por pequenos comerciantes, artesãos e pequenos proprietários em geral. A nova classe média seria composta de empregados que ocupam estruturalmente uma posição semelhante àquela ocupada pelos trabalhadores assalariados. Por esse motivo, a distinção entre a classe trabalhadora e a nova classe média é mais sutil. Em ambos os casos, trata-se de uma relação de trabalho

assalariada. Entretanto, tipicamente, a classe média tem empregos ligados ao trabalho não manual, enquanto a classe trabalhadora estaria ligada às ocupações manuais. Gerteis (1998) argumenta que o conceito de ocupação é relevante para a distinção de diferentes estratos sociais e, em especial, dos setores médios, por ser uma maneira simples e relativamente direta de identificar diferentes posições de status.

Os estudos feitos no Brasil incorporam a questão ocupacional, mas, agregam a ela o conceito de status, que é avaliado pelas categorias de consumo, renda e escolaridade. É consenso na literatura brasileira que a complexidade da estrutura social brasileira é resultado do modelo de desenvolvimento nacional a partir dos anos trinta. Os processos de urbanização do país e o desenvolvimento industrial, como também a expansão das atividades do Estado e a constituição de uma burocracia nacional foram fatores importantes para a ampliação do peso dos setores médios na vida nacional¹ (GUERRA et al, 2006; BRESSER-PEREIRA, 1962; OSWENSBY, 1999). Segundo um estudo recente realizado na Unicamp, a classe média brasileira representaria hoje cerca de 31% da população brasileira (GUERRA et al, 2006). Ademais, esses processos também foram responsáveis pelo crescimento dos estratos populares urbanos e pela diminuição relativa do peso da população rural em nossa sociedade, em especial do trabalhador rural.

A questão dos indicadores de status é central no debate sobre a delimitação das fronteiras de classe. Guerra et al afirmam que é importante reconhecer que os segmentos médios se caracterizam “por posições intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição de renda” e, conseqüentemente, são “portadora(s) de autoridade e status social reconhecido e avantajado padrão de consumo” (GUERRA et al, 2006, p.16). Owensby (1999) dá ênfase ao critério da educação formal (o diploma universitário servindo com o delimitador da classe média). Santos (2005), por sua vez, propõe uma nova classificação econômica. A partir do conceito de classe social, o autor propõe uma estratificação que permita a descrição e explicação dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades no interior da sociedade brasileira. Outros autores incorporam também variáveis relativas ao padrão de consumo. De acordo com O’Dougherty (2002), a sustentação do modo de vida está diretamente associada à formação de identidade dos grupos médios². Incorporando essa perspectiva, Guerra et al (2006) sustentam que tal fator é fundamental no caso brasileiro, pois a preservação do padrão de consumo da classe média viu-se afetada pelas crises econômicas dos

¹ Hasenbalg e Silva (1988), analisando a mobilidade social no Brasil entre os anos 40 e 80, concluíram que entre as décadas de 60 e 80 surgiu uma nova classe média urbana, resultado de 5,7 milhões de empregos não-manuais de rotina criados pela expansão da economia urbana nesse período.

² Este fator, como demonstrado por O’Dougherty (2002), é essencial para compreender a gênese da classe média no mundo, inclusive no Brasil. Outro fator importante sobre os segmentos médios no Brasil é que estudos, relacionados ao consumo, mostram que houve fortes mudanças nestes estratos no Brasil após a abertura comercial e a democratização.

anos 80 e início dos anos 90. Todavia, para esses autores, os padrões de consumo relacionam-se diretamente com a posição ocupacional e, conseqüentemente, com o nível de rendimento.

Do ponto de vista empírico, os critérios mais utilizados são a renda familiar e a renda familiar per-capita, dada sua maior simplicidade. Quadros (2006), por exemplo, adotou linhas de cortes fixas³ para os rendimentos médios individuais e fixou seus valores (em janeiro de 2004) em múltiplos de R\$ 250, valor um pouco acima do salário mínimo vigente na época, de R\$ 240,00. Com base nessa análise, o autor identificou a seguinte estrutura de renda:

Faixas de rendimentos individuais médios (*)	"Padrões de vida"
Acima de R\$2.500	Alta classe média
R\$1.250 a R\$2.500	Média classe média
R\$500 a R\$1.250	Baixa classe média
R\$250 a R\$500	Massa trabalhadora
Abaixo de R\$250	Miseráveis

Fonte: QUADROS (2006, p.5).

A partir desse critério, Quadros propõe uma análise da distribuição dos estratos sociais brasileiros e do impacto do Plano Real para a estratificação da sociedade brasileira. Sua conclusão é que o Plano Real representou uma recuperação na renda de todas as classes sociais. Os miseráveis, que antes representavam 48,2% da população, passaram a representar 38% em 1995, caindo para 35,9% em 1996. Já as classes médias apresentaram um crescimento expressivo: a alta classe média representava 4,1% em 1993 e passou para 7,3% em 1996; a média classe média, de 6,7% passou para 10% no mesmo período; a baixa classe média, por fim, representava 19% e passou para 25,2%. Esses dados indicam o efeito positivo do Plano Real para todos os estratos da sociedade.

³ O autor argumenta que na sua classificação não se encontram os ricos, pois estes, em geral, não são entrevistados nas pesquisas do IBGE, e quando são, tendem a adotar uma posição para mascarar a renda de forma a pertencer a alta classe média. Por isso, a análise deste grupo deve ser feita a partir de outros critérios e outras fontes de informação.

Quadro 1 - Distribuição dos Estratos Sociais - Brasil

Anos	Padrões de Vida					Total
	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	
1990	5,3	8,2	22,0	19,8	44,6	100%
1992	3,6	7,2	20,0	23,6	45,6	100%
1993	4,1	6,7	19,0	22,0	48,2	100%
1995	5,9	8,6	22,6	24,9	38,0	100%
1996	7,3	10,1	25,2	21,5	35,9	100%
1997	5,6	9,6	22,4	23,0	39,4	100%
1998	5,7	9,8	22,8	23,4	38,2	100%
1999	5,3	8,2	24,0	24,1	38,4	100%
2001	5,4	8,5	23,7	26,1	36,3	100%
2002	4,7	7,8	22,6	26,5	38,5	100%
2003	4,5	6,8	23,5	25,9	39,3	100%
2004	4,1	7,3	22,2	28,4	38,0	100%
2005	4,6	7,9	25,6	40,1	21,7	100%

Fonte: QUADROS (2006, p.8-9)

No entanto, durante o restante da década de 90, que foi marcada por diversas crises econômicas e financeiras, culminando na desvalorização do Real, em 1999, percebe-se que a proporção dos grupos ligados à classe média, principalmente à alta e à média, diminui, voltando para os patamares próximos aos observados em 1993. Assim, em 2005, apenas 4,6% da população poderiam ser classificados como alta classe média e só 7,9% como média classe média. O estrato de baixa classe média, entretanto, preserva a posição alcançada após o Plano Real, representando 25% da população total.

Uma conclusão desse estudo aponta o forte crescimento do estrato de renda denominado classe trabalhadora. Esse grupo representava 22% em 1993, e passou a representar 40,1% em 2005. No sentido oposto, o grupo dos miseráveis, com rendimentos abaixo de R\$ 250,00 passou de um patamar de 48% em 1993 para 21,7% em 2005. É bastante provável que este grupo foi um dos maiores beneficiados pelos programas de transferências de renda, introduzidos primeiro na administração de Fernando Henrique e, posteriormente, expandidos na de Luiz Inácio Lula da Silva⁴.

⁴ Quadros argumenta que este fato ocorre primeiro por que o corte de renda está abaixo do valor do salário mínimo em 2005. Em segundo lugar, os programas focalizados de transferência de renda fizeram com que este grupo fosse transferido para o grupo acima.

A análise da evolução de cada um dos estratos de rendimentos médios no Brasil é relevante, pois grande parte dos argumentos sobre o posicionamento eleitoral destes grupos está centrado na suposição de que tais segmentos foram afetados pela estagnação econômica e disso decorre seu apoio ou não à determinada administração. Os dados agregados apresentados por Quadros (2006) corroboram a hipótese de que a inclinação oposicionista entre eleitores da classe média pode estar associada a uma insatisfação com a falta de ganhos econômicos nas últimas décadas. Os estratos mais pobres, beneficiados pelas políticas de transferência de renda, têm maiores motivos para uma avaliação mais benevolente da ação governamental.

Figueiredo (2004), entretanto, faz uma crítica ao uso do indicador de renda como única referência para identificação dos estratos sociais, sugerindo que essa classificação incorpore algum critério de status. Deste modo, outro critério utilizado nas pesquisas de opinião para identificar os estratos são as faixas de consumo. Desde os anos 70, as pesquisas de opinião e consumo no Brasil adotaram os critérios de padronização socioeconômica da população brasileira tendo por base diferentes padrões de consumo. O critério desenvolvido pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado tem como objetivo dividir a população em categorias de status segundo padrões ou potenciais de consumo. Dessa forma, por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico e também do nível de escolaridade do chefe de família, cria-se uma escala socioeconômica que divide a população em cinco “classes”, ou melhor, padrões socioeconômicos: A1, A2, B1, B2, C, D, E.

O critério de classificação socioeconômica é bastante usual no Brasil, pois oferece uma medida considerada mais exata das diferenças de renda. Isto porque, em geral, numa situação de entrevista, a literatura aponta uma tendência de os entrevistados ou omitirem ou subvalorizarem a renda familiar e pessoal. Dessa forma, as faixas de consumo serviriam como um controlador do critério renda. Todavia, mesmo após diversos estudos sobre a aplicabilidade do conceito e sua precisão, as críticas com relação à classificação ainda persistem. A principal crítica é que a classificação não leva em conta o fator educacional.

Portanto, podemos concluir que todos os critérios adotados visando estratificar a sociedade brasileira apresentam limitações metodológicas. Por outro lado, os estudos realizados sobre a realidade brasileira mostram que o indicador renda é uma variável fortemente correlacionada a todas as demais variáveis descritas acima. A correlação entre os indicadores socioeconômicos e a renda, por exemplo, nas análises feitas por ocasião da construção da escala, foi de 0,72% e era significativa a mais de 99,9% (MATTAR, 1995).

Por esse motivo, neste artigo, optou-se pela definição de Quadros (2006) que considera as divisões intermediárias de renda⁵: média-baixa, média-média e média-alta. Consideramos que a subdivisão entre os estratos poderia contribuir para uma análise mais acurada do comportamento dos grupos intermediários. As razões para essa decisão estão discutidas abaixo. Entretanto, é possível adiantar que, no banco de dados da pesquisa ESEB, constatamos uma associação entre as faixas de renda e os critérios de educação e de estratificação socioeconômica bastante similares aos padrões indicados na literatura (GUERRA et al, 2006). Por outro lado, os dados disponíveis no banco de dados gerado pela pesquisa não permitem a análise a partir do critério de posição ocupacional⁶.

Os resultados da pesquisa em 2006 mostram que, aproximadamente, 40%⁷ dos entrevistados podem ser classificados nas faixas de renda média-baixa (25,5%), média-média (14,9%) e média-alta (5,1%).

Quadro 2 – Estratificação da renda dos entrevistados (%)

Estratificação por renda média	Total de casos	porcentagem
Baixa renda	487	54,0
Média Baixa	230	25,5
Média média	134	14,9
Média Alta	51	5,7
Total	902	100,0

Fonte: ESEB, 2006.

Os dados da Tabela 1 mostram que o grupo de renda média-alta localiza-se majoritariamente nos estratos A/B1 e B2 da população, representando 43% dos entrevistados nessa categoria. Já os eleitores de renda média-média se subdividem entre os estratos B2 e C, que representam 25% e 52%, respectivamente. Por sua vez, os entrevistados de renda média-baixa concentram-se no estrato C (54%) e os eleitores de renda baixa nos estratos D/E (65,5%). Um padrão semelhante pode ser

⁵ Os grupos definidos por Quadros (2006) como miseráveis e classe trabalhadora foram agrupados e considerados como “renda baixa”.

⁶ Os entrevistados foram apenas identificados como trabalhadores assalariados, não assalariados (autônomos), pensionistas/aposentados, donas de casa e estudantes. A partir dos critérios da população economicamente ativa, no entanto, não foram questionados por ocupação.

⁷ No estudo de Guerra et al (2006), o percentual de famílias pertencentes à classe média é de 31%, o que representaria 15,4 milhões de famílias. Convertendo ao número de pessoas os autores consideram 57,8 milhões de brasileiros pertencentes à classe média brasileira, com uma renda per capita entre R\$ 263,00 (1,7 salários mínimos) e R\$ 2.928,00 (19 salários mínimos) (GUERRA et al, *op.cit.*, p.64).

verificado quando se analisam, especificamente, as informações sobre a posse de e acesso a alguns itens de consumo típicos da classe média, como computador e TV a cabo.

Quando se considera o nível de escolaridade dos entrevistados, educação superior está associada aos grupos de renda média-média e média-alta. Por outro lado, educação média está fortemente associada à classe média, ou seja, os entrevistados classificados nessa faixa tipicamente cursaram o ensino médio (completo ou incompleto). Já a baixa escolaridade está associada à população de baixa renda.

Tabela 1 – Escolaridade, Classe Social e Posse de computador e TV a cabo de acordo com a estratificação da renda familiar (%)

	Estratificação de Renda				Total
	Baixa renda	Média Baixa	Média média	Média alta	
Socioeconômico					
A/B1	,0	2,2	9,7	43,1	4,4
	-7,0	-1,9	3,2	13,8	
B2	,8	12,2	25,4	33,3	9,2
	-9,4	1,8	7,0	6,1	
C	33,7	54,8	52,2	23,5	41,2
	-5,0	4,8	2,8	-2,6	
D/E	65,5	30,9	12,7	,0	45,1
	13,3	-5,0	-8,2	-6,7	
Total (100%)	(487)	(230)	(134)	(51)	(902)
Escolaridade					
0 a 4 anos	48,5	28,3	18,7	3,9	36,4
	8,2	-3,0	-4,6	-5,0	
5 a 8 anos	28,1	27,4	23,9	15,7	26,6
	1,1	,3	-,8	-1,8	
9 a 11 anos	21,1	35,7	33,6	37,3	27,6
	-4,7	3,2	1,7	1,6	
Superior	2,3	8,7	23,9	43,1	9,4
	-8,0	-,4	6,2	8,5	
Total	(487)	(230)	(134)	(51)	(902)

	Estratificação de Renda				Total
	Baixa renda	Média Baixa	Média média	Média alta	
Computador					
Sim	4,1	17,4	32,1	70,6	15,4
	-10,2	1,0	5,8	11,2	
Não	95,9	82,6	67,9	29,4	84,6
	10,2	-1,0	-5,8	-11,2	
Total	(487)	(230)	(134)	(51)	(902)
TV a cabo					
Sim	3,1	14,8	26,1	43,1	11,8
	-8,8	1,7	5,6	7,2	
Não	96,9	85,2	73,9	56,9	88,2
	8,8	-1,7	-5,6	-7,2	
Total	(487)	(230)	(134)	(51)	(902)

Chi quadrado (pearson)	Valor	Grau de Liberdade	Significância
Estrato Socioeconômico	448,867(a)	9	,000
Escolaridade	187,296(b)	9	,000
Possui Computador	196,142(c)	3	,000
Possui TV a Cabo	112,465(d)	3	,000

Fonte: ESEB, 2006.

A alta correlação entre as variáveis de estratificação da renda, escolaridade e estrato socioeconômico torna as tentativas de unificar essas variáveis em uma variável composta para a identificação dos estratos sociais pouco operacionais. Os testes mostraram que a combinação desses indicadores torna os grupos intermediários mais dispersos. Por outro lado, como vimos, os resultados da análise bivariada mostram que a variável renda apresenta forte correlação com todas as demais variáveis e, portanto, pode ser aceita como indicador satisfatório do pertencimento do entrevistado a um dos diferentes estratos da sociedade brasileira. Por esse motivo, optou-se por conduzir a análise considerando a estratificação de renda familiar per capita como o fator delimitador dos estratos sociais.

Classe social e voto nas eleições de 2002 e 2006

A Tabela 2 apresenta a decisão de voto em primeiro turno por estrato social nas eleições de 2002 e 2006. Como é possível observar nesta tabela, voto e estrato social estiveram significativamente associados tanto nas eleições de 2002 como nas eleições de 2006. A associação entre essas duas variáveis, para cada uma das eleições, pode ser evidenciada mediante a análise dos resíduos ajustados⁸ que estão subscritos em cada célula. É possível verificar que, na eleição de 2002, existe uma associação significativa e positiva entre, de um lado, o voto em Serra e Ciro Gomes e o estrato mais alto da amostra (renda média-alta). Ao contrário, quando se analisa o padrão de votação em Lula, o voto nesse candidato, em 2002, não estava especialmente associado com nenhum estrato social. Considerando os eleitores de cada estrato separadamente, vemos que a proporção de eleitores que declarou seu voto em Lula não varia significativamente, com exceção, mais uma vez, dos eleitores do estrato mais alto. Entre esses eleitores constata-se uma pequena, porém significativa, queda na preferência pela candidatura de Lula, que varia de 53% na população em geral, para 47% entre os eleitores da classe média-alta.

⁸ Os resíduos ajustados são utilizados para a análise do padrão de inter-relacionamento entre duas variáveis, captados pela estatística χ^2 . Por esse procedimento, calcula-se inicialmente o resíduo padronizado de cada célula, dado por $e_{ij} = (n_{ij} - e_{ij}) / \sqrt{e_{ij}}$, no qual e_{ij} é o total de casos esperado na célula, sendo verdadeira a hipótese nula. Em seguida ajusta-se esse resíduo pela variância estimada da célula ($v_{ij} = (1 \cdot N_{i.} / N_{..})(N_{.j} / N_{..})$). Portanto, o resíduo ajustado é dado por $d_{ij} = e_{ij} / \sqrt{v_{ij}}$. Quando as variáveis em uma tabela são independentes, os resíduos ajustados têm uma distribuição normal, o que significa que eles permanecem dentro do intervalo de $\pm 1,96$, para $\alpha = 0,05$. Portanto, as células cujo resíduo ajustado é maior, em valor absoluto, que 1,96 têm um número de casos significativamente diferentes do esperado pela hipótese nula.

Tabela 2 – Escolha eleitoral nas eleições de 2002 e 2006 de acordo com a estratificação social

Escolha eleitoral 1o. Turno 2002	Estratificação Social				Total
	Classe Baixa	Média-Baixa	Média-Média	Média-Alta	
Lula	52,9% -,1	58,9% 2,7	57,0% 1,2	46,9% -3,3	53,1%
Ciro	9,3% -,6	5,9% -,3,0	12,2% 1,3	12,6% 2,6	9,7%
Serra	24,1% ,7	18,8% -,2,5	17,6% -,2,1	28,4% 3,1	23,4%
Garotinho	12,5% -,5	15,0% 1,4	13,1% ,1	12,1% -,7	13,0%
Outro	1,2% 1,6	1,4% 1,6	,0% -,1,4	,0% -,2,3	,8%
Total	(862)	(426)	(221)	(514)	(2023)

Escolha Eleitoral 1 Turno 2006	Classe Baixa	Média-Baixa	Média-Média	Média-Alta	Total
Lula	77,0% 5,7	62,8% -,1,8	56,5% -,3,0	38,1% -,4,2	67,8%
Geraldo Alckmin	17,4% -,4,0	25,6% ,9	29,8% 1,9	47,6% 3,8	23,3%
Heloísa Helena	2,8% -,2,8	7,0% 1,7	7,3% 1,4	7,1% ,7	4,9%
Outros	2,8% -,1,9	4,5% ,4	6,5% 1,5	7,1% 1,0	4,1%
	(396)	(199)	(124)	(42)	(761)

Chi quadrado (pearson)	Valor	Grau de Liberdade	Significância
Escolha eleitoral 1 Turno - 2006	22,178(a)	6	,001
Escolha eleitoral 1 Turno - 2006	44,624 (b)	9	,000

b. 2 cells (12,5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,71
Fonte: ESEB, 2006

Os resultados da eleição de 2006 mostram um quadro bastante distinto. Nessa eleição, estratificação social aparece como uma variável muito mais relevante para a explicação dos padrões de distribuição do voto. Antes de mais nada, é

possível constatar que nessa eleição há uma clara clivagem no eleitorado com relação à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva: enquanto os eleitores da classe baixa se mostram significativamente mais inclinados a dar seu voto a Lula, a adesão a essa candidatura cai entre os eleitores dos estratos médios, decrescendo sistematicamente à medida que se passa do estrato médio-baixo para o estrato médio-médio e deste para o estrato médio-alto. Em termos proporcionais, 77% dos eleitores da classe baixa declararam ter votado em Lula em 2006, com o resíduo ajustado indicando uma associação positiva forte e significativa entre esses eleitores e a candidatura Lula. Essa proporção cai para 63% entre os eleitores do estrato médio-baixo, para 56% entre os eleitores do estrato médio-médio e chega ao seu nível mais baixo entre os eleitores do estrato médio-alto: 38% dos votos desses eleitores. Por outro lado, Alckmin, que em 2006 representou a coligação que apoiou o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, recebe significativamente menos votos entre os eleitores de baixa renda (17%, contra 23% na população) e conta com um apoio mais sólido entre os eleitores dos estratos médio-superior, no qual 48% dos eleitores declararam voto em sua candidatura.

Esses resultados apontam, portanto, para um reforço da dimensão da estratificação social para a definição dos resultados eleitorais na eleição de 2006, quando comparada à eleição de 2002. O Quadro 3 apresenta os resultados da regressão entre estratificação social e o voto na candidatura Lula nas eleições de 2002 e 2006.

Quadro 3 –Voto em Lula e Estratificação Social

Ano	R	R ²	R ² ajustado	Desvio Padrão
Eleição 2002	,006(a)	,000	,000	,49490
Eleição 2006	,145(a)	,021	,020	,49006

a Preditor: (Constante), estratificação

Análise de Variância

Ano		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Quadrado da média	F	Sig.
2002	Regressão	,022	1	,022	,091	,762(a)
	Resíduos	614,922	2511	,245		
	Total	614,944	2512			
2006	Regressão	4,674	1	4,674	19,464	,000(a)
	Resíduos	216,142	900	,240		
	Total	220,816	901			

a preditor: (Constante), estratificação

b Variável dependente: Voto (Lula)

Fonte: ESEB, 2006

Os resultados confirmam as conclusões obtidas a partir da análise da Tabela 1. De fato, enquanto em 2002 a estratificação social não teve peso significativo na explicação dos padrões de distribuição do voto em Lula, em 2006, essa variável aumenta em relevância: a associação positiva entre o voto nesse candidato e as camadas mais pobres e, simultaneamente, sua rejeição entre os eleitores dos estratos mais altos faz dessa variável uma dimensão relevante para a explicação dos padrões da distribuição dos votos no candidato petista em 2006. Enquanto em 2002 a variável socioeconômica não tinha associação com o voto em Lula (com R^2 0,00), em 2006 cresce 20% (R^2 0,20) sua propriedade preditiva quanto ao voto em Lula. Esse resultado é relevante, apesar de estatisticamente pouco expressivo, pois indica o aumento do peso dessa variável entre 2002 e 2006. Assim sendo, corrobora a hipótese de que a estratificação eleitoral foi uma variável significativa na eleição presidencial de 2006.

Resta, portanto, avaliar quais conteúdos substantivos, em termos de valores e atitudes, estão também associados à decisão de voto em Lula nas duas eleições. Como assinalamos no início deste trabalho, duas correntes se confrontam na interpretação da votação de Lula nas eleições de 2006. A primeira delas vê nessa votação a expressão de um voto “classista”, com fortes conotações ideológicas que, em sua interpretação mais extrema, opõe aqueles que, por anos, governaram o país e sustentaram políticas que contribuíram para o acirramento do quadro de desigualdade e da pobreza, contra a massa de desvalidos que se inclinou a favor do candidato operário que, no seu primeiro mandato, teve sucesso na implementação de políticas compensatórias visando corrigir as desigualdades históricas. Outra interpretação aponta para um relativo esvaziamento da dimensão ideológica da candidatura petista, substituída por um padrão de voto mais pragmático, que expressa a satisfação do eleitor com políticas que o beneficiam no seu dia-a-dia. Assim, os bons resultados da candidatura Lula junto aos eleitores de baixa renda, na disputa pelo seu segundo mandato, seriam explicados principalmente pelo sucesso das políticas de redistribuição de renda e que tinham como população alvo justamente os estratos de baixa renda da população.

Para estabelecer qual dessas duas hipóteses encontra sustentação nos dados coletados pela pesquisa ESEB em 2002 e 2006, procedemos a um exercício de análise multivariada, que permite derivar uma função da probabilidade de que um caso seja classificado em determinada categoria da variável dependente (Y) em função de uma combinação linear de X variáveis. Assim, o modelo estatístico que será estimado é o seguinte:

$$L_n Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 + \beta_9 X_9 + \beta_{10} X_{10} + \beta_{11} X_{11} + \beta_{12} X_{12} + \beta_{13} X_{13} + \beta_{14} X_{14}$$

Onde:

Y corresponde à probabilidade de voto em Lula, e

β_0 é o valor cumulativo estimado dessa probabilidade quando todas as variáveis independentes assumem valor zero.

Na eleição de 2002, as variáveis independentes no modelo são:

$X_1 =$ **Ideologia**, posição que o entrevistado se atribui numa escala de 1 a 10, na qual 1 corresponde à posição mais à esquerda, e 10 corresponde à posição mais à direita.

$X_2 =$ **Avaliação do governo FHC**, na qual o entrevistado escolhe valores entre 1 e 5, correspondendo a uma avaliação entre péssima, ruim, regular, boa e ótima.

$X_3 =$ **Popularidade de Lula**, expressa pelo grau em que o entrevistado expressa o quanto gosta ou não de Lula numa escala de 0 a 10, na qual 0 corresponde a não gosta, e 10 corresponde a gosta muito.

$X_4 =$ **Principal problema**, em que o entrevistado aponta quais seriam os principais problemas do país, agrupados em quatro temas: questões econômicas, questões relacionadas à desigualdade e pobreza; políticas públicas e sistema político/corrupção.

$X_5 =$ Grau de **satisfação com a democracia**, em que os entrevistados indicaram o quanto se encontram “muito satisfeito”, “satisfeito”, “pouco satisfeito” e “nada satisfeito” com o funcionamento da democracia no Brasil.

Para a eleição de 2006, as variáveis dependentes mudam, adaptando-se tanto à realidade da candidatura de Lula à reeleição, como também às de diferenças no conteúdo do questionário aplicado. Assim, em 2006, as variáveis independentes do modelo são:

$X_1 =$ **Ideologia**, posição que o entrevistado se atribui numa escala de 1 a 10, na qual 1 corresponde à posição mais à esquerda, e 10 corresponde à posição mais à direita.

$X_2 =$ Grau de **satisfação com a democracia**, em que o entrevistado indica se está “muito satisfeito”, “satisfeito”, “pouco satisfeito” e “nada satisfeito” com o funcionamento da democracia no Brasil.

$X_3 =$ **Avaliação do governo Lula**, em que o entrevistado escolhe valores entre 1 e 5, correspondendo a uma avaliação péssima, ruim, regular, boa ou ótima.

$X_4 =$ **Principal problema**, em que o entrevistado aponta quais seriam os principais problemas do país, agrupados em quatro temas: questões econômicas, questões corrupção e éticas, políticas públicas e sistema político.

$X_5 =$ **Popularidade de Lula**, expressa pelo grau em que o entrevistado expressa o quanto gosta ou não de Lula numa escala de 0 a 10, onde 0 corresponde a não gosta, e 10 corresponde a gosta muito.

Os resultados desse exercício estão no Quadro 4:

Quadro 4: Regressão linear – aspectos explicativos do voto em Lula (2002/2006)

Sumário

Model	R	R ²	R ² ajustado	Desvio Padrão
2002	,420(a)	,176	,170	,45548
2006	,570(a)	,325	,319	,40888

2002 preditores: (Constant), Opinião sobre democracia, principal problema, ideologia, GostaLula, avaliacaoGovFHC

2006 preditores: (Constant), Gosta ou Não Lula, idelogia, principal_problema, satisfação com a democracia, avaliação do governo

ANOVA

		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Quadrado das médias	F	Sig.
2002	Regressão	31,268	5	6,254	30,143	,000(a)
	Resíduos	146,216	705	,207		
	Total	177,485	710			
2006	Regressão	42,333	5	8,467	50,643	,000(a)
	Resíduos	87,769	525	,167		
	Total	130,102	530			

2002 Preditores: (Constante), Opinião sobre democracia, problema, ideologia, Gosta Lula, avaliação Gov FHC

2006 Preditores: (Constante), Gosta ou Não Lula, idelogia, principal_problema, satisfação democracia, avaliação do governo

b variável dependente: voto em Lula

Coeficientes (a)

		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
		B	Desvio padrão	Beta	t	Sig.
2002	(Constant)	1,861	,114		16,305	,000
	ideologia	,076	,025	,107	3,083	,002
	Avaliação gov FHC	,050	,019	,092	2,566	,010
	Gosta ou não Lula	-,268	-,026	-,372	-10,471	,000
	problema	-,016	,018	-,029	-,848	,397
	Satisfação democracia	,039	,023	,058	1,665	,096
2006	(Constant)	1,442	,150		9,640	,000
	ideologia	,051	,029	,064	1,784	,075
	Satisfação com democracia	,039	,020	,074	1,897	,058
	Avaliação gov Lula	,280	,057	,235	4,905	,000
	Principal problema	-,023	,018	-,048	-1,318	,188
	Gosta ou não Lula	-,210	-,029	-,348	-7,280	,000

a. variável dependente: voto em Lula

A análise de regressão indica que há um aumento do impacto das variáveis independentes entre 2002 e 2006: enquanto em 2002 as variáveis independentes explicavam apenas 17,6% da variação do voto em Lula, em 2006 o modelo passa a explicar 31,9% da escolha eleitoral. É possível supor que alguns dos indicadores cresceram em importância passando a ter maior impacto na decisão do voto em Lula entre 2002 e 2006.

Esse quadro mostra que em 2002 as dimensões relevantes para entender o voto no candidato Lula foram o auto-posicionamento ideológico do eleitor, a avaliação do desempenho do governo de Fernando Henrique Cardoso, e a simpatia do eleitor com o candidato Lula. As demais variáveis utilizadas no modelo mostraram-se não-significativas para estimar a probabilidade de decisão de voto favorável a Lula (significância do coeficiente igual ou maior que 0,05). Em 2006, a mudança mais importante está justamente no fato de que a auto-identidade ideológica do eleitor perde completamente sua capacidade preditiva com relação à decisão de voto favorável a Lula. Na eleição de 2006, as únicas dimensões do modelo que permanecem com alguma capacidade preditiva são a avaliação

favorável ao governo Lula e a identidade pessoal que o eleitor estabelece com esse candidato. A importância da dimensão da simpatia e identidade para a candidatura Lula é conhecida e permanece ao longo de todas as eleições em que esse candidato participou nas três últimas décadas (BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2004). A análise de regressão apresentada indica que essa é a dimensão mais forte para explicar a decisão de voto favorável a Lula nas duas eleições consideradas.

É notável que a associação entre voto e a identidade com Lula mostra uma relação negativa, ou seja, quanto menor a identificação com o candidato Lula menor a possibilidade de escolhê-lo como candidato. Assim, essa associação indica que entre 2002 e 2006 houve uma pequena diminuição do grau de rejeição com relação ao candidato: enquanto em 2002 o coeficiente β representava -0,379, em 2006, caiu para -0,342.

No modelo de regressão também foram incluídas duas variáveis que buscavam medir o impacto da dimensão conjuntural por meio, de um lado, da eleição do principal problema da agenda nacional e, por outro lado, da satisfação com o desempenho da democracia no Brasil nos últimos anos. Ambas as variáveis mostraram-se estatisticamente irrelevantes para prever o voto no candidato, demonstrando que uma possível insatisfação com a democracia entre os eleitores e com a situação social e política no país não tiveram peso na definição do voto dos eleitores tanto em 2002 quanto em 2006. No caso da variável “satisfação com a democracia no Brasil”, o coeficiente β representava 0,058 em 2002 e passou para 0,74 em 2006, representando um aumento do peso desta variável dentro do modelo. Entretanto, em 2006, a associação dessa variável com o voto em Lula revela independência estatística (significância 0,096).

De outro lado, a associação entre avaliação do governo Lula e escolha do candidato indicou 23% de probabilidade de acerto comparada com as outras variáveis do modelo. Em 2002, a associação entre a avaliação do governo Fernando Henrique Cardoso e o voto em Lula tinha 9% de probabilidade de acerto dentro do modelo. Considerando que em 2006 o candidato Lula disputava o seu segundo mandato é possível supor que os eleitores incluíram em seu cálculo eleitoral o desempenho do governo como fator importante para sua escolha. Por outro lado, o aumento relativo desta variável também corrobora a hipótese de que uma parcela considerável dos eleitores fez um cálculo pragmático sobre os benefícios da administração Lula.

A hipótese sobre o aumento do peso do voto pragmático fica mais evidente quando notamos a diminuição da dimensão ideológica na composição do voto no candidato Lula entre 2002 e 2006. O modelo de regressão indica diminuição da associação entre decisão eleitoral e auto-identificação ideológica, sendo que o coeficiente β era 0,107 em 2002 caindo para 0,064 em 2006. Esses resultados

para a dimensão do auto-posicionamento ideológico do eleitor são surpreendentes, dada a tradicional associação o voto em Lula e o eleitorado de esquerda.

A Tabela 3 apresenta o auto-posicionamento ideológico do eleitor e sua decisão de voto estratificada por faixas socioeconômicas e especifica os resultados agregados apresentados no Quadro 4:

Tabela 3 – Auto-posicionamento ideológico do eleitor e decisão eleitoral por estrato de renda.

		Esquerda	Centro	Direita	
Baixa renda	Lula	77,8% ,0	78,5% ,4	75,9% ,4	77,5%
	Alckmin	11,1% ,8	15,9% ,7	21,5% 1,2	17,6%
	Outros	11,1% 1,3	5,6% ,5	2,5% -1,2	4,9%
	TOTAL	(18)	(107)	(79)	(204)
Classe média Baixa	Lula	81,8% 1,4	56,2% -1,6	67,5% ,9	62,1%
	Alckmin	18,2% ,8	32,9% 1,4	22,5% -1,0	28,2%
	Outros	,0% -1,1	11,0% ,6	10,0% ,1	9,7%
	TOTAL	(11)	(73)	(40)	(124)
Classe média média	Lula	60,0% ,1	68,2% 2,0	40,0% -2,2	58,2%
	Alckmin	20,0% ,7	20,5% -1,9	48,0% 2,5	29,1%
	Outros	20,0% ,7	11,4% -1,4	12,0% -1,1	12,7%
	TOTAL	(10)	(44)	(25)	(79)
Classe média alta	Lula	66,7% 1,1	38,9% ,1	25,0% -1,9	37,9%
	Alckmin	33,3% ,4	38,9% -1,8	62,5% 1,2	44,8%
	Outros	,0% -1,8	22,2% ,9	12,5% -1,4	17,2%
	TOTAL	(3)	(18)	(8)	(29)

Estrato social	estatística	valor	Grau de Liberdade	significância
Baixa renda	Chi-quadrado (Pearson)	3,763(a)	4	,439
	N de casos válidos	204		
Classe média baixa	Chi-quadrado (Pearson)	3,901(b)	4	,420
	N de casos válidos	124		
Classe média média	Chi-quadrado (Pearson)	7,155(c)	4	,128
	N de casos válidos	79		
Classe média alta	Chi-quadrado (Pearson)	2,678(d)	4	,613
	N de casos válidos	29		

Fonte: ESEB, 2006.

Como é possível verificar nessa Tabela, os testes estatísticos de significância para cada estrato social mostram que, nas eleições de 2006, ideologia e decisão de voto não estiveram associadas com qualquer dos estratos sociais considerados.

Conclusões

Os resultados que alcançamos com as análises apresentadas neste artigo mostram uma evolução surpreendente do eleitorado entre as eleições de 2002 e 2006. De um lado, constatamos que a estratificação social foi pouco relevante para explicar a decisão eleitoral nas eleições de 2002. Mais ainda, quando consideramos a decisão de votar ou não no candidato que polarizou aquelas eleições, Lula, esta não foi afetada pelo pertencimento do eleitor a diferentes estratos sociais. Entretanto, naquela eleição, a decisão de voto em Lula foi significativamente influenciada pela auto-identidade ideológica do eleitor. Eleitores que se posicionavam à esquerda tinham maior probabilidade de votar em Lula.

Nas eleições de 2006, ao contrário, a estratificação social revelou-se uma variável importante para a predição do voto do eleitorado brasileiro. Mas, surpreendentemente, nessas eleições, a dimensão ideológica perdeu força preditiva em relação ao voto. Em todos os estratos sociais que consideramos em nossa análise, o posicionamento ideológico dos eleitores foi pouco importante para explicar a decisão do voto. Como assinalamos anteriormete, esse resultado é tanto mais surpreendente quando se considera a forte e tradicional associação entre o voto em Lula e a auto-identidade de esquerda do país. Por outro lado, ele tende a corroborar a interpretação mais cética, que

vê um esvaziamento da dimensão ideológica e do confronto de classes para explicar a vitória de Lula nas eleições de 2006. Quaisquer que tenham sido as outras motivações do eleitorado que votou em Lula, as questões ideológicas que tradicionalmente motivaram seus eleitores estiveram ausentes nesta eleição.

Do ponto de vista teórico, os resultados dessa análise são bastante relevantes já que, tanto nas eleições de 2002 como nas eleições de 2006, as duas variáveis que constituem o centro da análise deste artigo, estratificação social e identidade ideológica, mostraram um comportamento independente uma da outra. Assim, novas análises são necessárias para, de um lado, compreender os conteúdos ideacionais que se associam a diferentes posições de auto-identidade ideológica; de outro lado, estes resultados criam a necessidade de investigar mais a fundo a natureza das opiniões, atitudes e expectativas que estiveram associadas ao voto em Lula em 2006.

Referências bibliográficas

AMARAL, R. "As eleições de 2006 e a emergência das grandes massas no processo político". *Comunicação&política*, v.24, nº3, p.007-017, 2006. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/0-0320Editorial.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.

BALBACHEVSKY, E. e HOLZHACKER, D. O. "Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*. Campinas: CESOP/UNICAMP, vol. X, nº.2, p.242 - 253, 2004.

BERGAMO, M. "Entrevista Luiz Inácio Lula da Silva: Lula se diz frustrado por falta de apoio entre os mais ricos". *Folha de São Paulo*, 18 set. 2006.

BOSCHI, R. "A abertura e a Nova Classe Média na Política Brasileira: 1977-82". *Dados*, vol.29, nº.1, p. 5-24, 1986.

BRESSER-PEREIRA, L.C. "The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil" *Journal of Inter-American Studies*, vol.4, nº.3, p.313-326, 1962.

_____. "A classe média". *Folha de S.Paulo*, 13.dez. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=2177>. Acesso em: jul. 2007.

BURRIS, V. "The Discovery of the New Middle Class". *Theory and Society*, vol.15, p.317-349, 1986.

CARREIRÃO, Y. S. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, p.70-101. Disponível em:
<http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/bpsr_v1_n1_march2007.pdf>. Acesso em: jul. 2007.

FIGUEIREDO, A. "Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira". *Cadernos Pagu*. Campinas: PAGU/UNICAMP, n.º. 23, p. 199-228, 2004.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. "A classe média nas eleições de 2006". *Boletim Periscópio*. Edição 57, mai. 2006. Disponível em: <<http://www.perseuabramo.org.br>>

GERTEIS, J. "Political Alignment and the American Middle Class, 1974-1994". *Sociological Forum*, vol. 13, n.º4, p. 639-666, 1998.

GUERRA, A. et al (orgs.). *A classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

KRISCHKE, P. "Governo Lula: Políticas de reconhecimento e de redistribuição". *Cadernos de Política Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGIH*, n.º 47. Out. 2003. Disponível em:
<<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno47.pdf>>. Acesso em: jul. 2007.

MATTAR, F. N. "Análise crítica dos estudos de estratificação sócio-econômica de ABA-Abipeme". *Revista de Administração*, vol.30, n.º1, p. 57-74, jan/mar. 1995. Disponível em:
<<http://www.fauze.com.br/artigo10.htm>>

MEZAN, R. "O mapa complexo das urnas". *Folha de São Paulo*. Caderno Mais. 15 out. 2006.

MILLS, W. *White Collor: the american middle classes*. New York: Oxford University Press, 1953.

NICOLAU, J. "An Analysis of the 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, p.125-134. Disponível em:
<http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/bpsr_v1_n1_march2007.pdf>. Acesso em: jul.2007.

O'DOUGHERTY, M. *Consumption Intensified: the politics of middle-class daily life in Brazil*. London: Duke University Press, 2002.

OLIVEIRA, F. Medusa ou as Classes Médias e a Consolidação democrática. In: REIS, F. W. e

O'DONNELL, G. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, p. 210-231, 1988.

OWENSBY, B. P. *Intimates Ironies: modernity and the making of the middle class lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

PERLMUTTER, A. "The Myth of the Myth of the new Middle Class". *Critical Studies in Society and History*, vol.12, nº.1, p.14-26, 1970.

PORTES, A. "Latin America Class Structure: Their Composition and Change during the Last Decades". *Latin American Research Review*, vol.20, nº.3, p.7-39, 1985.

QUADROS, W. "O encolhimento da classe média brasileira". *Cesit - Carta Social e Trabalho*, nº5, abr.set.2006, p. 5-12. Disponível em:
<http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral5.pdf>. Acesso em: jul.2007.

QUADROS, W. e ANTUNES, D. "Classes sociais e distribuição de renda no Brasil dos anos noventa". *Cadernos do CESIT* nº30, out.2001. Disponível em:
<http://www.eco.unicamp.br/cesit/download_cesit/cadernodoCESIT30.pdf>. Acesso em: jul.2007.

RATTERN, H. "O Declínio da classe média". *Revista espaço acadêmico*, nº57, jan.2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/057/57rattner.htm>>. Acesso em jul.2007.

ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1986.

SANTOS, J. A. F. "Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil". *Revista Dados*, vol. 44, nº1, p. 97-153, 2001.

_____. "Uma classificação socioeconômica para o Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº.58, p. 27-45, 2005.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SINGER, P. "O PT e as eleições de 2006". *Folha de São Paulo*, Tendências e Debates, 05 out.2006.

VEJA. "Os desejos da classe média". Edição 1739, 20 fev.2002. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/200202/p_098.html>. Acesso em: jul.2007.

Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006

Yan de Souza Carreirão
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O artigo analisa as relações entre a identificação ideológica do eleitor brasileiro, seus “sentimentos” em relação aos partidos e o voto nas eleições presidenciais de 2002 e 2006. A principal hipótese testada, a partir da análise dos dados das duas ondas do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), é a de que após o primeiro mandato do presidente Lula houve, na percepção dos eleitores brasileiros, uma diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, o que redundaria em uma menor associação entre identificação ideológica e voto na eleição presidencial de 2006 comparativamente à de 2002. O artigo investiga também se houve mudanças na associação entre os “sentimentos partidários” dos eleitores e seu voto.

Palavras-chave: Estudo Eleitoral Brasileiro; eleições presidenciais; identificação ideológica; preferência partidária

Abstract

The article analyses the relations between the Brazilian voter's ideological identification, his/her “partisan feelings” and the vote, in the 2002 and 2006 presidential elections. The main hypothesis tested, which is based on the two waves of the ESEB (Brazilian Electoral Study) data analysis, is that after President Lula's first mandate there was a dilution of the ideological differences between the parties in the Brazilian voters view. This dilution would result in a smaller association between ideological identification and the vote in the 2006 presidential election compared to the 2002 election. The article also examines if there were changes in the association between the voters' “partisan feelings” and their vote.

Key Words: Brazilian Electoral Study; presidential elections; ideological identification; party preference

Introdução

O presente artigo analisa a existência de relações entre a identificação ideológica do eleitor brasileiro, entendida como a auto-localização no contínuo direita-esquerda¹, seus “sentimentos” em relação aos partidos e o voto na eleição presidencial de 2006.

Trabalhos anteriores testaram as hipóteses de que a identificação ideológica do eleitor está associada à sua preferência partidária e de que aquela identificação influencia seu voto, chegando a conclusões diferentes. De um lado, alguns autores apontaram o peso das variáveis ideológicas nas escolhas do eleitorado; de outro lado, autores questionaram a relevância de variáveis ideológicas sobre a decisão de voto como também o uso do auto-posicionamento na escala esquerda-direita como indicador da ideologia do eleitor. Há também divergências nas conclusões encontradas na literatura quanto ao tema das preferências e rejeições partidárias e sua relação com o voto. O aprofundamento da análise destes temas justifica, portanto, esta contribuição para o debate.

As hipóteses testadas aqui partem do pressuposto de que o primeiro mandato do presidente Lula representou um período de diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, na percepção de boa parte do eleitorado brasileiro. As semelhanças entre o governo Lula e o governo de seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em questões centrais, como a política econômica e reformas como a da Previdência, parecem ter contribuído para aquela diluição das diferenças. Da mesma forma, a percepção de que, também do ponto de vista ético, os partidos não apresentam comportamento tão diferenciado quanto se supunha parece ter reforçado esta percepção de diluição das diferenças entre partidos². Todas as gravíssimas denúncias de corrupção envolvendo personagens centrais do

¹ A noção de identificação ideológica foi proposta por Singer (2000), que pleiteia, como apresento na revisão da literatura, que esta é uma das principais variáveis intervenientes na decisão de voto dos eleitores brasileiros. Aqui, as expressões “identificação ideológica”, “posicionamento ideológico” e “posicionamento na escala esquerda-direita” são usadas, de forma intercambiável.

² Embora o tema da corrupção não seja propriamente relacionado aos posicionamentos ideológicos dos partidos, até antes do primeiro mandato do presidente Lula parece ter havido uma percepção majoritária entre o eleitorado de que eram os partidos mais ao centro ou à direita do espectro ideológico os mais envolvidos em diferentes tipos de corrupção ou de desvios éticos. Em parte, essa percepção pode ter derivado do discurso fortemente moralista do PT até alguns anos atrás e em parte pode ser creditada ao fato de que os partidos de centro e direita, por terem controlado o governo federal e os principais governos estaduais, tiveram, até ali, mais acesso ao grosso dos recursos públicos (estando, portanto, efetivamente mais suscetíveis à corrupção). De toda forma, as diferenças percebidas entre partidos, a partir de seus discursos e/ou práticas no plano propriamente político-ideológico, eram reforçadas, ao que parece, por certa percepção de que partidos de esquerda (especialmente o PT) tinham um comportamento mais subordinado a preocupações éticas do que os partidos de centro e direita.

PT e do governo ao longo do primeiro mandato do presidente Lula (tendo o “mensalão” como episódio central) podem ter contribuído – junto com a avaliação de que políticas centrais implementadas pelo governo Lula (e apoiadas pelos partidos da coalizão governista, inclusive o PT) não eram substancialmente diferentes das adotadas por seus antecessores – para uma percepção de diluição das diferenças entre os partidos de esquerda, de um lado, e de centro e direita, de outro. Esta diluição afetaria a relevância de variáveis ideológicas e partidárias no comportamento efetivo dos eleitores, incluindo sua decisão de voto.

Mais especificamente, uma hipótese testada neste artigo é a de que após o primeiro mandato do governo Lula ocorreu um declínio da porcentagem de eleitores que se auto-identificam ideologicamente e uma menor associação entre identificação ideológica e voto na eleição presidencial de 2006, comparativamente à encontrada na eleição de 2002. No que se refere às identificações partidárias, a hipótese é que também houve em 2006 uma menor associação entre os “sentimentos partidários” dos eleitores e o voto, mais uma vez de modo comparativo ao que ocorreu em 2002. Isso estaria vinculado àquela diluição das diferenças entre partidos, na percepção dos eleitores e, em particular, a um maior descolamento da imagem do presidente Lula em relação ao PT. Estas hipóteses são testadas tendo a escolaridade como variável de controle para verificar se eleitores com diferentes graus de escolaridade apresentam as mesmas associações entre voto e identificação ideológica e entre voto e “sentimentos partidários”. A base empírica central é composta pelos dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002 e 2006³.

³ O ESEB 2002 foi uma pesquisa empreendida pelo DataUFF (sob a coordenação dos professores Alberto Carlos de Almeida e Zairo Cheibub) e pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop / Unicamp) (sob a coordenação dos professores Rachel Meneguello e Fernando Lourenço), com o patrocínio da Capes e da Fapesp, envolvendo ainda muitas outras pessoas e instituições. O ESEB 2006 foi empreendido pelo Cesop e IPSOS. O trabalho de campo do ESEB 2002 foi realizado entre 31/10 e 28/12/2002, com a aplicação de questionário a uma amostra nacional de 2513 eleitores, com as seguintes características: amostra probabilística, sem reposição, em três estágios (município, setor censitário e domicílio). O trabalho de campo do ESEB 2006 foi realizado entre 17 e 27/12/2006, envolvendo uma amostra nacional de 1000 eleitores em 70 municípios; amostra estratificada por regiões, com municípios maiores auto-representados e municípios menores sorteados; com seleção aleatória dos setores censitários e amostra por cotas (definidas de acordo com perfil de idade, escolaridade e PEA, cruzados por sexo) dentro dos setores censitários. Nos dois estudos, a margem de erro aproximada foi de 3,2%.

Revisão da literatura

Trabalhos anteriores (SINGER, 2000; ALMEIDA, 2001; CARREIRÃO, 2002a) testaram a hipótese de que a identificação ideológica do eleitor está associada à sua preferência partidária e influencia seu voto, e chegaram a conclusões diferentes. Quanto às preferências e rejeições partidárias e suas relações com o voto, também houve divergências nas conclusões encontradas na literatura (KINZO, 1992; CASTRO, 1994; MENEGUELLO, 1995; SILVEIRA, 1998; SINGER, 2000; CARREIRÃO e KINZO, 2004; CARREIRÃO e BARBETTA, 2004; CARREIRÃO, 2007a e 2007b).

Foi Singer (2000) quem introduziu a noção de identificação partidária no debate brasileiro recente, definindo-a como “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (SINGER, 2000, p.49). Com base em dados de surveys, utilizou a auto-localização dos eleitores no contínuo esquerda-direita para definir esta identificação. Para o autor, mesmo que a maioria dos eleitores não saiba definir o que seja esquerda e direita, pode utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque se trata de um conhecimento intuitivo, um sentimento do que significam as posições ideológicas que permite ao eleitor situar os candidatos e os partidos nessa escala e votar coerentemente. Analisando dados de pesquisas de opinião realizadas entre as eleições de 1989 e 1994, postulou que a identificação ideológica seria uma predisposição de longo prazo e que teria sido um fator central da decisão de voto para presidente nestes dois pleitos. Do ponto de vista substantivo, a principal diferença de opinião entre os eleitores com identificação à esquerda e aqueles com identificação à direita está em que os primeiros esperam que sejam feitas mudanças a partir da mobilização social e da contestação da autoridade repressiva do Estado, enquanto o conservadorismo dos segundos se expressa no apego à autoridade e à ordem.

Carreirão (2002a), analisando dados de pesquisas realizadas entre 1989 e 1997, concluiu que a identificação ideológica parece ter certo peso na decisão de voto para presidente, mas não tão grande quanto postula Singer, já que outras variáveis revelaram ter maior influência na determinação dos resultados das eleições presidenciais. Além disso, a importância da identificação ideológica depende muito da escolaridade dos eleitores: à medida que esta aumenta, crescem linearmente: a) a compreensão dos termos “esquerda” e “direita”; b) o percentual de eleitores que se localizam numa escala “esquerda-direita” (ou seja, que se identificam ideologicamente) e c) o grau de associação entre esta identificação, de um lado, e o voto, a preferência partidária e as opiniões políticas dos eleitores, de outro.

Almeida (2001) questiona o próprio uso do auto-posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita como um indicador da ideologia: a maioria dos eleitores não sabe expressar o que é direita ou esquerda; os conteúdos atribuídos a estas expressões pela grande maioria dos eleitores são diferentes daqueles conteúdos atribuídos pela ciência política a estas noções. O autor conclui que é muito difícil medir o conceito de ideologia (relacionada ao espectro esquerda-direita) – e que a ciência política brasileira ainda não foi capaz de desenvolver uma boa medição deste conceito – e aposta mais em índices construídos a partir de baterias de questões sobre as visões de mundo das pessoas acerca de temas que permitam diferenciar entre esquerda e direita (por exemplo, opiniões sobre o grau de intervenção do Estado na economia; sobre o grau de apoio a soluções por meio de uma liderança forte; sobre o nível de apoio à igualdade, etc). Quanto ao peso da dimensão ideológica na decisão de voto, a partir de análises empíricas relativas a pesquisas realizadas no Rio de Janeiro na eleição para prefeito em 2000, o autor conclui que outras variáveis tiveram maior peso na explicação do voto do que a variável ideologia.

Como se vê, no que se refere ao uso do auto-posicionamento dos eleitores numa escala esquerda-direita, bem como no peso desta variável, ou outra que meça a dimensão ideológica, não há consenso na literatura.

Quanto às preferências partidárias, há também algumas variações nas avaliações feitas na literatura nacional sobre seu peso na decisão de voto. No que respeita ao período anterior ao governo Lula, um balanço sobre este debate (e sobre o debate teórico na literatura internacional) foi feito por Carreirão e Kinzo. Não é necessário replicar aqui aquele balanço, bastando, para as finalidades deste artigo, indicar que uma de suas principais conclusões foi que

“a rejeição partidária parece ter uma relação clara com o voto: em mais de 98 % dos casos em que um eleitor manifestava rejeição a um partido, aquele não votava no candidato deste partido. Quanto à preferência partidária ... haveria por volta de 30% de eleitores apenas, para quem a preferência partidária poderia ter influenciado o voto nas quatro eleições presidenciais até aqui realizadas. Tomando como base o único survey para o qual temos os dados relativos tanto à preferência quanto à rejeição partidárias, teríamos um contingente de cerca de 58 % do eleitorado nacional para o qual os partidos não exerceriam influência sobre o voto e um contingente de cerca de 42% para o qual haveria uma potencial influência das avaliações feitas a respeito dos partidos, seja a partir de uma ‘identificação’ ou preferência, seja por uma rejeição a pelo menos um dos partidos.” (CARREIRÃO e KINZO, 2004, p. 160-61)

Artigos que enfocaram o tema dos partidos e sua relação com a decisão de voto no período recente foram Carreirão e Barbetta (2004), Carreirão (2007a e 2007b) e Venturi (2006). Nos dois primeiros, são feitas análises sobre a decisão de voto utilizando modelos logísticos contendo os “sentimentos partidários” como uma das variáveis. Ali se tentou sintetizar em uma só variável um conjunto de respostas dos eleitores a questões sobre “partido que representa o eleitor”, “partido de que o eleitor gosta” e “partido em que o eleitor não votaria de jeito nenhum”. Alguns problemas metodológicos limitam o alcance das conclusões destes estudos ⁴, mas, de toda forma, há ali indícios significativos de que na eleição de 2002, pelo menos para os principais candidatos (Lula e Serra), as manifestações dos eleitores em relação aos partidos foram relevantes em suas decisões de voto.

O estudo de Venturi (2006) analisou as mudanças na percepção dos eleitores em relação ao PT após o episódio do “mensalão”, mostrando que, comparativamente a uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1997, a imagem do PT piorou em alguns quesitos, como “partido que tem mais políticos que só pensam neles mesmos” e “partido que tem mais políticos corruptos”. Mas melhorou nos quesitos “partido mais aberto à participação da população” e “que mais defende a justiça social”, quesitos em relação aos quais está bem à frente dos demais partidos na visão do eleitorado.

Analisando dados relativos apenas às preferências partidárias, Carreirão (2007b) mostrou que a preferência pelo PT declinou razoavelmente durante o auge das denúncias do “mensalão” e recuperou-se ao longo de 2006, sem, porém, retomar os patamares anteriores àquele escândalo. Quanto à eleição presidencial de 2006, o autor concluiu que

“o voto segundo preferência partidária segue padrão semelhante ao das eleições anteriores: parcela majoritária dos eleitores (em torno de 60%) não manifesta preferência por nenhum partido; entre os (cerca de 40%) que manifestam, as associações com o voto são maiores entre eleitores do PT e do PSDB (além do PFL); entre os demais eleitores não há uma associação muito forte entre as variáveis.” (CARREIRÃO, 2007b, p. 104)

⁴ Os dois estudos utilizaram um modelo binomial de regressão logística para cada candidato, em vez de um único modelo polinomial (ver NICOLAU, 2007); além disso, a própria forma de operacionalizar as variáveis “sentimentos partidários” (para cada candidato) pode se ressentir do fato de que estas variáveis são definidas sem uma independência completa em relação à variável dependente (o voto em cada um dos candidatos).

Finalmente, cabe assinalar que os estudos baseados em pesquisas de opinião que utilizam apenas a preferência partidária como indicador dos sentimentos partidários chegam à conclusão de que a influência dos partidos na decisão do voto é relativamente pequena; ao contrário, os poucos estudos que incluem várias questões encontram resultados mais positivos. Verificamos, adiante, se esta última tendência se manteve na última eleição presidencial, com base nos dados do ESEB 2006⁵.

A identificação ideológica dos eleitores

Os dados sobre o auto-posicionamento na escala “esquerda-direita” nas duas pesquisas mostram que o percentual de eleitores não-posicionados na escala (outras respostas: “não sabe”; “não respondeu”; “não sabe o que é esquerda e direita”) passou de 23,2% em 2002 para 41,8% em 2006 (um aumento de 80%). Este aumento se deu em detrimento especialmente dos eleitores que se posicionavam à esquerda da escala, que passaram de 25,7% da amostra em 2002 para apenas 9% em 2006. O dado relativo às “outras respostas” em 2006 (41,8%) é muito relevante, pois significa que todas as análises a respeito da possível associação entre identificação ideológica e outras variáveis, como a preferência partidária ou o voto, só incluirão 58,2% do eleitorado (Tabela 1).

⁵ Deve-se assinalar que algumas análises possíveis a partir do ESEB 2002 não são viáveis para o ESEB 2006, por esta última pesquisa ter aplicado um questionário bem mais reduzido em relação ao anterior; aí se incluem análises sobre a compreensão que os eleitores têm dos termos “esquerda” e “direita”, bem como análises mais sólidas a respeito da eventual associação entre a identificação ideológica dos eleitores e suas opiniões políticas, já que o ESEB 2006 produziu um número bem menor de dados relativos às opiniões políticas dos eleitores a respeito de diferentes temas, comparativamente ao que havia feito o ESEB 2002. Especialmente em relação à compreensão que os eleitores têm dos termos “esquerda” e “direita” seria importante verificar se ainda havia em 2006 uma parcela significativa do eleitorado que em 2002 associou “esquerda” à oposição e “direita” ao governo. Se, em âmbito nacional havia até 2002 uma certa “adequação” destas “definições” aos fatos (já que os governos em âmbito federal haviam sido de centro-direita e a esquerda sempre havia ficado na oposição), a partir do governo Lula esta “adequação” deixa de ocorrer. Isto pode ter contribuído para “confundir” esta parcela do eleitorado, resultando no aumento das “outras respostas” à questão do posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita.

Tabela 1 – Identificação ideológica dos eleitores – 2002 e 2006

ESEB	Identificação ideológica				Total (N)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas *	
2002	25,7	23,3	27,8	23,2	2513
2006	9,0	25,4	23,8	41,8	1000

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513) e ESEB, 2006 (N = 1000).

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Em uma análise mais detalhada, as Tabelas 2 e 3 mostram os percentuais de eleitores com identificação ideológica segundo as faixas de escolaridade. Em 2002, à medida que aumentava a escolaridade, cresciam os percentuais de eleitores ao centro e à esquerda e declinavam os percentuais de eleitores à direita. Em 2006, a tendência relativa aos eleitores de centro e esquerda se manteve e, quanto aos eleitores que se identificam à direita, houve crescimento dos percentuais quando se passa da faixa de menor escolaridade até os eleitores com 2º Grau, ocorrendo depois um declínio: o menor percentual de eleitores à direita ocorre entre aqueles com nível superior.

Tabela 2 - Identificação ideológica dos eleitores, segundo escolaridade – 2002 (%)

Identificação ideológica	Escolaridade				Total (%)
	Até 4ª série 1º Grau	5ª a 8ª sér. 1º Grau	2º Grau	Superior	
Esquerda	19,8	24,8	28,6	35,3	25,7
Centro	12,9	21,5	29,7	39,0	23,3
Direita	31,6	29,6	25,0	21,4	27,8
Outras respostas*	35,7	24,1	16,5	4,3	23,2
Total (N)	(867)	(540)	(783)	(323)	(2513)

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513).

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Tabela 3 - Identificação ideológica dos eleitores, segundo escolaridade – 2006 (%)

Identificação ideológica	Escolaridade				Total (%)
	Analf./ Prim. Compl.	Ginásio	Colégio	Superior	
Esquerda	5,6	8,3	11,0	18,4	9,0
Centro	21,2	25,7	28,4	32,0	25,4
Direita	22,5	23,7	26,5	21,4	23,7
Outras respostas*	50,8	42,3	34,1	28,2	41,9
Total (N)	(378)	(253)	(264)	(103)	(998)

Fonte: ESEB, 2006 (N = 1000).

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Um segundo aspecto a destacar é que o declínio da identificação à esquerda entre 2002 e 2006 se deu em todas as faixas de escolaridade. Por fim, mais relevante para nossos propósitos é o fato de que tanto em 2002 quanto em 2006 os percentuais de eleitores que não sabiam se localizar na escala (ou não responderam à questão) declinam continuamente, conforme aumenta o nível de escolaridade. Essa é uma tendência previsível e já encontrada em estudo anterior (CARREIRÃO, 2002a), mas é notável que o aumento dessas respostas entre 2002 e 2006 tenha se dado em todas as faixas de escolaridade, e que este aumento tenha sido maior quanto maior a escolaridade dos eleitores (entre os eleitores com nível de escolaridade superior, o salto foi espetacular, de 4,3% para 28,2%). Entre os eleitores com menor nível de escolaridade, a porcentagem dos que não sabiam se posicionar na escala ou não respondiam à questão em 2002 era 8,3 vezes a porcentagem entre os eleitores com nível superior em 2002 (35,7% contra 4,3%); em 2006 essa relação era apenas de 1,8 (50,8% contra 28,2%). Ou seja, houve uma espécie de “nivelamento” das porcentagens de eleitores que não se posicionavam na escala segundo a escolaridade.

O posicionamento dos partidos (e de líderes) políticos na escala esquerda-direita, segundo a percepção dos eleitores

Um confronto entre o posicionamento ideológico dos partidos indicado pelos eleitores e a classificação mais usual entre os especialistas revela percentuais muito baixos de eleitores que realizam uma classificação “correta”. Com exceção do PT, cujo posicionamento à esquerda é indicado por 45% dos eleitores em 2002 e por 32% em 2006, para os demais partidos a taxa de “acerto” varia de 11% a 27% nos dois momentos (Tabelas 4 e 5). Mesmo considerando, de forma flexível, duas das três posições na escala como sendo “acertadas”, só em relação ao PT o percentual de acerto passa de 50% em 2002 (ver Tabela Anexa 1).

Tabela 4 - Posicionamento ideológico dos partidos (2002) (%)

Posicionamento Ideológico	Partido					
	PT	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PFL
E	45,4	27,3	14,2	14,9	20,7	14,0
C	14,0	20,7	19,4	21,8	23,8	18,2
D	17,9	12,3	34,2	34,6	16,8	34,8
Outras Respostas*	22,8	39,8	32,2	28,6	38,8	32,9

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513).

* NS / NR / Não conhece o partido / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Tabela 5 – Posicionamento ideológico dos partidos (2006) (%)

Posicionamento Ideológico	Partido					
	PT	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PFL
E	31,7	21,9	13,3	10,8	16,9	14,2
C	12,9	20,9	18,3	22,9	24,0	17,3
D	15,9	10,1	24,3	21,5	11,0	22,3
Outras Respostas*	39,6	47,1	44,4	44,8	48,1	46,2

Fonte: ESEB, 2006 (N = 1000).

* NS / NR / Não conhece o partido / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Para cinco dos seis partidos, os posicionamentos mais freqüentes permanecem os mesmos entre 2002 e 2006: para o PDT, a maior porcentagem é de eleitores que o posicionam à esquerda, depois ao centro e, em menor proporção, à direita. O inverso ocorre com o PFL e o PSDB: a maioria relativa dos eleitores os posiciona à direita da escala. Note-se que não há, portanto, coincidência entre a classificação feita pelos eleitores e a classificação mais comum entre os especialistas, para quem o PSDB é classificado majoritariamente como de centro (ou de centro-direita). No que tange ao PTB, a maioria dos eleitores o posiciona ao centro; depois, um percentual menor o posiciona à esquerda e um percentual ainda menor à direita (contrariamente também à classificação mais usual do PTB como de direita ou centro-direita pela ciência política). Já no que se refere ao PT, embora tanto em 2002 como em 2006 a maior porcentagem seja a de eleitores que o situam à esquerda, a segunda maior porcentagem é dos que o situam à direita (e não ao centro, como, talvez, fosse o esperado). Por fim, em relação ao PMDB, houve uma variação nas posições relativas entre 2002 e 2006: em 2002, a maioria dos eleitores o classificava como de direita; a seguir, vinha o conjunto dos eleitores que o situavam ao centro. Em 2006, houve a inversão destes posicionamentos, permanecendo, porém, a menor porcentagem para os que o incluíam à esquerda do espectro ideológico.

Mais importante é a tendência entre 2002 e 2006 de perda de nitidez ideológica de vários partidos entre os eleitores: quanto ao PT, em 2002, o percentual de eleitores que o classificavam como de esquerda era 2,5 maior do que o percentual dos que o classificavam como direita; essa relação caiu para 2,0 em 2006. Com o PFL, a perda de nitidez ocorrida entre 2002 e 2006 foi ainda maior: o percentual de eleitores que o classificavam como de direita era 2,5 maior do que o percentual dos que o classificavam como de esquerda em 2002; essa relação caiu para 1,6 em 2006. Esta tendência pode ser generalizada para os demais partidos, embora em menor proporção⁶.

Porém, ainda mais importante para este estudo, são os percentuais bastante altos de eleitores que não conseguem classificar os partidos no contínuo esquerda-direita nos dois momentos. Em 2002, 32,5% dos eleitores não conseguiam classificar os partidos; em 2006, este percentual aumentou para 45%, em média.

A mesma tendência de perda de nitidez ideológica das imagens ocorreu em relação às lideranças políticas. Os questionários do ESEB de 2002 e 2006 solicitaram aos eleitores que situassem diversos líderes na escala esquerda-direita. Os únicos dois líderes apresentados simultaneamente aos entrevistados nos dois questionários foram Lula e Serra, sendo, portanto, os que permitem uma comparação direta para perceber tendências de mudança entre as duas eleições. Como se pode ver na Tabela Anexa 2,

⁶ Outra forma de mostrar esta variação entre 2002 e 2006 é a partir dos diferenciais máximos entre os partidos: em 2002, havia 31,4% a mais de eleitores que situavam o PT à esquerda em relação aos que situavam o PFL (à esquerda). Já em 2006, houve apenas 17,3% a mais de eleitores que situaram o PT à esquerda em relação aos que situaram o PFL nesta posição da escala.

também houve uma redução significativa da nitidez das classificações destes dois líderes naquela escala.

Até aqui a análise centrou-se em como os eleitores posicionam os partidos, os principais líderes políticos e a si próprios na escala esquerda-direita. Embora os “sentimentos partidários” dos eleitores, sua avaliação de desempenho do governo em exercício e seu voto não dependam apenas (nem principalmente) de sua identificação ideológica, em eleições anteriores observou-se certo grau de correlação entre esta última e aquelas outras variáveis (SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2002b). A hipótese forte, pleiteada, por exemplo, por Singer (2000), é a de que a identificação ideológica é significativamente estável e influencia o comportamento dos eleitores ao avaliar partidos, governos e candidatos. As análises a seguir verificam em que medida há realmente associação entre estas variáveis e se houve variação no grau desta associação entre 2002 e 2006.

Preferências e rejeições partidárias, segundo o posicionamento ideológico dos eleitores

Os dados sobre a percepção dos eleitores quanto ao partido que melhor os representa não mostraram uma associação forte com a identificação ideológica. Para o PT, por exemplo, o maior percentual dos eleitores que afirmaram ser por ele representado se identificava à esquerda, mas o PT era também o partido que mais “representava” os eleitores, inclusive os “de centro” e os “de direita”. Quanto aos demais partidos, os percentuais foram baixos e nem sempre corresponderam ao esperado, inclusive em razão das variações entre uma pesquisa e outra.

Tabela 6 – Partido que melhor representa o eleitor, segundo sua identificação ideológica 2002 (%)

Partido que melhor representa o eleitor	Identificação Ideológica				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas*	
PT	41,2	21,4	17,6	11,1	23,1
PMDB	2,8	2,9	6,7	2,6	3,8
PSDB	3,1	4,9	5,7	0,9	3,7
PFL	2,6	1,7	3,3	0,9	2,2
Outros partidos	2,8	2,7	2,3	1,5	2,3
Outras respostas *	47,4	66,3	64,3	83,0	64,7
Total (N)	(645)	(587)	(698)	(583)	(2513)

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513).

ESEB31) Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

ESEB32) Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

* Eleitores que responderam que nenhum partido os representa, não sabem, ou não responderam à pergunta 31; eleitores que indicaram partidos inexistentes, ou nome de políticos (e não de partidos), ou responderam que não sabem, não lembram, ou não responderam à questão 32.

Tabela 7 – Partido que melhor representa o eleitor, segundo sua identificação ideológica - 2006 (%)

Partido que melhor representa o eleitor	Identificação Ideológica				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas*	
PT	40,0	15,0	21,3	12,0	17,5
PMDB	2,2	7,1	5,0	1,0	3,6
PSDB	7,8	3,6	4,6	2,2	3,6
PFL	0	0,4	0,8	0,5	0,5
Outros partidos	6,6	2,4	4,2	0	2,2
Outras respostas *	43,3	71,5	64,0	84,4	72,6
Total (N)	(90)	(253)	(239)	(418)	(1000)

Fonte: ESEB, 2006 (N= 1000).

ESEB7) Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

ESEB8) Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?

* Eleitores que responderam que nenhum partido os representa, não sabem, ou não responderam à pergunta 7; eleitores que indicaram partidos inexistentes, ou nome de políticos (e não de partidos), ou responderam que não sabem, não lembram, ou não responderam à questão 8.

As variações nas menções dos eleitores com diferentes identificações ideológicas quanto aos partidos que os representavam não foram, porém, grandes entre 2002 e 2006. Destaca-se apenas certo aumento das menções ao PT entre eleitores “de direita”, concomitante a uma redução de menções ao partido por parte dos eleitores “de centro”. Quanto ao PSDB, houve um pequeno aumento das menções entre os eleitores que se diziam de esquerda e, no que se refere ao PMDB, um pequeno crescimento entre os eleitores “de centro”. Estas não foram, todavia, mudanças profundas no perfil ideológico dos eleitores que apontaram estes partidos como os que os representavam.

O mais relevante a assinalar é que houve um declínio do percentual dos eleitores que mencionavam algum partido em resposta à questão: em 2002, 35,3% dos eleitores indicavam que algum partido os representava; este percentual caiu para 27,4% em 2006. Boa parte desta queda envolveu o PT, que continuou a ser o partido mais mencionado, mas caiu de 23,1% para 17,5% dos eleitores. Esta queda, certamente, está relacionada com as denúncias de corrupção envolvendo figuras centrais do partido, especialmente em 2005, no episódio do “mensalão”. O PFL também declinou (de 2,2% para 0,5%), enquanto o PMDB e o PSDB mantiveram-se estáveis. Os demais partidos tiveram percentuais insignificantes para serem mencionados.

Com relação à rejeição partidária, em 2002 houve uma certa associação entre a identidade ideológica e a rejeição a partidos: a rejeição ao PT cresceu dos eleitores que se situaram à esquerda para os que se situaram à direita (o mesmo, mais ou menos, mostrou-se válido para o PDT); o inverso ocorreu para o PFL e o PMDB (e, mais ou menos, com o PSDB). Quanto ao PPB, não foi observado um sentido unívoco das rejeições. O mesmo ocorreu para o PTB, cuja imagem para muitos eleitores pareceu não corresponder à classificação mais freqüente na literatura de ciência política (conforme mostraram as Tabelas 4 e 5). De toda forma, as diferenças de percentuais de eleitores que rejeitam os partidos não foram muito grandes entre eleitores de posicionamentos ideológicos diferentes.

Em 2006, especialmente quanto aos partidos que só tiveram seus nomes incluídos nesta pesquisa, houve também certa associação: a rejeição a todos os partidos geralmente classificados como de esquerda foi maior entre os eleitores de direita. O inverso ocorreu para o PFL e o PSDB. Mas, as diferenças, novamente, não foram grandes e, para muitos partidos, não houve uma tendência unívoca de aumento das rejeições à medida que se passava dos eleitores de esquerda para os de direita (ou vice-versa).

Nas Tabelas 8 e 9, são apresentadas as rejeições aos partidos segundo o posicionamento ideológico dos eleitores. A soma de rejeições é sempre bastante superior a 100% e isso se deve ao fato de que os entrevistados podiam indicar mais de um partido como um dos que “não votaria de jeito nenhum”, e muitos eleitores efetivamente indicaram mais de um partido.

Tabela 8 - Rejeição a partidos*, segundo identidade ideológica – 2002 (%)

Partidos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas*	
PT	14,2	22,1	33,5	20,1	22,9
PFL	57,6	43,4	42,7	39,4	46,1
PSDB	43,3	32,7	34,2	33,0	36,0
PMDB	43,7	33,1	29,2	33,5	34,9
PTB	36,7	33,1	47,2	42,1	38,9
PDT	38,5	36,9	53,3	38,4	40,8
PPB	52,9	43,8	51,9	43,9	48,5

Fonte: ESEB, 2002.

*Percentuais de eleitores que responderam “não votaria” à pergunta (P81): “Em qual destes partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum” (estimulada e múltipla). As outras opções de resposta eram: “votaria”, “não conhece o partido”, NS/NR/NA.

Tabela 9 - Rejeição a partidos*, segundo identidade ideológica – 2006 (%)

Partidos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras respostas*	
PT	28,9	24,9	31,8	24,2	26,6
PFL	53,3	45,5	44,1	38,5	42,9
PSDB	53,3	33,5	35,3	30,1	34,3
PMDB	34,4	28,0	37,8	29,2	31,4
PTB	47,8	41,5	48,7	33,5	40,4
PDT	41,1	38,3	47,1	32,9	38,4
PCdoB	42,9	42,7	53,8	38,5	43,6
PSOL	44,4	36,2	55,6	36,1	41,6
PRONA	61,1	49,8	58,8	40,8	49,2
PV	38,9	39,0	53,6	33,4	40,1
PPS	46,7	44,5	53,6	36,4	43,5
PL	49,5	42,7	51,5	35,6	42,4

Fonte: ESEB, 2006.

*Percentuais de eleitores que responderam “não votaria” à pergunta (P43): “Em qual destes partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum” (estimulada e múltipla). As outras opções de resposta eram: “votaria”, “não conhece o partido”, NS/NR/NA.

Os seis primeiros partidos de cada tabela são os mesmos, permitindo comparações entre 2002 e 2006. No que se refere ao conjunto de eleitores (sem desagregar segundo identificação ideológica), houve poucas variações de uma eleição à outra quanto a estes seis partidos. O PT foi o partido que teve o maior aumento na taxa de rejeição (de 22,9% em 2002 para 26,6% em 2006), mas, ainda assim, continuou sendo o partido com a menor rejeição. Além disso, embora seja entre os eleitores “de esquerda” que o PT é o menos rejeitado, foi entre estes eleitores que sua rejeição mais aumentou (na realidade dobrou) entre 2002 e 2006. Além do PT, só o PTB teve uma pequena oscilação para cima na taxa de rejeição; PMDB, PSDB, PFL e PDT tiveram pequena redução nesta taxa.

Os demais partidos não apareceram como opção aos entrevistados nos dois momentos. O PPB só apareceu em 2002 e, naquela pesquisa, foi o partido mais rejeitado (48,5% dos eleitores), seguido pelo PFL (46,1%). Em 2006, o campeão foi o PRONA, com quase metade dos eleitores indicando rejeição ao partido⁷.

⁷ É interessante observar que as taxas de “rejeição” a partidos de menor expressão são, na média, maiores do que as relativas aos maiores partidos, o que pode significar que o que é interpretado como “rejeição” pode ser, em parte, apenas uma manifestação de que o eleitor não votaria, não por conhecer o

Voto, avaliação de governo e posicionamento ideológico

Quando analisamos as correlações entre os votos dos eleitores e seus posicionamentos ideológicos em 2002 e 2006, encontramos dados que sugerem o declínio da identificação ideológica. A Tabela 10 apresenta as correlações entre os votos dados pelos eleitores no 1º turno das eleições presidenciais de 2002 e seus posicionamentos ideológicos. A Tabela 11 faz o mesmo para a eleição de 2006⁸.

Tabela 10 – Correlação: Voto 1º turno x Posicionamento Ideológico, segundo Escolaridade – 2002

Escolaridade	Situação 1		Situação 2	
	Coefficiente de Correlação	Significância	Coefficiente de Correlação	Significância
Até 4ª série 1º Grau	0,14	0,039	0,14	0,049
5ª a 8ª série 1º Grau	0,17	0,017	0,18	0,016
2º Grau	0,44	0,00	0,48	0,00
Superior	0,43	0,00	0,45	0,00
Total	0,29	0,00	0,30	0,00

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2.513)

Situação 1 (da esquerda para direita): 1= Lula + Zé Maria; 2 = Ciro; 3 = Garotinho; 4 = Serra

Situação 2 (da esquerda para direita): 1 = Lula + Zé Maria; 2 = Ciro + Garotinho; 3 = Serra.

Obs: Apenas 6 eleitores, na amostra, afirmaram ter votado em Zé Maria (tratar o candidato isoladamente, portanto, poderia levar a erros muito grandes).

partido e rejeitá-lo efetivamente, mas uma manifestação de que, não (re)conhecendo o partido, não votaria nele. Isso traz ambigüidade para a interpretação das respostas a esta questão.

⁸ São apresentadas, para cada eleição, correlações feitas com base em diferentes operacionalizações da variável voto (conforme observações abaixo das tabelas), já que pode não haver consenso sobre a ordenação dos candidatos numa escala esquerda-direita. As variações – tanto no coeficiente da correlação, quanto no nível de significância – devidas às diferentes maneiras de operacionalização das variáveis mostraram-se irrelevantes. Os dados que deram base ao cálculo destas correlações estão nas Tabelas Anexas 3 e 4.

Tabela 11 – Correlação: Voto 1º turno x Posicionamento Ideológico, segundo Escolaridade – 2006

Escolaridade	Situação 1		Situação 2		Situação 3	
	Coef. de Correl.	Signif.	Coef. de Correl.	Signif.	Coef. de Correl.	Signif.
Analf./ Prim. Compl.	0,15	0,368	0,08	0,639	0,15	0,368
Ginásio	0,24	0,113	0,21	0,184	0,25	0,109
Colégio	0,08	0,567	0,08	0,611	0,08	0,557
Superior	0,43	0,004	0,47	0,002	0,43	0,008
Total	0,17	0,022	0,14	0,088	0,18	0,021

Fonte: ESEB 2006 (N = 1000)..

Situação 1: 1 = Heloisa Helena; 2 = Lula; 3 = Cristovam Buarque; 4 = Alckmin.

Situação 2: 1 = Heloisa Helena + Lula; 2 = Cristovam Buarque; 3 = Alckmin.

Situação 3: 1 = Heloisa Helena; 2 = Lula + Cristovam Buarque; 3 = Alckmin.

Os dados das Tabelas 10 e 11 mostram que:

1) O coeficiente de correlação entre voto e identificação ideológica dos eleitores foi bem menor em 2006 (0,18, na melhor das hipóteses) do que em 2002 (0,30)⁹. Além disso, a correlação em 2002 foi calculada sobre 64% da amostra (os 1604 eleitores que simultaneamente apresentaram identificação ideológica e votaram em algum candidato). Em 2006, a correlação, além de ser menor, foi calculada apenas sobre os 50% da amostra que puderam ser incluídos no cálculo (já que a outra metade não manifestou identificação ideológica ou não votou em um dos candidatos). Assim, a associação entre as duas variáveis é bem mais fraca em 2006 do que em 2002;

2) A maior queda no coeficiente de correlação ocorreu entre eleitores com 2º Grau (Colégio): de 0,48 em 2002 para 0,08 em 2006. Por outro lado, entre eleitores com 5ª a 8ª série do 1º Grau (Ginásio), houve um pequeno crescimento dos coeficientes de correlação;

3) Apesar da diminuição do percentual de eleitores com nível superior com identificação ideológica entre 2002 e 2006, e considerando apenas os que mantiveram esta identificação, as correlações entre ela e o voto em 2006 tiveram magnitude e grau de significância semelhantes aos encontrados em 2002.

⁹ Davis (1976) classifica assim a força das correlações: até 0,09: associação desprezível entre as variáveis; 0,10 a 0,29: baixa; 0,30 a 0,49: moderada; 0,50 a 0,69: substancial; acima de 0,70: forte.

A Tabela 12 apresenta, para as eleições de 2002 e 2006, as correlações entre a votação no segundo turno e o posicionamento ideológico dos eleitores segundo sua escolaridade¹⁰.

Os dados da Tabela 12 confirmam, mais uma vez, o declínio da associação entre o voto (agora para o 2º turno) e a identificação ideológica dos eleitores: enquanto em 2002 a correlação foi de 0,40 e estatisticamente significativa, em 2006 foi de apenas 0,13 e estatisticamente não significativa para o conjunto dos eleitores das amostras. Com exceção da 2ª faixa de escolaridade, nas demais houve um declínio significativo da correlação em pauta.

Tabela 12 – Correlação: Voto 2º turno x Posicionamento Ideológico, segundo Escolaridade – 2002 e 2006.

Escolaridade	2002		2006	
	Coefic. de Correlação	Significância	Coefic. de Correlação	Significância
Até 4ª série 1º Grau (Até primário completo)	0,24	0,004	0,10	0,572
5ª a 8ª série 1º Grau (Ginásio)	0,30	0,001	0,29	0,074
2º Grau (Colegial)	0,51	0,000	0,10	0,498
Superior	0,58	0,000	0,35	0,070
Total	0,40	0,000	0,13	0,112

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Quanto aos dados de avaliação do governo, a comparação das duas pesquisas mostra que a associação entre a identificação ideológica dos eleitores e a avaliação que eles fazem do governo em exercício caiu de 0,21 em 2002 (estatisticamente significativa) para 0,04 em 2006 (estatisticamente não-significante). Embora os coeficientes sejam relativamente baixos em 2002, foram estatisticamente significativos para quase todas as faixas de escolaridade (a exceção foi o coeficiente relativo ao nível superior de escolaridade). Em 2006, além de os coeficientes serem todos menores do que os de 2002, nenhum deles foi estatisticamente significativo¹¹.

¹⁰Os dados que basearam o cálculo destas correlações são apresentados nas Tabelas Anexas 5 e 6.

¹¹ Isso se deve, em parte, ao fato de a amostra ser bem menor em 2006. Mas deve-se também a uma menor associação entre as variáveis, o que é captado pela magnitude dos coeficientes. Os dados que basearam o cálculo destas correlações estão nas Tabelas Anexas 7 e 8.

A queda do coeficiente de correlação foi especialmente grande entre os eleitores com nível de escolaridade superior. O fator que reforça ainda mais a tendência de declínio da associação entre as duas variáveis é o fato de o cálculo dos coeficientes ter como base 76% da amostra para 2002 e apenas 58% da amostra em 2006.

Tabela 13 – Correlação entre Avaliação de Governo e Identidade Ideológica, segundo Escolaridade dos Eleitores – 2002 e 2006

Escolaridade	2002		2006	
	Coeficiente Correlação	Significância	Coeficiente Correlação	Significância
Até 4ª série 1º Grau (Até primário completo)	0,12	0,050	0,02	0,882
5ª a 8ª série 1º Grau (Ginásio)	0,18	0,009	0,14	0,339
2º Grau (Colegial)	0,18	0,001	0,01	0,978
Superior	0,47	0,000	0,04	0,818
Total	0,21	0,000	0,04	0,818

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

“Sentimentos partidários” e voto

A hipótese que foi testada quanto aos “sentimentos” expressos pelos eleitores em relação aos partidos é a de que em 2006 houve uma menor associação entre estes “sentimentos” e o voto para presidente comparativamente ao que ocorreu em 2002. Esta redução na associação entre as variáveis estaria vinculada àquela percepção da diluição das diferenças entre partidos e, em particular, a um maior descolamento da imagem do presidente Lula em relação ao PT.

A Tabela 14 apresenta a distribuição dos eleitores segundo os tipos de “sentimentos” que manifestavam em relação aos partidos em 2002 e 2006 ¹².

¹² Quando um eleitor apontava um partido como aquele que representava a maneira como ele pensava, ou quando ele dizia “gostar” de um ou mais partidos, isso foi considerado um “sentimento positivo” em relação a este partido. Foi considerada um “sentimento negativo” a indicação de um partido à pergunta “em qual destes partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum” (sendo que era lido o nome de cada um dos principais partidos e perguntado se o eleitor não votaria ou poderia votar). Muitos eleitores manifestaram, simultaneamente, sentimentos positivos em relação a um (ou mais) partido(s) e negativos em relação a outro(s) partido(s). Apenas em um número pequeno de casos, os eleitores manifestaram,

Tabela 14 – Distribuição dos eleitores, segundo seus “sentimentos partidários”* (em relação ao conjunto dos partidos) (2002/2006) (%)

SENTIMENTOS PARTIDÁRIOS	2002	2006
Positivos e negativos	43	30
Somente positivos	7	7
Somente negativos	35	40
Sem manifestação de sentimentos (positivos ou negativos)	15	23
TOTAL (N)	(2513)	(1000)

Fonte: ESEB, 2002 e 2006. (Obs: as porcentagens foram “arredondadas”).

* Sentimentos: Positivos = “partido que o representa” (espontânea e única) + “partido de que gosta” (espontânea e múltipla). Negativos = rejeição [“em quais destes partidos o(a) sr(a). não votaria de jeito nenhum”](estimulada e múltipla; pergunta feita para cada um dos partidos citados pelo entrevistador)]

Uma primeira observação é que os percentuais de eleitores que manifestaram algum tipo de “sentimento partidário” – e que, portanto, potencialmente poderiam levar em consideração estes “sentimentos” na sua decisão de voto – foram relativamente grandes: 85% (2002) e 77% (2006). Estes percentuais são bem mais altos do que os percentuais de eleitores que manifestam preferência partidária nas pesquisas de opinião que utilizam apenas este tipo de pergunta a respeito da relação dos eleitores com os partidos. As porcentagens de eleitores que manifestavam rejeição a (pelo menos) algum partido foram maiores do que aquelas de eleitores que manifestavam sentimentos positivos.

Quanto às tendências de mudança entre 2002 e 2006, como os dados mencionados acima indicam, houve um aumento dos eleitores que não manifestaram qualquer “sentimento” por nenhum partido (de 15% para 23% no total). Isso se refletiu no declínio das porcentagens de eleitores que manifestaram tanto “sentimentos” positivos (50% em 2002; 37% em 2006) quanto negativos (82% em 2002; 70% em 2006).

A análise a seguir verifica se estes “sentimentos” manifestados pelos eleitores em relação aos partidos estão ou não relacionados com seu voto. A Tabela 15 indica a votação em 1º turno nos dois principais candidatos em 2002 e 2006, segundo seus “sentimentos” em relação ao PT e PSDB simultaneamente, partidos aos quais aqueles candidatos eram filiados¹³. Os “sentimentos” foram ordenados da situação teoricamente mais favorável ao candidato do PT (Lula) à situação mais favorável aos candidatos do PSDB (Serra e Alckmin).

simultaneamente, sentimentos positivos e negativos em relação a um mesmo partido. Estes casos não foram incluídos na tabela.

¹³ Uma análise mais completa precisaria incluir todos os sentimentos dos eleitores em relação a todos os partidos. Esta é uma tarefa importante a ser enfrentada, mas que não foi possível realizar aqui.

Tabela 15 - Voto em 2002 e 2006 (1ºt.), segundo sentimentos em relação ao PT e ao PSDB

Ano	Candidatos	Sentimentos em relação ao PT e PSDB *							Total
		1	2	3	4	5	6	7	
2002	Lula	88	81	64	41	7	23	1	51
	Serra	2	5	13	25	56	59	67	23
	(N)	(315)	(330)	(260)	(752)	(259)	(44)	(70)	(2030)
2006	Lula	97	95	95	62	13	53	7	67
	Alckmin	1	2	2	26	71	47	93	25
	(N)	(117)	(100)	(111)	(343)	(120)	(15)	(28)	(834)

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

* Sentimentos em relação ao PT e PSDB: 1 = sentimento positivo em relação ao PT e rejeição ao PSDB; 2 = somente sentimento positivo em relação ao PT; 3 = somente rejeição ao PSDB; 4 = situações neutras¹⁴; 5 = somente rejeição ao PT; 6 = somente sentimento positivo em relação ao PSDB; 7 = sentimento positivo em relação ao PSDB e rejeição ao PT. Quanto ao que foi considerado “sentimento positivo”, ver observação abaixo da Tabela 14.

Obs: Foram desconsiderados na análise os entrevistados que informaram não ter votado, ou que responderam que não se lembravam em quem haviam votado, ou cuja resposta foi “não sabe” ou “não respondeu” à pergunta sobre o voto no 1º turno da eleição. As porcentagens foram calculadas sobre o total dos eleitores (em cada categoria de “sentimentos”) que disseram ter votado em algum candidato, em branco ou nulo.

Os dados mostram uma fortíssima associação entre os “sentimentos” manifestados pelos eleitores em relação ao PT e ao PSDB e seu voto, tanto em 2002 quanto em 2006. Embora a tabela só mostre os dados para o 1º turno de cada eleição, em relação à votação no 2º turno as associações foram ainda maiores (coeficientes gama de 0,84 em 2002 e 0,91 em 2006). Há uma tendência claríssima de declínio do voto em Lula e crescimento do voto no candidato adversário (Serra em 2002 e Alckmin em 2006) à medida que se desloca da situação 1 – eleitores que gostam do PT ou dizem que este partido os representa e, simultaneamente, rejeitam o PSDB – para a situação 7 – eleitores que gostam do PSDB ou dizem que este partido os representa e, simultaneamente, rejeitam o PT. Enquanto entre os eleitores na primeira situação Lula venceria Serra e Alckmin por diferenças de 81% e 90%, respectivamente, entre os eleitores na situação 7 a inversão é completa: Lula seria derrotado por Serra por 66% de diferença em 2002 e seria derrotado por Alckmin por uma diferença de 73% em 2006.

¹⁴ Foram consideradas “situações neutras” aquelas em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento em relação aos dois partidos, ou manifestou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois, ou manifestou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente, a um mesmo partido). Poucos casos correspondem a esta última situação.

A única inversão nas tendências de crescimento ou declínio contínuo nas votações dos candidatos, face ao aqui esperado em termos lógicos, ocorreu na passagem da posição 5 para a posição 6, nas duas pesquisas. A princípio tomou-se como logicamente mais provável que um sentimento positivo em relação a um partido teria maior peso do que a rejeição a outro partido na decisão de voto. Assim, um eleitor que indicasse que gostava do partido A (ou que este partido representava mais suas idéias) teria maior chance de votar no candidato deste partido do que um eleitor que apenas rejeitasse o partido B, não manifestando sentimento positivo em relação a A. Esta suposição foi confirmada para o PT (especialmente em 2002), mas não para o PSDB. Os eleitores que em 2002 manifestavam apenas sentimento positivo pelo PT, sem rejeição ao PSDB (posição 2) tinham maior chance de votar em Lula do que os eleitores que manifestavam apenas rejeição pelo PSDB, sem manifestar nada em relação ao PT (posição 3). Mas os eleitores que manifestavam apenas sentimento positivo pelo PSDB, sem rejeição ao PT (posição 6), em especial em 2006, tinham menor chance de votar em Alckmin do que os eleitores que manifestavam apenas rejeição pelo PT, sem manifestar nada em relação ao PSDB (posição 5)¹⁵. Assim, para a decisão de voto em Alckmin pesou mais a rejeição ao PT do que uma manifestação de apreço ao PSDB.

Um dado a ser destacado é que os eleitores que apenas rejeitavam o PSDB ou o PT, sem manifestação de apreço por nenhum dos dois partidos (ou seja, posições 3 e 5 da Tabela 15) representavam 26% dos eleitores em 2002 e 28% em 2006. E entre estes eleitores a escolha foi claramente associada a esta rejeição: entre os eleitores que rejeitavam o PSDB, a vitória de Lula se dava por uma vantagem muito grande (bastante superior àquela encontrada na média do eleitorado) e o inverso ocorria entre os eleitores com rejeição ao PT: tanto Serra, em 2002, quanto Alckmin, em 2006, venciam Lula por boa margem entre estes eleitores.

Em 2006, o voto foi, aparentemente, um pouco mais associado aos “sentimentos partidários”, já que as diferenças de voto (no sentido esperado) entre os candidatos foram maiores do que as encontradas em 2002, especialmente nas situações extremas do “sentimento partidário”. Na realidade, isso se deve, em boa parte ao fato de a diferença entre Lula e Serra (de 28%), em 2002, ser menor do que a diferença entre Lula e Alckmin (de 42%) em 2006, para o conjunto do eleitorado. A razão disto é que, em 2002, outros candidatos (Garotinho e Ciro Gomes) tiveram boas votações, reduzindo as votações de Lula e Serra (e, portanto,

¹⁵ Na realidade, em 2002, aquela inversão apontada entre as posições 5 e 6 ocorreu apenas na votação de Lula. Em 2006, a inversão afetou a votação nos dois candidatos. Entre os eleitores que manifestavam apenas sentimentos positivos em relação ao PSDB (sem rejeição ao PT), Lula vence Alckmin. O mesmo não aconteceu em 2002: Serra venceria Lula junto a estes eleitores.

o diferencial entre eles), o que não aconteceu em 2006, quando Heloísa Helena e Cristóvam Buarque não conseguiram votações significativas. Calculando os percentuais de votos dados a cada um dos dois principais candidatos (Lula e Serra em 2002 e Lula e Alckmin em 2006) sobre o total de votos dados apenas aos dois, as diferenças de votação entre os candidatos passaram a ser muito semelhantes em 2002 e em 2006 em cada faixa de “sentimento partidário”.

Por fim, cabe indicar que o percentual de eleitores que se situavam numa “situação neutra” em relação aos dois partidos foi de 41% em 2002 (752 em 2030), enquanto representou 37% dos entrevistados em 2006 (343 em 834).

Considerações Finais

Mostramos que o percentual de eleitores que não se posicionavam na escala ideológica passou de 23% em 2002 para 42% em 2006 (um aumento de 80% em relação ao percentual de 2002). Este é o dado mais forte a apoiar a hipótese central deste artigo. Esta redução na identificação ideológica ocorreu, especialmente, em detrimento da esquerda, que passou de 26% do eleitorado em 2002 para apenas 9% em 2006. Além disso, a queda de identificação à esquerda se deu em todas as faixas de escolaridade.

As taxas de identificação ideológica são maiores conforme aumenta o nível de escolaridade, mantendo tendência já destacada na literatura, mas as disparidades entre as taxas de identificação ideológica das diferentes faixas de escolaridade reduziram entre 2002 e 2006.

O artigo mostrou também que os percentuais de eleitores que “acertaram” ao classificarem ideologicamente os partidos (tomando como referência a classificação mais freqüente entre os especialistas) foram muito baixos. Mesmo relaxando a exigência e aceitando duas das três posições (esquerda, centro ou direita) como “corretas”, os percentuais de eleitores que “acertaram” foram baixos, o que se deve em boa parte aos altos percentuais de eleitores que não souberam localizar os partidos na escala. Estes últimos percentuais foram maiores em 2006 do que em 2002. Uma situação semelhante ocorreu para a localização de algumas das principais lideranças políticas na escala ideológica.

Esses dados sugerem que a grande maioria do eleitorado não posiciona os partidos e as lideranças políticas em uma escala esquerda-direita ou, quando o faz, não se aproxima da classificação mais comum entre os cientistas políticos. Uma parcela significativa dos eleitores também não posiciona a si própria na escala. Além disso, a proporção de eleitores que não conseguia se posicionar e não conseguia posicionar (ou posicionava “equivocadamente”) partidos e lideranças na escala esquerda-direita foi maior em 2006 do que em 2002.

Quanto à associação com outras variáveis, os dados não apontaram uma associação forte entre identificação ideológica e “sentimentos partidários” e não houve nenhuma mudança significativa nesta associação entre 2002 e 2006.

Para o conjunto do eleitorado, a correlação entre identificação ideológica e voto no 1º turno foi moderada (0,30) em 2002 e fraca (0,17) em 2006. Neste último ano, apenas entre os eleitores com nível superior houve correlação de magnitude moderada, enquanto em 2002 isso havia ocorrido entre os eleitores com pelo menos o 2º Grau. Para o 2º turno, a diferença entre as duas eleições foi ainda maior: correlação moderada (entre identificação ideológica e voto), de 0,40 em 2002 e fraca (0,13) em 2006. Enquanto nas faixas de 2º Grau e nível superior as correlações em 2002 foram substanciais (0,51 e 0,58, respectivamente), em 2006 foram de magnitude bem menor (0,10 e 0,35, respectivamente).

Da mesma forma, a associação entre a identificação ideológica dos eleitores e a avaliação que eles faziam do governo, que já era relativamente baixa em 2002 (0,21), caiu para um valor quase nulo (0,04) em 2006 (correlação estatisticamente não-significante).

É importante salientar ainda que a parcela do eleitorado que se auto-posicionava ideologicamente foi menor em 2006 do que em 2002, o que amplifica as conclusões anteriores. Ou seja, mesmo para a parcela do eleitorado que se posicionava na escala (menor em 2006), as associações entre identificação ideológica e outras variáveis – como os “sentimentos partidários” do eleitor, a avaliação que este fazia do desempenho do governo e sua decisão de voto – foram menores em 2006 do que em 2002. Assim, no que se refere à identificação ideológica, se, em 2002, ela não parece ter sido uma dimensão tão importante, especialmente se os resultados aqui encontrados forem confrontados com as proposições de Singer (2000), em 2006 esta dimensão pareceu ainda menos relevante para entender outros aspectos do comportamento do eleitor. Os resultados parecem corroborar, portanto, a principal hipótese aqui formulada, de que após o primeiro mandato do presidente Lula houve, na percepção dos eleitores brasileiros, uma diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, redundando numa menor associação entre identificação ideológica e voto na eleição presidencial de 2006 em comparação com a de 2002.

Quando analisamos a relação entre “sentimentos partidários” e voto, os resultados da análise indicaram, tanto para 2002 quanto para 2006, uma forte associação junto àqueles eleitores que percebiam diferenças significativas entre os partidos. Entre 2002 e 2006, o percentual dos eleitores para os quais não havia tanta diferença entre os partidos aumentou um pouco, seja por não terem manifestado nenhum sentimento em relação a partidos, seja por terem manifestado sentimentos semelhantes aos dois principais partidos. Mas isso não chegou a afetar a conclusão principal que afirma a associação.

Com relação à influência dos partidos na decisão do voto, análises baseadas apenas em dados de preferência partidária têm chegado, em geral, à conclusão de que o contingente de eleitorado influenciado não é grande. No período entre 1989 e 2002, em torno de 45% dos eleitores manifestavam preferência por algum partido, e pode-se supor que para cerca de dois terços destes (o que significa 30% do total do eleitorado) a preferência partidária pode ter influenciado o voto nas eleições presidenciais entre 1989 e 2002 (ver CARREIRÃO e KINZO, 2004). Porém, nos últimos anos, especialmente após a deflagração do episódio do “mensalão”, o percentual médio de eleitores que têm manifestado preferência por partidos caiu para cerca de 40%.

Na forma como as variáveis foram aqui operacionalizadas, o contingente do eleitorado para o qual havia um diferencial entre os partidos que poderia ser suficiente para afetar a decisão de voto (ou seja, todas as situações definidas na Tabela 15, com exceção das “situações neutras”) variou entre 63% (em 2002) e 59% (em 2006). Estes percentuais foram maiores do que os encontrados quando se utilizou a preferência partidária como o único indicador da possível influência dos partidos sobre a decisão de voto do eleitor. Além disso, a associação encontrada entre os sentimentos partidários e o voto foi forte, inclusive porque a rejeição a alguns partidos (que pode ser captada seja por pergunta do tipo “em que partido você não votaria de jeito nenhum?”, seja por nota atribuída aos partidos) mostrou ter muita associação com o voto.

A discussão sobre o papel da ideologia na decisão de voto do eleitor abrange mais possibilidades do que as aqui investigadas, mas, especificamente no que se refere à idéia de que a dimensão ideológica pode ser captada através de posicionamentos no contínuo direita-esquerda, a idéia central é que os eleitores utilizam este contínuo para localizar a si mesmos, os partidos e os políticos, de forma a simplificar a compreensão do jogo político, economizando informação para a tomada de decisão. Dessa forma, boa parte dos eleitores votaria naqueles partidos ou políticos que mais se aproximariam de sua própria localização naquela dimensão. No caso brasileiro, Singer (2000) propõe que a identificação ideológica do eleitor (seu auto-posicionamento na escala esquerda-direita) teria sido uma das variáveis centrais na sua decisão de voto em 1989 e 1994. Vale notar que o maior coeficiente de correlação encontrado por aquele autor entre identificação ideológica e voto refere-se ao 2º turno da eleição de 1989, momento em que houve a maior polarização ideológica entre candidatos de todo o período pós-redemocratização. Esta polarização ideológica, no entanto, segundo interpretação predominante na análise política nacional, foi se arrefecendo de 1989 em diante e este arrefecimento se acentuou bastante nos últimos anos.

As evidências aqui apresentadas indicam que entre 2002 e 2006 houve um declínio da utilização, pelos eleitores brasileiros, da dimensão esquerda-direita para localizar a si mesmos, os partidos e os políticos e, a seguir, votar em conformidade com estes posicionamentos. Este declínio pode indicar que, na percepção de boa parte do eleitorado, após o primeiro mandato do presidente Lula ocorreu uma diluição das diferenças ideológicas entre partidos (e lideranças políticas), apontada no diagnóstico predominante na análise política brasileira. As semelhanças entre o governo Lula e o governo de seu antecessor, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em questões centrais – como a política econômica e reformas como a da Previdência – e a formação de coalizões, abrangendo partidos ideologicamente bastante distantes (para não falar nas práticas utilizadas para manter estas coalizões), parecem ter contribuído para aquela diluição das diferenças. Mas, além destas mudanças ocorridas no comportamento dos partidos (especialmente no que concerne ao PT), o próprio fato de que parte dos eleitores associava “direita” a “governo” e “esquerda” à “oposição” (conforme mostram pesquisas anteriores, entre as quais o ESEB 2002) e de que esta “correspondência” tenha deixado de existir, no âmbito do governo federal, na gestão do presidente Lula, pode ter contribuído para “embaralhar” ainda mais o mapeamento do campo político, feito pelos eleitores, a partir das noções ideológicas. Segue daí que se a identificação ideológica dos eleitores teve certo poder analítico para o entendimento da decisão de voto em eleições presidenciais anteriores (em particular no 2º turno da eleição de 1989), parece ter perdido boa parte deste poder. Embora possa haver alguma reversão – eventualmente com o crescimento de pequenos partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU, ou a criação de um partido assumidamente mais à direita –, a tendência mais provável, no curto prazo, é a de que o próprio contínuo esquerda-direita perca parte do poder analítico (e preditivo) como referencial para a compreensão do comportamento dos partidos e dos eleitores, comparativamente ao poder que teve até recentemente.

No que se refere às identificações partidárias, porém, não foi corroborada a hipótese de que também teria havido em 2006 uma menor associação entre os “sentimentos partidários” dos eleitores e o voto, comparativamente ao que ocorreu em 2002. A associação encontrada entre “sentimentos partidários” e voto em 2006 foi tão grande ou maior do que a encontrada em 2002.

Além de explorar um pouco mais esta conclusão, a análise a seguir tenta enfrentar a questão de como compatibilizar os dois achados: de um lado, o de que a dimensão esquerda-direita parece ter perdido parte de seu poder analítico e, de outro, o de que os sentimentos partidários mostraram-se associados à decisão de voto. Na realidade, parte relevante do eleitorado manifesta apreço ou rejeição por alguns partidos e estes sentimentos (para os que os manifestam) têm forte associação com seu voto. O PT continua sendo o partido em relação ao qual uma

fatia maior do eleitorado manifesta sentimentos positivos; além disso, embora não seja o mais rejeitado, é o partido em relação ao qual a rejeição parece ter um impacto mais relevante na decisão de voto. O apreço ao PT talvez esteja associado à imagem de que é o partido que mais “defende os mais pobres”, “defende a justiça social” (VENTURI, 2006). Talvez o que esteja ocorrendo é que parte dos eleitores diferencie os partidos a partir de certas imagens, mas estas seriam menos relacionadas à dimensão esquerda-direita do que a uma dimensão que diferencia os partidos segundo o grau em que estariam comprometidos com a defesa dos interesses dos mais pobres, do povo. Esta interpretação se aproximaria, em parte, da interpretação de Castro (1994):

(...) quando o sistema partidário e a filiação dos políticos aos partidos se mantiveram estáveis, o eleitorado popular das grandes cidades tendeu a fazer uma escolha consistente com sua situação social: optou, em maioria, pelo apoio a candidatos e partidos que pareciam estar mais próximos de seus interesses. Mais ainda (...) a escolha eleitoral estava relacionada com uma imagem sobre a posição dos partidos políticos, em termos dos interesses sociais por eles representados. É nos períodos que se seguem às grandes mudanças do sistema partidário que o voto popular parece ocasional, aleatório e diretamente determinado pela posição social e pelo grau de sofisticação dos eleitores (CASTRO, 1994, p.207).

A interpretação de Castro, como a anterior de Castro e Reis (1992), previa que, passado o período de grande mudança, na transição do bipartidarismo para o novo sistema partidário, tenderia a haver uma estabilização das identificações partidárias, já que perturbações circunstanciais nestas identificações, devidas a alterações na estrutura partidária não durariam “senão o tempo necessário para que se chegue novamente a divisar as linhas básicas de clivagem (...) nos novos contornos de cada estrutura implantada” (CASTRO e REIS, 1992, p. 131). E, neste novo contexto, qualquer partido que se pretenda popular precisaria “adquirir a imagem de partido ‘dos pobres’ – ou ‘dos trabalhadores’, desde que esta expressão seja tomada de maneira suficientemente difusa para tornar-se equivalente àquela” (*idem*, p.131).o seja tomada de maneira suficientemente difusa para tornar-se equivalente

Embora esta interpretação possa captar parte do que está ocorrendo, em particular a estruturação da imagem do PT como o partido que mais defende os mais pobres (substituindo o PMDB, que havia formado esta imagem perante uma parcela maior do eleitorado, pelo menos até boa parte da década de 80), alguns aspectos desta interpretação não parecem tão adequados à situação atual. Em primeiro lugar, não podemos falar, principalmente em 2006, apenas do “eleitorado

popular das grandes cidades”, já que o PT cresceu muito nas regiões mais pobres do país e, eventualmente, sua imagem como “defensor dos mais pobres” (associada em parte à imagem de Lula) pode ser mais forte em contextos muito distintos das grandes cidades. Em segundo lugar e mais importante, as “identificações partidárias” (se tomarmos as preferências partidárias como seu indicador) estão em declínio, ou seja, um percentual menor do eleitorado afirma hoje ter preferência por algum partido, comparativamente ao que ocorria há 20 anos. Diversos fenômenos concorrem para o declínio da importância dos partidos na estruturação do processo eleitoral, não só no Brasil, mas em âmbito internacional (ver CLARKE, H. & STEWART, 1998; DALTON, R. J. & WATTENBERG, 2000, entre outros), entre os quais – só para mencionar um aspecto importante no caso brasileiro e mencionado na citação de Castro – o enorme aumento da migração partidária no período recente (o que dificulta a formação de imagens partidárias duradouras). Por fim, a influência dos sentimentos partidários dos eleitores sobre seu voto não se dá só por identificação com determinado partido, mas também por rejeição a partido(s). Como foi visto, mais de um quarto dos eleitores em cada uma das eleições aqui analisadas manifestaram apenas rejeição a um dos dois principais partidos, sem nenhuma manifestação de apreço a algum deles. E, entre estes eleitores, a associação entre aquela rejeição e o voto é forte. Não é possível, porém, afirmar que a rejeição esteja associada a uma imagem dos partidos (rejeitados) como defensores dos interesses das “elites”, ou dos “ricos” – o que reforçaria a tese de Castro e Reis quanto à dimensão principal que estaria envolvida na formação das imagens partidárias que têm certo grau de associação com a decisão de voto. Especialmente em relação ao PT, parece difícil imaginar que a rejeição esteja referida a tal tipo de imagem. É provável, por exemplo, que boa parte dos eleitores que manifestem tal rejeição seja composta daquele conjunto de eleitores que formou a imagem do PT como o “partido que tem mais políticos corruptos” (VENTURI, 2006). Mas, essa hipótese – assim como a de que são os eleitores que têm a imagem do PT como “partido defensor dos pobres” os que manifestam “sentimentos positivos” em relação a ele (gostam do partido ou acham que este os representa) – precisaria ser testada. Enfim, o que motiva os eleitores com diferentes níveis de sofisticação política a manifestarem “gosto” ou rejeição pelos partidos ainda precisa ser objeto de investigação mais aprofundada.

Em conclusão, enquanto a identificação ideológica dos eleitores mostrou baixo poder analítico para explicar o voto em 2006, os “sentimentos partidários” manifestados pelos eleitores revelaram-se associados de forma significativa ao voto. Considerando a força dessa associação, as conclusões encontradas aqui sugerem que vale a pena investir em formas mais sofisticadas de captar e analisar as manifestações de sentimentos dos eleitores em relação a partidos. Talvez ainda não tenhamos encontrado a melhor forma de operacionalizar questões para captar as manifestações de “sentimentos partidários” e, provavelmente, ainda não foram encontradas boas

formas de operacionalizar análises que levem em consideração todas estas manifestações.

Continuar em busca do aperfeiçoamento destes instrumentos de coleta e análise de dados relativos aos “sentimentos partidários” dos eleitores e às imagens que eles formam dos partidos, bem como das relações entre estas imagens e aqueles “sentimentos” e destes com o voto, é uma tarefa relevante para os pesquisadores do comportamento eleitoral no país.

Tabelas Anexas

Tabela Anexa 1 – Taxas de “acerto” dos eleitores ao posicionar os partidos na escala esquerda-direita (2002 / 2006)

Critério	Ano	PT	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PFL
Mais exigente*	2002	45	27	14	15	21	14
	2006	32	22	13	11	17	14
Menos exigente**	2002	59	48	34	37	45	32
	2006	45	43	32	34	41	32

Fontes: ESEB, 2002 e 2006.

* Critério mais exigente: PT e PDT = Esquerda; PSDB e PMDB = Centro; PTB e PFL = Direita;

** Critério menos exigente: PT e PDT = Esquerda ou Centro; PSDB e PMDB = Centro ou Direita; PTB e PFL = Direita ou Centro;

Tabela Anexa 2 – Posicionamento ideológico de lideranças políticas, segundo eleitores (2002) (%)

Posicionamento ideológico	2002	2006	2002	2006
	Lula	Lula	Serra	José Serra
Esquerda	49,3	28,9	13,9	14,3
Centro	11,4	12,4	17,5	17,0
Direita	18,5	20,0	45,8	25,3
Não conhece	0,2	0,8	0,3	2,7
Outras Respostas*	20,7	37,7	22,6	40,6

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513) e ESEB, 2006.

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

Obs: As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

Tabela Anexa 3 – Voto segundo posicionamento ideológico – 1º turno 2002

Candidatos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras resp.*	
Zé Maria	0,2	0,8	0,2	0	0,3
Lula	66,1	42,5	41,2	50,3	50,2
Ciro	7,5	11,5	11,2	6,0	9,2
Garotinho	9,6	13,5	13,4	13,1	12,3
Serra	12,5	25,6	28,5	22,3	22,2
Branco + Nulo	2,0	3,7	2,3	3,6	2,9
Outras situações**	2,1	2,4	3,2	4,6	3,0
Total (N)	(575)	(520)	(597)	(449)	(2141)

Fonte: ESEB, 2002.

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

** Não votou, não lembra em quem votou, não sabe, não respondeu, não se aplica.

Tabela Anexa 4 – Voto segundo posicionamento ideológico – 1º turno 2006

Candidatos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras resp.*	
Helóisa Helena	11,1	3,2	2,5	3,6	3,9
Lula	60,0	55,7	52,9	56,0	55,6
Cristovam Buarque	1,1	2,0	1,7	0	1,0
Alckmin	17,8	25,7	26,1	16,0	21,0
Outras situações**	10,0	13,4	16,8	24,4	18,5
Total (N)	(90)	(253)	(238)	(418)	(999)

Fonte: ESEB, 2006.

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

** Branco, nulo, não votou, não lembra em quem votou, não sabe, não respondeu, não se aplica.

Tabela Anexa 5 – Voto segundo posicionamento ideológico – 2º turno 2002

Candidatos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras resp.*	
Lula	79,4	60,9	53,3	62,0	64,0
Serra	16,1	32,5	39,8	28,2	29,2
Outras situações**	4,5	6,6	7,0	9,8	6,8
Total (N)	(573)	(517)	(595)	(447)	(2132)

Fonte: ESEB, 2002.

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

** Branco; nulo; não votou, não lembra em quem votou, não sabe, não respondeu, não se aplica.

Tabela Anexa 6 – Voto segundo posicionamento ideológico – 2º turno 2006

Candidatos	Posicionamento Ideológico				Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	Outras resp.*	
Lula	62,6	56,5	52,7	57,1	56,4
Alckmin	23,1	25,7	30,0	17,3	22,9
Outras situações**	14,3	17,8	17,3	25,7	20,6
Total (N)	(91)	(253)	(237)	(417)	(1000)

Fonte: ESEB, 2006.

* NS / NR / Não sabe o que é esquerda e direita.

** Branco; nulo; não votou, não lembra em quem votou, não sabe, não respondeu, não se aplica.

Tabela Anexa 7 – Avaliação de governo segundo identidade ideológica dos eleitores (2002)

Avaliação do governo	Identidade Ideológica			Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	
Ruim / Péssimo	54,5	46,4	38,0	46,1
Regular	13,2	13,4	12,9	13,1
Ótimo / Bom	32,3	40,2	49,1	40,8
Total (N)	(638)	(584)	(689)	(1911)

Fonte: ESEB, 2002 (N = 2513).

Obs: 1) As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

2) Não foram aqui considerados os eleitores (602, ou seja, 24% do total) que não se posicionaram na escala ou não sabiam ou não responderam à pergunta sobre avaliação de governo.

Tabela Anexa 8 – Avaliação de governo segundo identidade ideológica dos eleitores (2006)

Avaliação do governo	Identidade Ideológica			Total (%)
	Esquerda	Centro	Direita	
Péssimo	9,0	6,0	5,1	6,1
Ruim	20,2	17,1	16,9	17,5
Bom	53,9	67,3	70,3	66,5
Muito Bom	16,9	9,6	7,6	9,9
Total (N)	(89)	(251)	(236)	(576)

Fonte: ESEB, 2006 (N = 1000).

Obs: 1)As posições na escala de 0 a 10 foram assim agrupadas: esquerda: 0 a 3; centro: 4 a 6; direita: 7 a 10.

2) Não foram aqui considerados os eleitores (424, ou seja, 42% do total) que não se posicionaram na escala ou não sabiam ou não responderam à pergunta sobre avaliação de governo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. Paper apresentado ao XXV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2001.

CARREIRÃO, Y. "Identificação ideológica e voto para presidente." *Opinião Pública*, vol.VIII, nº.1, p.54-79, 2002a.

_____. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro/Florianópolis: Editora da FGV/EDUFSC, 2002b.

CARREIRÃO, Y. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº.1, p.70-101, 2007a.

_____. "A eleição presidencial de 2006: uma análise preliminar." *Política & Sociedade*, nº.10, p.91-116, 2007b.

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M.D.G. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)." *Dados*, vol.47, nº.1, p.131-168, 2004.

CARREIRO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006

CARREIRÃO, Y. e BARBETTA, P. "A eleição presidencial de 2002: a decisão de voto na região da Grande São Paulo." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.56, p.75-93, 2004.

CASTRO, M. M. M. *Determinantes do Comportamento Eleitoral. A Centralidade da Sofisticação Política*. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CLARKE, H. & STEWART, M. "The Decline of Parties in the Minds of Citizens." *Annual Review of Political Science*, 1, p.357-378, 1998.

DALTON, R. J. & WATTENBERG, M. (eds.). *Parties Without Partisans. Political Changes in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DAVIS, J. *Levantamentos de dados em sociologia: uma análise estatística elementar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KINZO, M. D. "A Eleição Presidencial de 1989: o Comportamento Eleitoral em uma Cidade Brasileira." *Dados*, vol.35, n°.1, 1992.

MENEGUELLO, R. "Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election." *International Social Science Journal*, n°.146, 1995.

NICOLAU, J. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression." *Brazilian Political Science Review*, vol.1, n°.1, p.125-135, 2007.

REIS, F. W. e Castro, M. M. M. "Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro." *Lua Nova*, vol.26, p.81-131, 1992.

SILVEIRA, F. *A decisão de voto no Brasil*. Porto Alegre: EdipucRS, 1998.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

VENTURI, G. "A opinião pública diante da crise." *Teoria e Debate*, vol.66, 2006.

Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002

Luciana Fernandes Veiga

Universidade Federal do Paraná
Doxa/ Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro

Resumo

O artigo analisa as mudanças e continuidades na identidade partidária e na avaliação pelos eleitores dos quatro grandes partidos brasileiros: PT, PMDB, PSDB e PFL/DEM, entre 2002 e 2006. Os dados mostram uma redução no número de eleitores com identificação partidária no período e o PT como a agremiação com a maior perda. Não obstante, nenhum dos três outros partidos foi diretamente beneficiado com a perda petista. Quanto aos perfis dos eleitores de cada partido, a comparação entre os dois pleitos mostra que o PT e o PMDB apresentaram as mudanças mais significativas. A análise final mostra que a avaliação positiva do governo vigente e a avaliação positiva do partido situacionista são as variáveis mais associadas à avaliação dos partidos.

Palavras-chave: identidade partidária; avaliação dos partidos; perfil dos eleitores; avaliação do governo

Abstract

The article analyses the changes and continuities related to the party identification and the party evaluation of the main four Brazilian parties: PT, PMDB, PSDB and PFL/DEM in 2002 and 2006. Data show a reduction in the party identification and the Worker's Party as the one with the main reduction, although none of the other 3 parties have benefited of the reduction. The PMDB and the PT show the most significant changes in the voter's social and demographic characteristics between elections. Finally, the analysis shows that the positive evaluation of the current government and the positive evaluation of the government party are variables strongly associated to the party evaluation.

Key words: Party identification; party evaluation; voter's characteristics; government evaluation

Apresentação

De acordo com as correntes teóricas do comportamento eleitoral, os eleitores podem construir a sua opinião a respeito dos partidos ao longo do seu processo de socialização política (argumenta a explicação psicológica) ou a partir de sua experiência de classe ou cultural (conforme a explicação sociológica). A partir das imagens que elaboram sobre as legendas, os eleitores tendem, então, a monitorar suas propostas e promessas e, uma vez o partido no poder, eles passam a avaliar o seu desempenho. A expectativa de ganhos futuros com a chegada do partido ao poder e o posterior julgamento de suas realizações estão no cerne da decisão do voto na explicação da teoria da racionalidade. De acordo com Fiorina (1981), esse julgamento da conjuntura vai sendo agregado à imagem das legendas, podendo reforçar ou alterar a postura partidária dos eleitores.

A partir do estudo de Carreirão e Kinzo (2004) sobre a preferência partidária no eleitorado brasileiro no período de 1989 a 2002, é possível visualizar o efeito da conjuntura na avaliação das legendas. Um exemplo citado pelos autores é o caso do PMDB que, entre abril de 1989 e março de 1990, diante do desgaste do governo Sarney, sofreu forte declínio em sua taxa de preferência, reduzida de 19% para 11%.

A partir da discussão teórica, busca-se analisar as mudanças e continuidades na identidade partidária e na avaliação que os eleitores fazem dos principais partidos brasileiros após o PT ter assumido a Presidência da República.

Busca-se também tratar de uma questão eminentemente empírica. Até 2002, o PT construiu sua imagem de partido de esquerda e opositorista. Nos anos anteriores, o PSDB, situacionista por dois mandatos presidenciais consecutivos, vinha deixando de lado a atitude de partido de centro-esquerda e assumia um caráter de legenda de centro-direita. O PMDB estava associado a um ou a outro partido e o PFL aos tucanos. Em estudos anteriores, já foi analisado como o PT e o PSDB alteraram e adaptaram imagem e discurso em suas campanhas eleitorais em 2004 (VEIGA, 2007). Neste artigo, o objetivo é entender como o eleitor assimilou as experiências do PT e do PMDB na situação e os desempenhos do PSDB e do PFL (agora Democratas) na oposição, e como o processamento dessa nova realidade influenciou a sua percepção das legendas.

Para isso, são investigados dois momentos específicos: a eleição presidencial de 2002 e a eleição de 2006. Mais especificamente, este artigo analisa a relação entre partidos e eleitores nos dois pleitos no que se refere à identidade partidária e à avaliação dos partidos, com base nas duas ondas da pesquisa ESEB, 2002 e 2006¹.

¹ O Projeto ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro é um estudo nacional pós-eleitoral coordenado pelo CESOP/Unicamp e associado ao Comparative Study of Electoral Systems (University of Michigan).

1. O partido na arena eleitoral

De acordo com a sistematização das funções das legendas elaborada por Key (1964), pode-se estudar os partidos no eleitorado, os partidos como organizações e os partidos nos governos. As funções dos partidos entre os eleitores seriam educar os cidadãos, mobilizá-los para a participação, criar símbolos para identificação e fidelidade e simplificar a escolha do voto. Enquanto organizações, os partidos deveriam recrutar as lideranças para a ocupação dos governos, treinar a elite política, articular e agregar interesses políticos. Uma vez no governo, os partidos teriam o papel de organizar o governo, atentos à necessidade de criar a sua sustentação com a maioria no Poder Legislativo, organizando os dissidentes e os opositoristas. Como mandatários, os partidos teriam que pôr em prática suas propostas de políticas públicas, controlar o desempenho da administração e assumir as responsabilidades pelas ações do governo.

Para Dalton e Wattenberg (2002), para educar os cidadãos – primeira função apontada por Key (1964) –, os partidos precisam reduzir o custo da informação, provendo os eleitores com informações importantes e de fácil assimilação. Eles devem ainda propor discussões políticas junto à opinião pública e evidenciar determinados temas, a respeito dos quais também devem se posicionar e justificar sua postura. Os partidos devem envolver os cidadãos no processo eleitoral e motivá-los para o voto, o que pode ser de maneira direta ou indireta. A maneira direta consiste em fazer um apelo para o voto. Já indiretamente, o partido pode investir em despertar ou reforçar a simpatia ou fidelidade entre os eleitores.

Ainda segundo Dalton e Wattenberg (2002), os eleitores precisam de uma *âncora política*, que os impeça de serem levados por ondas promovidas por líderes demagógicos ou movimentos extremistas. Nesse sentido, os partidos devem criar identificação política a fim de proporcionar um comportamento mais estável entre os eleitores e no sistema democrático. Por fim, para que possa simplificar a escolha dos eleitores – quarta função dos partidos na arena eleitoral de acordo com Key (1964) –, as legendas devem apresentar posições políticas claras e consistentes e ainda informações sobre seus candidatos e temas. Em última instância, os partidos devem buscar a identificação do eleitor com as suas propostas.

2. A identidade partidária

A identidade partidária pode ser entendida como uma associação psicológica que as pessoas travam com um partido a partir de suas percepções, valores ou comportamentos (CAMPBELL et al, 1960). Para os precursores da Escola de Michigan, a identidade partidária seria decorrente do processo de socialização

política dos indivíduos, que resultaria em uma maior afinidade com um partido ou outro.

Ainda de acordo com a corrente psicológica do comportamento político, na medida em que um eleitor se identifica com um partido, ele passa a ver a política a partir da perspectiva partidária. Isso quer dizer que ele tende a se simpatizar mais com os líderes desse partido do que com os das demais legendas, tende a preferir as políticas propostas pela agremiação frente às defendidas pelas demais e, diante de um assunto novo, a respeito do qual ainda não tenha opinião formada, busca se informar sobre a orientação do partido com que tem afinidade. A estabilidade da identidade partidária resultaria dessas posturas.

Fiorina (1981), afinado com Downs (1957) e com seguidores da corrente da escolha racional, propõe que a identidade partidária é um facilitador para a tomada de decisão eleitoral. A identidade é um atalho para que as pessoas decidam o apoio ou a oposição a políticas ou líderes. No entanto, o autor discorda da idéia da identidade partidária como oriunda exclusivamente do processo de socialização política: o eleitor, já em sua fase adulta, ao observar que um partido se comporta em conformidade com os seus interesses, pode acabar se identificando com a legenda, sendo tal processo resultado de uma decisão racional e não simplesmente de uma decisão afetiva, como sugere a corrente psicológica.

Neste artigo, a análise da identidade partidária está feita a partir da perspectiva conceitual adotada por Fiorina (1981). Assim, procura identificar como os eleitores após a experiência com o primeiro mandato do presidente Lula passaram a avaliar os quatro principais partidos. Questiona-se, em última instância, se houve alguma mudança significativa na identidade partidária e na avaliação dos partidos entre os eleitores em decorrência da experiência política do período entre 2002 e 2006.

Além do estudo da identidade partidária, este artigo verifica ainda a avaliação que os eleitores, independentemente de terem alguma identidade partidária, fazem das legendas.

A primeira pergunta a ser respondida é se houve queda do índice de identidade partidária entre 2002 e 2006. Sabe-se que tal taxa vem decaindo em vários países ao longo dos anos. Um estudo de Dalton (2002) sobre o nível de identidade partidária em países desenvolvidos e com sistema democrático estável no período de 1976 a 1992, a partir dos dados da pesquisa Eurobarômetro, aponta para a queda da identidade partidária entre os eleitores a partir dos anos oitenta². De acordo com Dalton e Wattenberg (2002), seriam três as justificativas para a redução da identidade partidária: primeiramente, o vínculo partidário estaria em

² O autor trabalha com as democracias estáveis da OECD – Organization of Economic Cooperation and Development.

queda devido a mudanças no perfil do eleitorado, com o aumento da taxa de escolaridade e maior disponibilidade de informações políticas. Ou seja, os indivíduos estariam mais bem informados e, portanto, mais independentes dos partidos para a tomada de decisão. Para os autores, os eleitores estariam vivendo um momento marcado por valores pós-materialistas e portariam novas demandas como desenvolvimento sustentável, escolhas de estilo de vida e outros temas que extrapolam os temas da política.

A crescente influência da mídia sobre o controle da divulgação da informação que antes era repassada à população pelos partidos também estaria contribuindo para o enfraquecimento da relação entre partidos e eleitores. Além disso, as novas técnicas de campanha e de pesquisas de opinião estariam alterando a prática da política, inclusive dentro dos partidos.

Para além das três justificativas apresentadas, Dalton (2002) analisou como a idade e a escolaridade influenciariam a postura do eleitor sobre ter ou não identidade partidária. De acordo com o modelo de Converse, que propõe que a identificação partidária tende a ser menor entre os cidadãos mais novos, o autor encontrou que nas nações de economia avançada e democracia estável a redução da identidade partidária entre os mais jovens é uma realidade (CONVERSE, 1969, *apud* DALTON, 2002). Em relação à educação, Dalton considerou as ponderações de Campbell et al (1960), que propõe que os eleitores independentes, sem identidade partidária, tendem a estar concentrados em grupos menos envolvidos em política e com menores conhecimento e escolaridade. No entanto, os resultados da pesquisa mostraram que, em seis de cada sete nações pesquisadas, o número de eleitores não partidários vem crescendo fortemente entre os cidadãos com alta escolaridade.

3. A identidade partidária nas eleições de 2002 e 2006

Para medir a identidade partidária dos eleitores brasileiros, utilizamos as questões: “Algum partido político representa sua maneira de pensar?” e “Se sim, qual partido melhor representa sua maneira de pensar?”

O percentual de identidade partidária entre os eleitores brasileiros reduziu de 39% para 28%, ou seja, 11 pontos entre 2002 e 2006. Entre os quatro grandes partidos, a perda foi mais sentida pelo PT, com a redução da taxa de identidade com a legenda de 23 para 18 pontos.

Tabela 1 – Identidade partidária, para os eleitores brasileiros, 2002 e 2006

	2002	2006
Não	56%	67%
Sim	39%	28%
Não sabe	4%	4%
Não respondeu	1%	1%
Total	100%	100%

Fonte: ESEB, 2002, 2006.

Tabela 2 – Partido com o qual tem identidade, para os eleitores brasileiros, 2002 e 2006

Partidos	2002	2006
PT	23%	18%
PMDB	4%	4%
PFL	2%	1%
PSDB	4%	4%
Outros	6%	1%

Fonte: ESEB, 2002, 2006.

A média de idade dos eleitores que se identificam com um dos quatro grandes partidos brasileiros foi reduzida, exceção para os números referentes à identificação partidária com o PT (Tabela 3). Nesse aspecto, o resultado se diferencia daquele encontrado por Dalton (2002) em seu estudo sobre a identidade partidária nos países de democracia estável e economicamente desenvolvidos, nos quais a identidade com as legendas parecia decrescente entre os grupos de eleitores mais novos nos últimos anos. Aqui, a comparação entre os números dos pleitos de 2002 e 2006 aponta que os eleitores partidários do PMDB, PFL e PSDB em 2006 foram acentuadamente mais jovens do que em 2002. O perfil do partidário do PT manteve-se relativamente estável no que se refere à idade. No entanto, se faz necessário destacar que o eleitorado brasileiro em sua totalidade teve a sua idade média reduzida de 40 anos, em 2002, para 39 anos, em 2006.

Tabela 3 – Média e Mediana para a idade e identidade partidária, segundo partidos, Brasil, 2002 e 2006

	<i>Total</i>		<i>PT</i>		<i>PMDB</i>		<i>PFL</i>		<i>PSDB</i>	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Média	40	39	37	38	44	39	42	31	40	35
Mediana	37	36	36	36	41	38	35	27	39	28

Teste de independência de médias: Sig 0,006 em 2002 e Sig 0,000 em 2006.
 Fonte: ESEB, 2002, 2006

O nível de escolaridade dos eleitores com identidade partidária reduziu entre 2002 e 2006, exceto para os eleitores identificados com o PMDB. O percentual de educação formal decaiu entre aqueles que se identificam com o PFL, o PSDB e, sobretudo, com o PT. Esse fenômeno corrobora o achado de Dalton de que a taxa de escolaridade entre os eleitores partidários vem decaindo, o que aponta para um novo perfil, menos escolarizado.

Tabela 4 – Moda para todos os partidos e escolaridade – 2002 e 2006

	<i>Escolaridade</i>							
	<i>PT</i>		<i>PMDB</i>		<i>PFL</i>		<i>PSDB</i>	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Moda	2º grau	Analfabeto/primário incompleto	Até 4ª série	Ginásio Incompleto	2º grau	Colégio Incompleto	Superior	Colégio completo

Fonte: ESEB, 2002, 2006

Tabela 5 – Distribuição dos identificados com o PT por faixa de escolaridade – 2002 e 2006

	2002			2006		
		%	% Acumulado		%	% Acumulado
PT	Sem instrução	3	3	Analfabeto/Primário incompleto	24	24
	Até 4ª. série	19	22	Primário completo	16	40
	De 5ª. A 8ª. Série	20	42	Ginásio incompleto	15	55
	2º. Grau	41	83	Ginásio completo	10	65
	Superior ou mais	17	100	Colégio incompleto	12	77
	Total	100		Colégio completo	17	95
				Universitário Incompleto	5	99
				Universitário completo ou mais	1	100
				Total	100	

Teste de independência (Teste do Chi-Square): Sig. 0,000 em 2002 e 2006.
 Fonte: ESEB, 2002, 2006.

O valor da renda familiar entre os eleitores que se identificam com o PMDB no período entre 2002 e 2006 cresceu acentuadamente. No caso do PFL, a renda média dos eleitores que se identificam com a legenda sofreu pequena alteração. No entanto, a variação da mediana foi acentuada, apontando para uma distribuição de renda mais uniforme dentro do grupo em 2006. O valor da renda manteve-se relativamente estável entre os eleitores que se identificam com o PSDB. Por fim, houve uma queda abrupta na média da renda familiar daqueles que se identificam com o PT.

Tabela 6 – Média da renda familiar (em Reais), por identidade partidária, Brasil, 2002 e 2006.

		2002	2006
PT	Média	1.349,63	985,08
	Mediana	800,00	746,94
PMDB	Média	660,83	1.053,19
	Mediana	400,00	900,00
PFL	Média	969,26	946,47
	Mediana	500,00	1.060,56
PSDB	Média	1.867,08	1.788,12
	Mediana	1.200,00	1.233,46

Teste de independência de médias: Sig 0,000 em 2002 e Sig 0,005 em 2006. Os resultados dos testes apontam que há diferenças significativas no que se refere às médias de renda familiar e a distribuição da identidade partidária entre as diversas legendas. No entanto, não podemos afirmar se a diferença é significativa na distribuição entre todos ou apenas entre um partido e os demais.

Fonte: ESEB, 2002, 2006.

Quanto à distribuição da identidade partidária segundo as regiões do país, constatou-se o enfraquecimento da identidade partidária dos eleitores com o PT no sudeste e o seu fortalecimento junto ao nordeste, norte e centro-oeste. Por sua vez, o índice de identidade dos eleitores com o PMDB caiu no nordeste e cresceu no sul do país. Movimento parecido ocorreu para o PSDB, que teve a taxa de identidade reduzida entre os eleitores do nordeste e sudeste e crescente na região sul. A nova configuração da distribuição das identidades partidárias pode estar apontando para mudanças nos embates regionais. Ademais, as alianças entre PT e PMDB, de um lado, e PFL e PSDB, de outro, parecem ser complementares se pensadas a partir da distribuição da identidade partidária nas regiões.

Tabela 7 – Região em que mora, segundo identidade partidária (%) – 2002 e 2006

<i>Partido</i>	<i>Região</i>	<i>2002</i>	<i>2006</i>
PT	Nordeste	22	32
	Norte /Centro-Oeste	8	14
	Sudeste	58	42
	Sul	12	12
	Total	100	100
PMDB	Nordeste	31	13
	Norte /Centro-Oeste	12	17
	Sudeste	38	36
	Sul	19	34
	Total	100	100
PFL	Nordeste	46	94
	Norte /Centro-Oeste	9	0
	Sudeste	33	0
	Sul	12	6
	Total	100	100
PSDB	Nordeste	23	15
	Norte /Centro-Oeste	9	11
	Sudeste	61	52
	Sul	7	23
	Total	100	100

Teste de independência de médias: Sig 0,001 em 2002 e Sig 0,000 em 2006. Os resultados dos testes apontam que há diferenças significativas no que se refere à distribuição da identidade partidária entre as diversas legendas e as regiões. No entanto, não podemos afirmar se a diferença é significativa entre todos ou apenas entre um partido e os demais.

Fonte: ESEB, 2002, 2006.

Em relação ao posicionamento ideológico, os eleitores que se identificam com o PT continuam se apresentando mais à esquerda, embora tenha havido uma “centralização” desse segmento. Em 2006, o PT, na média, representou um eleitorado mais de centro do que em 2002.

A mudança mais brusca foi sentida na auto-localização dos eleitores que se identificam com o PFL. Em 2006, o perfil dos eleitores que se identificavam com o partido esteve fortemente associado à direita (média 8,5), diferentemente de 2002

(6,1). Outra mudança significativa deu-se com a identificação com o PMDB. Os eleitores que demonstravam identidade com o partido em 2002 estavam consideravelmente mais à direita do que em 2006.

Tabela 8 – Auto-localização pelo eleitor na escala esquerda (0) e direita(10) e identidade por partido – 2002 e 2006.

		2002	2006
PT	Média	4,7	5,5
	Mediana	5,0	5,0
	Desvio padrão	3,6	3,4
PMDB	Média	8,3	6,3
	Mediana	10,0	5,0
	Desvio Padrão	2,7	2,3
PFL	Média	6,1	8,5
	Mediana	8,0	10,0
	Desvio Padrão	3,9	3,4
PSDB	Média	6,5	5,7
	Mediana	8,0	6,0
	Desvio Padrão	3,3	3,4

Fonte: ESEB, 2002, 2006

Os resultados da análise de correspondência desenvolvida para averiguar a relação entre a auto-localização ideológica e a identificação com os partidos entre os eleitores³ apontam que a correspondência entre a auto-localização ideológica e a identificação com os partidos ocorreu apenas em 2002 (Sig. 0,000). Em 2006, não foi possível identificar correspondência entre as categorias (Sig.0, 214). Nesta eleição, a identificação com o PT perpassou as diferentes clivagens ideológicas do eleitorado.

³ A Análise Fatorial de Correspondência visa estruturar estatisticamente uma agregação de variáveis em conjuntos de eixos fatoriais que tenham componentes relacionais, procurando encontrar aqueles que possam traduzir uma associação otimizada das categorias relevantes. Por meio da estatística do Qui-Quadrado, testa-se a hipótese da independência entre linha e coluna. No caso da rejeição da hipótese nula, procura-se ajustar linha e coluna, ordenando e operando uma escala de intervalos que permita definir os eixos fatoriais e as posições relativas das categorias (SILVA, 2003).

Gráfico 1 – Auto-localização ideológica e identidade partidária, 2002

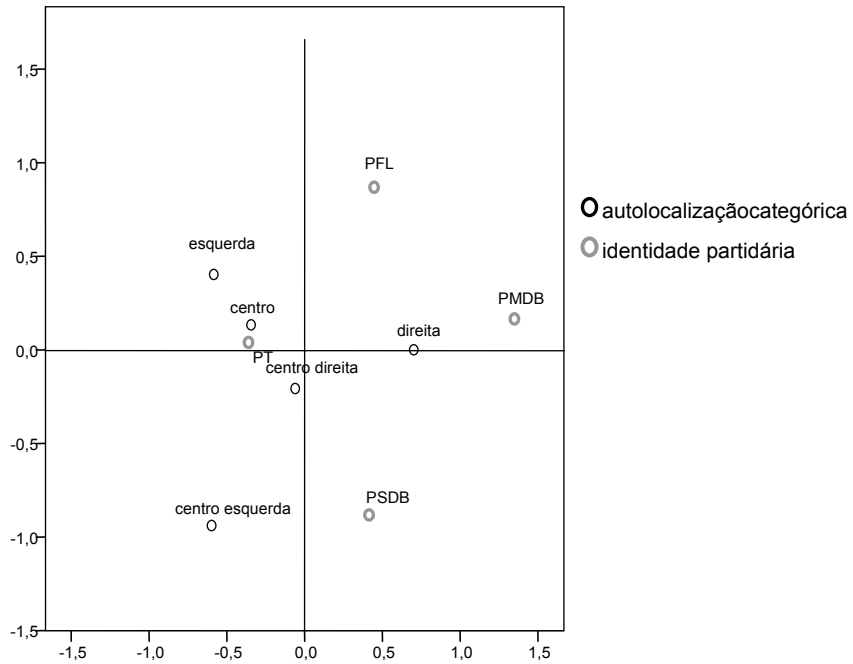
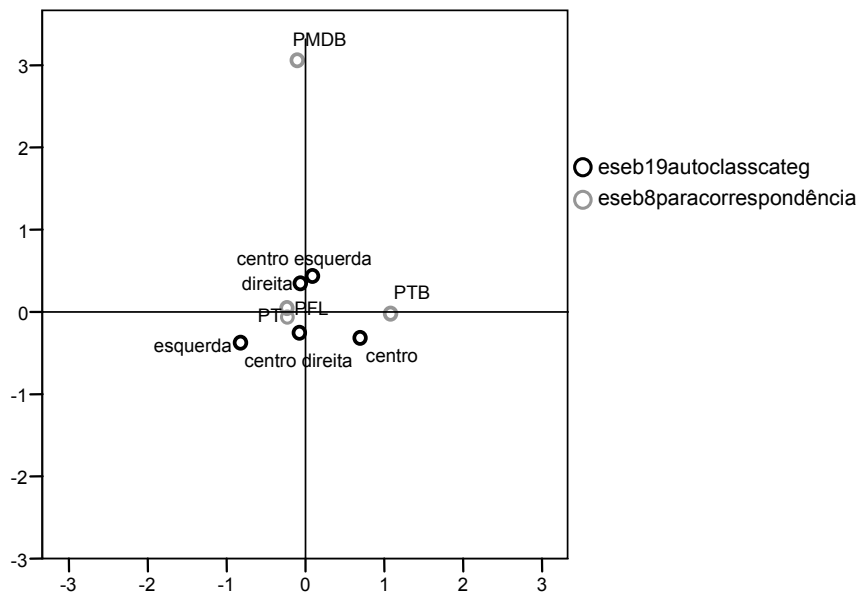


Gráfico 2 – Auto-localização ideológica e identidade partidária, 2006



Por fim, buscou-se elaborar uma análise de correspondência a fim de verificar a relação entre satisfação com o governo vigente – Fernando Henrique em 2002 e Lula em 2006 – e a identidade partidária. Nos dois anos, foi possível identificar a correspondência (Sig. 0,000). Como demonstram as figuras, havia um forte alinhamento entre os satisfeitos com o governo Fernando Henrique e os eleitores que se identificavam com o PSDB e, no sentido contrário, forte ligação entre insatisfeitos e identificados com o PT. Em 2006, é notória a correspondência entre os eleitores insatisfeitos com o governo Lula e os identificados com o PSDB e ainda a correspondência entre os eleitores satisfeitos com o governo e com identificação com o PT.

Gráfico 3 – Avaliação de governo e identidade partidária, 2002

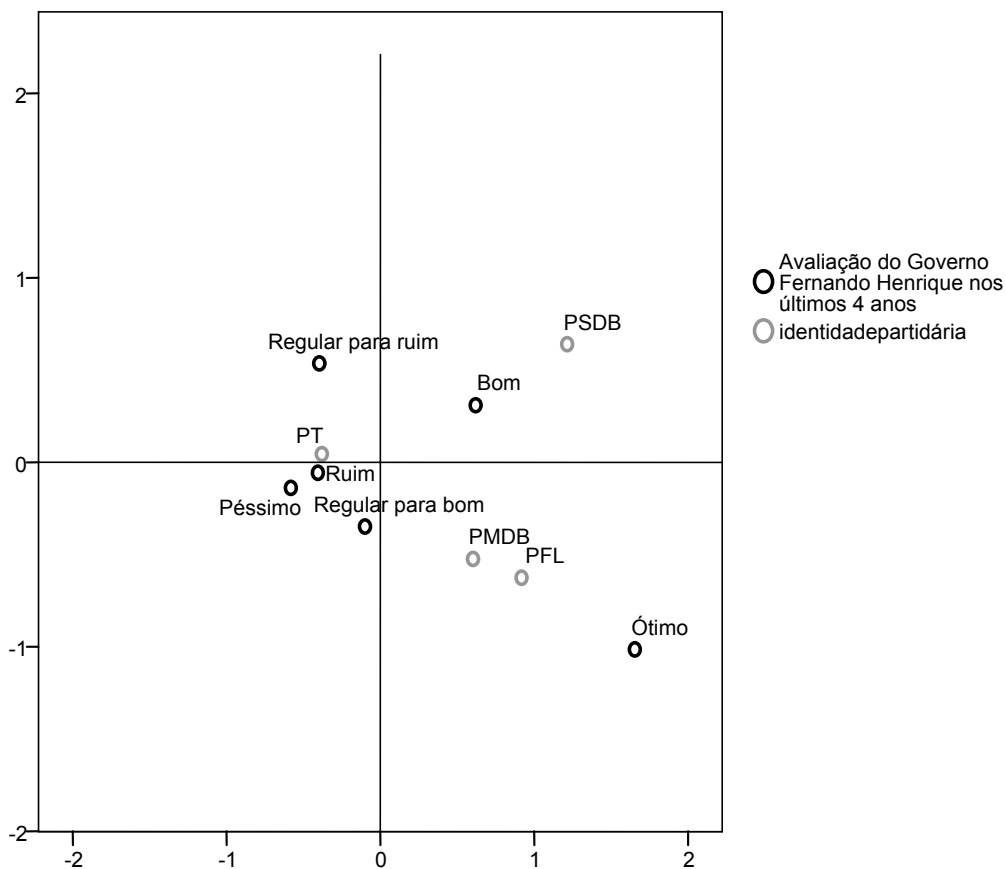
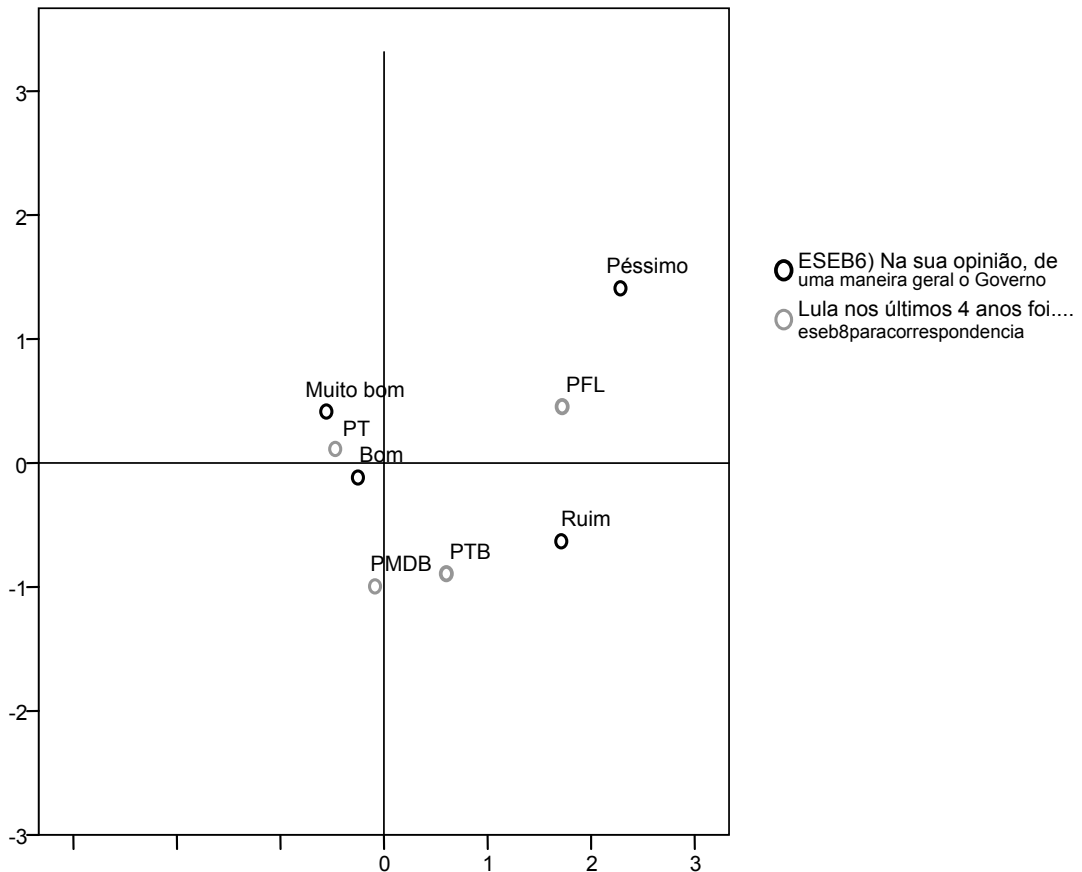


Gráfico 4 – Avaliação de governo e identidade partidária, 2006



4. Avaliação dos partidos pelos eleitores nas eleições de 2002 e 2006

Quando analisamos as variáveis com influência sobre a avaliação partidária pelos eleitores comuns – independente de ter ou não identidade partidária –, encontramos que o PT continua sendo o partido mais bem avaliado. Em 2002, o partido recebeu dos eleitores a nota média 6,0; em 2006, após a experiência do primeiro mandato do presidente Lula, a avaliação caiu para 4,7, mas, ainda assim, ele permanece como o partido mais bem conceituado

Uma análise da correlação entre idade e avaliação do PT e, a seguir, a correlação entre renda familiar e avaliação do partido mostram que as variáveis independentes estão correlacionadas com a avaliação do partido, mas que a

alteração em qualquer uma delas não é capaz de promover mudanças relevantes na avaliação do PT ⁴.

Apenas para 2002 foi verificada a existência da correlação entre a auto-classificação do eleitor na escala esquerda-direita e a avaliação do partido. Naquele ano, de acordo com o coeficiente de Beta, conforme crescia em um ponto a auto-localização do eleitor na escala da esquerda (0) para a direita (10), diminuía em 0,150 pontos a avaliação do PT. De novo, os números são pouco expressivos.

Em 2002 e em 2006, foi possível verificar correlação entre a avaliação da imagem do partido entre esquerda e direita e a avaliação do partido. Em 2002, conforme crescia em um ponto a classificação que o eleitor fazia do partido na escala de esquerda (0) e direita (10), aumentava em 0,292 a avaliação do PT. Já em 2006, conforme crescia em um ponto a classificação que o eleitor fazia do partido na escala esquerda (0) e direita (10), aumentava em 0,354 pontos a avaliação do PT. Ou seja, quanto mais o partido é tido como de centro, melhor a avaliação da legenda pelos eleitores.

Tabela 9 – Avaliação do PT segundo variáveis específicas em 2002 e 2006

PT					
2002	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova (Sig.)	CoefficienteBeta
	Idade	0,091	0,008	0,000	-0,021
	Renda Familiar	0,094	0,009	0,000	0,000
	Ideologia	0,142	0,020	0,000	-0,150
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,292	0,085	0,000	0,292
PT					
2006	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova (Sig.)	CoefficienteBeta
	Idade	0,085	0,007	0,009	0,018
	Renda Familiar	0,132	0,017	0,004	0,000
	Ideologia	0,013	0,000	0,752	-0,016
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,340	0,115	0,000	0,354

Fonte: ESEB, 2002, 2006

⁴ A medida da correlação varia entre -1 e 1: quanto mais próximo dos extremos maior a correlação entre as variáveis, podendo ser negativa ou positiva. Valor igual a zero ou perto de zero significa que não existe relação entre a distribuição das variáveis ou que ela é muito fraca.

Os dados mostram que há correspondência entre a avaliação do governo vigente e a avaliação do PT (Sig. 0,000 para os dois momentos). Em 2002, os eleitores que avaliavam o governo FHC de maneira positiva tendiam a não gostar do PT. Correspondência semelhante foi identificada entre os eleitores que achavam o governo FHC ótimo e desgostavam muito do PT. Em 2006, os eleitores que avaliavam o governo Lula de maneira negativa tendiam a não gostar do PT.

Gráfico 5 – Avaliação de governo e avaliação do PT, 2002

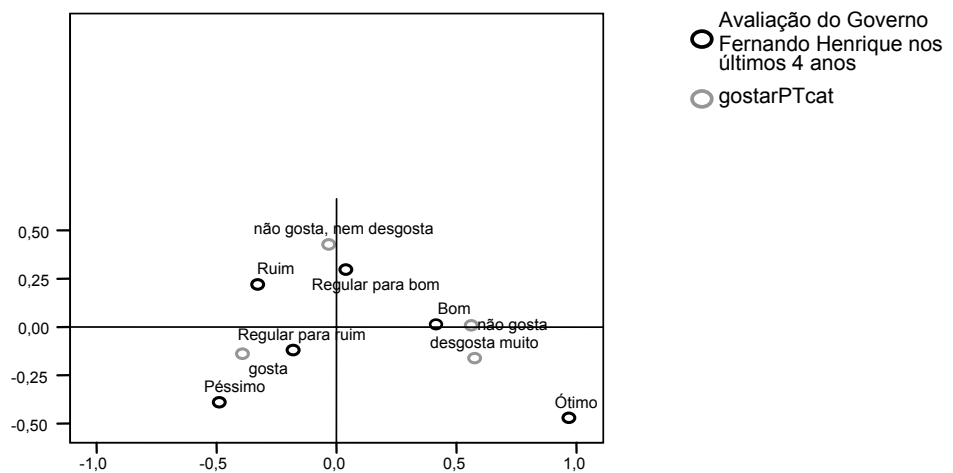
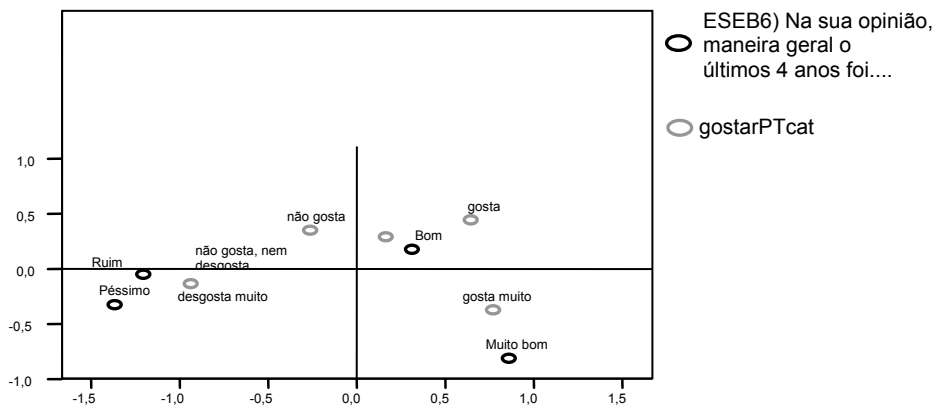


Gráfico 6 – Avaliação de governo e avaliação do PT, 2006



A análise do PSDB mostrou que o reflexo das alterações na idade ou no valor da renda familiar dos eleitores sobre a avaliação do partido não pode ser afirmado (Sig.> 0,05) e o mesmo ocorre para a correlação entre essas variáveis e a avaliação do partido.

Já no que se refere à ideologia do eleitor e à imagem do partido na escala esquerda (0) e direita (10), constata-se que há correlação entre as variáveis e a avaliação do partido. Em relação ao grau de predição, pode-se dizer que, em 2002, conforme crescia em um ponto a classificação que o eleitor fazia do partido na escala esquerda (0) e direita (10), aumentava em 0,207 pontos a avaliação do PSDB. Já em 2006, o acréscimo era de 0,130 pontos na avaliação do partido para cada aumento de um ponto na escala da imagem do partido.

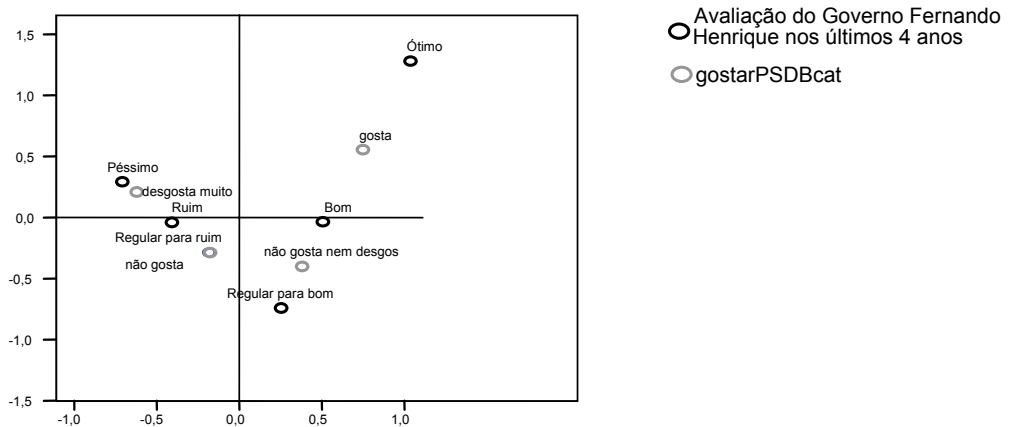
Tabela 10 – Avaliação do PSDB segundo variáveis específicas em 2002 e 2006

<i>PSDB</i>					
	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova (Sig.)	Coefficiente Beta
2002	Idade	0,31	0,001	0,167	0,006
	Renda Familiar	0,017	0,000	0,467	2,99E-005
	Ideologia	0,207	0,043	0,000	0,190
	Avaliação/Imagem partido (esq/dir)	0,213	0,045	0,000	0,207
	<i>PSDB</i>				
	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova (Sig.)	Coefficiente Beta
2006	Idade	0,015	0,000	0,666	-0,003
	Renda Familiar	0,073	0,005	0,126	0,000
	Ideologia	0,111	0,012	0,009	0,115
	Avaliação/Imagem partido (esq/dir)	0,140	0,020	0,001	0,130

Fonte: ESEB, 2002, 2006.

No pleito de 2006, no que se refere à correspondência entre a avaliação de governo e a avaliação do PSDB, o resultado mostrou-se estatisticamente não significativo (Sig 0,154); no pleito anterior, fora possível detectar a associação entre avaliar bem o governo Fernando Henrique e a avaliação positiva do PSDB. A nota média do partido foi 4,2 em 2002 e 3,5 em 2006.

Gráfico 7 – Avaliação de governo e avaliação do PSDB, 2002



Quando analisamos o PMDB em 2002, as variáveis que apresentaram maior índice de correlação com a avaliação partidária foram a ideologia do eleitor e a avaliação da imagem do partido na escala da esquerda para a direita. Em relação ao grau de predição, conforme crescia em um ponto a auto-localização do eleitor na escala ideológica (esquerda-direita), havia um aumento de 0,259 pontos na avaliação do partido. De modo similar, conforme crescia em um ponto a percepção do eleitor sobre a classificação do partido no espectro esquerda e direita, havia um acréscimo de 0,321 pontos na possibilidade de identidade com o PMDB. Já em 2006, não foi detectada a correlação entre a imagem do partido e a avaliação do partido.

Tabela 11 – Avaliação do PMDB segundo variáveis específicas em 2002 e 2006

PMDB					
	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova(Sig.)	Coefficiente Beta
2002	Idade	0,047	0,002	0,031	0,010
	Renda Familiar	0,100	0,010	0,000	0,000
	Ideologia	0,264	0,069	0,000	0,259
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,300	0,090	0,000	0,321

PMDB					
2006	Regressão linear	R(Correlação)	R Quadrado	Anova(Sig.)	Coefficiente Beta
	Idade	0,024	0,001	0,472	0,004
	Renda Familiar	0,052	0,003	0,274	0,000
	Ideologia	0,117	0,014	0,006	0,119
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,054	0,003	0,209	0,056

Fonte: ESEB 2002, 2006.

Para a correspondência entre avaliação de governo e avaliação do PMDB, o resultado obtido foi estatisticamente significativo nos pleitos de 2002 e de 2006 (Sig.0,000 e Sig. 0,005). Foi possível detectar uma associação entre avaliar bem o governo Fernando Henrique e a avaliação positiva do partido em 2002, e entre avaliar bem o governo Lula e a avaliação positiva do PMDB em 2006.

Gráfico 8 – Avaliação de governo e avaliação do PMDB, 2002

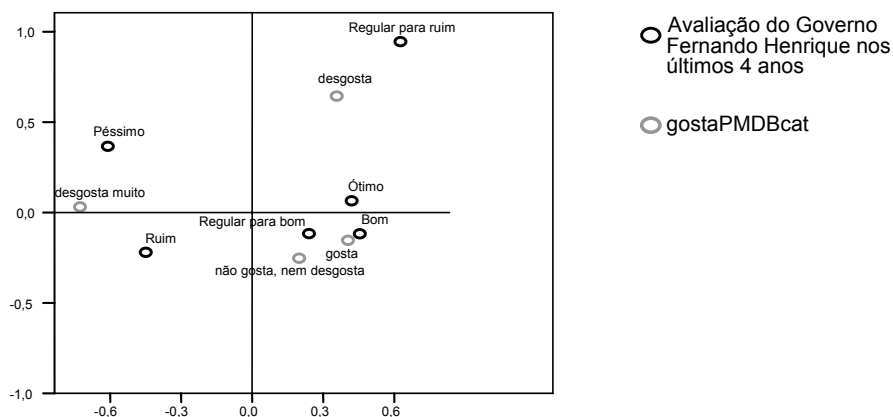
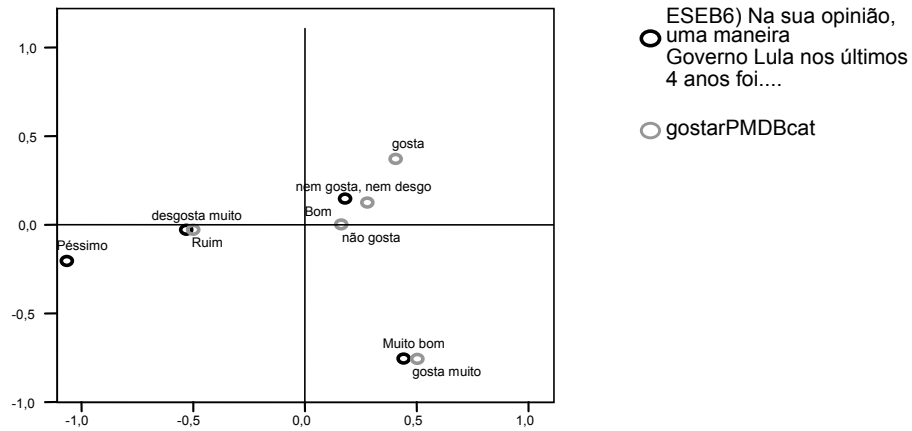


Gráfico 9 – Avaliação de governo e avaliação do PMDB, 2006



Finalmente, para o PFL (agora Democratas), os dados mostram que alterações na idade, na renda familiar, na ideologia do eleitor ou na avaliação da imagem do partido (esquerda/direita) repercutiram de maneira linear na avaliação da legenda em 2002. No entanto, a relação das variáveis com a avaliação da legenda demonstrou-se muito fraca, exceto para a ideologia do eleitor. Em 2006, apenas a ideologia do eleitor esteve correlacionada com a avaliação do PFL.

Tabela 12 – Avaliação do PFL segundo variáveis específicas em 2002 e 2006

PFL					
	Regressão linear	R (Correlação)	R Quadrado	Anova (Sig.)	Coeficiente
2002	Idade	0,058	0,003	0,010	0,012
	Renda Familiar	0,101	0,010	0,000	0,000
	Ideologia	0,277	0,077	0,000	0,258
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,112	0,013	0,001	0,109
PFL					
	Regressão linear	R(Correlação)	R Quadrado	Anova(Sig.)	Coeficiente
2006	Idade	0,011	0,000	0,746	0,002
	Renda Familiar	0,059	0,003	0,224	0,000
	Ideologia	0,085	0,007	0,048	0,079
	Avaliação/Imagem partido(esq/dir)	0,045	0,002	0,309	0,039

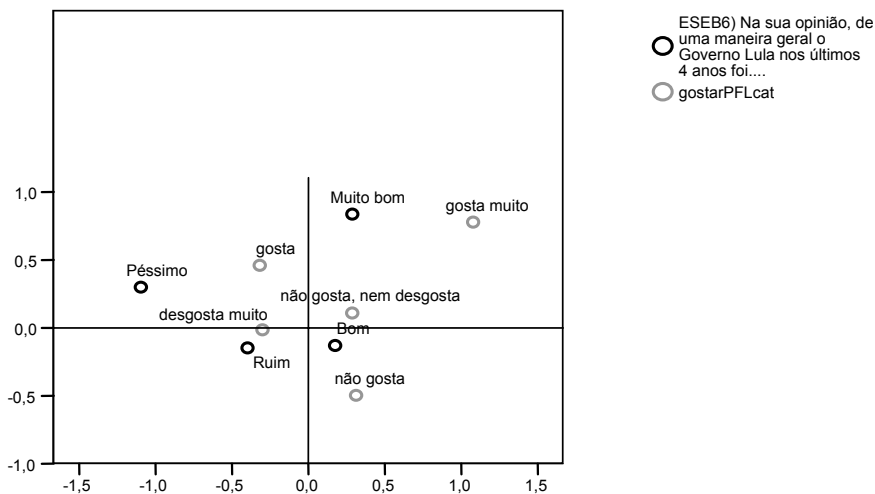
Fonte: ESEB, 2002, 2006.

No que se refere à correspondência entre a avaliação de governo vigente e avaliação do PFL, o resultado mostrou-se estatisticamente significativo nos pleitos de 2002 e de 2006 (Sig. 0,000 e 0,003, respectivamente). Em 2002, foi detectada uma forte associação entre avaliar bem o governo Fernando Henrique e gostar do PFL e, em 2006, entre avaliar mal o governo Lula e gostar do PFL.

Gráfico 10 – Avaliação de governo e avaliação do PFL 2002



Gráfico 11 – Avaliação de governo e avaliação do PFL, 2006



Os resultados das análises de correspondência mostraram que existe por parte dos eleitores uma clara identificação dos partidos que ocupam os governos. Em 2002, PSDB e PFL estavam na situação e o PT na oposição. Naquela eleição, o PMDB, embora estivesse formalmente na chapa de José Serra, estava dividido. Em 2006, tem-se PSDB e PFL na oposição versus PT e PMDB na situação. A partir da avaliação que fazem da gestão em andamento, os eleitores aprovam ou desaprovam os partidos governantes. Como foi demonstrado, há correspondência entre avaliar bem o partido que está no governo e gostar do partido da situação e/ou avaliar mal o partido que está no governo e gostar do partido da oposição. Assim, continuamos apostando no conceito de identidade partidária proposto por Fiorina. Aliás, foi observado que a correspondência entre avaliar bem o governo e gostar do partido da situação foi mais constante do que as diversas correlações apresentadas nos dois pleitos e no estudo dos diferentes partidos.

Considerações Finais

Analisamos o perfil do eleitor que tem identificação partidária com um dos quatro grandes partidos brasileiros da atualidade e, especificamente, mapeamos mudanças e continuidades nesse perfil após quatro anos de governo Lula, principal liderança do PT desde a sua origem.

Os resultados da pesquisa apontam que houve uma redução no número de eleitores com identidade partidária com algum dos quatro grandes partidos. A maior perda na taxa de identificação partidária foi sentida pelo PT, mas nenhum dos três outros grandes partidos se beneficiou diretamente da perda petista.

Os dados sobre o perfil dos eleitores com identidade partidária contrariam e ao mesmo tempo se aproximam dos resultados encontrados por Dalton (2002) ao analisar as nações com estabilidade democrática e avanços econômicos. Diferentemente do que fora encontrado por Dalton, no Brasil, nos últimos quatro anos, a identidade partidária não caiu entre os mais jovens. Pelo contrário, em 2006, foi justamente o eleitorado mais novo que manifestou possuir uma identidade partidária. Já no que se refere à taxa de escolaridade, também em 2006, o caso brasileiro se aproximou da análise do autor: os eleitores que manifestaram possuir identidade com um dos quatro grandes partidos foram aqueles com menor escolaridade.

Esta redução no nível de escolaridade, em grande parte, está relacionada com a mudança do perfil do eleitor que se identifica com o PT. De 2002 para 2006, o partido despertou a identidade dos eleitores menos escolarizados. Antes de Lula assumir a Presidência, a maior parte dos eleitores que se identificavam com a legenda tinha escolaridade até o segundo grau. Agora, a maior parte do segmento

desses eleitores é de analfabetos ou com primário incompleto. Seguindo a mesma tendência, a renda mensal dos eleitores que se identificavam com o PT em 2002 era de R\$1.349,63 e foi reduzida para R\$985,08 em 2006. Quanto à distribuição regional, o partido cresceu na região nordeste e perdeu força na região sudeste. A última alteração diz respeito à postura ideológica. Em 2002, quando perguntados sobre sua auto-localização na escala esquerda (0) - direita (10), os eleitores que se identificavam com o PT inseriam-se no ponto médio de 4,7. Em 2006, o ponto médio passou para 5,5.

Essa transformação no perfil do eleitor que se identifica com o PT pode estar relacionada com a perda de parte do segmento mais ideológico e mais intelectualizado entre os simpatizantes, pois muitos seguiram os seus líderes e se transferiram também para o PSOL, e a adesão de um segmento novo do eleitorado, beneficiário dos programas sociais e das políticas de inclusão.

A respeito desse segundo ponto, para além das análises que creditam o sucesso eleitoral de Lula em 2006 aos programas e iniciativas implementados ao longo de seu governo para a população de classe baixa, Nicolau e Peixoto (2007), em estudo sobre as bases municipais na eleição de 2006, concluíram que:

- “1. Em 2002, Lula tem votação bem distribuída pelo país, mas proporcionalmente melhor nas áreas mais desenvolvidas.
 2. Ao longo do mandato, o Governo implementa uma série de programas dirigidos às cidades com menor desenvolvimento social. Entre esses programas, destaca-se o Bolsa Família que investiu mais de 17 bilhões em quatro anos, mais da metade deles no Nordeste.
 3. Em 2006, as áreas que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo Governo Federal (particularmente municípios de baixa renda, majoritariamente concentrados nas Regiões Norte e Nordeste) votam no candidato que implementou essas políticas”.
- (NICOLAU e PEIXOTO, 2007, p.14)

As razões para as mudanças no perfil dos eleitores do PT merecem um estudo a parte. No momento, são apenas hipóteses.

O PMDB, segundo partido a obter maior número de simpatizantes, também experimentou significativas mudanças no perfil dos eleitores que se identificam com a legenda. De 2002 a 2006, nota-se o aumento da escolaridade e da renda familiar entre os eleitores com identidade com o partido de Ulysses Guimarães. Em termos regionais, os dados apontam para o enfraquecimento da legenda no nordeste e para o seu fortalecimento no sul do país. Essa região e o sudeste seriam agora os redutos do PMDB. Já no que se refere à ideologia, nota-se uma maior proximidade com a esquerda entre os eleitores peemedebistas. Em 2002, o ponto médio da classificação do eleitor por ele mesmo na escala ideológica era 8,3, passando para

o ponto médio de 6,3 em 2006. Ao que tudo indica, PT e PMDB parecem trilhar pelo mesmo caminho, mas em sentidos opostos.

Mudanças menores foram percebidas entre os eleitores que se identificam com o PSDB e o PFL. Os eleitores que se identificam com o PSDB são os com maior nível de escolaridade e de renda. Em termos regionais, o partido tinha, em 2002, como redutos o sudeste e o nordeste; em 2006, manteve-se forte no sudeste, mas a sua força no sul superou o apoio recebido no nordeste. Ideologicamente, parece que esse grupo tem a intensidade que mais se aproxima do eleitor identificado com o PT, o ponto médio na escala esquerda e direita era 6,5 em 2002 e 5,7 em 2006.

O perfil dos eleitores que se identificam com o PFL mudou pouco entre 2002 e 2006. Atualmente, o PFL é a legenda com a qual os eleitores que se reconhecem como de direita no espectro ideológico se identificam.

Assim, corroborando a proposição de Fiorina (1981), foi possível perceber alterações significativas entre 2002 e 2006 no perfil dos eleitores que manifestaram identidade com os partidos situacionistas PT e PMDB. As alterações no perfil dos eleitores que se identificaram com o PSDB e o PFL foram menores.

Também buscamos entender a relação dos partidos com a grande maioria do eleitorado que não manifesta identidade ou preferência por qualquer partido. Partimos do princípio de que ainda que os eleitores não tenham uma relação mais próxima com os partidos, de alguma maneira eles fazem uma imagem dos mesmos. De acordo com Sartori, os eleitores utilizam-se dessas imagens – mesmo que vagas e superficiais – ao tomarem as suas decisões políticas. Por isso, buscou-se analisar não apenas a identidade partidária, mas também a avaliação da imagem dos partidos entre os eleitores.

Nossa pergunta central foi como os eleitores avaliam os quatro principais partidos? As notas médias foram: PT (4,7), PMDB (3,6), PSDB (3,5) e PFL (2,9). Todos os partidos receberam uma nota aquém daquela obtida pela primeira rodada da pesquisa em 2002.

Também perguntamos quais variáveis estariam relacionadas com as avaliações. Para isso, foram utilizadas análises estatísticas para verificar o peso e a relação entre a avaliação dos partidos e idade, renda familiar, ideologia do eleitor (auto-localização na escala esquerda-direita), imagem do partido na escala esquerda e direita e avaliação do governo.

A avaliação do governo vigente, a avaliação da imagem do partido na escala esquerda e direita e a ideologia do eleitor mostraram-se mais correlacionadas com a avaliação do partido do que as variáveis idade e renda familiar.

A partir da quantificação das relações, verificamos que a imagem que os eleitores têm dos partidos na escala esquerda e direita é mais determinante na avaliação da legenda do que a ideologia do eleitor.

Nesse aspecto, vale chamar a atenção para a importância conferida pelos eleitores à imagem moderada do PT nas eleições de 2002 e 2006 para a avaliação do partido.

Por fim, destacamos a constante correspondência entre a boa avaliação do governo vigente e a boa avaliação do partido situacionista. Essa variável parece ter a melhor relação com a avaliação dos partidos.

Referências Bibliográficas

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M.D. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)." *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.47, nº.1, p.131 a 168, 2004.

CAMPBELL, A. et al. *The American Voter*. New York: Wiley, 1960.

DALTON, R. The decline of party identifications. In: DALTON, R. e WALLTENBERG, M. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford University Press, 2002.

DALTON, R. e WATTENBERG, M. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford University Press, 2002.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper Row Publishers, 1957.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

KEY, V.O. *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Crowell, 1964.

NICOLAU, J. e PEIXOTO, V. "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006." *Anais do 31º Encontro da Anpocs*, Caxambu-MG, 2007.

SILVA, C. A. A lógica da análise de correspondência, 2003. Disponível em: http://evunix.uevora.pt/~casilva/txt/cs_cor.html

VEIGA, L. F. et al. "As estratégias de retórica na disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2004: PT, mandatário, versus PSDB, desafiante." *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol.13, nº.1, p.51-73, jun. 2007.

Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)

Simone R. Bohn
York University

Resumo

O artigo analisa o comportamento eleitoral dos votantes evangélicos no Brasil e sua percepção sobre o regime democrático. Com base nas respostas dos entrevistados do ESEB 2002 e 2006 sobre o voto nas eleições presidenciais, a comparação do padrões de voto revelou a formação de apenas um importante grupo de identidade, mas não de interesse: enquanto no segundo turno de 2002, o candidato Lula foi o destinatário da maioria dos votos evangélicos identificados com o candidato Garotinho no primeiro turno, em 2006, o candidato à reeleição, Lula, não obteve margens de apoio entre os evangélicos significativamente maiores do que as conseguidas entre o restante dos eleitores. O artigo também destaca que os evangélicos são os eleitores mais insatisfeitos e ambivalentes com relação ao funcionamento da democracia no Brasil.

Palavras-chave: voto evangélico; clivagem religiosa; grupo de interesse; satisfação com a democracia

Abstract

The article analyses the electoral behavior of evangelical voters in Brazil and their perceptions about the democratic regime. Based on the ESEB2002 and ESEB2006 results about the vote in presidential elections, the voting patterns show the presence of an evangelical identity group, instead of an evangelical interest group. In 2002, the evangelical vote associated to the candidate Garotinho in the first round was directed to the candidate Lula in the second round; in 2006 the evangelical vote did not have a specific candidate in the second round. The article also shows that the evangelical voters are more dissatisfied and ambiguous with the functioning of democracy in the country than the other voters.

Key-words: Evangelical vote; religious cleavage; interest groups; satisfaction with democracy

Há um consenso na literatura de que o Brasil não se assemelha a casos nacionais em que a religião se constitui numa das clivagens fundamentais ou na clivagem principal da arena política. Em alguns países da Europa Ocidental, a religião, como base principal dos alinhamentos políticos, foi, durante muitos anos, o eixo estruturador do sistema partidário, o que contribuiu para a institucionalização, nessas sociedades, da clivagem religiosa (LIJPHART, 1977, 1979; LIPSET & ROKKAN, 1967; ROSE & URWIN, 1969). Contemporaneamente, em diversos países, como Bangladesh (SHEHABUDDIN, 1999) e Turquia (ÇARKOGLU & HINICH, 2006) por exemplo, a oposição entre partidos políticos secularistas e partidos religiosos ainda se mantém como elemento balizador do debate e da competição político-eleitoral. Esses cenários não se repetem no caso brasileiro.

Por outro lado, no decorrer dos últimos anos vêm se acumulando estudos que apontam para a crescente relevância do pertencimento religioso como variável para entender o comportamento político de determinados atores políticos e grupos sociais no caso brasileiro. Kalsing (2002), Oro (2001) e Pierucci (1989) mostram como a religião influencia a prática política de legisladores brasileiros, inclusive seu padrão de votação. Burdick (2005), Drogus (1999) e Selka (2005), por sua vez, expõem a importância da religião como elemento catalisador do ativismo social e expediente do qual alguns movimentos sociais utilizam-se para mobilizar seus membros.

Outros estudos, no entanto, dão um passo adiante. Eles demonstram não só que a religião é uma variável importante, como também que há uniformidade no modo como alguns grupos religiosos se relacionam com o universo político no Brasil. Essa similaridade de comportamento é particularmente visível no caso dos membros de denominações evangélicas. Ireland (1991) mostra como os evangélicos são politicamente ativos no âmbito local e Freston (2001) nas arenas políticas estadual e nacional. Bohn (2004), Fernandes et al (1998), Freston (1993), Novaes (2001), Oro (2003), Pierucci & Mariano (1992), Pierucci & Prandi (1995), entre outros, por sua vez, apontam que há homogeneidade no comportamento eleitoral dos votantes evangélicos.

O objetivo deste artigo é fornecer elementos para entender as similaridades de comportamento eleitoral dos membros de denominações evangélicas. Três são os argumentos principais. Em primeiro lugar, que as similitudes de comportamento político-eleitoral dessas minorias religiosas decorrem não de preferências partidárias e/ou por candidaturas específicas, mas das características particulares de cada pleito. Em outras palavras, o contexto político de cada eleição desempenha um papel primordial na mobilização ou desmobilização de identidades religiosas, que geram padrões claramente distinguíveis de concentração ou dispersão do voto. O artigo também procura avançar a hipótese de que o elemento que distingue os contextos políticos eleitorais é a presença ou ausência de candidatos publicamente

identificados como pertencentes a essas minorias religiosas e capazes de mobilizar politicamente sua identidade religiosa. Finalmente, argumenta que, ao contrário de um grupo de interesse claramente definido (como um *lobby*), os evangélicos devem ser vistos como um grupo de identidade (*identity-based group*). O que significa que, na relação com a esfera política, o fator crucial é a identidade evangélica, e não necessariamente a defesa de plataformas de ação claramente definidas e específicas a esse grupo religioso. Se essa última hipótese se confirmar, o caso brasileiro terá que ser repensado em termos de uma sociedade na qual, apesar de a clivagem religiosa não ser central, “a micro-política dos cristãos evangélicos” (VÁZQUEZ, 1999) tende a ter impacto cada vez mais importante na esfera política. Por fim, também testamos se essa micro-política evangélica se correlaciona com a disseminação de atitudes favoráveis à democracia no Brasil.

As eleições presidenciais de 2002 e de 2006 são usadas como pano de fundo para uma análise comparada. Esses dois pleitos formam, em conjunto, um interessante “experimento natural” (RYAN, 2007). Em primeiro lugar, por sua dinâmica própria, criaram dois contextos políticos polares. Em 2002, havia, no primeiro turno, um candidato, Anthony Garotinho, que se apresentou ao eleitorado na condição de evangélico e sistematicamente mobilizou sua identidade religiosa no decorrer de sua campanha eleitoral. Nas eleições presidenciais de 2006, por outro lado, as escolhas partidárias dos candidatos geraram uma situação em que simplesmente inexistiam candidatos porta-vozes de minorias religiosas ou claramente identificados com elas.

Além disso, há um segundo aspecto que torna o “experimento natural” ainda mais profícuo. No segundo turno da eleição presidencial de 2002, houve significativa transferência de votos do candidato identificado com as minorias religiosas para uma outra candidatura, a de Luiz Inácio da Silva, Lula, do Partido dos Trabalhadores (BOHN, 2004), que também participou das eleições em 2006 – dessa vez como candidato à reeleição. Isso levanta questões interessantes. Houve homogeneidade no comportamento eleitoral dos evangélicos em 2006? Eles votaram maciçamente em Lula? A “concentração do voto” – entendida como maior probabilidade de os evangélicos votarem em um candidato do que a probabilidade de os demais grupos religiosos votarem no mesmo candidato – indica que os evangélicos formam um grupo de interesse, uma vez que revela a preferência homogênea por determinada candidatura, partido político ou plataforma de ação. A “dispersão do voto” (ou seja, situações nas quais os evangélicos têm a mesma ou menor probabilidade de votar em um candidato do que qualquer outro grupo), por sua vez, confirma a hipótese de que, no presente momento e dado o modo de estruturação do sistema partidário brasileiro, os evangélicos formam somente um grupo de identidade.

Na próxima seção, discutimos o impacto político da prática religiosa em sociedades contemporâneas. Mostramos que enquanto alguns autores condenam com veemência a saída da religião do âmbito privado e seu reaparecimento na esfera política outros vêem positivamente a contribuição democrática das minorias religiosas cujo comportamento ajuda a fomentar o retorno do sagrado no político. Na seção subsequente, operacionalizamos a hipótese acerca da importância do contexto político na predição do comportamento eleitoral dos votantes evangélicos. Em seguida, apresentamos os resultados estatísticos baseados na análise do Estudo Social Brasileiro (2006), discutidos na seção final.

Religião e política em sociedades contemporâneas

Muito se debate atualmente sobre o papel da religião nas sociedades contemporâneas como um todo e na esfera política em particular. Há pouca ou nenhuma discordância de que, em agrupamentos sociais pós-modernos, a esfera religiosa não mais assume um papel primordial no modo de organização da sociedade (WEBER, 1998). O processo de secularização (HELLER, 1978) que foi fundamental à emergência dos estados-nação fez a religião refluir para o âmbito privado, transformando-a em opção individual de prática coletiva – ao invés de princípio fundamental de ordenação social.

Recentemente, no entanto, fala-se do “retorno do sagrado” e sugere-se que a religião, em um contexto de mundialização da cultura (ORTIZ, 1997) e de afloramento de identidades (étnicas, raciais etc), vem ganhado terreno, não como princípio organizativo do social, mas como elemento aglutinador de uma identidade – a identificação religiosa – que mobiliza para a ação coletiva, tanto social como política (ORTIZ, 2001)¹.

Na Inglaterra, nos anos setenta, Koss (1975) referia-se à importância do pertencimento religioso para se entender o comportamento político de determinados grupos sociais. Quase três décadas depois, MacAllister, Fieldhouse & Russell (2002) apontam para a existência, nesse país, de áreas nas quais a clivagem religiosa é bem mais saliente do que a clivagem de classe e, portanto, fundamental para o entendimento dos padrões de identificação partidária e do voto. De maneira similar, Kotler-Berkowitz (2001) mostra a importância da variável religião para o entendimento do comportamento eleitoral dos ingleses.

Talvez em nenhum país ocidental os estudos sobre a interseção entre política e religião tenham se tornado mais populares do que nos Estados Unidos nos últimos anos. Naquele país, diversos estudos apontam para a crescente importância da religião no universo político (BOLCE & DE MAIO, 1999; BROOKS,

¹ O presente artigo concentra-se na dimensão política.

2002; GILBERT, 1993; LAYMAN, 1997, 2001; LEEGE & KELLSTEDT, 1993). Layman (1997) mostra o crescente impacto da religião na escolha presidencial. A eleição de John Kennedy em 1960 e o aparecimento do chamado “voto católico” (DOLAN, 1992) já haviam revelado a importância desse fator. Grande parte dos estudos, no entanto, concentra-se no padrão de votação dos evangélicos norte-americanos, que são vistos como um grupo cujo comportamento eleitoral é bastante homogêneo e importante na determinação de resultados eleitorais.

De fato, o comportamento eleitoral dos evangélicos norte-americanos tem despertado o interesse até de publicações não-acadêmicas. O jornal *The New York Times*, por exemplo, tem se referido aos eleitores evangélicos como “hidden swing vote”: bloco de votantes que, por ser altamente uniforme, pode alterar o resultado final da eleição (NYT, 2004). Estudos acadêmicos confirmam esse diagnóstico. De acordo com Erzen (2005), os eleitores evangélicos contribuíram fortemente para a vitória de George Bush, do Partido Republicano, sobre John Kerry, do Partido Democrata, em 2004.

A revista *The Economist* (2004), por sua vez, relatou que as eleições presidenciais de 2004, em que 78% dos eleitores evangélicos votaram no Partido Republicano, marcaram “o triunfo da direita religiosa”. Diversos estudos partilham desta perspectiva. O já citado estudo de Erzen (2005) demonstra que 75% dos evangélicos normalmente votam nesse partido e que, entre os membros dessas denominações que freqüentam a igreja todas as semanas, esse número sobe para 81%. Em outras palavras, há uma grande semelhança no comportamento eleitoral desse grupo religioso. Green, Rozell & Wilcox (2003) and Wilcox (1996) apontam que essa semelhança viabilizou a ascensão e crescente importância político-eleitoral da direita cristã. O fato de a grande maioria desse grupo votar, em diferentes tipos de eleições e em distintas ocasiões, no mesmo partido revela que eles são um importante grupo de interesse. Votam sistematicamente no partido político que se auto-proclama defensor de conservadorismo social, especialmente em oposição ao aborto e ao casamento homossexual ².

Wilcox & Sigleman (2001) fornecem pistas importantes de como a filiação religiosa se traduz em comportamento político-eleitoral similar. Eles demonstram que, dentre todos os votantes norte-americanos, os membros desse segmento religioso são os eleitores que mais relatam não só ter sido contatados por organizações religiosas encorajando-os a votar e a selecionar candidatos específicos, mas também ter recebido informações sobre candidaturas em suas igrejas. Outros estudos já haviam apontado para o crescente papel das igrejas como “comunidades políticas” (WALD, OWEN & HILL, 1998) e para as repercussões na esfera política da socialização religiosa (GILBERT, 1993; HUCKFELDT, PLUTZER & SPRAGUE, 1993).

² Pode-se argumentar que os evangélicos norte-americanos votam no Partido Republicano porque se identificam com esse partido e não em virtude de seu pertencimento religioso. No entanto, a recente derrota nas eleições de 2006 de candidatos republicanos que se desviaram, no decorrer do seus mandatos, da defesa de metas associadas ao conservantismo social revela que a religião é fundamental e não a identidade partidária.

No contexto da América Latina, Berryman (1999) sugere que as religiões evangélicas (especialmente pentecostais) tenderão a crescer ainda mais no futuro, uma vez que sua estrutura organizacional em redes (CASTELLS, 1996) lhes permite serem mais eficazes na atração de novos seguidores. Apostando nesse cenário, dezenas de trabalhos têm procurado estudar as repercussões políticas do crescimento do evangelismo na região (BERRYMAN, 1996; CLEARY & STEWART-GAMBINO, 1997; GARRARD-BURNETT & STOLL, 1993; GASKILL, 1997; IRELAND, 1998; MARTIN, 1990; STOLL, 1990; SWATOS, 1994). Diversos estudos de casos nacionais – como Steigenga (2001) sobre Costa Rica e Guatemala, Fontaine Talavera & Beyer (1998) sobre Chile e Smilde (1998) sobre Venezuela – buscam entender se há similaridades no comportamento político e eleitoral dos evangélicos.

Outros trabalhos focalizam o impacto do crescimento do segmento evangélico para a manutenção de democracias estáveis na região. Grosso modo, há dois pólos opostos nesse debate. Gaskill (1997), por exemplo, argumenta que as religiões evangélicas na América Latina, ao invés de introduzir inovações políticas, simplesmente têm reproduzido a relação “patrão-cliente” típica, segundo ele, da cultura católica e de contextos políticos autoritários. Segundo esse autor, ao contrário de promover uma cultura cívica, a propagação do evangelismo na região associa-se à exacerbação de práticas clientelísticas previamente existentes. Ireland (1999), por sua vez, sugere que todas as principais denominações religiosas latino-americanas, inclusive as evangélicas, fomentam práticas associativas fundamentais à reprodução de uma democracia estável. Esse autor, assim como Berryman (1999) e Patterson (2005), demonstra que esse grupo religioso, ao participar ativamente em organizações religiosas, tende a desenvolver habilidades organizativas que mais tarde serão instrumentais à sua participação política democrática em organizações sociais pluri-religiosas. De maneira similar, Gomez, Meyers, Vazquez & Williams (1999) mostram que, no caso de sociedades pós-conflito como El Salvador, as organizações religiosas têm desempenhado um papel fundamental no encorajamento da participação política democrática, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis, como mulheres e jovens.

No caso do Brasil, diversos trabalhos mencionados anteriormente demonstram a existência de similitudes no comportamento eleitoral dos votantes evangélicos. Há poucos trabalhos, no entanto, que exploram as causas dessas similaridades e suas conseqüências para o regime democrático. Esses são justamente os objetivos primordiais deste artigo. Em primeiro lugar, verificar quais fatores ajudam a entender porque os eleitores evangélicos votam de maneira similar. Em segundo – e objetivo secundário –, contribuir ao debate a respeito das tendências democráticas desse grupo social. Em outras palavras, examinar seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil e especialmente seu grau de adesão a esse regime político.

Problema e hipóteses

No primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, a maioria dos evangélicos votou no candidato Anthony Garotinho, que se apresentou ao eleitorado na condição de membro desse segmento religioso (BOHN, 2004). O mesmo estudo demonstrou que, no segundo turno, mais de 60% deles escolheram a candidatura de Lula do PT. Quatro anos depois, nas eleições presidenciais de 2006, nenhum dos candidatos presidenciais se identificou como membro desse segmento religioso. Apesar disso, Lula, que recebeu a maior transferência de votos dos evangélicos em 2002, figurou uma vez mais na lista de candidatos – na condição de postulante à reeleição. Diante desse cenário, qual foi o comportamento do eleitorado evangélico em 2006? A concentração dos votos em Lula foi maior do que a votação obtida por ele entre outros grupos religiosos? Lula foi o receptáculo da votação massiva recebida por Anthony Garotinho em 2002?

As respostas a essas questões têm implicações extremamente importantes. Em primeiro lugar, o voto maciço na candidatura Garotinho no primeiro turno da eleição presidencial de 2002 indica que os evangélicos compõem um importante grupo de identidade. A presença, em uma eleição, de um candidato evangélico capaz de mobilizar eficazmente, no decorrer da campanha eleitoral, sua filiação religiosa, tende a transformar o pertencimento religioso em uma identidade importante que, na esfera política, gera uma avalanche de votos evangélicos para seu colega de fé. Em outras palavras, a presença de uma candidatura publicamente percebida como evangélica produz uma elevada concentração de votos entre o segmento evangélico – que, não é preciso dizer, premia o candidato evangélico.

A transferência de votos de Garotinho para Lula em 2002, no entanto, cria um paradoxo, pois sugere que o segmento evangélico no Brasil pode ser também um grupo de interesse: o voto no segundo turno em 2002 em um candidato não publicamente identificado como evangélico parece sugerir a hipótese de que os evangélicos, além de grupo de identidade, formam também um importante grupo de interesse que viram na candidatura Lula a melhor oportunidade de realização de suas preferências de políticas públicas.

O contexto político-eleitoral da eleição presidencial de 2006 fornece, portanto, a oportunidade de verificar se o segmento evangélico vota em uníssono em um candidato – e em níveis superiores à votação dos demais grupos religiosos – mesmo diante da inexistência de candidaturas evangélicas. Se, em 2006, a probabilidade de os evangélicos votarem em Lula for significativamente maior do que a chance de os demais grupos religiosos escolherem o mesmo candidato, então pode-se concluir que, tal como os evangélicos norte-americanos, eles formam um importante grupo de interesse (Quadro 1). A dispersão do voto evangélico em 2006 (a probabilidade de eles votarem em um candidato não é estatisticamente superior

à chance de o restante da população brasileira votar no mesmo candidato), no entanto, indica que os votantes evangélicos são apenas um grupo de identidade. Diante da ausência de candidatos que publicamente são percebidos como partilhando sua fé, a identidade evangélica não tem como ser mobilizada e, portanto, eles tendem a dispersar seu voto em distintas candidaturas.

Quadro 1. Cenários eleitorais e voto do segmento evangélico.

Candidato evangélico	Concentração do voto	Dispersão do voto
Presença	Grupo de identidade	Não são grupo de identidade
Ausência	Grupo de interesse	Não são grupo de interesse

A expectativa aqui defendida é que a segunda hipótese tende a ser confirmar, sobretudo porque, no modo de estruturação do sistema partidário brasileiro, o eixo conservantismo social/progressismo social não divide de maneira nítida o espectro partidário, como no caso norte-americano (COPPEDGE, 1997; KINZO, 1990). Dessa forma, espera-se a dispersão do voto evangélico em 2006 e a sua confirmação como grupo de interesse.

Como essas hipóteses são testadas? Em primeiro lugar, realizamos um teste de qui-quadrado de Pearson para verificar se houve concentração ou dispersão do voto evangélico em 2006, no sentido aqui definido. Em seguida, realizamos uma análise proibit para verificar se a variável religião explica o padrão de votação na eleição presidencial de 2006.

Por fim, também através do teste qui-quadrado e análise proibit, testamos o grau de satisfação desse segmento religioso com o funcionamento da democracia no Brasil e seu grau de adesão democrática. Como descrevemos acima, parte da literatura indica que esse grupo tende a desenvolver práticas não conducentes ao fomento de uma cultura cívica. Outra parte indica que a experiência participativa desse grupo em organizações religiosas cria um importante capital social (PUTNAM, 1993) que contribui positivamente para a manutenção de uma democracia estável. Como não há consenso na literatura, não há nenhuma expectativa a respeito da direção da variável (isto é, se os evangélicos avaliam melhor ou pior a democracia no Brasil do que outros grupos religiosos ou mesmo se são mais ou menos ambivalentes em relação ao regime democrático).

Dados e resultados

Os resultados do teste de qui-quadrado de Pearson apresentados na Tabela 1 indicam que a proporção na qual os evangélicos (pentecostais e não-pentecostais) votaram na candidatura Lula não foi significativamente diferente da probabilidade de os demais grupos escolherem o mesmo candidato. De fato, eles votaram em Lula em sua maioria, mas não em taxas que sejam estatisticamente mais altas do que a proporção de voto obtido por esse candidato entre o restante da população. Ou seja, eles não repetiram para Lula em 2006 o apoio que deram para Anthony Garotinho em 2002.

O mesmo não é visível no caso de outros grupos religiosos. A probabilidade com a qual os eleitores católicos optaram pela candidatura Lula (71%), por exemplo, foi significativamente diferente da dos outros segmentos religiosos. No caso das pessoas sem religião, por outro lado, foi possível observar que a probabilidade de eles apoiarem a candidatura Lula foi significativamente menor de que o restante da população brasileira ³.

Tabela 1. Voto em Lula em 2006 e religião

Voto em Lula (em %)	Não	Sim	Voto em Lula (em %)	Não	Sim
Evangélicos pentecostais	35.25	64.75	Evangélicos não-pentecostais	47.62	52.38
Outros grupos religiosos	32.18	67.82	Outros grupos religiosos	32.31	67.69
Pearson chi2 (1) = 0.4956 Pr = 0.481			Pearson chi2 (1) = 2.1805 Pr = 0.140		

Voto em Lula (em %)	Não	Sim	Voto em Lula (em %)	Não	Sim
Católicos	28.88	71.12	Sem religião	44.87	55.13
Outros grupos religiosos	40.21	59.79	Outros grupos religiosos	31.44	68.56
Pearson chi2 (1) = 10.8810 Pr = 0.001			Pearson chi2 (1) = 5.7977 Pr = 0.016		

Fonte: ESEB, 2006.

Na verdade, não houve, nas eleições presidenciais de 2006, qualquer uniformidade detectável no voto do segmento evangélico. Tal como mostra a Tabela 2, nenhuma das probabilidades do qui-quadrado de Pearson é significativa no caso das denominações evangélicas. Ao contrário do que ocorreu em 2002, é possível afirmar que, no caso dos evangélicos, nenhum padrão de concentração do voto único a esse grupo – que os distinga dos demais – foi visível em 2006. A probabilidade de eles votarem em um candidato específico (seja Lula, Alckmin, Heloísa Helena, Cristóvam Buarque ou Luciano Bivar) não foi significativamente maior do que a chance de qualquer outro grupo votar no mesmo candidato. Assim, não houve nada em seu padrão de votação em 2006 que os diferenciasse claramente dos demais grupos religiosos.

³ É interessante observar que, em 2002, 56.2% deles votaram em Lula (BOHN, 2004), número praticamente idêntico ao de 2006.

**Tabela 2. Probabilidades dos Qui-quadrados de Pearson
(cross-tabulação: voto em 2006 e religião)**

Voto	Lula	Alckmin	H. Helena	C. Buarque	L. Bivar
Católicos	0.001	0.030	0.006	0.669	0.313
Evangélicos pentecostais	0.481	0.179	0.823	0.570	0.527
Evangélicos não-pentecostais	0.140	0.645	0.286	0.128	0.820
Sem religião	0.016	0.094	0.184	0.943	0.649

Fonte: ESEB, 2006.

Esses resultados, no entanto, são limitados, uma vez que examinam a variável religião de maneira isolada, e os efeitos da inter-relação entre religião e outros fatores, como renda e educação, não foram examinados. Essas interações podem transformar a religião evangélica em uma variável significativa na explicação do voto em 2006.

Para entender o peso do fator religião e, em especial, do pertencimento ao grupo religioso evangélico, na determinação da escolha eleitoral presidencial, realizamos uma análise probit⁴. Essa análise é importante na medida em que introduz uma série de controles à variável religião, tais como renda, educação, gênero, auto-posicionamento esquerda-direita, nível de sofisticação política, avaliação do governo Lula e rejeição a diferentes partidos políticos⁵. A Tabela 3 contém os resultados dessa análise, apresentados em duas colunas, uma para o primeiro colocado (Lula, do PT) e outra para o segundo (Alckmin, do PSDB).

Os dados revelam que, controlando pelos fatores mencionados, a variável religião não teve qualquer poder explicativo na votação de Lula em 2006. Além disso, o impacto do pertencimento às diferentes denominações evangélicas não foi estatisticamente diferente do impacto da filiação a qualquer outro grupo. Controlado pela série de fatores mencionada, é possível afirmar que a candidatura Lula não foi capaz de mobilizar a identidade evangélica da mesma maneira que Anthony Garotinho o fez em 2002. Esses resultados também indicam que o grupo de eleitores evangélicos não forma um grupo de interesse que identifica a candidatura Lula como a melhor para defender seus interesses vitais. Desse modo, a transferência de votos de Garotinho para Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 2002 deve ser vista como esporádica e motivada por fatores conjunturais e não estruturais, como o apoio ao programa partidário de Lula.

⁴ Todas as outras religiões não elencadas na Tabela 3 formam o grupo de controle.

⁵ A definição dessas variáveis de controle é apresentada no Apêndice.

Tabela 3. Análise de probit com determinantes do voto em candidato presidencial em 2006.

Variável Independente: voto em candidato presidencial em 2006 (primeiro turno)	Voto em Lula	Voto em Alckmin
Renda (menor = 1; maior =10)	-.0530 (.0845)	-.1005 (.1018)
Gênero (mulher=1; homem=0)	-.4634+ (.2646)	.1743 (.3007)
Faixa etária (jovem=1; idoso=5)	-.0966 (.1076)	-.0780 (.1263)
Educação (menor = 1; maior =8)	-.1303* (.0636)	.0686 (.0750)
Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)	-.0092 (.0489)	.0035 (.0530)
Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)	-.1010+ (.0526)	.0868 (.0602)
Avaliação do governo Lula (1=muito bom; 4=péssimo)	-.11040*** (.2118)	.9593*** (.2065)
Rejeição ao PT (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)		-1.7533*** (.3462)
Rejeição ao PSDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	1.1249*** (.3217)	
Rejeição ao PFL (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	-.1934 (.2919)	-.5513+ (.2836)
Rejeição ao PMDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)	.2755 (.2763)	-.8659** (.3440)
Religião católica (1=membro; 0=não membro)	.0300 (.4304)	.9560+ (.5628)
Sem religião (1=sim; 0=não)	.0755 (.5259)	1.0707+ (.6360)
Denominações evangélicas pentecostais (1=membro; 0=não membro)	-.1656 (.5082)	.8848 (.6342)
Denominações evangélicas não-pentecostais (1=membro; 0=não membro)	.8979 (1.2145)	
Constante	4.1121*** (.9508)	-2.4232* (1.1179)
Prob > Chi2	.0000	.0000
Pseudo R2	.3898	.4796
N	195	193

***p<.001; **p<.010; *p<.050 (erro-padrão entre parentêses)

Fonte: ESEB, 2006.

Um aspecto interessante emerge da Tabela 3. Os dados revelam que a eleição presidencial de 2006 foi um referendo da administração do presidente Lula, ou seja, a expressão do voto econômico retrospectivo (FIORINA, 1981). De fato, quanto melhor um indivíduo avalia o governo do momento, maior a probabilidade de esse(a) eleitor(a) votar no candidato à reeleição. Similarmente, mas de maneira invertida, a candidatura Alckmin se beneficiou significativamente da má avaliação da gestão iniciada em 2003.

Os dados mostram que os evangélicos no Brasil não formam um grupo de interesse da maneira como seus pares nos Estados Unidos o fazem. Os membros das denominações evangélicas no Brasil compõem um grupo de identidade, cuja ação unificada na esfera político-eleitoral depende fortemente da presença de um candidato presidencial publicamente identificado como pertencente a esse segmento e capaz de mobilizar sua filiação religiosa para atrair votos.

Evidentemente, o fato de os evangélicos, até o presente momento, não se comportarem na esfera político-eleitoral como grupo de interesse pode decorrer do padrão de estruturação do sistema partidário brasileiro. Ao contrário do bipartidarismo dominante nos Estados Unidos, no qual um partido socialmente conservador opõe-se a um partido liberal, o multipartidarismo brasileiro complicou sobremaneira a justaposição das clivagens sociais sobre o sistema de partidos. Assim como não é possível distinguir quais partidos são claramente conservadores no que se refere a questões sociais, da mesma forma, até o presente momento, não há nenhum partido político competitivo nas eleições presidenciais que mobilize sistematicamente a identidade evangélica para fins eleitorais.

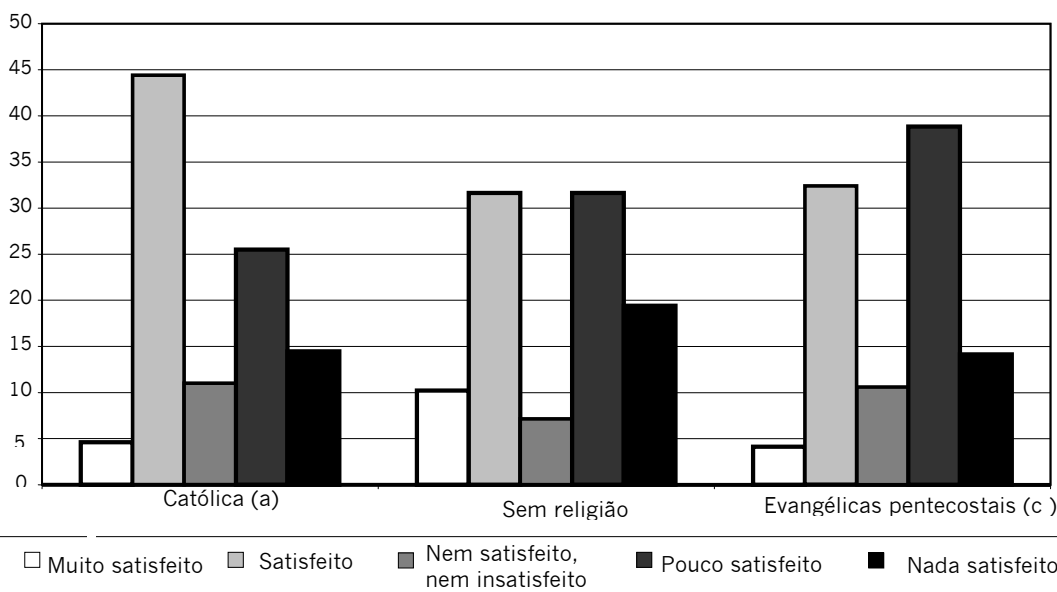
Até aqui o artigo analisou se o segmento evangélico é um grupo de identidade ou um grupo de interesse e mostrou que, no presente momento, os evangélicos são apenas um grupo de identidade. Resta observar suas percepções a respeito do regime democrático no Brasil.

Com esse objetivo, primeiro analisamos seu grau de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, e verificamos se os eleitores evangélicos apresentam, em maior número, atitudes de ambivalência em relação à democracia: nesse sentido, verificamos em que medida eles revelam uma maior preferência por regimes autoritários ou são indiferentes à democracia.

Os dados do Gráfico 1 mostram que o segmento evangélico conforma o grupo religioso com os níveis mais baixos de satisfação com o funcionamento do regime democrático no Brasil. Cerca de 53% dos evangélicos pentecostais mostram-se pouco ou nada satisfeitos com o desempenho da democracia brasileira. Entre os evangélicos não-pentecostais, essa proporção sobe para aproximadamente 62%. Por outro lado, apenas 40% dos católicos estão insatisfeitos com o regime democrático.

Gráfico 1

Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil, por denominação religiosa



O grau mais elevado de insatisfação com o funcionamento da democracia no país entre os evangélicos traduz-se em atitudes ambivalentes em relação a esse regime político? Para responder a essa pergunta foi realizada uma análise proibit dos determinantes de ambivalência democrática⁶, cujos resultados são mostrados na Tabela 4.

Os dados revelam que a ambivalência em relação à democracia é uma opinião típica de pessoas mais jovens, sem identidade partidária, insatisfeitas em relação ao desempenho desse regime político e que acreditam que não faz muita diferença quem governa o Brasil.

Dentre os grupos religiosos incluídos na Tabela 4, o grupo evangélico apresenta a maior probabilidade de possuir atitudes ambivalentes em relação à democracia⁷. A probabilidade de um membro da religião católica desenvolver opiniões ambivalentes em relação à democracia é de 0.73. A mesma probabilidade para uma pessoa sem religião é de 0.98. Para os evangélicos pentecostais o número é maior: 0.99. Portanto, a probabilidade de um eleitor evangélico ser

⁶ Ambivalentes em relação à democracia são tanto aqueles que consideram que “em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia” quanto os que acreditam que “tanto faz, nenhuma das duas é melhor”.

⁷ Após a estimação do modelo proibit, foi realizada análise dprobit (um comando do pacote estatístico STATA), que revela a mudança de probabilidade quando a variável dummy (binária) estimada passa do valor de zero a um. Os números para as variáveis binárias mencionadas no texto foram extraídos dessa segunda estimação.

ambivalente em relação à democracia é 36% maior do que a de um católico. Todos esses resultados são estatisticamente significativos e demonstram que não só os evangélicos pentecostais são o segmento religioso que mais se mostra insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil como também são os mais indiferentes à democracia e os que mais acreditam que, em algumas situações, regimes autoritários são melhores do que democracias.

Tabela 4. Análise de probit com os determinantes de ambivalência em relação ao regime democrático

Variável Independente	Ambivalência
Renda (menor = 1; maior =10)	1.3683 (.0729)
Faixa etária (jovem=1; idoso=5)	-.2530* (.1080)
Educação (menor = 1; maior =8)	-.0896 (.0613)
Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)	-.0029 (.0419)
Identidade partidária (1=sim; 0=não)	-.5911* (.2822)
Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)	.0822 (.0465)
Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil (1= satisfeito e muito satisfeito; 2= nem satisfeito, nem insatisfeito; 3= pouco ou nada satisfeito)	.2325* (.0960)
Avaliação do desempenho dos partidos políticos (1= péssima; 6= ótima)	-.0211 (.0745)
Faz diferença quem governa o Brasil (1= faz grande diferença; 5= não faz diferença)	.6969** (.2361)
Religião Católica (1=membro; 0=não membro)	6.1173*** (.6404)
Sem religião (1=sim; 0=não)	5.7950*** (.7128)
Denominações evangélicas pentecostais (1=membro; 0=não membro)	5.9011*** (.6751)
Constante	-.7.4550*** (.6575)
Prob > Chi2	.0000
Pseudo R2	.1971
N	248

***p<.001; **p<.010; *p<.050 (erro-padrão entre parentêses)
Fonte: ESEB, 2006.

Considerações finais

A comparação entre o padrão de voto do segmento evangélico nas eleições presidenciais de 2002 e de 2006 revelou que esse grupo forma um importante grupo de identidade. Seu comportamento eleitoral tende a ser homogêneo somente diante do impacto causado pela presença de uma candidatura publicamente identificada como evangélica e capaz de mobilizar esse fator na atração de votos. Em outras palavras, somente candidatos evangélicos são capazes de obter margens significativamente maiores entre eleitores evangélicos do que entre os demais grupos da população brasileira.

A ausência de tal candidato na disputa presidencial de 2006 resultou na impossibilidade de mobilização da filiação religiosa. Isso ajuda a entender porque Lula, o destinatário da maioria dos votos dos evangélicos no segundo turno em 2002, não obteve, entre os evangélicos, margens de apoio significativamente maiores do que as conseguidas entre o restante dos eleitores. Ou seja, Lula não conseguiu repetir a concentração das preferências evangélicas da qual Anthony Garotinho se beneficiou em 2002.

Esse resultado coaduna-se com os achados de trabalhos a respeito de outros contextos sociais. Barreto (2007), por exemplo, demonstra que a presença de candidatos de origem latina em eleições nos Estados Unidos não só mobiliza a base de eleitores latinos (que votam em maior número) como também aumenta as taxas de votação de candidatos latinos.

Além disso, o contraste entre os desempenhos de Lula em 2002 e 2006 entre os evangélicos indica que esse grupo, até o presente momento, não forma um grupo de interesse, isto é, não atua na esfera político-eleitoral com base na tentativa de concretizar um projeto político específico. O modo de estruturação do sistema partidário pode ser a chave para a explicação da razão pela qual, ao contrário dos evangélicos norte-americanos, seus pares brasileiros não se transformaram também em um poderoso grupo de interesse que, em virtude da homogeneidade do seu comportamento eleitoral, se revelasse capaz de alterar o resultado de eleições.

Assim, embora o comportamento do eleitorado evangélico reintroduza o sagrado no político, só o faz em contextos político-eleitorais muito específicos: em disputas eleitorais nas quais candidatos evangélicos que sistematicamente mobilizam sua filiação religiosa estão presentes⁸. Resta saber se essa dinâmica derivada da comparação entre

⁸ Gray, Perl & Medyna (2006), analisando a eleição presidencial norte-americana de 2004, sugerem que essa revela que a idéia de um "voto católico" é um mito, uma vez que John Kerry (católico) não recebeu elevada concentração de voto entre os católicos. É importante mencionar, no entanto, que o candidato Kerry em nenhum momento da campanha mobilizou, com objetivos eleitorais, sua identidade religiosa. Além disso, algumas de suas posições a respeito de questões sociais (como aborto, por exemplo) o colocaram em conflito com o segmento e o establishment católico.

as eleições presidenciais de 2002 e de 2006⁹ também se reproduz no plano subnacional (em eleições para prefeito e governador) e em eleições proporcionais.

Estudos adicionais são necessários para verificar se, no Brasil, as igrejas também funcionam como “comunidades políticas” e quais são os efeitos políticos da socialização religiosa.

Finalmente, os evangélicos apresentam as maiores taxas de insatisfação com o funcionamento do regime democrático no Brasil e a probabilidade mais elevada de desenvolverem atitudes ambivalentes em relação à democracia. Esses resultados são preocupantes, uma vez que, conforme apontado pela literatura, há uma tendência de crescimento desse segmento no país. Estudos adicionais são necessários a esse respeito, especialmente, investigações que mapeiem o capital social deste grupo e o das minorias não religiosas. É imprescindível saber se a insatisfação e a ambivalência democrática são produtos da falta de opções partidárias que sistematicamente mobilizem a identidade de grupo – independentemente da existência ou não de candidatos com opções religiosas similares.

⁹ Esse artigo representa um exercício de criação de teoria (theory building), muito mais do que de teste de teoria.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, M. "Sí se puede! Latino Candidates and the Mobilization of Latino Voters". *American Political Science Review*, vol.101, nº. 3, p.425-42, 2007.
- BOLCE, L & MAIO, G. "The Anti-Christian Fundamentalist Factor in Contemporary". *Public Opinion Quarterly*, vol.63, nº.4, p.508-42, 1999.
- BERRYMAN, P. *Religion in the megacity: Catholic and Protestant Portraits from Latin America*. Maryknoll, NY: Orbis, 1996.
- _____. "Churches as winners and losers in the network society". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, nº.4, p.21-34, 1999.
- BOHN, S. "Evangélicos no Brasil. Perfil sócio-econômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública*, vol.10, nº.2, p.288-338, 2004.
- BROOKS, C. "Religious influence and the politics of family decline concern: trends, sources and U.S. political behavior". *American Sociological Review*, vol.67, nº.2, p.191-211, 2002.
- BURDICK, J. "Why is the Black Evangelical Movement Growing in Brazil?". *Journal of Latin American Studies*, vol.37, p.311-32, 2005.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society. The information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CLEARY, E. & STEWART-GAMBINO, H. (eds.). *Power, politics and pentecostals in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1997.
- ÇARKOGLU, A. & HINICH, M. "A spatial analysis of Turkish party preferences". *Electoral Studies*, vol.25, nº.2, p.369-92, 2006.
- COPPEDGE, M. "A classification of the Latin American Political Parties". *Working Paper*, vol.244, University of Notre Dame, 1997.
- DOLAN, J. *The American Catholic Experience: A history from colonial times to the present*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

DROGUS, C. A. "No land of milk and honey: Women CEB activists in posttransition Brazil". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, n°.4, p.35-51, 1999.

ERZEN, T. "Warriors for Christ: The Electoral Politics of the Religious Right". *New Labor Forum*, vol.14, n°.3, p.45-52, 2005.

FERNANDES, R. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FIORINA, Morris. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FONTAINE TALAVERA, A. & BEYER, H. *The evangelical movement in Chile*. Acton Institute Press, 1998.

FRESTON, P. Brother votes for brother: The new politics of protestantism in Brazil. In: GARRARD-BURNETT, V. & STOLL, D. *Rethinking protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

_____. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GARRARD-BURNETT, V. & STOLL, D. *Rethinking protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

GASKILL, N. "Rethinking protestantism and democratic consolidation in Latin America". *Sociology of Religion*, vol.58, n°.1, p.69-91, 1997.

GILBERT, C. *The impact of churches on political behavior: an empirical study*. Westport: Greenwood Press, 1993.

GOMEZ, I. et al. "Religious and social participation in war-torn areas of El Salvador". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, n°.4, p.53-71, 1999.

GRAY, M. PERL, P. & BENDYNA, M. "Camelot only comes but once? John F. Kerry and the Catholic Vote". *Presidential Studies Quarterly*, vol.36, n°.2, p.203-222, 2006.

GREEN, J. et al. (eds.). *The Christian Right in American Politics: Marching to the the Millenium*. Washington: Georgetown University Press, 2003.

HELLER, A. *Renaissance man*. New York: Routledge, 1978.

HUCKFELDT, R., PLUTZER, E. & SPRAGUE, J. "Alternative contexts of political behavior: churches, neighborhoods, and individuals". *Journal of Politics*, vol.55, nº.2, p.365-81, 1993.

IRELAND, R. *Kingdoms Come: Religion and Politics in Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1991.

_____. "A pentecostal Latin America?". *The Way*, vol.38, nº.3, p.209-20, 1998.

_____. "Popular religions and the building of democracy in Latin America: saving the Tocquevillean Parallel". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol.41, nº4, p.111-36, 1999.

KALSING, V. "O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul". *Cadernos Pagú*, vol.19, p.279-314, 2002.

KINZO, M. D. "O quadro partidário e a constituinte". In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré/IDESP.

KOSS, S. *Nonconformity in modern British politics*. London: Batsford, 1975.

KOTLER-BERKOWITZ, L. "Religion and voting behavior in Great Britain: a reassessment". *British Journal of Political Science*, vol.31, nº3, p.523-54, 2001.

LAYMAN, G. "Religion and political behavior in the United States. The impact of beliefs, affiliations, and commitment from 1980 to 1994". *The Public Opinion Quarterly*, vol.61, nº.2, p.288-316, 1997.

_____. *The great divide*. Religious and cultural conflict in American Party politics. New York: Columbia University Press, 2001.

LEEGE, D. & KELLSTEDT, L. (eds.). *Rediscovering the religious factor in American Politics*. Armonk: M. E. Sharpe, 1993.

LIJPHART, A. *Democracy in plural societies*. New Haven: Yale University Press, 1977.

LIJPHART, A. "Religious vs. Linguistics vs. Class Voting". *American Political Science Review*, 73, p.442-58, 1979.

LIPSET, S. & ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments. In: LIPSET, S. & ROKKAN, S. (eds.). *Party systems and voter alignments*. New York: The Free Press, 1967.

MACALLISTER, I.; FIELDHOUSE, E. & RUSSELL, A. "Yellow Fever? The political geography of Liberal voting in Great Britain". *Political Geography*, vol.21, p.421-47, 2002.

MARTIN, D. *Tongues of fire: The explosion of Protestantism in Latin America*. Oxford: Blackwell, 1990.

THE NEW YORK TIMES. "The hidden swing vote". New York, A17(L), 04 set.2004.

NOVAES, R. "A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política". *Revista da USP*, São Paulo, vol.49, p.60-81, Mar-Mai, 2001.

ORTIZ, R. *Mundialización y Cultura*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1997.

_____. "Anotações sobre religião e globalização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (47), p.59-74, 2001.

ORO, A. "Políticos e religião no Rio Grande do Sul, Brasil". *Horizontes Antropológicos*, 12 (26), p.185-201, 2001.

_____. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53), p.53-69, 2003.

PATTERSON, E. "Religious Activity and Political Participation: The Brazilian and Chilean Cases". *Latin American Politics and Society*, 47 (1), p.1-29, 2005.

PIERUCCI, A. F. "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 11, p.104-32, 1989.

_____. "Religião como solvente: uma aula". *Novos Estudos – CEBRAP*, 75, p.111-127, 2006.

PIERUCCI, A. F. & PRANDI, J. R. "Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994". *Opinião Pública*, vol.3, nº.1, p.20-43, jun.1995.

PIERUCCI, A. F. & MARIANO, R. "O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor". *Novos Estudos Cebrap*, 34, p.92-106, nov.1992.

PUTNAM, R. *Making democracy work*. Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ROSE, R. & URWIN, D. "Social cohesion, political parties and strains in regimes". *Comparative Political Studies*, 2, p.7-67, 1969.

RYAN, T. *Modern experimental design*. Hoboken, NJ: Wiley-Interscience, 2007.

SELKA, S. "Ethnoreligious identity politics in Bahia, Brazil". *Latin American Perspectives*, vol.32, nº.1, p.72-94, 2005.

SHEHABUDDIN, E. "Beware the bed of fire: gender, democracy, and the Jama'at-i Islami in Bangladesh". *Journal of Women's History*, 10 (4), p.148-71, 1999.

SMILDE, D. El Clamor por Venezuela: Latin American Evangelicalism as a Collective Action Frame. In: SMITH, C. & PROKOPY, J. (eds). *Latin American Religion in Motion*. New York: Routledge, 1998.

STEIGENGA, T. *The politics of the spirit. The political implications of pentecostalized religion in Costa Rica and Guatemala*. Lanham: Lexington Books, 2001.

STOLL, D. *Is Latin America turning protestant? The politics of evangelical growth*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SWATOS, W. "On Latin American Protestantism". *Sociology of Religion*, 55 (2), p.84-97, 1994.

THE ECONOMIST. "The triumph of the religious right". London, 373 (8401), p.29-31, 2004.

VAZQUEZ, M. "Toward a New Agenda for the Study of Religion in the Americas". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 41 (4), p.1-20, 1999.

WALD, K.; OWEN, D. & HILL, S. "Churches as political communities". *American Political Science Review*, 71 (2), p.497-508, 1998.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

WILCOX, C. *Onward Christian Soldiers? The religious right in American Politics*. Boulder: Westview Press, 1996.

WILCOX, C. & SIGLEMAN, L. "Political mobilization in the pews: Religious contacting and electoral turnout". *Social Science Quarterly*, vol.82, n°.3, p.524-535, 2001.

Apêndice

Renda (menor = 1; maior =10)

Gênero (mulher=1; homem=0)

Faixa etária (jovem=1; idoso=5)

Educação (menor = 1; maior =8)

Auto-posicionamento esquerda-direita (esquerda=1; direita=11)

Sofisticação política (1=baixa sofisticação; 10= elevada sofisticação)

[Soma das respostas corretas às seguintes questões: "Agora para finalizar, gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse se as seguintes frases estão certas ou erradas: a) Geraldo Alckmin pertence ao PTB; b) O presidente da república tem um mandato de 4 anos; c) Os deputados da Câmara Federal são eleitos pelo voto majoritário; d) O presidente Lula foi eleito pelo PT"]

Avaliação do governo Lula (1=muito bom; 4=péssimo)

Rejeição ao PT, PSDB, PFL, PMDB (1=jamais votaria nesse partido; 0=votaria)

Identidade partidária (1= sim; 0= não)

Satisfação com o desempenho da democracia no Brasil (1= satisfeito e muito satisfeito; 2= nem satisfeito, nem insatisfeito; 3= pouco ou nada satisfeito)

Avaliação do desempenho dos partidos políticos (1= péssima; 6= ótima)

Faz diferença quem governa o Brasil (1= faz grande diferença; 5= não faz diferença)

Religião Católica, Evangélica pentecostal, Evangélica não-pentecostal (1= membro; 0= não membro)

Sem Religião (1=sim; 0= não)

Eleitorado e partidos políticos no Brasil

Denise Paiva

Universidade Federal de Goiás

Maria do Socorro S. Braga

Universidade Federal de São Carlos

Jairo Tadeu Pires Pimentel Jr.

Universidade de São Paulo

Resumo

O artigo verifica em que medida os partidos políticos brasileiros têm sido instrumentos balizadores na formação da preferência eleitoral e na estruturação do voto. Para tanto, explora variáveis do ESEB 2002 e do ESEB 2006 que possibilitam analisar como os eleitores avaliam os partidos enquanto organizações, os vínculos afetivos entre o eleitorado e os partidos e o papel das variáveis socioeconômicas e demográficas na explicação do impacto dos partidos na conformação da escolha eleitoral, representatividade e sentimentos partidários. Os resultados mostram a negativa avaliação dos partidos em 2002 e 2006 e que, em 2006, a clivagem governo X oposição não mais diferenciou os partidos no quadro da escolha eleitoral.

Palavras-chave: partidos políticos; preferência eleitoral; avaliação dos partidos; representatividade

Abstract

The article verifies in what measure Brazilian parties have been important political tools for the formation of voting preferences. The data from ESEB2002 and ESEB2006 allow to analyse how voters evaluate parties as organizations, the links between parties and voters, and the role of socioeconomic and demographic variables in the explanation of the impact of parties in the formation of political preferences. The results show the negative evaluation of the parties in 2002 and 2006, and that in 2006 the political cleavage between government and opposition did not distinguish parties in the electoral process.

Key-words: Political parties; electoral preference; party evaluation; representation

Introdução

A existência de uma conexão direta entre partidos políticos e democracia tem sido amplamente difundida e aceita. Como vários estudos têm apontado, os partidos políticos são uma condição necessária, embora não suficiente, para o funcionamento do regime democrático (LA PALOMBARA & WEINER, 1966; ELDESVELD, 1982; SARTORI, 1982; ALDRICH, 1995). Sua importância para o funcionamento da democracia pode ser explicada pelas funções que desempenham: estruturam a competição política na arena eleitoral, fornecem aos cidadãos ofertas na agenda pública e opções em termos de políticas públicas, dão inteligibilidade ao sistema político, são atores fundamentais na formação e sustentação de maiorias governantes. Desse modo, as agremiações partidárias são essenciais, tanto por sua atuação no âmbito da representação quanto na arena governamental (MAINWARING, 1999; SCHMITTER, 2001).

Este artigo tem como objetivo analisar os partidos sob o ângulo da representação. Pretende-se verificar em que medida os partidos políticos brasileiros têm sido instrumentos balizadores na formação da preferência eleitoral e na estruturação do voto. De maneira mais específica, são analisadas as seguintes variáveis: preferência partidária, grau de representatividade dos partidos, conhecimento dos partidos e confiança nos mesmos vis a vis outras instituições políticas. Estas variáveis permitirão analisar o grau de envolvimento bem como o conhecimento dos partidos políticos brasileiros e a sua avaliação pelo eleitorado.

É oportuno mencionar que o caso brasileiro assume características interessantes e singulares dentre as democracias da *terceira onda* (HUNTINGTON, 1991). Em primeiro lugar, após o golpe militar que deu origem ao regime autoritário, o sistema partidário então vigente foi extinto e substituído pelo bipartidarismo que, apesar do regime de exceção, funcionou de forma ininterrupta. A partir de 1974, a oposição, representada pelo MDB, foi se fortalecendo e se estruturando, o que levou à estratégia deliberada do regime de minar e fragmentar a oposição por meio da restituição do pluripartidarismo (REIS, 1978; KINZO, 1988; LAMOUNIER, 1988).

Em segundo lugar, durante a redemocratização, um novo sistema partidário foi instituído e novas agremiações partidárias foram criadas, seja por meio de cisões nos partidos herdeiros do capital eleitoral e organizacional acumulado ao longo do bipartidarismo, seja através de fusões. Ou ainda, a partir de novos grupos sociais organizados durante o processo de transição política (NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006). Diante desse quadro, o eleitorado teve, então, que se ajustar a um novo cenário com ampla oferta partidária e buscar compreender e diferenciar perfis ideológicos e programáticos. Em vários outros países, após a democratização, houve a reativação do antigo sistema partidário, o que diminuiu os custos de informação para o eleitorado.

Após mais de duas décadas de competição política, é oportuno verificar como os brasileiros avaliam os partidos políticos, em que medida estes são instrumentos importantes na conformação das preferências eleitorais bem como o grau de conhecimento e confiança que desfrutam junto ao eleitorado.

Para levar a cabo esse objetivo, além de analisar as questões relativas à avaliação dos partidos, será também investigado em que medida variáveis socioeconômicas e demográficas explicam algumas diferenças em termos de impacto dos partidos na conformação da escolha eleitoral, representatividade e sentimentos partidários.

Vínculos partidários nas novas democracias

Existe uma ampla literatura que investiga fatores determinantes e subjacentes às escolhas eleitorais e como estas se relacionam com a formação de preferências ou identidades partidárias (DOWNS 1957; CAMPBELL et al, 1960; CONVERSE 1964; FIORINA, 1981; SARTORI, 1982; POPKIN, 1994). Não se trata aqui de fazer uma revisão das principais abordagens teóricas (sociológica, psicossociológica e escolha racional) sobre o tema, algo que, ademais, já foi feito por diferentes autores (FIGUEIREDO, 1991; CASTRO, 1994; CARREIRÃO, 2002; PIMENTEL JR., 2007).

O importante, para os objetivos deste artigo, é mencionar que as diferentes correntes têm perspectivas de análise distintas acerca de como se estruturam as identidades partidárias e vínculos entre os partidos e o eleitorado. Esses laços podem ser determinados por clivagens (culturais, econômicas ou de classe); predisposições psicológicas e o processo de socialização dos indivíduos e maximização dos interesses e preferências individuais. Não obstante os diferentes mecanismos explicativos, a maioria desses estudos investiga o fenômeno da formação das identidades partidárias em países nos quais a experiência democrática e o processo de formação dos partidos e sistemas partidários tiveram uma trajetória distinta dos países nos quais a experiência democrática é mais recente.

Conforme afirmam Maiwaring e Torcal (2006), os eleitores, os partidos e os sistemas partidários são diferentes nos países que integram as novas democracias. Nesses países, ainda de acordo com os autores, os vínculos entre os partidos e o eleitorado são, em geral, menos ideológicos e programáticos. Desse modo, abordagens que pressupõem fortes lealdades ideológicas entre partidos e o eleitorado, em geral, são insatisfatórias para explicar o fenômeno em tela nas novas democracias.

No mesmo diapasão, Kinzo (2005) assevera que, no Brasil, a estrutura de incentivos sob a qual se desenvolve a competição partidária torna difícil para o eleitor não somente distinguir os competidores como também criar lealdades partidárias. Esse estado de coisas explicaria, segundo a autora, por que as taxas de preferência partidária não têm aumentado nos anos mais recentes.

Nos últimos anos, a ciência política brasileira tem desenvolvido uma ampla literatura sobre o funcionamento dos partidos e do sistema partidário brasileiro sob diferentes perspectivas. Em sua maioria, tais estudos têm demonstrado uma visão positiva acerca dos mesmos no que diz respeito à sua atuação na arena governamental ou em termos de estabilidade da competição eleitoral (MENEGUELLO, 1998; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1999, 2002; PAIVA e BOHN, 2006, 2007; BRAGA, 2006).

Neste artigo, verificamos em que medida esse mesmo desempenho satisfatório se repete quando os partidos políticos são analisados do ponto de vista de sua clientela, isto é, o eleitorado. Essa é uma dimensão importante, pois permite verificar se questões programáticas oriundas da oferta partidária são elementos determinantes na conformação da escolha eleitoral. Em segundo lugar, torna possível mensurar o grau de confiança e legitimidade depositado nos partidos políticos e as implicações desses achados.

A estruturação da competição eleitoral é tida como uma das atividades primordiais dos agentes partidários em uma democracia representativa. É a atividade que confere aos partidos políticos um papel distinto em relação a outros atores políticos, dado que lhes permite recrutar e nomear candidatos a diferentes funções, oferecer aos cidadãos uma “integração simbólica” acerca da agenda pública, *issues*, consensos e fundamentos de uma sociedade democrática (SCHMITTER, 2001).

No entanto, alguns estudos têm chamado atenção para o declínio dos partidos políticos quanto à sua capacidade de estruturação do voto. Essa redução resultaria de uma combinação de fatores individuais e sistêmicos (DALTON, MACALLISTER & WATTENBERG, 2003). Dentre esses fatores, estaria o desenvolvimento dos meios de comunicação, particularmente da mídia, como principais fontes de informações, tirando dos partidos o papel de orientadores dos cidadãos na decisão do voto. Ademais, destaca-se a dificuldade dos partidos políticos de se adaptarem e incorporarem a seu perfil programático o advento dos valores pós-materialistas e as mudanças normativas e sociais ocorridas no final do século XX (LIPSET, 2001; DIAMOND & GUNTHER, 2001).

Dentro desse contexto crítico da atuação dos partidos na esfera da representação, este artigo verifica quais são os sentimentos do eleitorado sobre os atuais partidos que conformam o sistema partidário brasileiro.

Laços partidários no Brasil

Depois de mais de duas décadas, período em que ocorreram treze disputas eleitorais, é importante verificar a visão do eleitorado brasileiro sobre os partidos. Esta questão está analisada sob dois aspectos. Primeiro, verificamos como os eleitores avaliam os partidos enquanto organizações; em seguida, investigamos se há ou não vínculos afetivos (emocionais) entre o eleitorado e os partidos. Analisados esses aspectos e identificado o grau de estruturação das decisões eleitorais, averiguamos que tipos de variáveis explicam o grau de estruturação do voto.

Utilizamos três variáveis para mensurar as percepções partidárias: uma cognitiva, baseada na idéia de representação, e duas variáveis mais afetivas, a primeira perguntando se existe algum partido que os eleitores gostam, e a segunda requisita aos eleitores que expressem o quanto gostam dos seis maiores partidos políticos: PT, PSDB, PMDB, PDT, PFL e PTB¹. A finalidade dessa mensuração é detectar tanto o grau de estruturação do voto quanto possíveis alterações nas predisposições afetivas do eleitorado.

A Tabela 1.1 mostra que, de acordo com os dados do ESEB 2002, um pouco menos de 40% do eleitorado identificavam algum partido político como representativo de sua maneira de pensar, enquanto 48% indicavam gostar de algum partido. Apesar da tendência observada pela bibliografia de diminuição da relevância dos partidos na estruturação do voto em vários países, no Brasil existe uma parcela do eleitorado que é influenciada pelos partidos em sua decisão na hora de votar, o que demonstra que eles, em alguma medida, contribuem para estruturar o voto.

No entanto, em 2006, houve uma acentuada queda de 11 pontos percentuais em relação a 2002 no número de eleitores que declararam sentir-se representados por algum partido político (ver Tabela 1.1). Da mesma forma, observou-se uma queda no percentual de eleitores que disseram gostar de algum partido. Enquanto em 2002 o percentual era de 48%, em 2006 esse passou a 33%, um declínio de 15% (Tabela 1.2).

¹ A avaliação é feita segundo uma escala que varia de 0 a 10, onde 0 representa “não gosta” e 10 “gosta muito”.

Tabela 1.1

Algum partido político representa sua maneira de pensar (%)			
	2002	2006	Saldo
Não	56	67	11
Sim	39	28	-11
NS/NR	5	5	0

Tabela 1.2

Gosta de algum partido político (%)			
	2002	2006	Saldo
Não	50	64	14
Sim	48	33	-15
NS/NR	2	3	1

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Nas Tabelas 1.3 e 1.4 podem ser observadas as tendências para os diferentes partidos políticos. Segundo os dados, o PT teve perdas de eleitores tanto no quesito “representa sua maneira de pensar” (menos 5%) quanto no quesito “partido que gosta” (menos 4%). O PMDB também perdeu 4% de eleitores na segunda questão (Tabela 1.4), já o PFL perdeu 3%. Além disso, o PFL perdeu também 2% de eleitores que diziam tê-lo como “partido que melhor representava sua maneira de pensar”. Os demais partidos não demonstraram nenhuma queda significativa nos itens analisados.

Tabela 1.3

Partido que melhor representa sua maneira de pensar (%)			
	2002	2006	Saldo
PT	23	18	-5
PMDB	4	4	0
PSDB	4	4	0
PFL	2	0	-2
PDT	1	1	0
PTB	0	1	0
Outros	3	2	-1
Nomes	2	.	.
NSA	61	72	11

Tabela 1.4

Partido que Gosta (%)		
2002	2006	Saldo
26	22	-4
7	3	-4
5	4	0
3	1	-3
1	1	0
1	1	0
4	1	-3
2	.	.
52	67	15

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

A escala de sentimentos também demonstra diminuição quanto à preferência do eleitorado por algum partido. Como é mostrado nas Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3, essa predisposição foi observada em relação a todos os partidos. O partido que mais perdeu foi o PMDB: sua nota média de 4,74 passou para 3,09, com uma perda de -1,65; e de 18% dos eleitores que tinham um sentimento partidário entre 7 e 10 pelo PMDB em 2002, houve uma queda para 7% em 2006.

O PT aparece em segundo lugar como o partido que mais perdeu apelo afetivo junto ao eleitorado. Em 2002, a nota média na escala de sentimentos partidários era 5,96 e passou para 4,86 em 2006, uma perda de 1,28. Em termos percentuais, em 2002, 48% dos eleitores expressavam um sentimento entre 7 e 10 pelo PT; em 2006 esse percentual caiu para 32%, uma queda de 16%.

O PTB, apesar de não ter apresentado uma queda grande em termos de média, foi o segundo partido que mais caiu em termos percentuais (16%). O PSDB e o PFL também apresentaram uma considerável queda em termos percentuais. Em 2002, 26% e 19% expressavam um sentimento entre 7 e 10 pelo PSDB e pelo PFL, respectivamente, já em 2006 esses percentuais passaram a 7% e 6%, uma queda de 8% para o PFL e 7% para o PSDB. O PDT também teve uma acentuada queda de 10% na categoria “sentimentos” entre 7 e 10.

Tabela 2.1

	Gosto Partidário 2002				
	0 a 3 (%)	4 a 6 (%)	7 a 10 (%)	NS/ NR (%)	Nota média
PT	26	19	48	8	5,96
PMDB	39	23	18	20	4,74
PSDB	39	23	13	26	4,21
PFL	36	26	20	19	3,85
PTB	32	25	28	15	3,73
PDT	37	24	13	27	3,62

Tabela 2.2

	Gosto Partidário 2006				
	0 a 3 (%)	4 a 6 (%)	7 a 10 (%)	NS/ NR (%)	Nota média
PT	35	27	32	6	4,68
PMDB	46	32	7	16	3,09
PSDB	42	34	6	18	3,51
PFL	40	34	12	14	2,95
PTB	38	35	13	14	3,59
PDT	43	32	6	18	2,94

Tabela 2.3

	Saldo			
	0 a 3 (%)	4 a 6 (%)	7 a 10 (%)	Nota média
PT	9	8	-16	-1,28
PMDB	6	8	-11	-1,65
PSDB	3	12	-7	-0,70
PFL	4	8	-8	-0,90
PTB	6	10	-15	-0,14
PDT	7	8	-7	-0,68

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Esses dados revelam, portanto, a diminuição nos sentimentos positivos do eleitorado em relação aos partidos no período 2002-2006, seguindo, assim, tendência já apontada pelos estudos sobre o tema (KINZO, 2005). Esse declínio parece não estar relacionado a um ou dois partidos (apesar de PT e PMDB apresentarem maior tendência de queda), mas expressa um descontentamento mais geral de parte considerável dos eleitores em relação à instituição partidária.

Uma explicação possível para tal quadro pode estar relacionada com o histórico atual do Congresso e com os escândalos de corrupção envolvendo boa parte dos partidos políticos. Um desses escândalos ficou conhecido como “mensalão”. Esse escândalo irrompeu em junho de 2005 através de uma fita de vídeo que mostrou o ex-funcionário dos Correios, Maurício Marinho, negociando propina com empresários interessados em uma licitação. Nesse vídeo, Marinho dizia ter respaldo do deputado Roberto Jefferson (PTB).

Por sua vez, Roberto Jefferson acusou deputados da base governista de receberem um “mensalão” de 30 mil reais do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo Jefferson² afirmou à época³, o dinheiro do mensalão vinha de empresas estatais e privadas e era entregue aos parlamentares por operadores como o publicitário Marcos Valério e o então líder do PP na Câmara José Janene. A partir disso, foi deflagrada a “CPI dos Correios” para investigar o envolvimento de empresas estatais para alimentar os recursos do “mensalão”.

Essas denúncias atingiram diretamente a cúpula do PT e nomes como o chefe da Casa Civil José Dirceu, o deputado José Genoíno, o secretário geral do PT, Sílvio Pereira (além do já mencionado Delúbio Soares). Os desgastes dessas denúncias fizeram Dirceu, até então principal figura do governo Lula, e José Genoíno, umas das principais lideranças da história do PT, abandonarem seus cargos. Essa crise de corrupção ajuda a explicar sobretudo por que o PT, partido que vinha crescendo junto ao eleitorado desde sua fundação, teve uma queda tão acentuada em termos de identidade partidária.

Nas Tabelas 3.1 e 3.2 aparece, de maneira indireta, o impacto desses eventos na legislatura 2002-2006. Nelas se encontram avaliações de várias instituições, inclusive do Congresso. Observa-se que, em relação a 2002, nenhuma instituição teve perdas significativas na avaliação dos eleitores, algumas, inclusive foram mais bem avaliadas. Entretanto, a avaliação do Congresso e dos partidos piorou. Um significativo agravante na história dos já depreciados políticos brasileiros.

² Roberto Jefferson teve seu mandato cassado pelo Congresso por quebra do decoro parlamentar por não conseguir provar suas denúncia. Ironicamente, a chamada “CPI do mensalão” concluiu posteriormente que esse de fato existiu. Segundo o relatório dessa CPI: “houve recebimento de vantagens indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável, mas constante, em 2002 e 2003. Chame-se isso mensalão quem quiser; chame-se isso quinzenão quem quiser; chame-se se isso semanão quem quiser”. “Por 23 assinaturas, CPI do mensalão chega ao fim”. *Folha de São Paulo*, 18/11/2005.

³ O caso do Mensalão teve início com a denúncia de Roberto Jefferson em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* em 02/07/2005.

Tabela 3.1

Instituição/ Avaliação	2002 (%)			
	Péssima/ Ruim	Regular	Boa/ Ótima	NS/ NR
Igreja católica	12	2	83	4
Polícia	40	6	52	2
Governo federal	40	7	50	4
Justiça	51	6	40	3
Grandes empresas	25	6	61	8
Partidos políticos	53	7	33	7
Congresso	49	6	34	11
Militares	28	6	56	9
Rede Globo	16	4	76	5
Outras emissoras	15	6	71	7

Tabela 3.2

Instituição/ Avaliação	2006 (%)			
	Péssima/ Ruim	Regular	Boa/ Ótima	NS/ NR
Igreja católica	8	8	82	3
Polícia	33	15	51	1
Governo federal	33	14	52	1
Justiça	44	14	41	1
Grandes empresas	21	13	64	2
Partidos políticos	58	14	26	3
Congresso	57	14	26	3
Militares	29	14	55	2
Rede Globo	10	8	81	1
Outras emissoras	9	10	80	1

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Variáveis explicativas do grau de estruturação do voto

A seguir, este artigo busca identificar quais variáveis explicam melhor o grau de estruturação do voto. Seguindo orientações defendidas pela teoria do desenvolvimento político em contraste com teorias culturalistas, será avaliado o impacto de variáveis socioeconômicas e aquelas relacionadas às atitudes políticas dos eleitores encontradas nos dados do ESEB de 2006.

Na Tabela 4.1, é possível ver que o impacto de variáveis socioeconômicas e demográficas para explicar esse grau de orientação dos cidadãos na decisão do voto é praticamente inexistente. Os poucos valores de correlação gama⁴

⁴ Segundo Babbie (2005), o índice de correlação gama é o mais adequado para se tratar variáveis ordinais. Como as variáveis que mensuram as emoções são ordinais, esse índice é utilizado com o intuito de analisar a força de associação entre essas variáveis e as variáveis dependentes. Os valores de correlação gama variam de -1 a 1, sendo que, quanto mais próximo de -1, maior a relação inversamente proporcional. De outro lado, quanto mais o valor se aproxima de 1, maior a relação diretamente proporcional.

significantes demonstram que os eleitores do sul tenderam mais a declarar que havia um partido que representava sua forma de pensar (0,202), enquanto os eleitores de regiões metropolitanas tenderam mais a dizer que gostavam de algum partido (0,295). Eleitores do sexo masculino tenderam mais a afirmar tanto que existiria um partido que gostavam quanto que existia um partido que representava sua forma de pensar (0,157 e 0,235, respectivamente).

Surpreendentemente, o nível de escolaridade, considerado pela literatura a principal variável explicativa da existência de preferência partidária no eleitorado (CASTRO,1994; CARREIRÃO & KINZO, 2004; KINZO, 2005), não demonstrou correlação significativa para explicar as predisposições do eleitorado em relação aos partidos.

Tabela 4.1 – Correlação Gama entre variáveis

REGIÃO	REPRESENTAÇÃO	GOSTA DE ALGUM PARTIDO
Nordeste	-0,003	0,017
Norte/Centro Oeste	0,057	-0,032
Sudeste	-0,136	-0,017
Sul	0,202**	0,034
Capital	-0,100	-0,104
Interior	0,011	-0,038
Região metropolitana	0,180	0,295*
Nível de escolaridade	0,016	-0,024
Faixa etária	0,041	0,074
Sexo – homem	0,235*	0,157**
Classe social	-0,066	0,013
Faixa de renda familiar	0,059	-0,001
Faixa de renda pessoal	0,016	-0,040

Fonte: ESEB, 2002 e 2006. * sig.<0,01 ** sig.<0,05

Já no que diz respeito às variáveis atitudinais, há informações importantes para explicar o grau de estruturação observado. As variáveis atitudinais buscam mensurar elementos de uma cultura política democrática, demonstrando como os eleitores avaliam a democracia, a atuação dos partidos, e a disposição em participar do processo eleitoral.

A noção de uma cultura política democrática ancora-se no clássico livro de Almond e Verba (1963), *The Civic Culture*. Nele, os autores defendem a idéia de que

a apreensão subjetiva dos indivíduos em relação à estrutura política é um fator importante para a estabilidade do regime democrático e que através das orientações subjetivas dos cidadãos seria possível mensurar o grau de democratização de um sistema político. Nesse sentido, uma cultura política democrática seria aquela em que os cidadãos conhecem bem suas instituições políticas, possuem uma orientação afetiva em relação a elas e as valorizam. Segundo essa abordagem, a orientação positiva em relação às instituições políticas estimularia os indivíduos a participarem do universo político e utilizarem essas instituições como balizadoras de seu pensamento. Dessa forma, a orientação afetiva pelos partidos significaria uma internalização normativa dessa instituição política no eleitorado, ou seja, os eleitores apreenderiam a importância dessa instituição para o funcionamento da democracia e, por conseguinte, utilizariam os partidos para entender os eventos presentes dentro da esfera política.

Na Tabela 4.2, encontram-se valores de correlação gamma entre essas variáveis atitudinais e a idéia de representação e gosto por algum partido. Tal como pode ser observado, essas variáveis atitudinais possuem correlação positiva e significativa com as variáveis que mensuram as orientações afetivas pelos partidos no eleitorado. A valorização da democracia, a participação eleitoral e a avaliação positiva dos partidos mostram que os eleitores indicam que um dos partidos representa sua forma de pensar e por que gostam de algum partido. Isso denota que a cultura política democrática é fundamental para haver predisposições afetivas pelos partidos no eleitorado.

Tabela 4.2 – Correlação Gamma entre variáveis

	Representação	Gosta de algum partido
Se o voto não fosse obrigatório o(a) Sr(a) votaria? sim	0,353*	0,231*
O que é melhor, um presidente da república que seja identificado com o partido	0,303*	0,270**
Faz diferença quem governa	0,137*	0,371*
Influência do Voto	0,224*	-0,164*
Avaliação positiva da atuação dos partidos	0,187*	-0,181*
Satisfação com a democracia	0,321*	-0,260*
Democracia melhor forma de governo	0,308*	-0,325*

Fonte: ESEB, 2002 e 2006. * sig.<0,01 ** sig.<0,05

Os partidos se diferenciam para o eleitorado?

Na ampla literatura sobre partidos políticos, sistema partidário e comportamento eleitoral, uma das funções atribuídas aos partidos políticos é a de servir de referência, ou atalho de informação, para a tomada de decisão dos eleitores (POPKIN, 1991; DIAMOND & GUNTHER, 2001; MAINWARING & TORCAL, 2005; KINZO, 2005). Nesse sentido, a questão a ser examinada nesta seção é se, apesar da queda no partidarismo observada anteriormente, os partidos se diferenciam para o eleitorado.

Para responder a essa questão, usamos a escala de sentimentos partidários. Esta escala oferece uma forma muito mais abrangente para entender como os partidos estão presentes no eleitorado. Diferentemente das outras formas de mensuração do partidarismo, nas quais as preferências são expressas de maneira espontânea e única, essa escala requisita ao entrevistado que se posicione em relação a uma variedade de partidos, o que significa dizer que os eleitores podem demonstrar disposições positivas ou negativas por mais de uma legenda⁵. O resultado desse tipo de estímulo é que o número de *missing cases* é muito mais baixo do que aquele verificado quando se utilizam perguntas que oferecem estímulos de respostas únicas e espontâneas sobre o partidarismo (PIMENTEL JR., 2007).

Como a escala de sentimentos requisita que os eleitores se posicionem em relação aos seis maiores partidos, é possível que os eleitores se posicionem favoravelmente em relação a todos eles ou, de outro modo, em relação a nenhum deles. Espera-se, porém, que, se os partidos de fato estruturam as preferências políticas, os eleitores se posicionem afetivamente favorável a um deles e contrário aos demais.

Nas Tabelas 5.1 e 5.2 encontram-se as correlações de Pearson⁶ entre os sentimentos partidários dos eleitores e os vários partidos tanto em 2002 quanto em 2006. Para 2002, observou-se a correlação positiva entre os sentimentos dos eleitores e o PT, PDT e PTB, denotando que os eleitores que gostavam de um desses partidos tendiam a gostar dos outros também. Entretanto, observou-se uma correlação negativa, mesmo que muito fraca, entre os sentimentos dos eleitores ao PT em relação aos sentimentos pelo PSDB, PFL, PMDB. As demais correlações demonstraram que os eleitores tendem a gostar de todos os partidos.

⁵ A pergunta feita para mensurar a disposição afetiva dos eleitores é a seguinte: “Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a). gosta do partido que eu vou mencionar.”

⁶ O coeficiente de correlação de Pearson é o método indicado para descrever, através de um único número, o grau de associação entre duas variáveis escalares.

**Tabela 5.1 – Correlação de Pearson
2002**

	PT	PDT	PSDB	PFL	PMDB	PTB
PT	1					
PDT	0,355**	1				
PSDB	-0,083**	0,222**	1			
PFL	-0,053**	0,199**	0,427**	1		
PMDB	-0,059**	0,163**	0,441**	0,362**	1	
PTB	0,109**	0,431**	0,361**	0,341**	0,353**	1

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Esses dados denotam que, em 2002, ainda havia uma diferenciação do PT em relação aos partidos governistas da época. Entretanto, em 2006, essa diferenciação parece ter acabado. Tal como mostra a Tabela 5.2, existia uma correlação positiva entre os sentimentos dos eleitores em relação a todos os partidos, denotando a não diferenciação dos partidos entre o eleitorado.

Uma das explicações para essa homogeneização está relacionada com a chegada do PT no governo federal ao lado de uma coalizão governamental bastante heterogênea. Outro elemento a ser acrescentado é o próprio desgaste oriundo do fato de o partido estar no governo e ser avaliado de forma mais sistemática por suas ações (ou omissões) resultantes dessa condição. Além disso, à medida que o PT foi tendo possibilidades reais de ganhar a disputa eleitoral para a Presidência da República, foi ampliando tanto o leque de partidos que vieram compor sua coligação eleitoral quanto seu apelo eleitoral entre os segmentos do eleitorado situados mais ao centro bem como à direita do aspecto político-ideológico, redundando na perda da radicalização política em que esse partido se encontrava quando na oposição. Com isso, o PT que, ao se constituir, ao longo dos anos 90, como o partido de esquerda mais importante do sistema político brasileiro bem como da América do Sul, se tornou um dos atores partidários cruciais na estruturação e nacionalização do sistema partidário brasileiro e, depois de 2006, teve essa função cada vez mais reduzida (BRAGA, 2006).

Tabela 5.2 – Correlação de Pearson
2006

	PT	PDT	PSDB	PFL	PMDB	PTB
PT	1					
PDT	0,437**	1				
PSDB	0,123**	0,591**	1			
PFL	0,301**	0,733**	0,708**	1		
PMDB	0,304**	0,686**	0,636**	0,700**	1	
PTB	0,374**	0,816**	0,656**	0,762**	0,712**	1

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Outra forma que permite verificar a diferenciação (ou melhor, a falta de diferenciação) dos partidos no eleitorado é a análise fatorial. Esse tipo de método estatístico multivariado busca definir a existência de elementos latentes (ou seja, fatores) em uma matriz de dados através da análise de covariância, de forma a descobrir quais variáveis estão mensurando uma mesma coisa (PEREIRA, 2004). O objetivo desse tipo de análise é encontrar uma combinação linear das variáveis originais que estejam altamente correlacionadas entre si e que, por conta disso, formem um fator.

A aplicação desse tipo de análise segue a seguinte lógica: se os partidos se diferenciam no eleitorado, serão obtidos tantos fatores quanto for o número de partidos requisitado aos eleitores expressarem seus sentimentos; ao contrário, quanto menor essa diferenciação, menor o número de fatores, sendo que a existência de apenas um fator representa que não há qualquer diferenciação.

As Tabelas 6.1 e 6.2 apresentam a análise fatorial dos sentimentos dos eleitores em relação aos partidos em 2002 e em 2006⁷. Os valores acima de 0,5 (marcados em negrito) denotam que a variável pertence a um determinado componente fatorial. Observa-se a existência de dois componentes fatoriais dos sentimentos dos eleitores em relação aos partidos em 2002; o primeiro componente apresentava o PSDB, o PFL, o PMDB e o PTB, enquanto o segundo componente apresentava o PT e o PDT. Isso significa dizer que, por um lado, os

⁷ O método de análise fatorial adotado foi o de componentes principais e a rotação varimax. A análise das componentes principais busca explicar a estrutura da variância e da covariância através de poucas combinações lineares das variáveis originais. Segundo Pereira (2004), nessa forma de análise “primeiro identifica-se a dimensão que melhor distingue os objetos, em seguida, a função ortogonal a ela; não estando os objetos perfeitamente discriminados, um novo componente discriminador será buscado, a função ortogonal derivada e assim por diante” (PEREIRA, 200, p.118). Já a rotação varimax, segundo Hair et al (2005) é um dos métodos de rotação ortogonal (onde os eixos dos fatores são mantidos a 90° e são mantidos não correlacionados) mais populares. Ela se caracteriza pelo fato de oferecer uma solução mais simples das colunas de matriz fatorial e apresentar uma separação mais clara dos fatores. Ela assim o faz através da geração de cargas fatoriais mais próximas de 1, indicando uma clara associação positiva entre as variáveis, ou mais próximas de 0, sinalizando a ausência de associação.

sentimentos pelos partidos presentes no primeiro componente mensuravam uma mesma coisa e, portanto, esses partidos não se diferenciavam no eleitorado em termos afetivos. Por outro lado, os sentimentos pelo PT e PDT eram distintos dos sentimentos em relação aos demais partidos, engendrando um outro componente.

Isso denota que, em 2002, os partidos estruturavam os sentimentos dos eleitores entre esses dois componentes partidários: de um lado, PT e PDT, de outro, PSDB, PFL, PMDB e PTB, ou seja, havia nesse contexto, mesmo que de maneira muito tímida, alguma diferenciação dos partidos em termos afetivos. Entretanto, em 2006, essa diferenciação deixou de existir. Tal como pode ser observado, apenas um componente fatorial foi extraído, demonstrando a indiferenciação dos partidos.

Tabela 6.1			Tabela 6.2	
	2002		2006	
	1	2	1	
PT	-0,224	0,816	PT	0,456
PDT	0,287	0,790	PDT	0,891
PSDB	0,783	0,014	PSDB	0,792
PFL	0,727	0,033	PFL	0,889
PMDB	0,741	-0,005	PMDB	0,850
PTB	0,611	0,456	PTB	0,909

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Apesar dessa não-diferenciação dos partidos, nota-se que o PT não pertence também ao componente fatorial de 2006, dado o valor da carga fatorial encontrar-se abaixo de 0,5. Isso significa dizer que apesar de o sentimento dos eleitores pelo PT não se diferenciar suficientemente dos sentimentos pelos demais partidos a ponto de formar um novo componente, esse sentimento também não se igualava ao sentimento por esses demais partidos. Nesse sentido, o PT continuava se diferenciando, mas muito menos do que se diferenciava no contexto eleitoral de 2002.

Para demonstrar essa pequena diferenciação do PT, é interessante realizar outra análise fatorial dos sentimentos pelos partidos, incluindo agora também os sentimentos dos eleitores em relação a algumas lideranças políticas. Da mesma forma que na análise fatorial anterior, para haver diferenciação entre os partidos espera-se que existam tantos componentes fatoriais quantos forem os partidos, requisitados para os eleitores expressarem seus sentimentos. Porém, propõe-se, neste caso, que os sentimentos pelas lideranças políticas estejam no mesmo

componente de seu partido. A idéia é de que haja uma covariância entre os sentimentos dos eleitores pelos partidos e pelas suas lideranças de forma a demonstrar a congruência desses elementos.

A Tabela 7.1 mostra o conteúdo da análise fatorial dessas variáveis. Observa-se que, em 2002, todos os sentimentos pelos partidos, com exceção de PT e PDT, se encontravam no primeiro componente, assim como os sentimentos por Serra e Fernando Henrique Cardoso, sugerindo que os eleitores que gostavam do PSDB, PFL, PMDB e PTB tendiam a gostar destas duas lideranças. No segundo componente dessa tabela, observa-se a presença dos sentimentos por outras demais lideranças políticas: Leonel Brizola, Paulo Maluf, Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães, demonstrando que esses não se diferenciavam em termos afetivos nesse contexto.

Já no terceiro componente, observou-se a presença de PT, PDT e Lula. Isso significa dizer que eleitores que gostavam do PT e PDT tendiam a gostar também de Lula e vice-versa. Nesse ponto reside a diferença entre os sentimentos dos eleitores em relação a esses dois partidos: os sentimentos do PDT não formaram um novo componente juntamente com os sentimentos pela sua principal liderança política (Brizola). Ao contrário, os sentimentos pelo PT e por Lula mostraram correspondência, encontrando-se em um mesmo componente.

Tabela 7.1

Partidos	2002		
	1	2	3
PT	-0,043	-0,026	0,586
PDT	0,237	0,236	0,702
PSDB	0,793	0,019	0,086
PFL	0,647	0,187	0,077
PMDB	0,653	0,148	0,071
PTB	0,516	0,215	0,451
Lula	-0,271	0,167	0,637
José Serra	0,599	0,254	-0,182
Garotinho	0,164	0,473	0,251
Ciro Gomes	0,226	0,422	0,218
Fernando Henrique	0,626	0,187	-0,207
Brizola	0,044	0,626	0,341
Maluf	0,183	0,701	-0,114
Jader Barbalho	0,123	0,746	0,004
ACM	0,145	0,621	0,072

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Já em 2006, como se verifica na Tabela 7.2, observou-se no primeiro componente fatorial o pertencimento dos sentimentos por todos os partidos, com exceção do PT. O segundo componente fatorial foi formado por todos os sentimentos pelas lideranças políticas, com exceção de Lula. Por fim, no terceiro componente, apareceram os sentimentos por Lula e PT. Lembre-se que na Tabela 6.2 existia apenas um componente fatorial dos sentimentos pelos partidos, entretanto, a Tabela 7.2 mostra que o sentimento pelo PT formou um novo componente à medida em que introduzimos os sentimentos por Lula na análise fatorial. Isso significa dizer que o PT só se diferenciou dos demais partidos na medida em que ele esteve vinculado à figura de Lula, demonstrando sua preponderância em relação ao partido.

Tabela 7.2

Partidos	2006		
	1	2	3
PT	0,297	0,034	0,829
PDT	0,801	0,248	0,310
PSDB	0,825	0,242	-0,209
PFL	0,836	0,305	0,073
PMDB	0,815	0,232	0,108
PTB	0,844	0,263	0,197
Lula	0,060	0,065	0,882
Geraldo Alckmin	0,359	0,489	-0,492
Heloísa Helena	0,146	0,780	0,094
Cristóvam Buarque	0,355	0,751	0,126
Aécio Neves	0,209	0,790	0,039
José Serra	0,277	0,704	-0,181

Fonte: ESEB, 2002 e 2006.

Considerações finais

Os dados analisados permitem afirmar que a avaliação satisfatória que os estudos têm feito do desempenho dos partidos políticos brasileiros não pode ser verificada quando esses são analisados no âmbito da representação. No que se refere aos sentimentos partidários, esses já eram pouco significativos em 2002 e tenderam a diminuir em 2006. Isso permite afirmar que os partidos políticos não têm sido bem avaliados por sua clientela. Não é possível afirmar de maneira categórica o quanto esses resultados estão diretamente vinculados às denúncias de corrupção envolvendo lideranças de vários partidos políticos. No entanto, como foi demonstrado, os partidos políticos e o Congresso foram as instituições que receberam as piores avaliações em ambos os surveys aqui analisados. Esse dado reforça a hipótese explicativa mencionada anteriormente.

Outro achado interessante foi a dificuldade do eleitorado de diferenciar os partidos. Se em 2002 era possível observar a clivagem governo X oposição, esta desapareceu em 2006. Se o eleitorado não diferencia os partidos, torna-se difícil o estabelecimento de preferências partidárias minimamente consistentes para balizar a escolha eleitoral.

Na medida em que os partidos políticos são instituições cruciais para o funcionamento da democracia representativa, os laços pouco estáveis entre partidos e o eleitorado aqui verificados e a baixa confiança depositada naqueles levam a ver com preocupação seu impacto a médio prazo para a legitimidade da ordem democrática.

Esses resultados indicam ser necessária uma profícua agenda de pesquisa para verificar as causas desse fenômeno e como essa tendência se articula com a avaliação mais geral do regime democrático e o desempenho de outras instituições.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, J. H. *Why Parties?* The origin and transformation of political parties in America. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BOHN, S. e PAIVA, D. "Política estadual e regional e volatilidade eleitoral no Brasil." Paper apresentado no Relatório Final de Pesquisa do Projeto *Bases Sócio-Econômicas da Volatilidade Eleitoral no Brasil*, Processo No. 401912/2004-3 Edital No. 032/2004, CNPq, 2006.

BRAGA, M. S. S. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro*. Padrões de Competição Política. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

CAMPBELL, A. et al. *The American Voter*. New York: John Willey, 1960.

CARREIRÃO, Y. de S. *A Decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras (de 1989 a 1998)*. São Paulo: Ed. FGV, 2002.

CARREIRÃO, Y. de S. e KINZO, M. D. G. "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989-2002)". *Dados*, vol.47, nº.1, 2004.

CASTRO, M. M. M. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A centralidade da Sofisticação Política*. 1994. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

DALTON, R. J. MACALLISTER, I. & WATTENBERG, M. "Democracia e Identificação Partidária nas Sociedades Industriais Avançadas". *Análise Social*, vol.XXXVIII, Lisboa, 2003.

DIAMOND, L. & Gunther, R. (eds). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

DOWNS. A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

ELDERSVELD, S. *Political parties in American Society*. New York: Basic Books, 1982.

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FLORINA, M. *Retrospective Vote in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

HAIR, Joseph et al. *Análise Multivariada de Dados*. Ed. Bookman, 2005.

HUNTINGTON. A terceira onda. A democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KINZO. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Vértice, 1998.

_____. M. D. G. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil." *RBCS*, Vol. 20, nº. 57, 2005.

LAMOUNIER, B. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LA PALOMBARA, J. e WEINER, M. The origin and development of political parties. In: LA PALOMBARA, J. & WEINER, M. (eds.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LIMONGI, F. e FIGUEIREDO, A. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

_____. "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária." Rio de Janeiro, *Dados*, vol.45, nº.02, p. 303-344, 2002.

LIPSET, S. M. The americanization of european left. In: DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

MAINWARING, S. *Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MAINWARING, S. & TORCAL, M. "Party System Institutionalization and party system theory after the Third Wave of Democratization." Kellogg Institute: *Working Papers*. nº.319, 2005. Disponível em: http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WP311_320.shtml

MENEGUELLO, R. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. 01ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PAIVA, D e BOHN, S. “*Sistema Partidário e Volatilidade Eleitoral no Brasil (1982-2006): um estudo sobre a dinâmica inter-regional.*” Paper apresentado no 31º. Encontro da anual ANPOCS, 2007.

PEREIRA, J. C. R. *Análise de Dados Qualitativos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

PIMENTEL JR., J. Disposições Afetivas e Laços Partidários. In: KINZO, M. D. e BRAGA, M. S (orgs.). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. Humanitas-Fapesp. 2007, (no prelo).

POPKIN, S. *The reasoning voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

REIS, F. W. *Os partidos e o regime*. São Paulo: Símbolo, 1978.

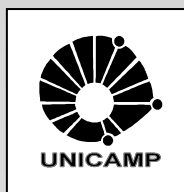
SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed.UnB, 1982.

SCHMITTER, P. C. Parties are not what they once were. In: DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

TENDÊNCIAS

Ano 13, nº 2

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



O Encarte Tendências apresenta resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB 2006) e está organizado em três seções.

A primeira seção trata do tema da Democracia e aborda, no nível político, a adesão e satisfação com o regime e as opiniões dos eleitores sobre a importância do governo e da participação eleitoral para a vida da população. Mostra, ainda, a avaliação das instituições políticas e democráticas, frente a instituições como a igreja católica e a Rede Globo de Televisão.

A segunda seção trata das Eleições Presidenciais e compara o perfil demográfico e socioeconômico dos eleitores de Lula e Serra no segundo turno de 2002 e de Lula e Alckmin no segundo turno de 2006. Esta seção apresenta também a trajetória do voto em Lula desde 2002, destacando o percentual de eleitores que votaram no candidato nos dois pleitos.

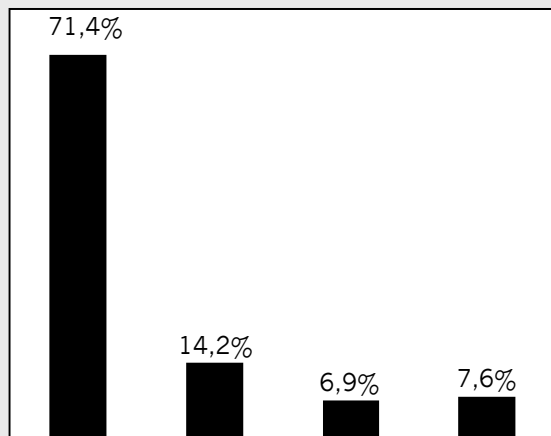
A última seção mostra a percepção dos eleitores sobre a localização ideológica de líderes políticos e dos maiores partidos políticos brasileiros.

O ESEB 2006 é uma pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica associada ao Projeto *Comparative Study of Electoral Systems*, da University of Michigan. Foi coordenado por Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp) e realizado por Clifford Young e Alberto Almeida (IPSOS-Opinion/Brasil). O ESEB2006 é a segunda onda da pesquisa. A primeira onda (ESEB 2002) foi realizada em dezembro de 2002 pelo CESOP/DataUFF. Seus resultados foram apresentados na Revista OPINIÃO PÚBLICA, vol. X, nº2 (out. 2004).

Adesão e Satisfação com a Democracia

É grande a preferência pela democracia no Brasil. Além disso, os brasileiros diferenciam a adesão ao regime democrático da satisfação com o seu funcionamento.

Na sua opinião...



A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo

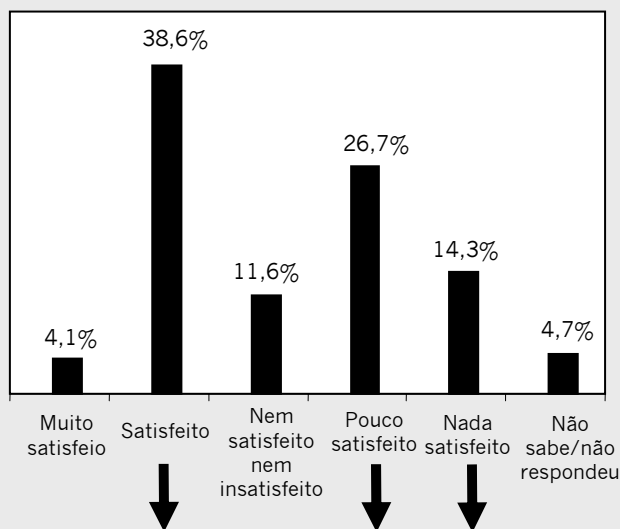
Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia

Tanto faz / nenhuma das duas é melhor

Não sabe/não respondeu

Fonte: ESEB, 2006.

Satisfação com a democracia



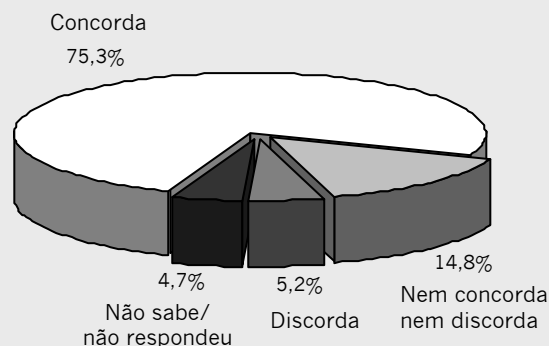
Entre os satisfeitos, 83,3%

Entre os pouco satisfeitos, 79,4%

Entre os nada satisfeitos, 58,7%

Concordam que "A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo".

"A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo."



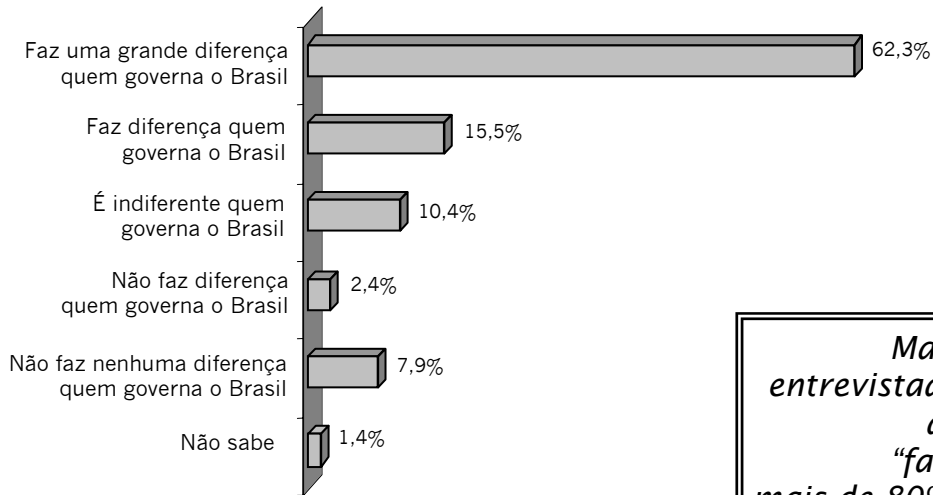
Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que outra forma de governo. O sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação?

Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?

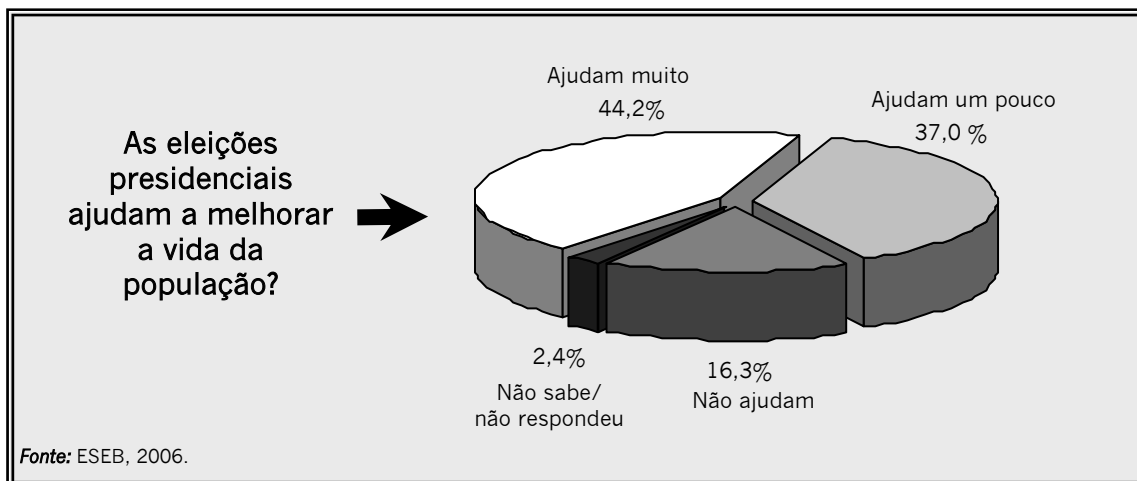
A importância do voto e das eleições



Fonte: ESEB, 2006.

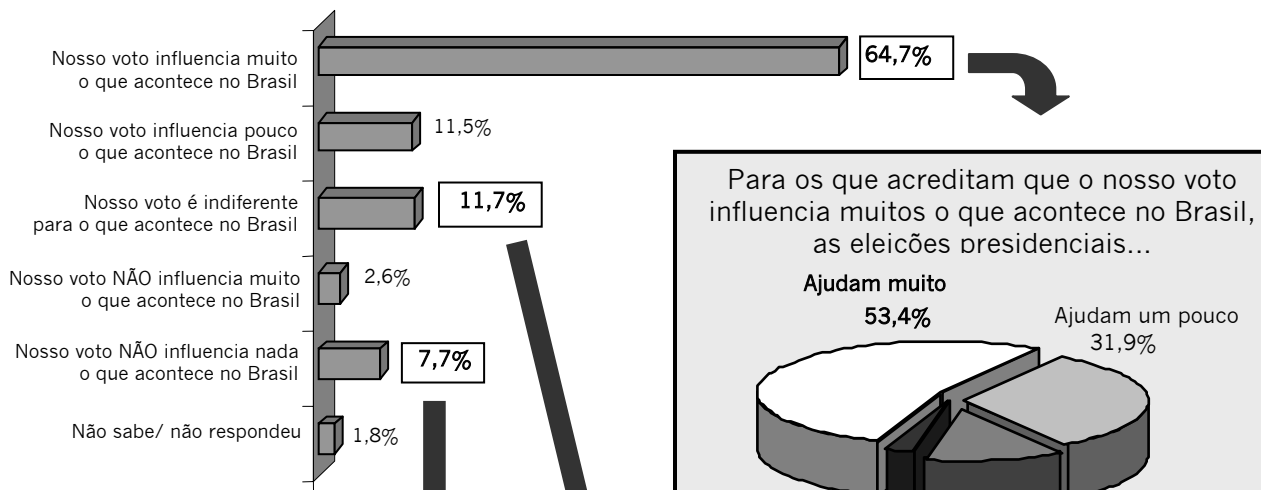
Pergunta: Algumas pessoas dizem que faz uma grande diferença quem governa o Brasil. Outras pessoas dizem que não faz diferença quem governa o Brasil. Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5.

Mais de 60% dos entrevistados acreditam que o governo "faz diferença" e mais de 80% pensam que as eleições presidenciais ajudam "muito" ou "um pouco" a melhorar a vida da população.



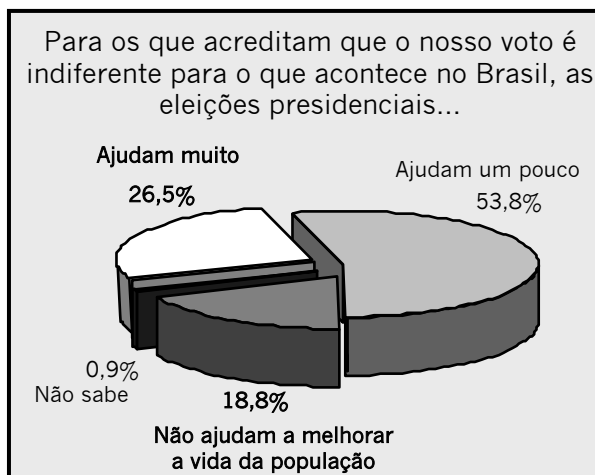
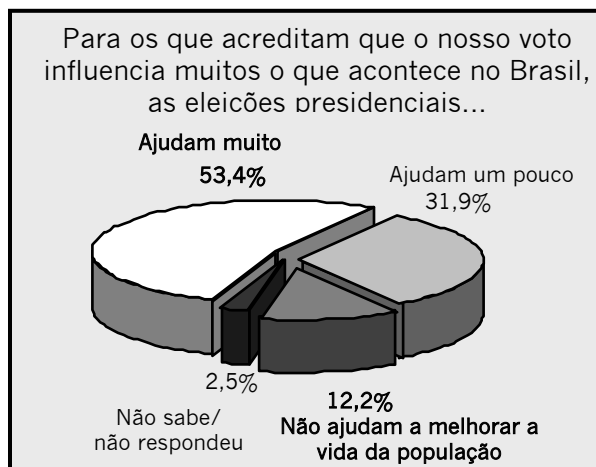
Voto e Eleições Presidenciais

A maior parte dos entrevistados crê que o voto influencia o que acontece no país. Mesmo aqueles que pensam que o voto é indiferente para o que acontece no Brasil concordam que as eleições presidenciais ajudam pelo menos um pouco a melhorar a vida da população.



Fonte: ESEB, 2006.

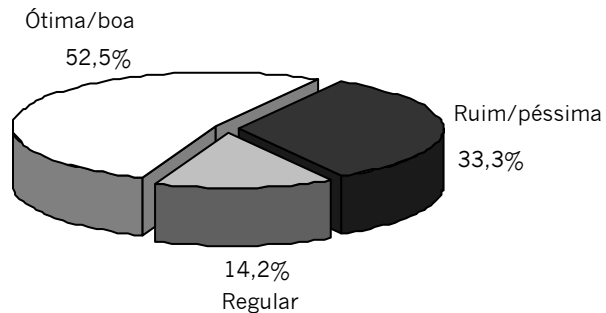
Pergunta: Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 1 significa que o nosso voto influencia muito, e 5 significa que o nosso voto não influencia nada no que acontece no Brasil.



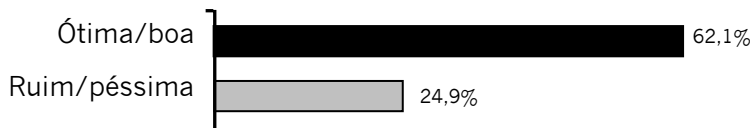
Fonte: ESEB, 2006.

Governo Federal

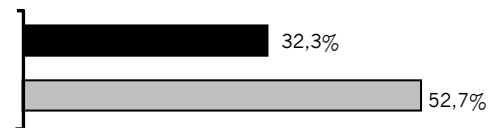
Mais de 50% dos eleitores de Lula em 2006 avaliam o Governo Federal como ótimo/bom; entre aqueles que declaram ter votado em Alckmin, mais da metade considera a atuação do governo ruim ou péssima.



Eleitores de Lula

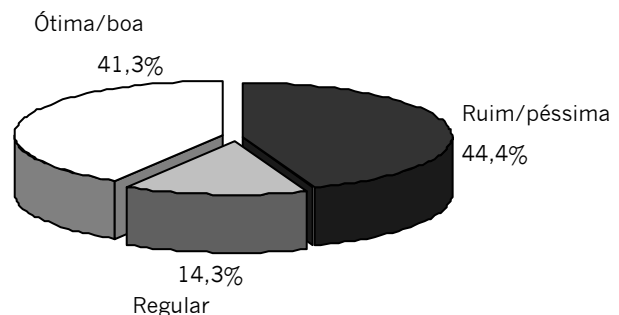


Eleitores de Alckmin



Justiça

Os entrevistados são divididos para avaliar a Justiça e não há diferença significativa entre os eleitores de Lula e os de Alckmin nesta avaliação.



Eleitores de Lula



Eleitores de Alckmin

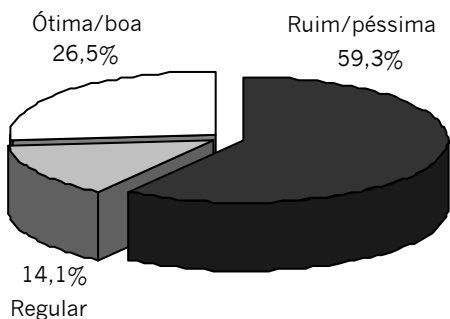


Fonte: ESEB, 2006.

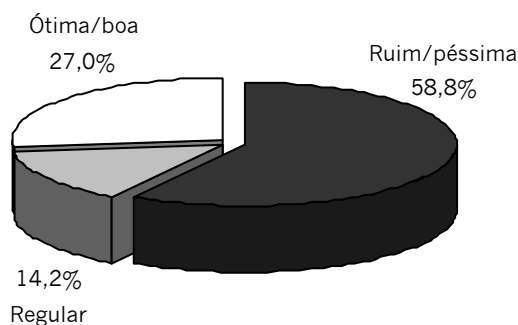
Perguntas: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima./ No segundo turno de 2006, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?

Os partidos políticos e o Congresso são avaliados como “ruins” ou “péssimos” por quase 60% dos entrevistados. A avaliação é ainda mais negativa entre os que declaram ter votado em Alckmin.

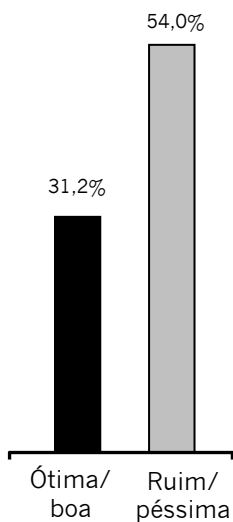
Partidos Políticos



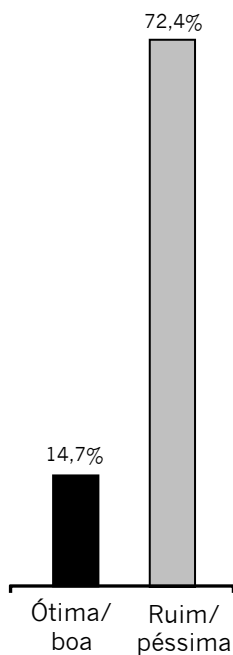
Congresso



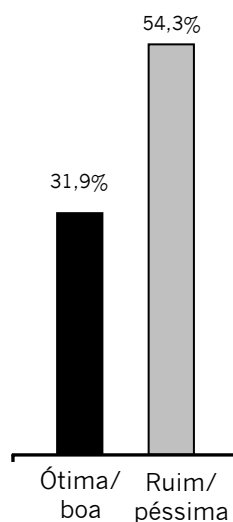
Eleitores de Lula



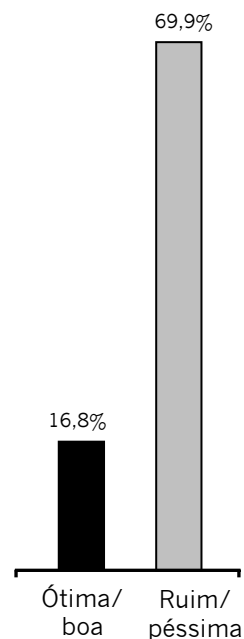
Eleitores de Alckmin



Eleitores de Lula



Eleitores de Alckmin

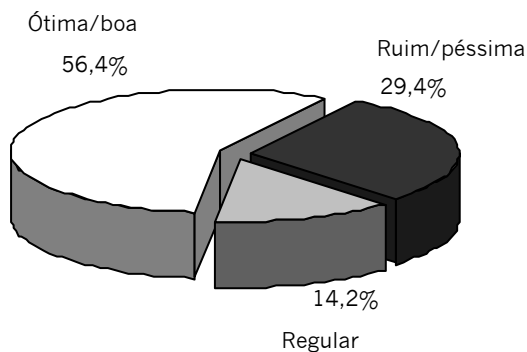


Fonte: ESEB, 2006.

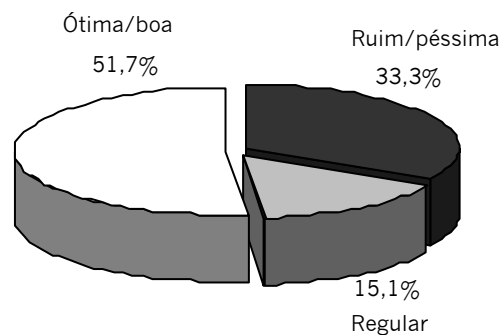
Perguntas: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima./ No segundo turno de 2006, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?

Pouco mais da metade dos entrevistados consideram tanto a atuação dos militares como da Polícia como “ótima” ou “boa”.

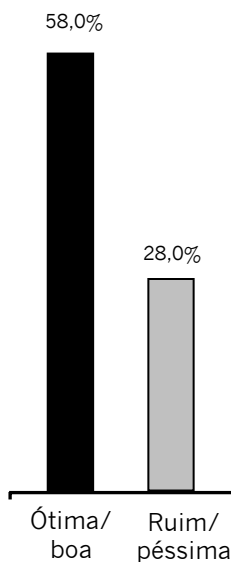
Militares



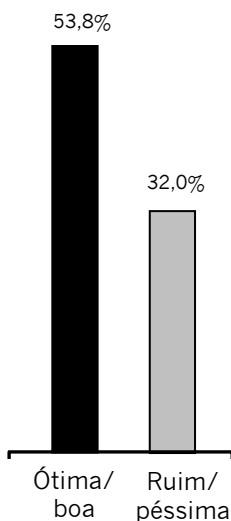
Polícia



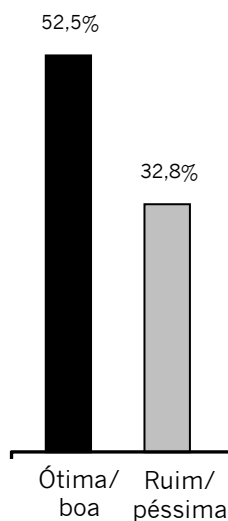
Eleitores de Lula



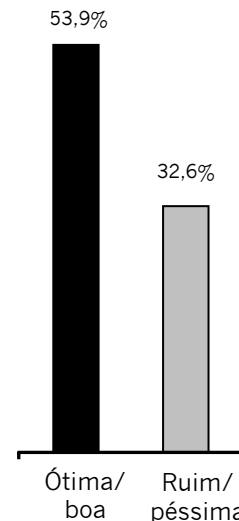
Eleitores de Alckmin



Eleitores de Lula



Eleitores de Alckmin

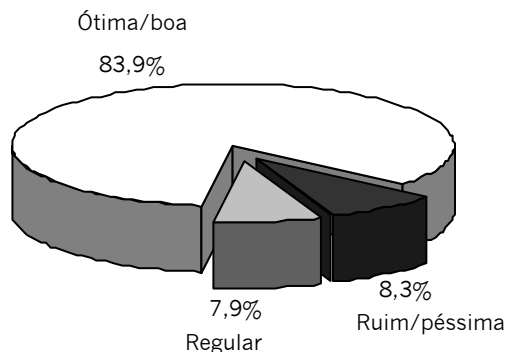


Fonte: ESEB, 2006.

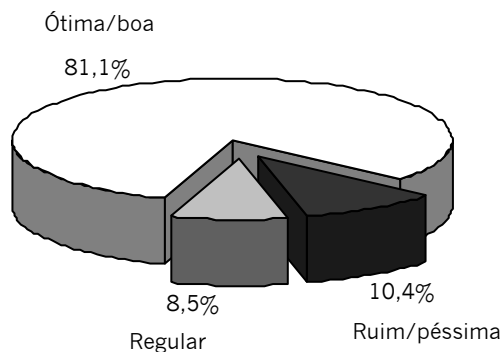
Perguntas: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima./ No segundo turno de 2006, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?

A Igreja Católica e a Rede Globo de Televisão são muito mais bem avaliadas do que as instituições políticas: mais de 80% dos entrevistados as avaliam como boas ou ótimas. A avaliação positiva da Rede Globo é um pouco mais baixa entre os que declaram ter votado em Alckmin.

Igreja Católica



Rede Globo



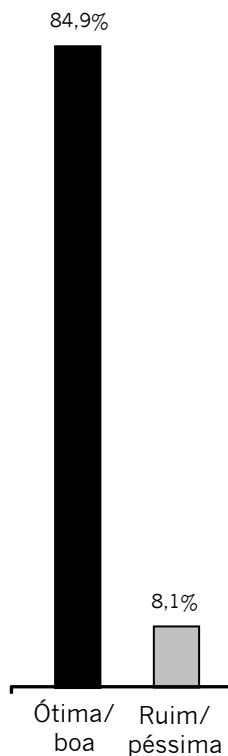
Eleitores de Lula



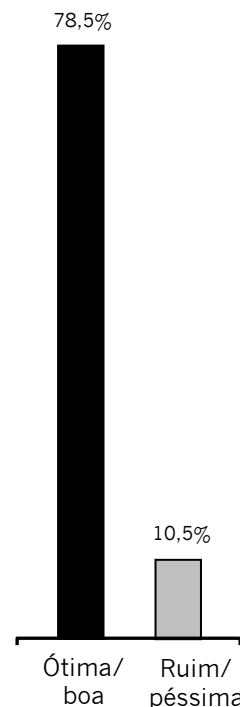
Eleitores de Alckmin



Eleitores de Lula



Eleitores de Alckmin

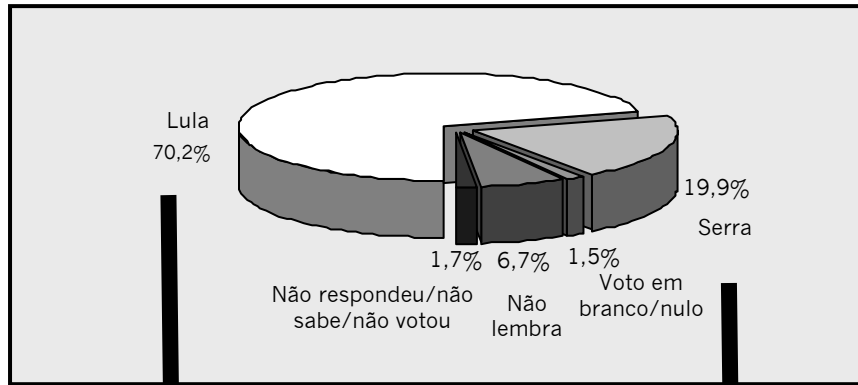


Fonte: ESEB, 2006.

Perguntas: Eu vou falar o nome de várias instituições e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se avalia a atuação de cada uma como ótima, boa, ruim, ou péssima./ No segundo turno de 2006, o(a) sr(a) votou em Lula ou Alckmin?

Comparação entre pleitos - voto no segundo turno 2002

Como votaram em 2002 os entrevistados do ESEB 2006.



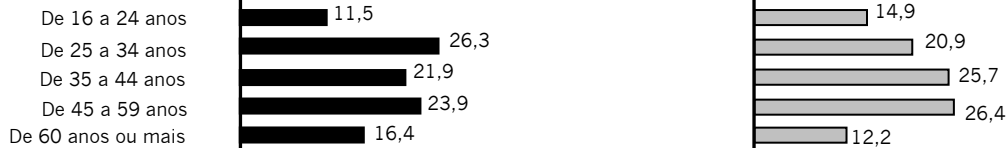
Lula

Serra

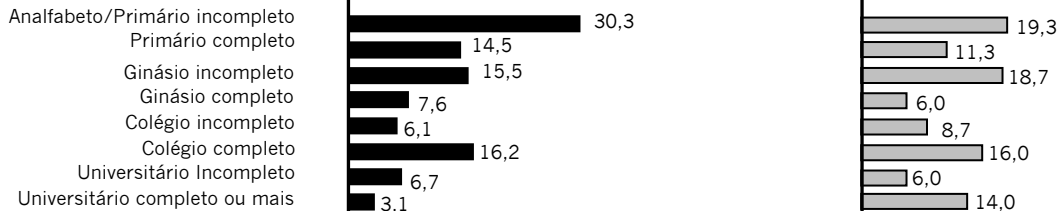
Sexo



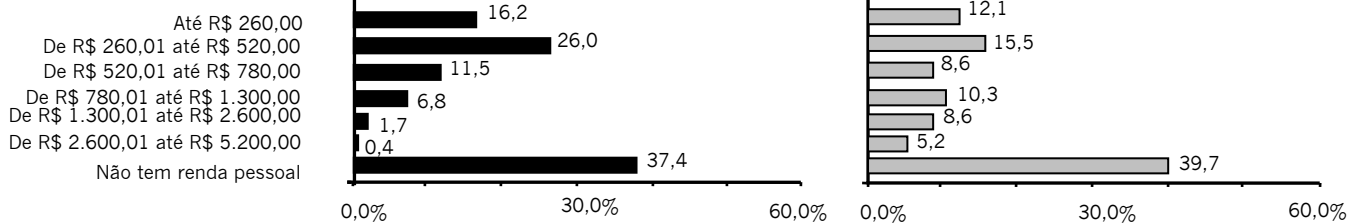
Idade



Escolaridade



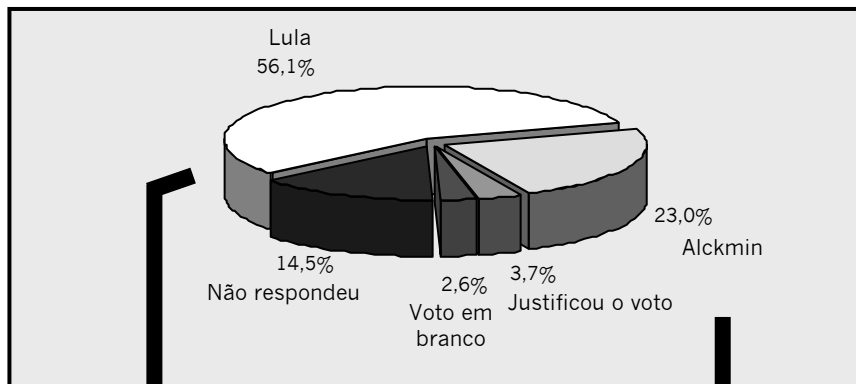
Renda pessoal mensal



Fonte: ESEB, 2006.

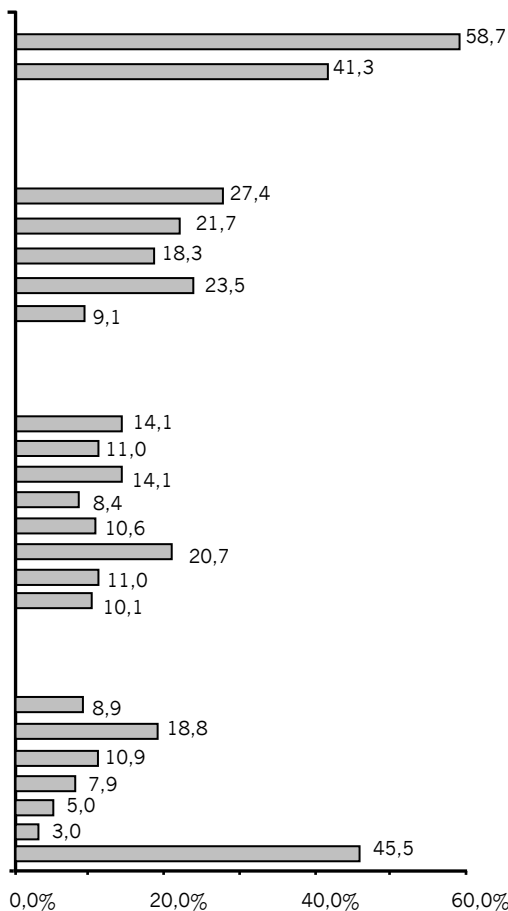
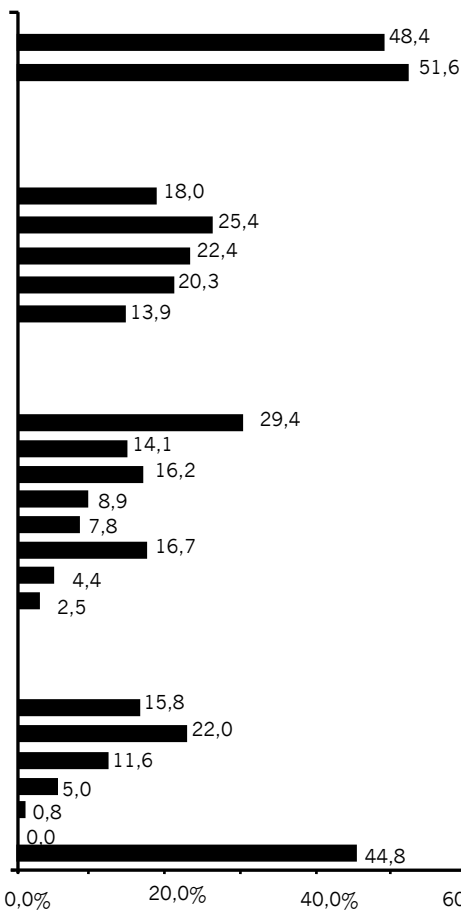
Pergunta: No segundo turno das eleições de 2002, em quem o sr(a) votou: Lula ou José Serra?

Comparação entre pleitos - voto no segundo turno 2006



Lula

Alckmin



Houve mais votos para Lula em 2002 do que em 2006 entre os entrevistados do ESEB 2006.

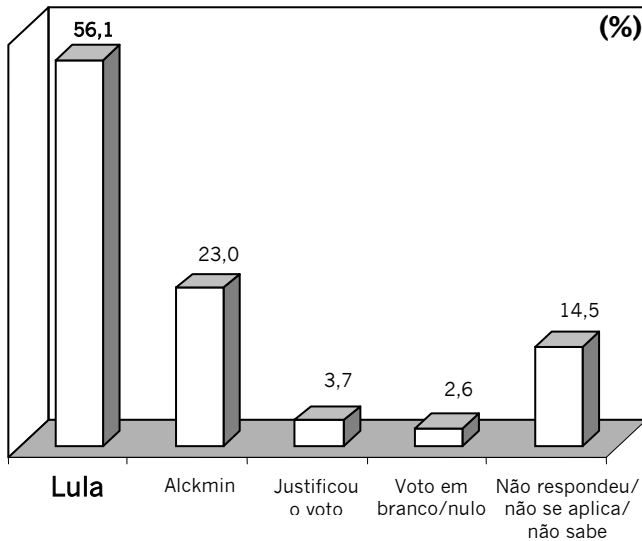
Apesar da diminuição da porcentagem dos votantes em Lula entre 2002 e 2006, não há mudanças no perfil demográfico e socioeconômico de seus eleitores.

Os eleitores de Alckmin em 2006 são um pouco mais novos e escolarizados do que os eleitores de José Serra em 2002.

Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: No segundo turno, o sr(a) votou em Lula ou em Alckmin?

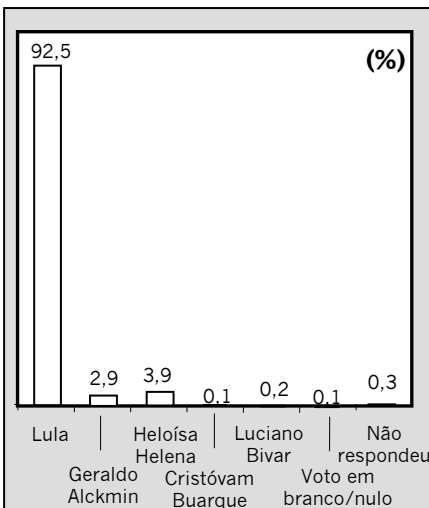
Os reeleitores de Lula



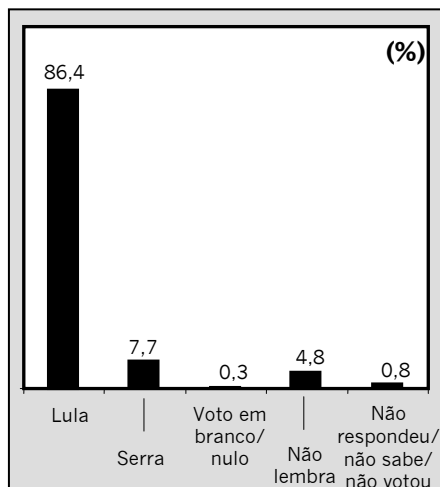
39,4% dos entrevistados votaram em Lula no 1º e no 2º turnos nos dois pleitos.

Entre os que votaram em Lula no segundo turno de 2006...

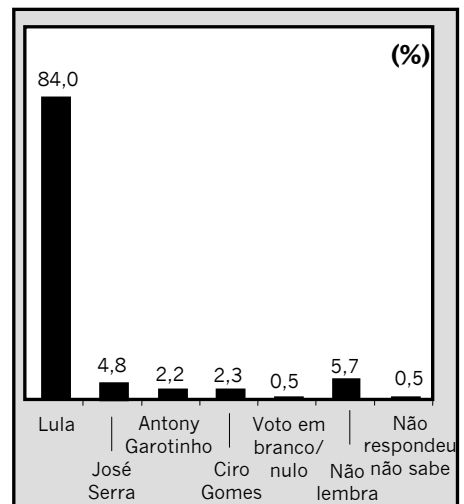
92,5% também votaram em Lula no 1º turno de 2006.



86,4% já tinham votado em Lula no 2º turno de 2002.



84% já tinham votado em Lula no 1º turno de 2002.

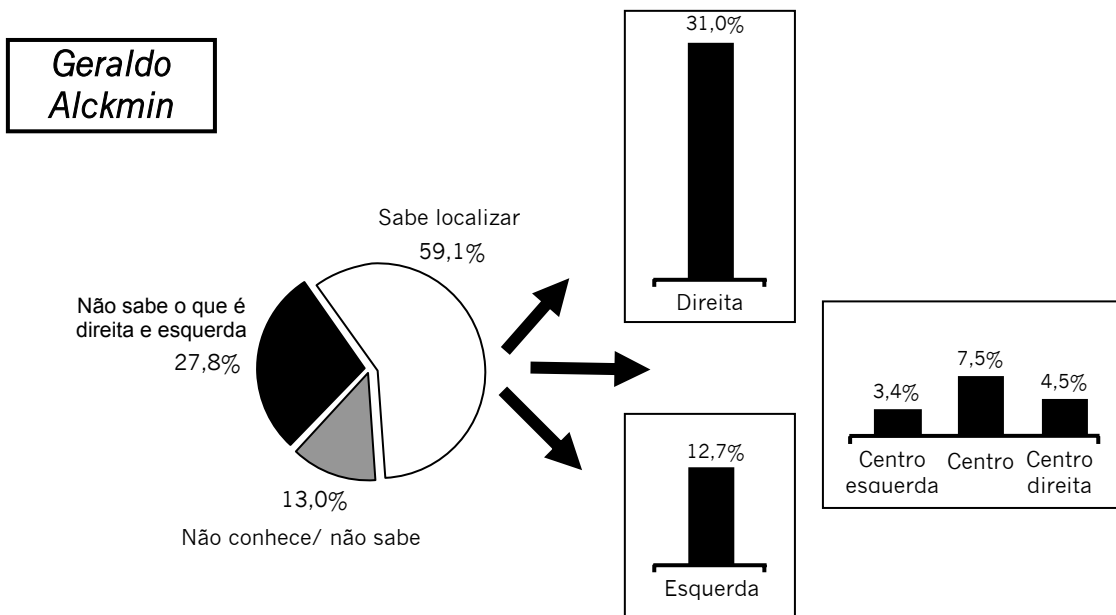
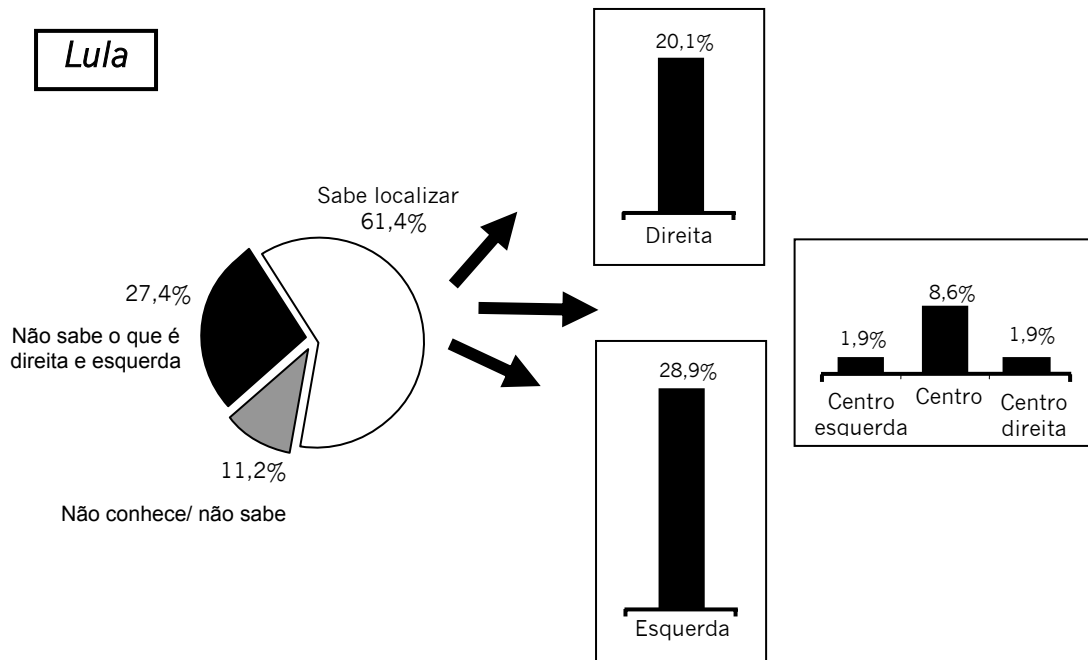


Fonte: ESEB, 2006.

Perguntas: Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no primeiro turno de 2006/ E no segundo turno de 2006, o sr(a) votou em Lula ou Alckmin?/ Em quem o sr(a) votou no primeiro turno da eleição residencial de 2002?/ E no segundo turno das eleições de 2002, o sr(a) votou em Lula ou em José Serra?

Localização ideológica dos políticos

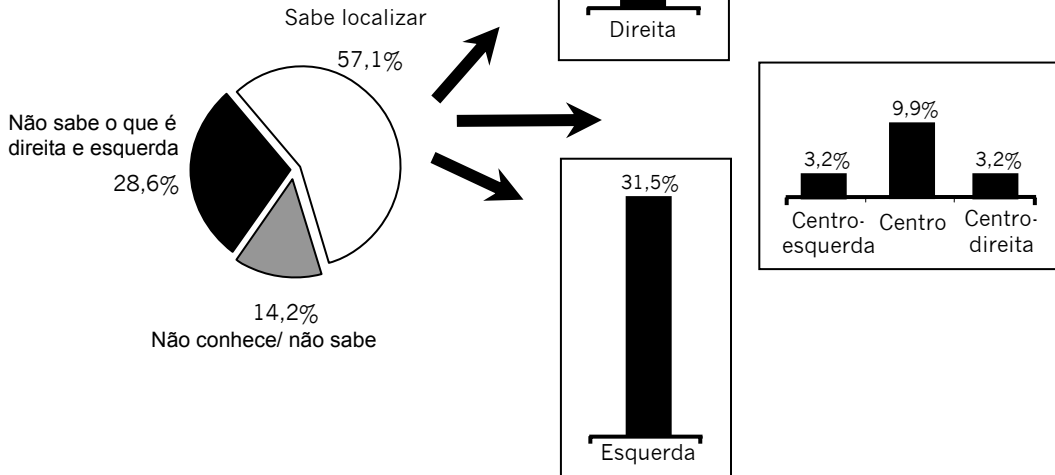
Menos de 30% dos entrevistados declaram “não saber o que é direita e esquerda”. Alckmin é o político mais à direita; Heloísa Helena a mais identificada com a esquerda. Aécio Neves é o menos conhecido entre todos.



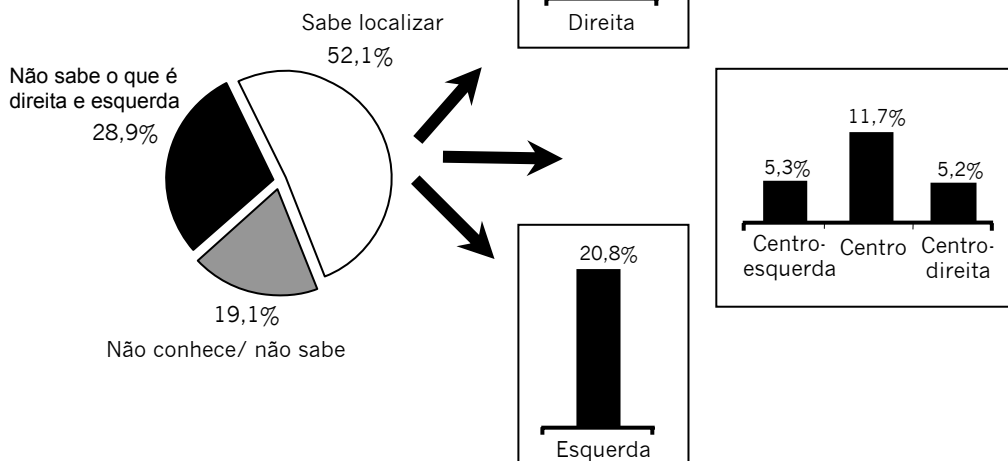
Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: Agora eu gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer qual político é de esquerda e qual é de direita. Zero significa que o político é de esquerda e 10 que é de direita. De ZERO a 10 como o(a) Sr(a) classificaria o ?

Heloísa Helena

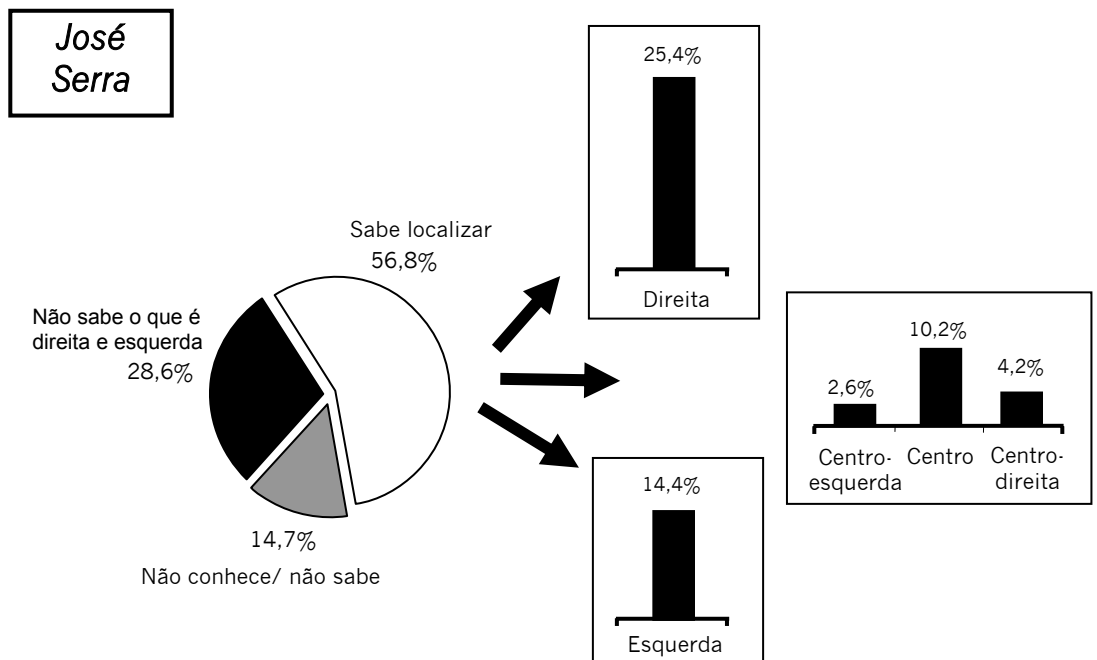
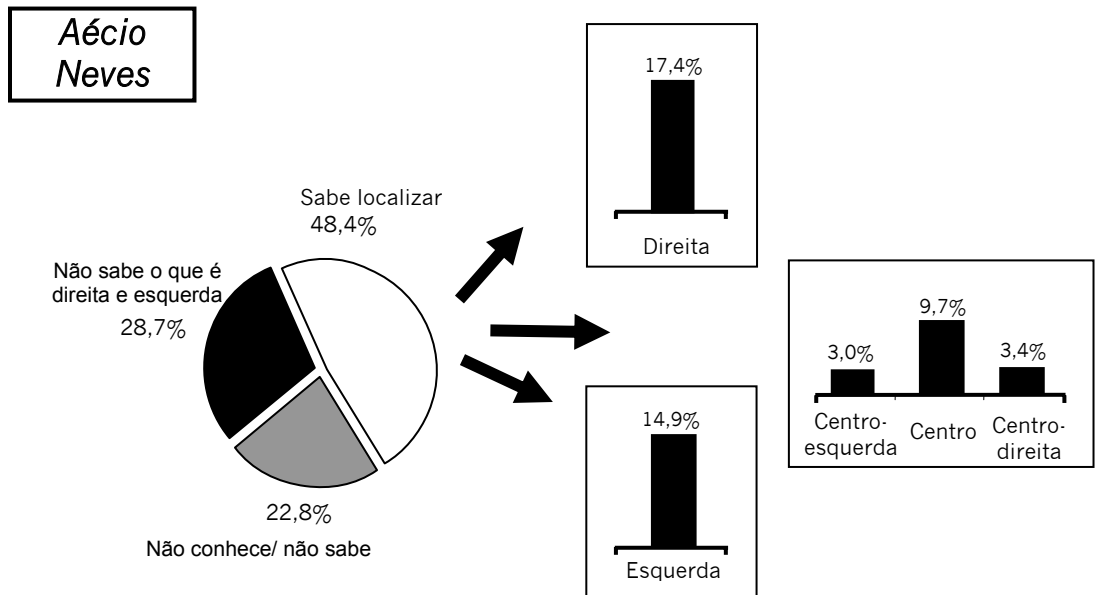


Cristóvam Buarque



Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: Agora eu gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer qual político é de esquerda e qual é de direita. Zero significa que o político é de esquerda e 10 que é de direita. De ZERO a 10 como o(a) Sr(a) classificaria o ?



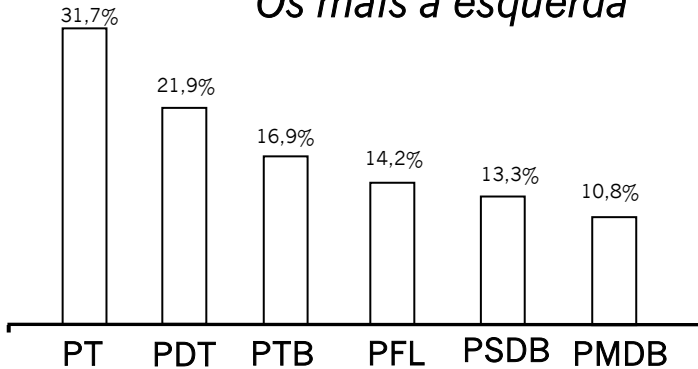
Fonte: ESEB, 2006.

Pergunta: Agora eu gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer qual político é de esquerda e qual é de direita. Zero significa que o político é de esquerda e 10 que é de direita. De ZERO a 10 como o(a) Sr(a) classificaria o ?

Mapa ideológico dos partidos políticos

Uma média de 10% dos entrevistados "não sabem" localizar os partidos na escala esquerda-direita.

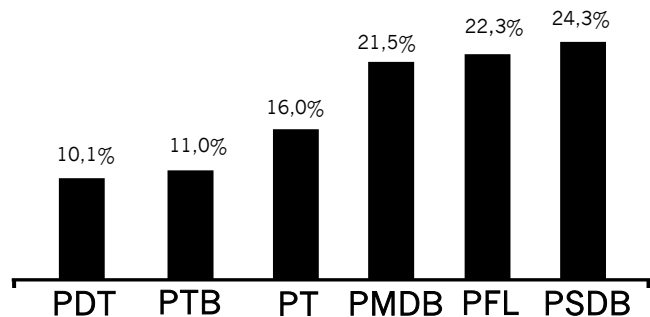
Os mais à esquerda



O PT e o PTB são os mais situados à esquerda. O PMDB, o PSDB e o PFL são os menos esquerdistas na opinião dos entrevistados.

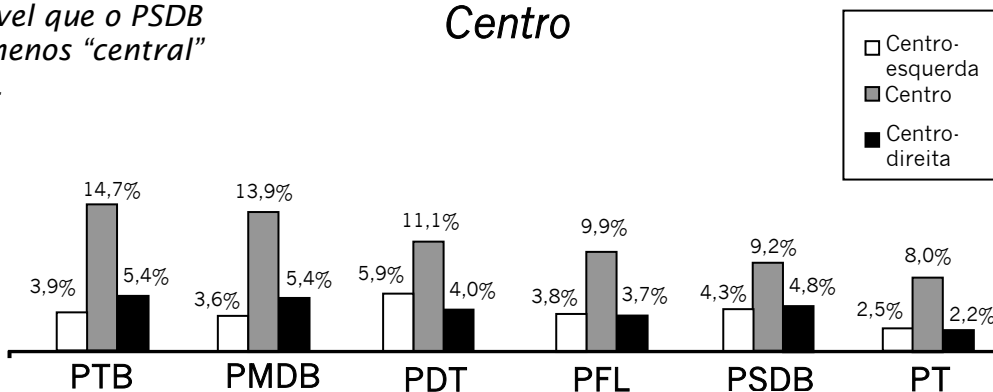
Os mais à direita

No outro extremo, o PSDB figura como o mais à direita, enquanto o PDT e o PTB são os menos localizados nesta posição.



É destacável que o PSDB seja até menos "central" que o PFL.

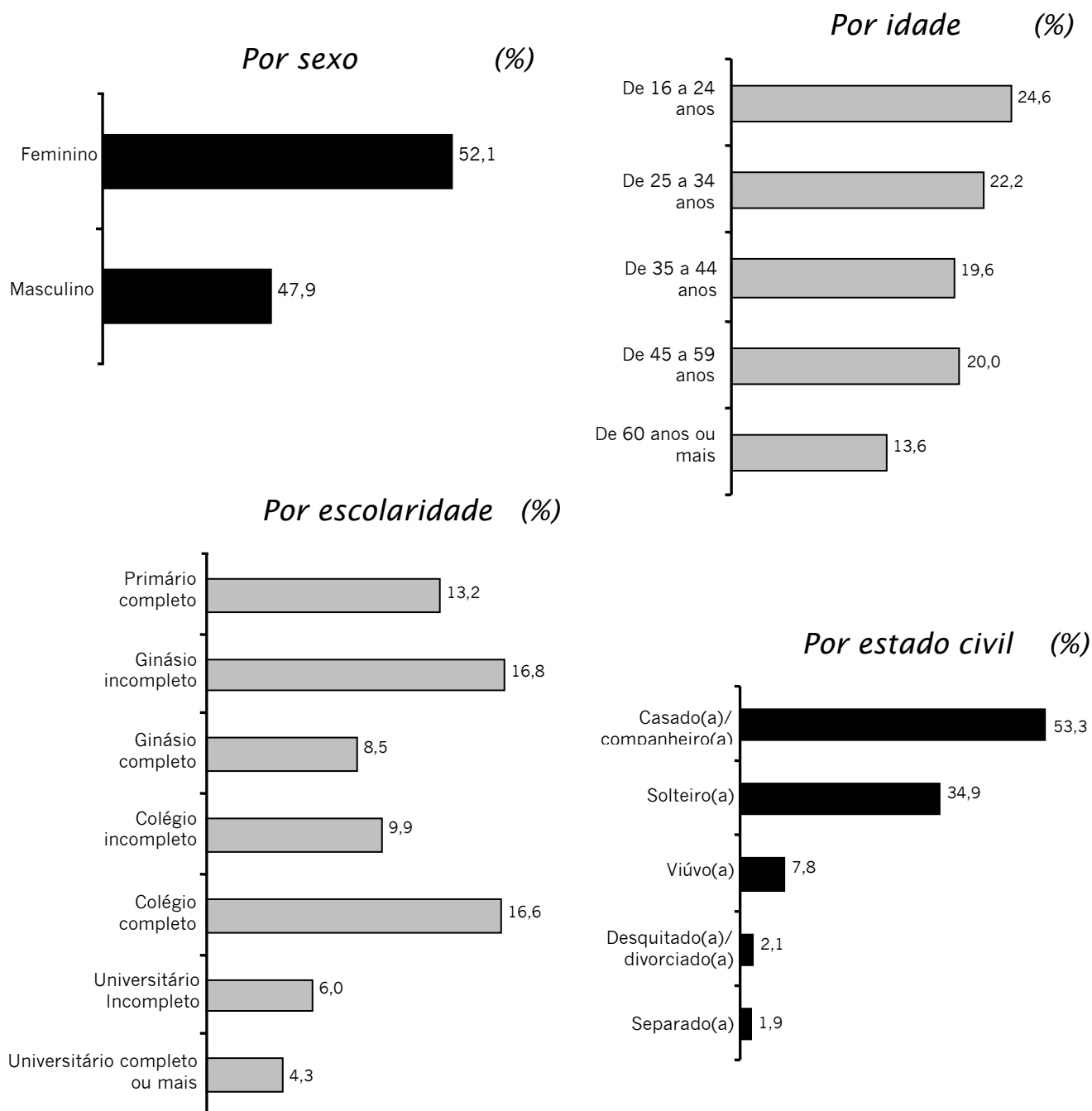
Centro



Fonte: ESEB, 2006.

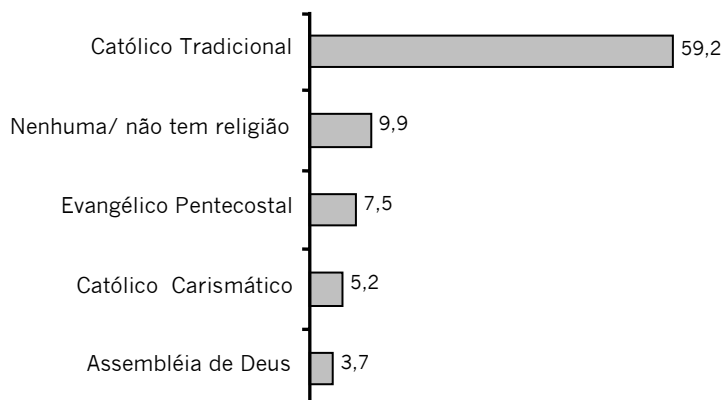
Pergunta: Na política as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Gostaria que o(a) Sr(a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer se o partido político que eu vou dizer é de esquerda ou de direita. ZERO significa que o partido é de esquerda e 10 que é de direita. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

Distribuição dos entrevistados

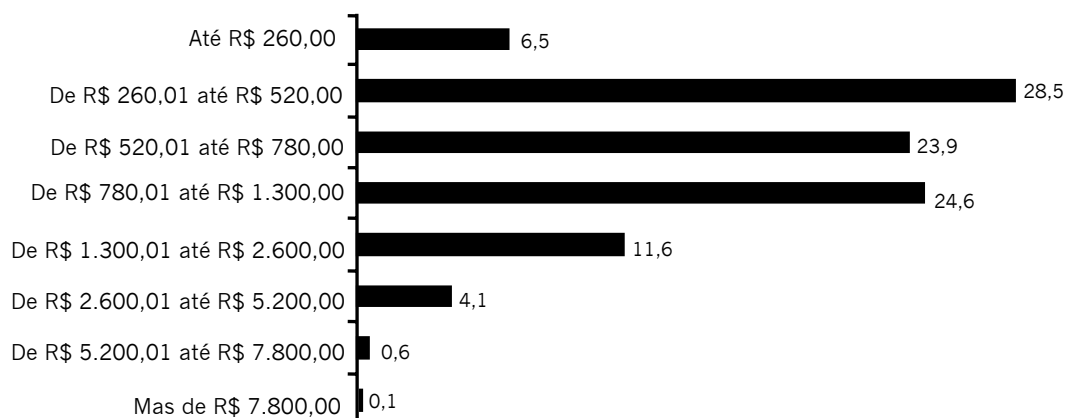


Fonte: ESEB, 2006.

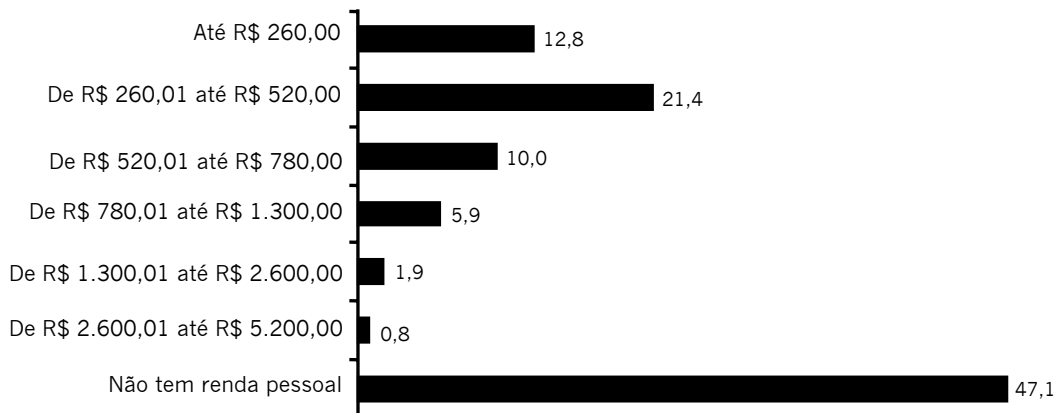
Por religião (%)



Por renda mensal familiar (%)



Por renda mensal pessoal (%)



Fonte: ESEB, 2006.

Ficha Técnica

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB				
IPSOS- CESOP/BRASIL06- 02489*	17 a 27/12/2006	1000	População brasileira acima de 16 anos	<p>A pesquisa ESEB2006 foi feita com uma amostra representativa nacional, realizada em 70 municípios, estratificada por Região Administrativa. Os municípios escolhidos para a amostra foram divididos em dois grupos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. os municípios grandes ou auto-representativos estão na amostra devido a sua grande população; são compostos por praticamente todas as capitais dos estados. A amostra realizada dentro dos municípios auto-representativos é proporcional ao número de habitantes. 2. os municípios menores sorteados através de amostra sistemática, com estratificação por Região Administrativa; cada município teve a probabilidade de ser sorteado proporcional a sua população. <p>Estágios da amostra:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os municípios constituem o primeiro estágio da amostra. 2) O segundo estágio consiste no sorteio de setores censitários dentro dos municípios, tendo também probabilidade de serem sorteados proporcional à sua população. 3) Dentro dos setores foi realizada a amostra por cotas, definidas de acordo com perfil de Idade, Escolaridade e PEA cruzados por sexo, perfil este encontrado a partir da PNAD 2003. <p>A pesquisa tem representatividade nacional Margem de erro: aproximadamente 3,2%</p>

*Banco de Dados do CESOP: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca.php>>

Pareceristas que colaboraram com a revista entre 2004 e 2007

André Marengo dos Santos (UFRGS)
Aníbal S. Pérez-Liñan (University of Pittsburgh – EUA)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUC-RS)
Bruno Speck (Unicamp)
Carlos Ranulfo Félix de Melo (UFMG)
Cícero Araújo (USP)
Cláudio Beato Filho (UFMG)
Constanza B. Moreira Viñas (Universidad de la República – Uruguai)
Elizabeth Balbachevsky (USP)
Fernando Lattman-Weltmann (FGV)
Fernando Limongi (USP)
Fernando Papaterra Limongi (USP)
Heloisa Buarque de Almeida (pagu/Unicamp)
Heloiza Matos (USP)
Ingrid Sarti (UFRJ)
Jairo Nicolau (Iuperj)
José Eisenberg (Iuperj)
Leandro Piquet Carneiro (USP)
Lúcia Avelar (UnB)
Luciana Tatagiba (Unicamp)
Luciana Veiga (UFPR)
Lúcio Rennó (UnB)
Luis Felipe Miguel (UnB)
Marcelo Baquero (UFRGS)
Marcelo Goldman (Museu Nacional – UFRJ)
Maria do Socorro Sousa Braga (Universidade Federal de São Carlos)
Maria Izabel Saraiva Noll (UFRGS)
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)
Mauro Porto (Tulane University – EUA)
Miguel Chaia (PUC-SP)
Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)
Octavio Amorim Neto (FGV)
Paula Jung Rocha (PUCRGS)
Paulo de Mesquita Neto (NEV/USP)
Paulo J. Krischke (UFSC)
Renato Monseff Perissionotto (UFPR)
Rubens Figueiredo (CEPAC)
Scott Mainwaring (UFF)
Simone Bohn (USP)
Sylvia Moretzsohn (University of Notre Dame)
Timothy Power (University of Oxford – Inglaterra)
Vera Chaia (PUC-SP)

OPINIÃO PÚBLICA

2007 November

Vol. 13, nº 2

ISSN 0104-6276

Contents

	<i>Pág.</i>
<i>Elections and social capital: an analysis of Brazilian Presidential Elections</i> Marcello Baquero	231
<i>Scandals and voting: the 2006 Brazilian Presidential Elections</i> Lucio R. Rennó	260
<i>Class, ideology and politics: an interpretation of 2002 and 2006 election results</i> Denilde Oliveira Holzhacker Elizabeth Balbachevsky	283
<i>Ideological identification, parties and voting in the 2006 Presidential Elections</i> Yan de Souza Carreirão	307
<i>The voter's perspective of the Brazilian parties: changes and continuities about party identification and evaluation of the main parties after 2002</i> Luciana Fernandes Veiga	340
<i>Political and electoral context, religious minorities and voting in presidential elections (2002-2006)</i> Simone R. Bohn	366
<i>The Brazilian electorate and political parties</i> Denise Paiva Maria do Socorro S. Braga Jairo Tadeu Pires Pimentel Jr.	388
TENDÊNCIAS <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - vol. 13, nº 2</i>	409



OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 13, nº 2 - p. 231-427
2007 November
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276